



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOÃO NEVES VARELA SOARES DE CARVALHO

**AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DO VOTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA
ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE**

FORTALEZA

2015

JOÃO NEVES VARELA SOARES DE CARVALHO

**AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DO VOTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA
ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Dinâmica ambiental territorial do Nordeste semiárido. Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio.

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

C321c Carvalho, João Neves Varela Soares de.
As configurações espaciais do voto dos partidos políticos na ilha de Santiago de Cabo Verde. /
João Neves Varela Soares de Carvalho. – 2015.
257f. : il. color.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de
Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Dinâmica ambiental e territorial do Nordeste semiárido
Orientação: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Coorientação: Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

1. Geografia política. 2. Partidos políticos – Cabo Verde. 3. Imperialismo. I. Título

CDD 910

JOÃO NEVES VARELA SOARES DE CARVALHO

**AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DO VOTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA
ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Dinâmica ambiental e territorial do Nordeste semiárido.

Aprovado em: 15/12/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (Co-Orientador)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Membro)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral (Membro)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira (Membro)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para a minha mãe, Caliche,
que me ensinou o valor do trabalho e a do conhecimento, a minhas filhas Clarice,
Bebele, Anitai, a certeza de uma continuidade.

AGRADECIMENTOS

Esta tese resulta de um trabalho iniciado em 2009. Somos muito agradecidos a todos os que colaboraram para esse diálogo. Dentre os primeiros agradecer vivamente ao Prof. José Levi Furtado Sampaio pela magnífica orientação, supervisão e planejamento do todo o programa doutoral, pela solidariedade dispensada e confiança depositada no trabalho. Sou, também, muito sensível ao apoio recebido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAPES/CNPq), que desde o início acreditou e patrocinou uma Bolsa para formação avançada. Aos Professores doutores da banca examinadora: André Vasconcelos, Fábio Sobral, Francisco Amaro Gomes de Alencar e especialmente, Luiz Cruz Lima, que leram o conjunto do manuscrito, fornecendo críticas, subsídios valiosos para entender a natureza do espaço político cabo-verdiano. A todos os professores do programa de pós-graduação em Geografia da UFC e da Uni-CV, sinceros agradecimentos. Não poderia deixar de reconhecer a importante colaboração dos geógrafos, José Maria Semedo, Alberto da Mota Gomes, Sónia Silva, José Manuel Pereira, Michel Lesourd, Pedro Quental, Judite Nascimento, Aquiles Almada, Vera Alfama, Carlos Tavares, Ineida Romi, Clementina Furtado, Cláudia Beato, Sílvia Monteiro, Romualdo Correia pela partilha e discussão de vários assuntos pertinentes ao tema de pesquisa. Aos colaboradores Bruno, Edmir, Alex Andrade e principalmente José Constantino da Veiga pelo precioso contributo na parte gráfica, cartográfica e estatística descritiva. Aos colegas da turma de doutorado, Sávio, Gisélia, Marcelo, pela amizade e pelas observações anotadas durante o período da construção do projeto de tese que muito aproveitamos e agradecemos pela atenção dispensada. Para Djon de Rita, família Kako São Gonçalo, Leley do pandeiro, Igor, Maurício, Fábio, Guilherme, nosso reconhecimento. A todos os estudantes que trabalharam connosco, desde 2004, nomeadamente no Instituto Superior de Educação (ISE), Uni-CV, Universidade Jean Piaget, no ISCJS, no curso de Ciências Políticas, coordenada pelo estimado colega, Prof. Leão de Pina. Também, como sempre, o estímulo recebido de minha mulher, Isabel de Oliveira Freitas, foi muito precioso.

N' an laara, an sara.
(“se nos deitarmos, estamos mortos”)
Joseph Ki-Zerbo

RESUMO

A ênfase central da tese vem da convicção do papel dos Partidos políticos na produção e reprodução do espaço político atual. A tese “Configurações territoriais do voto dos Partidos na ilha de Santiago, Cabo Verde”, analisa o desenvolvimento do espaço político (1991-2011). Para realizar esta investida, a tese examina as variáveis ascendentes que concorreram para a eclosão dos espaços, avalia o desempenho eleitoral dos Partidos no arranjo dos territórios eleitorais e procura identificar os principais fatores condicionantes do voto. A importância teórica desta investigação pretende contribuir para a clarificação dos conteúdos sociogeográficos do recente ato eleitoral. O estudo pautou-se na pesquisa exploratória dos campos da geografia política eleitoral, no inventário e na análise do resultados das eleições legislativas, na apresentação dos resultados com recurso à cartografia. As conclusões apontam para o aprofundamento e consolidação do bipartidarismo e uma pequena possibilidade do crescimento dos pequenos Partidos políticos. Além do mais, a desproporcionalidade das eleições legislativas reduziu-se de forma bastante significativa, tendendo-se para zero em 2016, cristalizando a posição de equilíbrio dos Partidos do arco do poder, em que a definição da maioria pode necessitar do apoio ou coligação dos pequenos Partidos. Pode-se também conjecturar o despertar da Sociedade Civil, forçando o PAICV e o MpD a se desviarem do populismo, o clientelismo e o siglismo e a apresentarem um projeto geopolítico inclusivo, sustentável, capacitando a nação e a diáspora para aproveitar o dividendo demográfico para produzir mais riquezas e o progresso, concretizando desse modo, os valores da independência nacional.

Palavras-chave: Geografia Política Eleitoral. Imperialismo. Partidos Políticos. Independência. Santiago de Cabo Verde.

ABSTRACT

The central emphasis of the thesis comes from the conviction of the role of political parties in the production and reproduction of the current political space. The thesis "Space Settings vote of the Parties on the island of Santiago, Cape Verde", analyzes the development of political space (1991-2011). To accomplish this onslaught, the thesis examines the rising variables that contributed to the outbreak of spaces, evaluates the electoral performance of the parties in the arrangement of electoral territories and seeks to identify the main conditioning factors of the vote. The theoretical importance of this research aims to contribute to the clarification of sociogeographic contents of the recent electoral act. The study-guided exploratory research in the fields of electoral politics geography, inventory and analysis of the results of the legislative elections, the presentation of the results using the cartography. The findings point to the deepening and consolidation of bipartisanship and a small possibility of the growth of small political parties. Moreover, the disproportionality of the parliamentary elections was reduced quite significantly, tending to zero in 2016, crystallizing the equilibrium position of the power arc Parties, where most of the definition may need support or coalition of small parties. One can also surmise the awakening of civil society, forcing the PAICV and the MpD astray of populism, patronage and siglismo and to submit a comprehensive geopolitical project, sustainable, empowering the nation and the diaspora to take advantage of the demographic dividend to producing more wealth and progress, thereby realizing the values of national independence.

Keywords: Geography Electoral Politics. Imperialism. Political parties. Independence. Santiago of Cape Verde.

RESUMÉ

L'accent central de la thèse vient de la conviction du rôle des partis politiques dans la production et la reproduction de l'espace politique actuel. La thèse "Réglages d'espace des voix des Parties sur l'île de Santiago, Cap-Vert", analyse le développement de l'espace politique (1991-2011). Pour accomplir cette tâche, la thèse examine les variables hausse qui ont contribué à l'éclosion d'espaces, évalue la performance électorale des partis à la disposition des territoires électoraux et cherche à identifier les principaux facteurs de conditionnement du vote. L'importance théorique de cette recherche vise à contribuer à la clarification du contenu socio-géographique de la loi électorale récente. La recherche exploratoire étude guidée dans les domaines de la géographie électorale de la politique, de l'inventaire et l'analyse des résultats des élections législatives, la présentation des résultats en utilisant la cartographie. Les résultats soulignent l'approfondissement et la consolidation du bipartisme et une petite possibilité de la croissance des petits partis politiques. En outre, la disproportion des élections législatives a été réduit très sensiblement, tendant vers zéro en 2016, la cristallisation de la position des parties en arc de puissance, où la plupart de la définition peut avoir besoin de soutien ou de la coalition de l'équilibre petits partis. On peut aussi supposer l'éveil de la société civile, forçant le PAICV et le MpD égarés du populisme, de clientélisme et siglismo et de présenter un projet géopolitique globale, durable, l'autonomisation de la nation et de la diaspora pour profiter du dividende démographique pour produire plus de richesse et de progrès, réalisant ainsi les valeurs de l'indépendance nationale.

Mots-clés: la géographie électorale politique. Impérialisme. Les partis politiques. Indépendance. Santiago du Cap-Vert.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema lógico-Metodológico.	30
Figura 2 – Modelo de Análise da tese.	31
Figura 3 – A África em 1880.....	61
Figura 4 – África, um arquipélago de impérios.	62
Figura 5 - A África depois da Primeira Guerra Mundial.	64
Figura 6 - A África de 1914.	66
Figura 7 - Marcus Garvey (1887-1940) fundador UNIA.	71
Figura 8 – Kwame Nkrumah, teórico do panafricanismo.	72
Figura 9 – I Congresso do PAIGC em Cassacá.	75
Figura 10 - Mulheres combatentes do PAICG.	80
Figura 11 – Amílcar Cabral e os guerrilheiros do PAIGC.	81
Figura 12 - Agrupamentos económicos regionais na África.....	84
Figura 13 – Bandeira de Cabo Verde na Segunda República (1991).	92
Figura 14 – Índice de desigualdade regional cumulativa do PAICV, Cabo Verde...	104
Figura 15 - Índice de desigualdade regional cumulativa do MpD, Cabo Verde.....	105
Figura 16 – Recepção do PAIGC na Praia, em 1974/75.	117
Figura 17 – III Congresso da UCID em Roterdão, 1981.	127
Figura 18 – O fim da unidade visto por um cartunista cabo-verdiano.	128
Figura 19 – Conselho Nacional do PAICV em 1990.	130
Figura 20 – líderes do MpD em 1990.	131
Figura 21 – Comício do MpD em São Vicente, Mindelo, 1990.	131
Figura 22 – Bancada do MpD divide-se no Parlamento.	132
Figura 23 – Mascarenhas Monteiro, Presidente de Cabo Verde (1991-2001).	133
Figura 24 – Congresso Constitutivo do PCD.....	136
Figura 25 - Faixa do Sahel.	137
Figura 26 – Localização Cabo Verde no Oeste Africano.	138
Figura 27 - Enquadramento Geográfico ilha de Santiago.	141
Figura 28 - População se abastecimento de água na cidade da Praia.	142
Figura 29 – Campos de milho no vale da ribeira da Germaneza.	143
Figura 30 – Ribeira Grande de Santiago no século XVIII.	144
Figura 31 – Rotas do tráfico de escravos para Santiago e Américas.	147
Figura 32 – A paisagem e o rebanho na ilha de Santiago.	149
Figura 33 – Uma família camponesa no interior de Santiago.	152

Figura 34 – PIB por ilha 2007 (Milhões de Escudos).	158
Figura 35 - PIB por Ilha 2012 (Milhões de Escudos).....	159
Figura 36 – Jamaica, Bairro espontâneo na cidade da Praia.....	160
Figura 37 – Barraca no Bairro Jamaica, Praia, 2010.	161
Figura 38 – A Distribuição da População em Santiago, 2010.	167
Figura 39 – Dia de mercado na cidade da Assomada (Santa Catarina).	169
Figura 40 – População Eleitoral de Cabo Verde, 2011.	170
Figura 41 – Mapa de Distribuição do Nível de Instrução em Santiago, 2011.	172
Figura 42 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2011.	179
Figura 43 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2006.	180
Figura 44 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2001.	181
Figura 45 – Configuração territorial do voto em Cabo Verde, 1991.	183
Figura 46 – Posse dos novos membros do Governo em 1992.	184
Figura 47 - Configuração territorial do voto em Cabo Verde, 1995.	185
Figura 48 – Configuração territorial do voto dos partidos em Santiago, 2011.	189
Figura 49 – Configuração territorial do voto dos partidos em Santiago, 2006.	191
Figura 50 – Configuração territorial do voto em Santiago, 2001.	192
Figura 51 – Configuração territorial do voto dos partidos, Santiago 1991.....	194
Figura 52 - Configuração territorial do voto dos partidos, Santiago 1995.....	195
Figura 53 – O desenvolvimento dos Territórios eleitorais em Santiago.	200
Figura 54 – Territórios eleitorais em Santiago, 2011.	201
Figura 55 - Territórios Eleitorais dos Partidos, Cabo Verde 2011.	202
Figura 56 - A análise correspondência das motivações do voto	214
Figura 57 – Linha da frente do III Congresso do PAICV, 1988.	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número efetivo de partidos (1991-2011).....	96
Tabela 2 - A nacionalização/regionalização dos partidos em Cabo Verde.....	100
Tabela 3 – A Desigualdade regional dos partidos em Cabo Verde, 2011.	102
Tabela 4 - índice de desproporcionalidade (G) das legislativas.	107
Tabela 5 – Deputados eleitos por sexo em Cabo Verde (1991-2011).....	109
Tabela 6 – Coeficiente de variação do voto dos partidos em 1991-2001.....	175
Tabela 7 – Configuração variação do voto dos partidos, 2001-2011.	176
Tabela 8 – Coeficiente Variação territorial do voto em Santiago.....	187

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice número efetivo partidos (1991-2011).....	96
Gráfico 2 - A desigualdade regional partidos em Cabo Verde, 2011.	103
Gráfico 3 - Índice de desproporcionalidade (G) da Legislativas.....	108
Gráfico 4 – Representação da Mulher no Parlamento.....	110
Gráfico 5 - Acesso aos empréstimos bancários (2001-2011).	113
Gráfico 6 – Despesa de campanha eleitoral legislativa (2001-2011).	114
Gráfico 7 – Subvenção recebida pelos Partidos (2001-2011).....	115
Gráfico 8 – Receitas de campanha eleitoral (2001-2011).....	116
Gráfico 9 - PIB de Cabo Verde (2004-2008).	157
Gráfico 10 – Remessa de Emigrante em % de PIB.	163
Gráfico 11 – Dinâmica do Stock da dívida Externa em % de PIB.	163
Gráfico 12 – Pirâmide Etária da ilha de Santiago (2010).	165
Gráfico 13 – Pirâmide Etária de Cabo Verde (1990-2010).	166
Gráfico 14 – A população Cabo-verdiana de 1940-2010.	168
Gráfico 15 – Eleitorado e o voto dos Partidos em Cabo Verde.....	174
Gráfico 16 – Síntese da variação do voto dos Partidos em Cabo Verde.	177
Gráfico 17 – Voto dos Partidos entre pares de eleições Legislativas.	178
Gráfico 18 – Territórios eleitorais e do voto dos Partidos em Santiago.	188
Gráfico 19 – Continuidade e mudança no voto dos partidos.	205
Gráfico 20 – Voto e faixa etária do eleitor.	208
Gráfico 21 - Rendimento do agregado familiar e voto	209
Gráfico 22 – Distribuição dos factores condicionantes do voto.....	213
Gráfico 23 - A configuração do espaço político em 2011.	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Situação das transições democráticas africanas (2012).....	40
Quadro 2 - Cronologia da independência africana.	76
Quadro 3 - Dimensões do território cabo-verdiano.....	140
Quadro 4 – Partidos políticos cabo-verdianos.....	98
Quadro 5 - A Luta do PAIGC (1954-1974).	125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCV	Banco de Cabo Verde
CECV	Código Eleitoral de Cabo Verde
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CN	Conselho Nacional
CNE	Comissão Nacional Eleições
ECV	Escudo de Cabo Verde
ET	Empresa Transnacional
ETCP	Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos de América
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GOP	Grandes Opções do Plano
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGT	Instituto Nacional de Gestão de Território
MLGC	Movimento de Libertação Guiné e Cabo Verde
MPD	Movimento para Democracia
MPLA	Movimento Popular de Libertação da Angola
NATO	Organização Tratado Atlântico Norte
NATO	Tratado Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programas de Ajuste Estrutural
PAICV	Partido Africano Independência de Cabo Verde
PAIGCV	Partido Africano Independência de Guiné e Cabo Verde
PCD	Partido de Convergência Democrática
PGM	Primeira Guerra Mundial
PIDE	Polícia Política Portuguesa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRD	Partido de Renovação Democrática
PRGF	Programa de Crescimento e Redução da Pobreza
PSD	Partido Social Democrata
PTS	Partido Trabalho e Solidariedade
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar
SGM	Segunda Guerra Mundial
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrata
UDC	União Democrática de Cabo Verde
UPICV	União do Povo das Ilhas Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólar Norte-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	17
1.1 Problemática relacional, objetivos e metodologia	17
1.2 O enfoque espaço-temporal da tese	21
1.3 As proposituras da tese	27
2 POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA ELEITORAL CABO-VERDIANA	36
2.1 O estado da arte	36
2.2 Buscando entrelaçar categorias de análise.....	42
2.3 Do imperialismo ao neocolonialismo	53
2.3.1. Globalização, a nova realidade global do capitalismo	56
2.4 A periodização dos espaços políticos na África	58
2.5 O Pan-Africanismo e o nacionalismo cabo-verdiano	70
2.6 Partidos Políticos no Estado (neo) colonial.....	87
2.6.1 PAIGC e a UPICV e a luta pela independência nacional	117
2.6.2 A UCID, pequeno partido de caráter regionalista	127
2.6.3 PAICV e MpD partidos majoritários e dominantes.....	128
3 A SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA DE SANTIAGO.....	137
3.1 Território, Colonização e Sociedade.....	137
3.2 Geografia Econômica	155
3.3 As Dinâmicas populacionais e eleitorais	165
3.4 Os níveis de vida no território	170
4 BASES ELEITORAIS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA RESPÚBLICA DE CABO VERDE	173
4.1 Configurações territoriais do voto dos Partidos em Cabo Verde	173
4.2 O voto dos Partidos na ilha de Santiago.....	186
4.3 Territórios Eleitorais dos Partidos	197
5 O VOTO DOS PARTIDOS E SEUS CONDICIONANTES SOCIAIS	207
5.1 Voto e variáveis socioeconômicos	207
5.2 Círculos de participação	212
5.3 A reinvenção do político e a Sociedade Civil	216

6 CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS.....	231
ANEXO	254

1 INTRODUÇÃO GERAL

1.1 Problemática relacional, objetivos e metodologia

Segundo Santos (2003) o último quartel do século XX presenciou inúmeras transformações em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado em razão das novas circunstâncias técnicas, suportes firmes para uma ação humana mundializada que se impõe como um “globalização perversa”. A tirania do dinheiro e da informação são as bases do novo sistema ideológico que valida as ações hegemônicas da época e buscam conformar um novo *ethos*.

Graças ao casamento entre as técnicas normativas e a normalização técnica e política da ação correspondente, a própria política acaba por instalar-se em todos os interstícios do corpo social (...) Trata-se de simples acúmulo de normatizações particularistas, conduzidas por atores privados que ignoraram o interesse social ou que o tratam de modo residual (...) A situação normal é de crise¹, ainda que os famosos equilíbrios macroeconômicos se instalem. (SANTOS, 2003, p. 35-37).

Wondji (2011, p. 1113-1114) defende que os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por reviravoltas, dentre as quais, a queda do muro de Berlim, o desmoronamento dos regimes comunistas dos países da Europa Oriental e a Guerra do Golfo foram os acontecimentos mais importantes.

O ocaso da potência comunista deixou o capitalismo sem rival e abriu uma via sem obstáculos para a democracia liberal e para a economia do mercado. Esta evolução inscreve-se em um sistema de relações globais, nenhum continente escapa a esta globalização. A África dos anos 1990 pode ser definida como um cenário marcado por crise econômica e política, por tensões e guerras, bem como pelo “afropessimismo”, mas igualmente pela democratização e por um maior respeito aos “direitos humanos” (WONDJI, 2011, p. 1133).

O desempenho econômico do continente africano revela-se decepcionante ao longo de 1990: 60% da população vive em total indigência e entre os 48 Países Menos Desenvolvidos (PMA) catalogados no mundo, 33 são africanos; beneficia de apenas 5% do fluxo total de investimentos estrangeiros, concentrados na África do Sul, Egito, Marrocos e Nigéria. O presente trabalho de tese tem por

¹ Segundo Santos (2003, p. 36) em conformidade com esta situação, “todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar e, isto é, organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo”.

problemática relacional² proceder a uma análise exploratória do desenvolvimento do espaço político na República de Cabo Verde, a partir da geograficidade da “forma-política”, e sua projeção nos territórios eleitorais na ilha de Santiago, a partir da votação dos partidos políticos, no campo de estudo da Geografia, e do seu objeto, o espaço geográfico e as categorias de estudo adequadas. Ki-Zerbo (2007, p. 4) defende que a política deve ser definida e revalorizada: a começar pela autonomia “da esfera política em relação à religião (integrismos diversos)”.

Poulantzas (1977, p. 35-99) ao examinar o conceito de política mostra que o problema do político e da política encontra-se ligado ao problema da história. Considere a luta de classe como motor da prática política, pois, o seu produto constitui a transformação da unidade de uma formação social, nos seus diversos estágios e fases. As relações de classes são precisamente, relações de poder, o poder é a “capacidade de uma classe social realizar os seus interesses objetivos específicos”. O Estado é o centro de exercício do poder político, representa força de regulamentação jurídica de um país. Gramsci (1992) defende que a política que antes significa tudo o que se refere à esfera social pública e cidade, foi nas últimas décadas submetida a um processo de abastardamento. A política foi redefinida como arte do possível num outro sentido, pois, o de que a disputa da consciência social das pessoas se dá no plano da simbologia publicitária. Santos (2003, p. 6) sustenta que a política é a “arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas”. Para Harnecker (1983, p. 187) “o político” é o aparelhamento jurídico-político de uma sociedade, “a política” é o campo da ação política, isto é a luta de classes em uma conjuntura determinada.

Claval (1979) ao considerar as relações entre a sociedade e o poder, evidência que a vida social é feita de ação sobre o meio ambiente e de interação entre os homens. O poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, mas sim é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outras. As burocracias asseguram a execução das decisões do governo tomando a forma de administração. A floração de novas formas de organização, a

² Raffestin (1993, p. 30-38) aponta que uma problemática é um “conjunto de problemas próprios a um tema; modo de colocar um conjunto de problemas relativos a uma questão particular; mecanismo que consiste em determinar o estatuto de inteligibilidade de um sistema”. Para Carrilho (2004, p. 39) uma problemática “é sempre, um nó de problemas, cuja instauração decorre da tematização das relações que dão forma e esse nó e que exhibe sempre, de uma forma mais ou menos explícita o modo como a formulação de um problema depende da de outros problemas que, por sua vez, também, agem sobre ele, dando desse modo origem a movimentos de *nuclearização* e *periferização*”.

burocracia de partidos, os sindicatos, os grupos ideológicos e religiosos assumem a tarefa de intermediários entre os cidadãos e o poder e a definição das regras do jogo social é a principal função do Estado. Ao observar os problemas de representação, indica que as sociedades liberais, as comunidades nacionais são organizadas por partidos, sindicatos, igrejas ou grupos ideológicos, as formas dessas instâncias representativas se modificam com o progresso das comunicações e com as transformações que provocam na tessitura da sociedade civil, à medida que a coletividade ligada à divisão do trabalho toma consciência de sua solidariedade, os partidos adquirem uma consistência social.

Concernente a historialização do processo político-eleitoral, Évora (2004, p. 23-30) defende que o caso de Cabo Verde está inserido naquele movimento designada de “Terceira onda de Democratização” começou com o movimento de Abril de 1974 em Portugal, onde um golpe de Estado pôs fim à ditadura de Salazar e Marcelo Caetano. A Revolução dos Cravos deu origem a um vasto movimento global em favor da democracia e resultou num processo global de transição de regimes autoritários para democráticos e multipartidários. Os dirigentes do regime representado pelo Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) iniciaram o processo de transição e o surgimento de uma nova força política, o Movimento para a Democracia (MpD) veio dar um novo rumo ao processo de reforma política e consequentemente do espaço político, que deve ser entendido como um esforço conjunto da oposição e da situação.

Santiago sempre albergou mais da metade da população do Arquipélago, desde a sua origem, decorrente do seu povoamento, a mais africana das ilhas e por isso, aquela que mais resistiu à tentativa de “limpeza cultural” levada a cabo pelo poder colonial antes e pelos seus discípulos “macaronésios³”, conforme Querido (2011, p. 259) a abertura de Cabo Verde à democracia pluripartidária, porventura permitiu um envolvimento aparentemente maior aos naturais da ilha de Santiago⁴

³ O termo *Macaronésia* (do grego *Makaron*, feliz), sinónimo de ilhas afortunadas, foi introduzido na linguagem técnica e no passado século pelo botânico inglês P. Baker Webb. A *Macaronésia* ou ilhas Atlânticas, é uma designação regional que engloba quatro arquipélagos do extremo sul de uma vasta região atlântica, situada a S.W. da África e a N.W. da África: (24.000 ha), da Madeira (87.000 ha) e das Canárias (716.000 ha) (TEIXEIRA e BARBOSA, 1958, p. 19-24).

⁴ Rebelo (2016, p. 13) aponta até 1990 havia um único ministro santiaguense no governo de pós-independência. “Durante anos, Santiago pagou pelo descrédito dessa incompreensível rivalidade e hoje é notória a dificuldade da Praia ser vista fora da ancoragem de Santiago e ser amada, por todos, como capital, tudo por conta de certas abordagens bairristas e pelo síndrome de complexo decisório,

(dos “africanos”) na vida política nacional, criou por outro lado, condições para o ressurgimento de forças retrógradas⁵. Essas forças recuperaram o espírito do discurso do tempo colonial: “Não fossem os badios, os pretos de Santiago, seríamos hoje ilhas adjacentes a Portugal”. Só que desta vez introduziram pequenas alterações formais: em vez de Portugal prefere-se falar da Macaronésia; em vez de adjacência fala-se de integração.

Évora (2004, p. 23-30) levanta a hipótese de que as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde poderiam ter outro resultado se estivessem outras forças políticas competindo. A inexistência de mais partidos concorrentes determinou que os resultados destas eleições adquirissem um significado simbólico e que portanto não é o voto ideológico que define a mudança de regime em Cabo Verde. O voto no MpD foi apenas um “voto protesto” ou “voto mudança”. Para Lopes (2012, p. 461) numa entrevista com Aristides Pereira, ex-presidente de Cabo Verde (1975-1990) a democracia veio para ficar em Cabo Verde. Afinal, “foi também por ela que nós lutamos ao pegarmos em armas contra o colonialismo (...). Á independência juntou-se o sonho da democracia. Falta agora realizar agora o sonho do desenvolvimento”. Questionado sobre o passado, Aristides Pereira, corrigiria o partido único; “o nosso erro foi não perceber que o prazo para um regime desses em Cabo Verde teria de acabar mais cedo, bastaria dez anos”, justificou, o primeiro Presidente de Cabo Verde (1975-1990).

Monteiro (1993, p. 2) defende que o que em regra aconteceu na segunda metade do nosso século em Cabo Verde foi que rapidamente os novos governantes privilegiaram a vertente da Institucionalização/Construção do Estado, descurando os valores políticos subjacentes ao discurso da independência enquanto instrumento viabilizador das Liberdades democráticas. Dois aspetos são essenciais, a primeira diz respeito à cultura política dos novos detentores do poder, a cultura organizacional dos partidos, que conduziram uma guerra ou passaram longos anos na clandestinidade, e ao modelo político referenciador de organização política do

que ainda não permitiu encontrar um ambiente político e um decisor convicto para defender o Estatuto Especial que a Praia merece”.

⁵ Segundo Andrade (1980, p. 6) a revista *Claridade* fundada em Março de 1936, significou uma viragem no movimento literário de Cabo Verde. “Esses intelectuais que na sua concepção estética se inspiraram no movimento português nascido em torno da revista *Presença* e na literatura brasileira. Como produto esteticamente acabado do elitismo, ela passou ao lado do clamor das massas das ilhas. Defendiam que as contribuições da cultura africana tendiam a reduzir-se ao nível de sobrevivências ou a diluir-se em função do grau de instrução e de urbanização do meio, enquanto os valores europeus se impunham e se generalizavam”.

Estado que se pretendia erigir. Esses fatores apontavam para um quadro político de uma forma mais ou menos acentuada seria influenciado pelo modelo de organização política dos países do leste europeu; a segunda tem a ver com dado de natureza sociológica. O partido que consegue encarnar os ideais da Independência, que luta por ela e a conquista, veicula, de certa forma, uma imagem mítica capaz de catalisar toda a energia da nação, mobilizar a esmagadora maioria da população, de modo a tendencialmente fazer desaparecer as outras forças políticas a um médio prazo.

1.2 O enfoque espaço-temporal da tese

O enfoque espaço-temporal⁶ integra a ilha de Santiago, República de Cabo Verde, na sua relação com o espaço geográfico africano, nas relações com o Mundo, os (des) encontros com as potências ocidentais, na perspetiva do espaço político como uma totalidade. O recorte temporal da tese compreende o período do 1991 à 2011. Tendo em consideração a construção e aprofundamento da problemática de pesquisa, o problema central de investigação tem como mote principal, desenvolver uma análise sobre as configurações espaciais do voto dos partidos no espaço político cabo-verdiano e suas inter-relações com os territórios eleitorais na ilha de Santiago. Além do mais, pretende, nestas linhas, situar o essencial dos eventos que marcaram Portugal e Cabo Verde, no último quartel do século XX, considerando a necessidade de compreender os dois espaços em presença nas suas relações dialéticas. Refere, a província de Cabo Verde na véspera da independência nacional, em 05 de Julho de 1975 e Portugal, metrópole colonial, atrasada e fascista, cuja “Revolução dos Cravos”, em 25 de Abril de 1975, aticou as negociações com vista à independência dos territórios coloniais em África.

Faustino (2014, p. 10) ao retratar o contexto de Portugal, metrópole colonial, aponta que Portugal nos anos sessenta/setenta era pobre, autoritário, enfrentando as consequências da guerra colonial nas frentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, o que representava um esforço muito grande, só possível devido, especialmente, aos apoios dos Estados Unidos da América (EUA), do Reino Unido e França. Tratava-se de um pequeno país, agrícola, dependente das

⁶ Segundo Santos (1978, p. 252) tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. “Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal”.

colônias, de tradição conservadora, isolado diplomaticamente e que tinha uma parte da sua juventude morrendo nas guerras e outra emigrando para dela se escapar e para fugir às dificuldades econômicas. Havia uma emigração portuguesa maciça particularmente para França. Simultaneamente estimulava-se a emigração de camponeses cabo-verdianos para Portugal, especialmente para a área de construção civil. Assim, os portugueses iam para a França fazer o que os franceses já não queriam fazer e os cabo-verdianos enviados a Portugal para substituí-los. O ambiente caracterizava-se por uma grande rigidez da sociedade portuguesa. A repressão de tudo o que era considerado contestação era muito dura. As lutas operárias eram reprimidas com muita violência. O racismo exacerbava-se com a guerra colonial e com a chegada de trabalhadores cabo-verdianos.

A universidade era simultaneamente fábrica de oficiais e válvula de escape das tendências políticas da juventude. Como a politização era acentuada, a luta anticolonial no seio da juventude portuguesa intensificava-se. O movimento maoísta ganhava força no seio da juventude e o trotskismo como antídoto do estalinismo maoísta ou soviético crescia. O estalinismo, que influenciou muitos dirigentes do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com seu autoritarismo, a sua polícia política, a revisão da história etc. Prevalcia em Cabo Verde na época, particularmente nas vésperas da independência nacional, um regime colonial/fascista acochado por guerras coloniais, e por um certo isolamento internacional. O controle das pessoas era quase absoluto, com recurso da máquina administrativa e da tenebrosa Polícia Política Portuguesa (PIDE) impunha em termos reais e simbólicos. A presença portuguesa na ilha de São Vicente (Cabo Verde) era importante, pois, havia a perspectiva de transformar São Vicente numa importante base do Tratado Atlântico Norte (NATO) o grande sustentáculo político e militar de Portugal. A situação econômica era muito difícil no arquipélago de Cabo Verde. A emigração para Holanda surgia como alternativa às roças de São Tomé e Príncipe.

Ki-Zerbo (2007, p. 4-5) ao responder a pergunta “Que fazer?” para a África realizar a sua grande prioridade (“constituir-se”), defende que é preciso antes de mais o recurso aos valores⁷ que sustentam qualquer progresso humano, junto

⁷ Segundo Ki-Zerbo (2007, p. 8) cada sociedade “forja a sua própria modernidade que deve concretizar-se em grandes obras a definir (as pirâmides modernas) tornando visível a nova identidade africana que responde às questões primordiais: Quem somos nós? Onde queremos ir? Por que caminhos? Com que meios?”.

com a logística, os recursos, e a integração no tempo e no espaço; no tempo, trata-se de não se fixar apenas no presente, mas integrar o passado e o futuro através da consciência histórica; no espaço, é preciso constituir-se através da integração do espaço econômico inter-africano e substituir a desagregação atual.

Para o autor fica o grande desafio da identidade, conhecer-se e fazer-se conhecer desenvolvendo com potência os sentimentos de pertença que se afastam do tribalismo e do micro-nacionalismo, construindo cidadanias de diversos níveis desde a da aldeia e da cidade, até à dos espaços sub-regionais: Norte Africano, Oeste Africano, Centro Africano, Este Africano, Sul-africano. A identidade cidadã deve substituir pouco a pouco a impossível “etno-democracia”. Isso supõe uma dimensão pedagógica do progresso, isto é, a formação permanente a todos os níveis e em todos os domínios. O papel do espaço geográfico é fundamental, arcabouço sobre qual os agrupamentos humanos edificam as identidades. Na sequência das mudanças introduzidas pela Conferência de Berlin, a partilha da África, impôs uma nova racionalidade na organização do espaço, o desenvolvimento do sistema colonial, como o elemento mais importante de toda a geografia do período entre as duas guerras mundiais (1914-18 e 1938-45) estabeleceu o quadro administrativo geral no qual os países independentes deviam se submeter no processo de descolonização.

Ki-Zerbo (2006, p. 67) defende que o Estado africano tradicional era uma instância de gestão do bem comum e das decisões tomadas em nome de toda a cidade, de todo o reino. “Foi destruído, esmagado pela colonização e, no melhor dos casos, substituído por novas formas de regimes democráticos aos quais os africanos não estavam habituados e nos quais não podiam reconhecer-se nem moldar-se como acontece nos países europeus”. Para Beats (2011, p. 354) a incipiente normalização da vida política no contexto de uma estrutura organizativa à europeia “constitui o aspeto principal da modernização que os europeus introduziram então na África, para servir seus próprios desígnios”. Nkrumah (1967, p. 35) afirma que descolonização é uma palavra insincera e frequentemente utilizada pelos porta-vozes imperialistas para descrever a transferência de controle político, da soberania colonialista para a africana. A alteração das relações econômicas entre as novas nações soberanas e seus antigos senhores é apenas de forma. “O colonialismo tornou-se o neocolonialismo, o último estágio do imperialismo; sua última

proclamação de existência, como o capitalismo monopolista ou imperialismo é o último estágio do capitalismo”.

Ao examinar a matemática eleitoral no espaço político cabo-verdiano, Correia (2010, p. 8) sustenta que a nova geografia eleitoral de Cabo Verde e a última atualização dos cadernos eleitorais deram novo alento ao Movimento para Democracia (MpD). Desse modo, a novidade dos círculos/ilha, com exceção de Santiago, dividida em dois círculos eleitorais (Santiago Norte e Santiago Sul); o controle da maioria dos municípios⁸ de Santiago (Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo); novas lideranças a nível nacional e local; o desgaste de dez anos de governação do Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) e a disponibilidade da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) para um entendimento virado para apelar o PAICV do poder, são ingredientes mais que suficientes para que os do MpD comecem a embandeirar o arco. Veja-se o caso de Santiago Sul, doravante passa a integrar para além do antigo círculo da Praia, onde o MpD e o PAICV apareciam quase em empate técnico, envolve o município de Ribeira Grande de Santiago, onde o MpD é maioria autárquico e São Domingos, onde sempre ganharam ao PAICV (1995-2011). Em Santiago Norte as lideranças do PAICV não souberam sanar as divergências instaladas em Santa Catarina por ocasião das eleições autárquicas. Além disso, a câmara de São Lourenço dos Órgãos acrescenta pouco valor ao PAICV, logo os “rabentolas” só vêm razões para sorrir nas eleições gerais de 2011. Em São Vicente, as coisas sempre correram bem ao MpD. Contabilizando as tradicionais dificuldades do PAICV no meio urbano e o desgaste de dez anos de governação; somando os acordos com UCID, não há razão para não obter a maioria dos votos.

Correia adverte que um esquema vencedor tem, pelo menos, três etapas, nomeadamente trabalho de casa, aritmética e introdução de correções. Significa que, antes de mais, é preciso fazer bem feito o trabalho de casa. O trabalho de casa sobreavaliado conta demasiado optimista e/ou apaixonadas e festejos antecipados em vez da introdução de correções e marcação cerrada ao principal opositor, transformam enormes oportunidades de vitória em mera ilusão.

⁸ Para Castro (2011, p. 204) o município é um “recorte espacial possível, porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do quotidiano social”.

Segundo Bussi (2011, p. 1-3) a década de 80 pode ser considerada crucial para análises eleitorais, para a ciência política, mas especialmente para a geografia eleitoral, marcadas por fortes desenvolvimentos metodológicos, incluindo o surgimento de mapeamento automático, onde o estudo do voto é reconhecido como uma parte indispensável de qualquer análise política ou cultural. Igualmente, a nível internacional, a transição para a democracia necessariamente faz com que a análise das eleições seja um campo de pesquisa novo e indispensável, nomeadamente, na América Central e do Sul, Ásia, África, Europa do Leste, através do estudo das eleições nacionais, os pesquisadores estão procurando não só um indicador do equilíbrio político de poder, mas também um espelho das diferenciações internas socioculturais. Defendemos que a geografia tem um papel importante na leitura dos espaços políticos dos estados nacionais, porque essa disciplina tem a peculiaridade de estudar a totalidade, tendo consciência que esta é produto das subtotalidades articuladas que dão a dimensão dialética da formação econômica e social, base de sustentação do modo de produção vigente em cada localidade. Tendo em consideração a construção e o aprofundamento da problemática de pesquisa, propõe-se dialogar com três questões básicas:

- 1) Que variáveis importantes concorreram para a eclosão dos espaços políticos na ilha de Santiago, República de Cabo Verde?
- 2) Avaliar qual tem sido o desempenho eleitoral dos Partidos Políticos no ciclo eleitoral 1991-2011, nas configurações espaciais do voto na ilha de Santiago?
- 3) Identificar quais são os principais fatores condicionantes do voto?

O objetivo geral desta tese é analisar as configurações espaciais da votação dos partidos políticos na ilha de na ilha de Santiago, República de Cabo Verde. As etapas do estudo empírico, necessárias à realização do objetivo geral, conduzem aos seguintes objetivos específicos:

- a) periodizar as lutas pela eclosão dos espaços políticos em Santiago;
- b) examinar o papel dos partidos políticos na luta pela libertação nacional;
- c) investigar os processos de formação dos territórios eleitorais dos partidos, baseada nos padrões de voto;
- d) identificar os fatores condicionantes na decisão de voto.

Em jeito de justificativa, com o presente trabalho, pretende-se contribuir para a reabilitação dos vínculos dispersados, dos processos desviados da história e

da geografia ignorada e dos atores no espaço geográfico cabo-verdiano, arquipélago africano. Considerando a escassez de pesquisas sobre a natureza geográfica do espaço político da África e seus arquipélagos, fomentar a realização de novos estudos no domínio das eleições na jovem república cabo-verdiana, sobretudo na temática específica da geografia política eleitoral. A obtenção do terceiro mandato e a consolidação do Partido Africano Independência de Cabo Verde (PAICV) no Governo da República de Cabo Verde, despertaram o interesse sobre os fatores condicionantes de tal resultado, volvidos dez anos na oposição e na reestruturação com vista a colocar o partido na modernidade, onde a democracia se associa ao receituário neoliberal no espaço político na ilha de Santiago, Cabo Verde.

A importância teórica desta investigação pretende acima de tudo contribuir para a clarificação dos conteúdos sociogeográficos do recente ato eleitoral, ocorrida em 2011. Digno de realce, o fato de que ainda não foram feitas investidas no domínio da geografia política e eleitoral no sentido de compreender as motivações do comportamento eleitoral no espaço geográfico da ilha de Santiago de Cabo Verde. Há uma necessidade objetiva de se conhecer o perfil do eleitorado na ilha de Santiago, para entender de que maneira os eleitores formam sua preferência partidária, através do mapeamento das dinâmicas eleitorais. A partir de tais premissas, pretende-se contribuir para a produção de uma teoria social crítica sobre as configurações espaciais da votação dos Partidos políticos na ilha de Santiago. Pretende ainda subsidiar pesquisas futuras sobre a relação entre o tipo de base eleitoral e a atuação dos partidos políticos no exercício da representação política; bem como sobre a existência de relação entre as bases eleitorais e as desigualdades socioespaciais. A partir da elaboração da problemática de investigação, enunciação dos objetivos de pesquisa e a justificativa, traçou-se as seguintes hipóteses ou pressupostos teóricos e metodológico:

- 1) a formação dos espaços políticos no continente africano e no arquipélago de Cabo Verde, tira suas principais referências no modelo do Estado colonial.
- 2) a orientação do voto do eleitor na ilha de Santiago depende da confiança) que os eleitores depositam nos partidos.

- 3) a tese de existência de um partido regional/nacional pode ser melhor compreendida através da utilização de índices matemáticos e/ou estatísticos.
- 4) considerando que todo sistema político é caracterizado por um certo número de conflitos, no caso de Cabo Verde, defendemos que os conflitos parecem ser de natureza assimilacionista⁹.

1.3 As proposituras da tese

Passa-se em seguida para o enunciado das proposituras da tese. O objetivo da primeira propositura é incorporar a primazia do espaço político na abordagem geográfica. Os problemas políticos correspondem a toda uma série de redes de poder com características espaciais bem diversas. A segunda propositura, parte da ideia do multipartidarismo para a bipartidarização, defende, que das análises realizadas e a partir do índice do número efetivos de partidos, parece que o sistema partidário cabo-verdiano no período compreendido entre 2001 a 2011, caminha a passos sólidos rumo a bipolarização, apesar de concorrerem no espaço político, seis partidos políticos, todavia, apenas dois, o Partido Africano de Independência Guiné e Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD) tem dominado completamente a dinâmica do espaço político, deixando, quase nenhum espaço para a participação cidadã e do eleitor. A terceira propositura vai ao encontro da ideia de que parece que os principais partidos do arco do poder (PAICV e MpD) apresentam uma tendência para diminuir a desproporcionalidade de votos entre si, possibilitando teoricamente, o desenvolvimento e criação de novos partidos ou coligação de pequenos partidos com o PAICV ou MpD, partidos hegemónicos. A quarta propositura, concernente à dinâmica das configurações espaciais da votação dos partidos na ilha de Santiago, defende que o PAICV regista maior variação nos diferentes territórios eleitorais da ilha, que o MpD, todavia, este último, não varia muito o número de votos nos territórios eleitorais sob seu domínio. Parece que a estabilização das bases eleitorais de ambos os partidos estão a cristalizar no espaço político cabo-verdiano, de modo que nas próximas eleições

⁹ Segundo Fernandes (2006, p. 51) o assimilacionismo é o processo pelo qual os nativos são impelidos a aderir à cultura dominante, como requisito básico para a sua inclusão sociopolítica. “Ele mitiga a discriminação e inspira à autonegação. Pela via assimilacionista, induz-se o subalterno a esquecer o passado colonial de conquista, escravidão e espoliação econômica e cultural, aderindo aos propósitos civilizatórios e adotando as referências culturais do grupo étnico dominante.”

legislativas que se avizinham, porventura, nenhum partido poderá alcançar uma maioria absoluta para governar com estabilidade, abrindo espaço para possíveis coligações no mercado eleitoral. Por fim, sobre os conflitos, suas eclosões, resultados e causas, a relação entre a formação do sistema político e a mestiçagem, defendemos que a partir de 2001, a configuração do espaço em Cabo Verde, sofre grandes alterações com a reabilitação da ilha de Santiago e dos seus habitantes, “os badios”, mantidos longe do poder desde a formação do primeiro Governo da República, sob a hegemonia total das ilhas do Barlavento, com centralidade em São Vicente, cuja elites são as principais produtoras e reprodutoras da mestiçagem.

Em seguida, descreve-se os pressupostos metodológicos da tese que buscam responder a pergunta como. A organização da estrutura metodológica adotada neste trabalho inclui elementos da definição do método adotado (Pluralismo Metodológico¹⁰), teorias, conceitos. Para Santos e Silveira (2006, p. 11) escolher um método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais, indo ao encontro desta ideia, metodologicamente, trata-se de um estudo de que incidiu numa conjugação dinâmica da abordagem interdisciplinar.

Esta tese solidariza-se com a ideia de Carrilho (1994, p. 50) de que já não vigora, principal e única, o molde habitual da racionalidade¹¹, “onde a exigência objetivista é substituída pela exigência da solidariedade e os próprios modelos da atividade científica se pluralizam, suas múltiplas articulações com as dimensões especulativa e crítica”. Santos (2003, p. 120) defende que na esfera da racionalidade hegemônica pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Como consequência decorrente dessa política, uma boa porção da humanidade, por abnegação ou inaptidão, não é mais capaz de acatar leis, princípios, preceitos, ordens, costumes extraídos dessa lógica hegemônica. Daí a propagação de “ilegais”, “irregulares”, “informais”.

¹⁰ O pluralismo metodológico é compreendido por Demo (1995, p. 52) como “componente da discutibilidade, parte integrante do processo da criação científica, porque funda o direito de divergir, o direito de produzir com originalidade, o direito de ser diferente, o direito à alternativa”, porém, Alves e Ferreira (2008, p.10) avisam que para que isso seja alcançado, “as pesquisas devem priorizar o entendimento da organização do espaço, objeto de estudo da geografia”.

¹¹ Segundo Carrilho (1994, p. 49) esta matriz conduziu à identificação crescente do “exercício da razão com a cientificidade, à limitação das suas principais formas pelos critérios do que é e não ciência, isto é, das noções de racionalidade, objetividade, verdade, método, entre outros”.

Segundo Bourdieu (1998) o racionalismo científico, o dos modelos matemáticos que inspiram a política do FMI ou do Banco Mundial *Law Firms*, grandes multinacionais jurídicas impõem as tradições do direito americano ao planeta inteiro, o das teorias da ação racional, etc., expressão e caução de uma arrogância ocidental, que leva a agir como se certos homens tivessem o monopólio da razão e pudessem instituir-se em polícias do mundo, em detentores autoproclamados do monopólio da violência legítima, capazes de pôr a força da armas ao serviço da justiça universal.

A coerção econômica reveste-se muitas de razões jurídicas. O imperialismo cobre-se com a legitimidade de instâncias internacionais. Pela própria hipocrisia das racionalizações, tende a suscitar ou a justificar novos povos árabes, sul-americanos, africanos, uma revolta profunda contra a razão. Esses irracionais são produto do nosso racionalismo, imperialista, invasor, conquistador ou medíocre, tacanho, defensivo, regressivo e repressivo, segundo os momentos e os lugares. (BOURDIEU, 1998, p. 25).

Para a realização do presente trabalho e conseqüente alcance dos objetivos foram efetuadas incursões, nomeadamente, junto às fontes bibliográficas, no tratamento e tabulação dos dados, na produção de tabelas e gráficos recorreu-se ao *software Microsoft Excel e SPSS*. Quanto à análise dos dados geográficos, recorreu-se ao programa *ArcGIS for Desktop 10.2.2*. Para o mapeamento foi utilizado a base cartográfica de Cabo Verde, cuja unidade espacial é a ilha. A pesquisa foi realizado em quatro etapas: exploratória, descritiva, análise de dados e apresentação de resultado (FIGURA 1). Referente ao cálculo da amostra, o público-alvo é de 264.003 eleitores da ilha de Santiago em 2011 (CNE, 2011) relativo a técnica de amostragem, foi utilizado o modelo de sondagem probabilística, sondagem aleatória e o indicador “Proporção” (ρ)¹². Com um nível confiança de 91%, Erro relativo 9%, a dimensão da amostra calculada foi de 222 eleitores¹³.

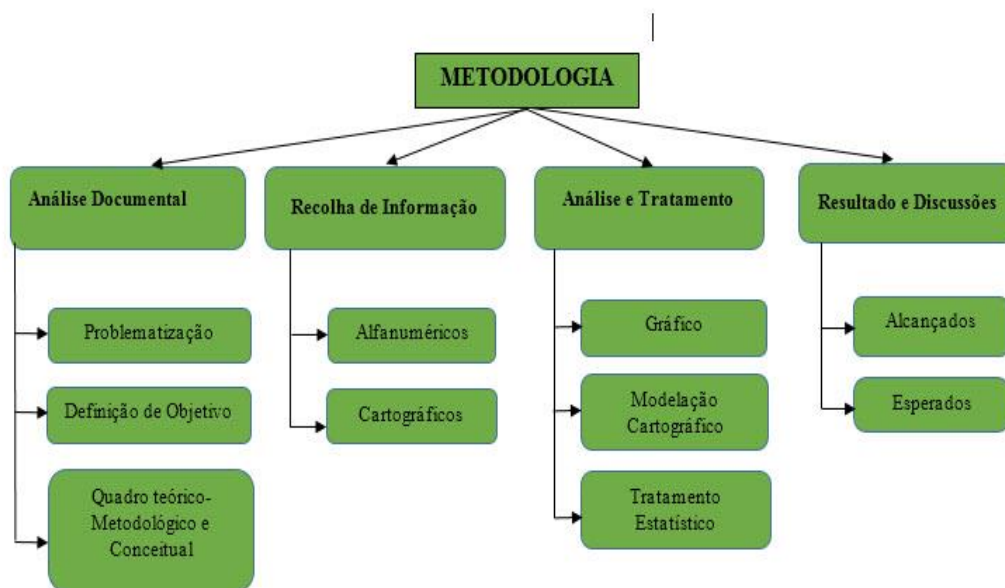
O questionário foi concebido de acordo com os objetivos previamente traçados, para avaliar a percepção do Eleitor sobre os principais fatores condicionantes da decisão de voto e preferência partidária. A recolha de dados foi realizado através de inquérito, método privilegiado na recolha de informação por meio de entrevista pessoal. O modelo de análise da tese (FIGURA 2) para retratar

¹² A Proporção (ρ) permite segmentar os votos recebido por cada partido político nos respetivos círculos eleitorais.

¹³ Para obter indicadores de todos os nove círculos eleitorais da ilha de Santiago, do total de 222 Eleitores da amostra, foi estratificada proporcionalmente: Santa Catarina (34.211, n=29); SS Mundo (4.515, n=4); SL Órgãos (4.337, n=4); Santa Cruz (12.644, n=11); São Miguel (7.923, n=7); Tarrafal (8.984, n=8); RG Santiago (4.617, n=4); São Domingos (7.364, n=6) e Praia (179.403, n=151).

as configurações espaciais do voto, recorreu-se a medidas estatísticas, permitindo uma aproximação numérica do objeto de estudo, através de medidas de posição (média); medidas de dispersão Variância e Coeficiente de Variação (CV); comparação de frequência (absoluto, proporção, percentagem e taxa); apresentação de dados (tabelas e gráficos). Para apresentar as configurações espaciais do voto, recorreu-se ao diagrama de setores ou setorial, gráfico circular dividido em setores, cada um com uma área proporcional à percentagem da área do círculo. Para poder analisar comparativamente esses valores, calculou-se o coeficiente de variação – quociente do desvio-padrão pela média das percentagens obtidas por cada partido nos círculos eleitorais.

Figura 1 – Esquema lógico-Metodológico.



Fonte: CARVALHO, 2015.

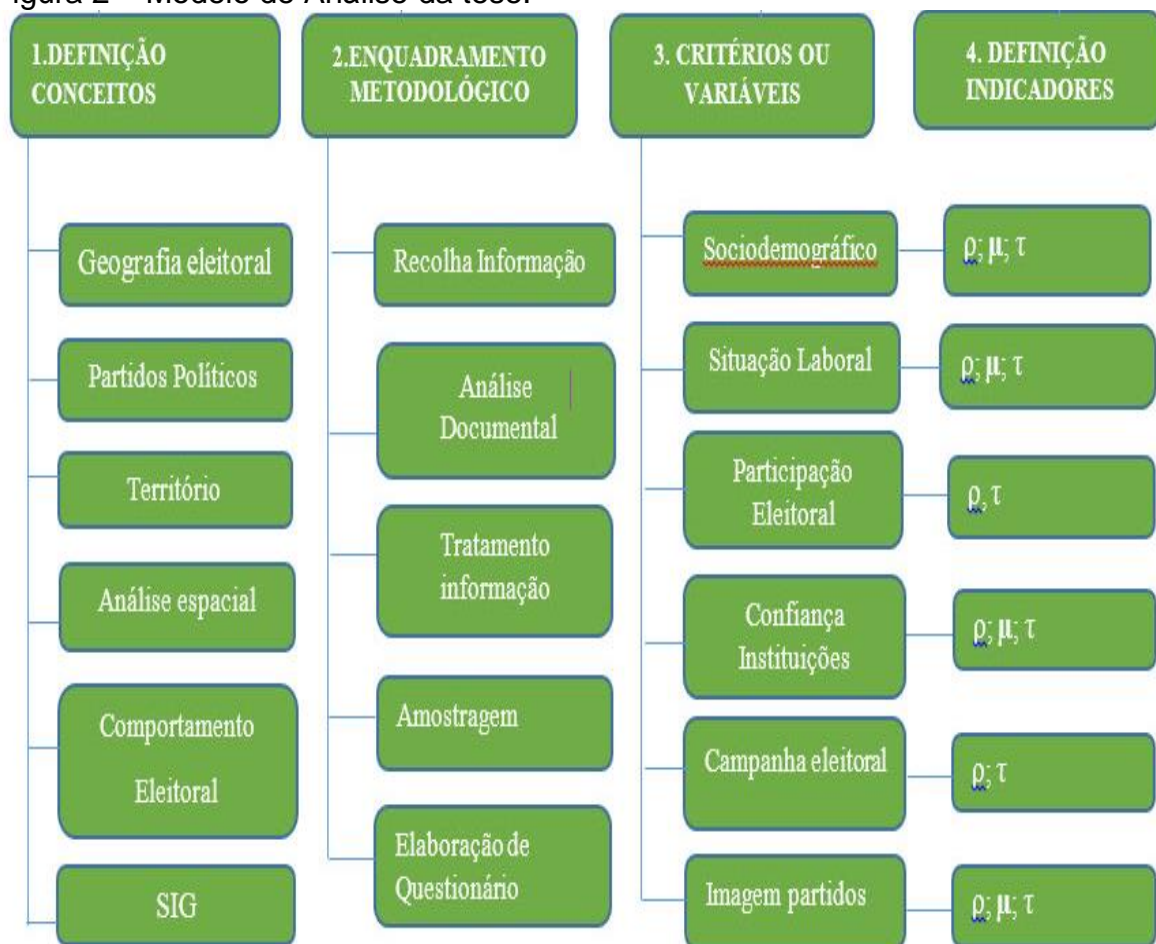
Quanto mais baixo for o Coeficiente de Variação (CV) maior é a regularidade do comportamento espacial do partido e também das configurações territoriais do voto. Apenas são comparáveis os valores referentes a partidos que concorrem nos mesmos círculos eleitorais. Recorreu-se também a alguns modelos matemáticos¹⁴ para ilustrar os padrões diferenciados de votação nos diferentes

¹⁴ Para Duverger (1976, p. 331) os métodos matemáticos são formas aperfeiçoadas de análise comparativa. “A tradução dos fenômenos em algarismos e símbolos permite aproximar deles ao

círculos eleitorais da República de Cabo Verde. Duverger (1980, p. 263) mostra que três métodos diferentes podem ser empregados medir as dimensões dos partidos: os adeptos, os eleitores, as cadeiras parlamentar. Os eleitores e as cadeiras parlamentares constituem medidas gerais: só que uns e outros nem sempre coincidem.

O primeiro mede a força de um partido na opinião pública; o segundo mede a sua força governamental. A força parlamentar é um elemento da força eleitoral. Os eleitores cansam-se de ver perdidos os seus votos, se os dão a um partido que a técnica do escrutínio desfavorece: a “polarização” que se produz. Um partido que tem menos deputados tem menos prestígio e menos influente; pesa menos nas decisões governamentais, menos facilmente consegue lugares ou informações para os seus eleitores. (DUVERGER, 1980, p. 263).

Figura 2 – Modelo de Análise da tese.



ρ – Proporção; μ – Média. τ - Total

Fonte: CARVALHO, 2015.

mesmo tempo, confrontar suas características respectivas com precisão, fornecendo instrumentos de análise”.

Segundo o autor podem-se distinguir três categorias de partidos conforme a dimensão: os partidos de vocação majoritária, os grandes partidos e os pequenos partidos. Chama-se partido de vocação majoritária a que possui a maioria absoluta no Parlamento, ou tem possibilidade de possuí-las pelo jogo normal das instituições, normal em regime bipartidarista: os dois partidos tem ambos, vocação majoritária, a menor que a sua desproporção seja tão grande que um deles se veja reduzida a situação da minoria permanente. Um partido de vocação majoritária poderá um dia suportar sozinho as responsabilidades governamentais. Um partido é dominante quando se identifica a uma época: quando suas doutrinas, suas ideias, seus métodos, de algum modo seu estilo, coincidem com os da época. Quanto aos pequenos partidos, pode-se apontar duas tipologias: os partidos de personalidades e os partidos de minorias permanentes:

- 1) os primeiros são simples grupos parlamentares sem organização partidária real no país, sem verdadeira infra-estrutura social, agrupando deputados que não querem suportar a disciplina dos grandes partidos. São geralmente bastante fluídos e movediços, ausência quase completa de disciplina.
- 2) a segunda categoria tem arcabouço no país, ou nacional, ou local. Repousam em infra-estrutura social ou política. Correspondem a uma fração da opinião pública, fortemente minoritária, mas estável. Podem-se, assim, distinguir: os partidos de minorias geográficas, religiosas e políticas. Pequenos no Parlamento nacional, esses partidos são localmente, muito fortes.

Lijphart (2011) propõe uma classificação de sistemas partidários que leva em consideração o seu número e seus tamanhos relativos. O índice que informa quantos partidos existe em determinado sistema partidário, tomando seus tamanhos relativos em consideração. Esse número (N) é calculado da seguinte maneira:

$$N = \frac{1}{\sum s_i^2}$$

onde s_i é a proporção de cadeira do partido i . Pode-se perceber que no sistema bipartidário com dois partidos igualmente fortes, o número efetivo de partidos é exactamente 2,0. Se um partido for considerado mais forte que o outro, o número efetivo de partidos é de 1,7 aproximando-se do sistema unipartidário. Segundo o autor, quando os partidos não são iguais em força, o número de efetivo será mais baixo que o número real. Quando há um partido dominante, o número de efetivo do

partido será 3,5. Sem um partido dominante, a cota de cadeiras é mais igualitária e o número efetivo aumenta para 4,5.

Segundo Nicolau (2005) o nível de implantação dos partidos políticos pode ser melhor ilustrada através do índice de nacionalização/regionalização. Este índice calcula até que ponto um partido político pode ser considerado regionalista ou de carácter nacionalista, ou seja mede a concentração e a dispersão dos votos nos espaço. O valor deste índice varia num intervalo de 0 a 1, quanto mais perto de 0 estiver o partido é considerado regionalista e quanto mais próximo de 1 estiver o partido é considerado nacionalista. Objetivando avaliar o padrão de votação dos partidos nas eleições legislativas (2011) para o parlamento, foi utilizada o índice de desigualdade regional cumulativa (I_{drc}) proposto por Lijphart (2011). Esse I_{drc} é calculado da seguinte maneira:

$$I_{drc} = \sum |e - p|$$

O índice compara o percentual da votação que um partido obteve em cada círculo eleitoral (p) em relação a votação total obtida no país com o percentual do eleitorado do círculo sobre o eleitorado do país. As diferenças encontradas em cada unidade são somadas. O Código Eleitoral de Cabo Verde (CECV) de 2010 (art. 405º) define para a conversão dos votos em mandato em cada círculo eleitoral do território nacional e do estrangeiro faz-se através do Método de Representação proporcional D'Hondt. Do mesmo modo, o método D'Hondt aplicado em dezassete círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos), num círculo eleitoral médio (6 a 9 mandatos) e em dois círculos eleitorais grandes (10 ou mais mandatos). O método D'Hondt é um método para ordenar a repartição de deputados e outros representantes eleitos na constituição de órgãos de carácter colegial. O método comporta uma fórmula matemática, ou algoritmo, indicada a determinar o arranjo dos mandatos pelas listas concorrentes. Na ocorrência de empate em qualquer quociente, o mandato é atribuído à lista menos votada. O método é traduzido pela fórmula:

$$\frac{V}{S+1},$$

onde V é o número total de votos apurado para a lista e S o número de lugares já colocados na lista. O método pode ser empregado com a determinação de

patamares mínimos de eleição nas listas do qual a percentagem no total seja inferior ao mínimo estabelecido. A fim de dificultar a vitória dos pequenos partidos ganhar a eleição, todos os países que dispõem de distritos grandes ou nacionais instituíram as barreiras mínimas para a representatividade, definidas quanto ao número mínimo de cadeiras ganha em distritos de níveis inferiores e/ou quanto à percentagem mínima da votação total, em nível nacional. As magnitudes distritais e as barreiras eleitorais podem ser vistas como dois lados de uma mesma moeda: a barreira explícita contra os pequenos partidos, imposta por uma barreira eleitoral, tem essencialmente a mesma função da barreira implícita na magnitude distrital. Uma estimativa lógica da sua relação é a seguinte:

$$B = \frac{75\%}{M + 1}$$

na qual B é a barreira e M a grandeza média do distrito. Para medir a desproporcionalidade geral das eleições, o índice de desproporcionalidade proposto por Gallagher de acordo com Lijphart (2011) resolve o problema. Esse (G) é calculado da seguinte maneira:

$$G = \sqrt{\frac{1}{2} \sum (v_i - s_i)^2}$$

o cômputo do índice Gallagher (G) é o seguinte: as diferenças entre as percentagens do voto (v_i) e percentagens de cadeiras (s_i) para cada partido são elevadas ao quadrado, em seguida adicionadas; esse total é dividido por dois e tira-se a raiz quadrada desse valor. Duverger (1980, p. 131) lembra que as investigações poderiam ser orientadas em torno da variação entre as reações dos eleitores e as dos adeptos. Poder-se-iam assim comparar, por regiões por países, as taxas de adesão da percentagem dos votos obtidos por um partido, para verificar se existe uma relação entre eles, se variam no mesmo sentido ou em sentido inverso, ou se as variações não são concomitantes. O mesmo confronto poderia ser feito por profissões, por categorias sociais e por classes etárias. Essas análises deveriam relacionar-se com o maior número de partidos possíveis e remontar a um passado tão longínquo quanto o permitam as estatísticas. O procedimento metodológico adotado passa pelo resgate dos condicionalismos histórico-geográfico e pela análise crítica dos discursos e práticas dos atores e sua atuação no espaço nas relações entre os lugares e o Mundo. A ênfase central da tese vem da convicção do papel dos

agentes políticos, essencialmente, os Partidos políticos, na produção, reprodução do espaço político atual. Para entender este papel, é necessário analisar seus princípios fundamentais, apontando suas linhas de força.

Os Partidos políticos têm-se constituído agentes fundamentais na formação dos espaços políticos em Cabo Verde, cujo ápice, remonta a 1975, período da independência nacional, ao triunfar sobre o jugo colonial, rompendo definitivamente com o colonialismo e o fascismo português, depois de treze anos de guerra de libertação nacional (1961-1974) ao congregar os povos da Guiné e de Cabo Verde na luta pela independência nacional, pelo progresso dos povos da África na luta contra o imperialismo e o fascismo lusitano.

Quanto à organização, a tese é formado de seis capítulos, incluindo Referências e Anexo. Buscando situar a tese no contexto do tema escolhido, o primeiro capítulo, expõe o tema da tese, o problema a ser abordado, as hipóteses, os objetivos que nortearam o trabalho, a metodologia (apresenta os procedimentos de levantamento dos dados e a forma de análise desses indicadores) e a justificativa ou relevância do tema. O segundo procura construir o referencial teórico-metodológico da natureza do espaço político em Cabo Verde. Mereceu tratamento, também, as questões da periodização dos espaços políticos em África no contexto das independências e da (re) construção dos Estados nacionais e suas relações com o nacionalismo cabo-verdiano. O terceiro capítulo retrata a sociedade e a produção do espaço na ilha de Santiago de Cabo Verde, dedicada aos processos fundantes do território, ao modelo cívico territorial excludente. O quarto estuda a dinâmica da geografia política eleitoral cabo-verdiana, formada por quatro partes, busca enquadrar o desenvolvimento dos Partidos políticos e seus diferentes níveis de implantação nos círculos eleitorais, que sob a hegemonia dos Partidos mais votados, tornam-se também territórios eleitorais. O quinto retrata as configurações espaciais do voto dos Partidos, destaca a sociedade civil, como elemento fundamental para o aprofundamento da democracia cabo-verdiana para além do “consumo de eleições”. O sexto, espécie de conclusão, retoma, reafirma ou refuta as teses acerca do tema, busca dialogar criticamente com as hipóteses iniciais, tomando uma posição acerca do problemática relacional da tese que aponta para consolidação do bipartidarização do espaço político cabo-verdiano, marcado por uma forte desproporcionalidade do voto dos principais partidos políticos.

2 POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA ELEITORAL CABO-VERDIANA

2.1 O estado da arte

Wondji (2011) sinaliza que o eixo político central na África em 1990 permanece a “democracia” e a “boa-governança”, para as quais a libertação de Nelson Mandela, na África do Sul, incentivou a participação na política particularmente na juventude africana. O processo de transição democrática não se reproduziu à margem das dificuldades, choques e tensões, os quais por vezes condiziam a uma paralisia da vida política, provocando, por conseguinte a intervenção dos militares.

Salvo em Gana, no Mali e no Chade onde o processo democrático foi iniciado com a participação dos próprios militares que chegaram a se impor em termos às situações de crise: Nigéria (1993), Níger e das Ilhas Comores (1995), Burundi (1996) e Serra Leoa (1997), os quais marcaram a vida política ao longo de duas décadas. Outras crises, ligadas às dificuldades na implantação da democracia e da boa governança. Revelam-se mais complexas: no Congo e na República Centro-Africana, uma conjugação de problemas políticos e étnicos posicionou facções, umas contra as outras, em mortíferos combates urbanos. (WONDJI, 2011, p. 1139).

Segundo Mazrui e Ajaye (2011, p. 791) do ponto de vista político a África foi um campo privilegiado de observação no que diz respeito à “construção da nação, à formação do Estado, à dependência política, ao desenvolvimento político e à decomposição política”. Verdière, Perret e Weber (2009) defendem que as regras formais de governação fixadas pelos países oeste-africanos são inspiradas em modelos institucionais importados com mecanismos democráticos formais, com eleições por sufrágio universal e uma pluralidade de partidos políticos.

As eleições não chegam: a liberdade de expressão, a participação dos cidadãos na vida política, tanto como a necessidade dos governantes de prestar contas, são essenciais para a construção duma verdadeira democracia. Desde os anos 1990, a sociedade civil, transformou-se num ator incontornável no processo de desenvolvimento. Aliás, ela não escapa ao risco da instrumentalização ao serviço das ambições políticas e económicas dos seus dirigentes, ou mesmo daqueles que financiam as suas atividades, provedores de fundos exteriores, em particular. (VERDIÈRE, PERRET e WEBER, 2009, p. 29).

Ki-Zerbo (2007, p. 7) instrui que a democracia é constituída pelas instituições mas também democratas, e uma cultura social de tolerância e de respeito pelo direito vivido no dia-a-dia. “Estes dois últimos elementos estão longe de estarem realizados em África: em particular a noção de alternativa (e de alternância) e de oposição não é aceite e implementada por muitos dirigentes de origem militar”.

Segundo Duverger (1980, p. 183) os marxistas reprovam a democracia clássica pelo fato de ser puramente formal: “deputados, parlamentos, ministros só detêm uma aparência de autoridade, estando a substância essencial nas mãos dos organismos capitalistas: bancos, grandes indústrias, trustes etc.” Bourdieu (1998, p. 5-13) defende que a margem de manobra dos dirigentes políticos é sem dúvida muito menos reduzida do que se pretende fazer crer. Há um domínio em que os governantes dispõem de toda a latitude: “o do simbólico”. “Não há verdadeira democracia sem contrapoder crítico. O intelectual é um contrapoder desse tipo e de primeira grandeza, capazes de mobilizar as vontades sem mistificar as vontades”.

Monteiro (1993, p. 2) sustenta que na segunda metade do século XX em Cabo Verde os novos governantes privilegiaram a vertente da Institucionalização/Construção do Estado, negligenciando os valores políticos subjacentes ao discurso da independência enquanto ferramenta viabilizador das Liberdades democráticas. Segundo Anjos (2002, p. 71) no caso de Cabo Verde, tendo-se estabelecido um espaço de concorrência eleitoral, reforçou-se os sistemas de patronagem e clientela alistados no próprio regime eleitoral e a criação de “clãs familiares” que sujeitam a estrutura dos Partidos políticos. Até a década de 90 o poder político está em grande medida nas mãos de um punhado grupo de defensores do PAIGC e o Estado assumem índole “neopatrimonial” que consubstancia-se em três princípios:

- a) o direito de governar cabe ao presidente do Partido;
- b) as relações de lealdade e dependência estruturam o sistema político;
- c) o chefe do executivo e o seu círculo mais próximo recorrem da nomeação administrativa, para práticas de clientelismo.

Para a análise sociopolítica do espaço cabo-verdiano torna-se importante uma contextualização deste arquipélago-problema, procurando apreender a historicidade e a mitografia fundacional da cabo-verdianidade, mas também desvelar esta ideologia dominante que conforma o próprio campo político como uma espécie de ilha-metrópole, cuja “dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental” (SILVEIRA, 2005, p. 9). Isso requer uma abordagem da forma como as rupturas e continuidades coloniais no

Apesar do fim do colonialismo político e da progressiva intensificação do debate sobre a cultura e sociedade em Cabo Verde, regista-se ainda hoje, no pensamento mestiço cabo-verdiano, uma espécie de bifurcação entre a ideia de Europa e de África. Parece que persiste um consenso tácito para

dissimular os preconceitos racicos herdados da ideologia e da práxis política coloniais. Perspectiva-se os desafios, dilemas e paradoxos da participação política das mulheres nos rgoes de alta representação do arquipélago de criouliidade, através de uma abordagem crítica da interseccionalidade de genero, classe e região. (MONTEIRO, 2015, p. 21).

Vigneron (2013) defende que para erguer o espaço em território político, deve-se realizar a sinergia entre diferentes populaoes. É a identidade territorial fundamental para a construção da democracia eficiente. De ponto de vista democrático, pode-se alinhar a noção de "identidade territorial" com a idéia de "consenso democrático" (QUADRO 1).

Uma democracia eleitoral não pode reforçar a sua base territorial se os grupos humanos que compõem a entidade institucionalizada não encontraram uma forma adequada de consenso, efeito de pertencer a um grupo já estabelecido ou prestes a ser. Esta identidade implica consenso, uma vez que não existe identidade sem diferença. Este efeito pode ser exacerbado em contato com alteridade ou pode ser aplicado e processado por uma votação com base em interesses territoriais costeira, urbanas ou rurais. (VIGNERON, 2013, p. 97).

Para Geoff (2005, p. 23-24) a democracia na Europa é um acontecimento "recente, frágil, contestado e inacabado". So depois de 1945, como resultado da vitória sobre o fascismo, os direitos democráticos foram realmente adquiridos. Na Europa Oriental socialista sucedeu imediatamente uma contra-revolução estalinista, enquanto na periferia meridional da Espanha, Portugal e Grécia ditaduras de direita continuavam a reprimir. Marshall (1965 *apud* Santos, 2000, p. 8) reconheceu no interior das democracias modernas a existência de uma tensão permanente, uma "guerra", entre o princípio da igualdade (cidadania) e a desigualdade inerente ao sistema capitalista e à sociedade de classes. Castro (2011) sustenta a democracia como forma de governo implica considerar a sociedade e o território.

O problema central do debate em torno da democracia na atualidade permanece a clivagem sobre a melhor forma de governo capaz de alcançar o bem comum: a da democracia representativa, para a qual é central o problema dos aparatos institucionais; e a vertente da democracia radical ou direta, cujo problema central encontra-se na busca do consenso e eliminação do conflito. Esta oposição remete ao problema de escala, da relação entre o particular e o geral, da diferença da natureza do local e do global e que opõe as vertentes de inspiração marxista àquelas intelectualmente mais pluralistas. (CASTRO, 2011, p. 291-305).

Quadro 1- Situação das transições democráticas africanas (2012).

Sem transição	Transição Abortada antes das eleições	Transição sem alternância	Transição com alternância, não consolidada	Transição com alternância consolidada
Soudan	Guinée Biss.	Algérie	Kenya	Afrique du S.
Sud-Soudan	Somalie	Angola	Libéria	Bénin
Zimbabwe		Burkina Faso	Sierra Leone	Botswana
		Burundi	Zambie	Cap Vert
		Cameroun		Comores
		Centrafrique		Ghana
		Congo-Braz.		Ile Maurice
		Côte d'Ivoire		Malawi
		Djibouti		Mozambique
		Égypte		Namibie
		Éthiopie		Nigéria
		Gabon		Sao Tomé
		Gambie		Sénégal
		Guinée Cky		Seychelles
		Guinée équat.		Tanzanie
		Kenya		Zambie
		Libye		
		Mauritanie		
		Madagascar		
		Niger		
		Ouganda		
		RDC		
		Rwanda		
		Tchad		
		Togo		

Fonte: VIGNERON (2013, p. 60).

A democracia como problema para a pesquisa na geografia não se esgota na geografia eleitoral.

O território faz diferença como componente do modelo político capaz de expressar a liberdade das aspirações individuais e coletivas. A questão da distribuição territorial do poder político constitui na atualidade um dos principais temas da ciência política e da teoria democrática, o que certamente favorece o diálogo da geografia com estas áreas de conhecimento. A nossa democracia deve ser compreendida a partir dos seus contextos institucionais, histórico e sociais que adquirem plenitude e visibilidade no território. (CASTRO, 2011, p. 305).

Vigneron (2013) indica que na fabricação de territórios políticos na África Ocidental, a criação de uma política de malha aparece como um epifenômeno e como uma busca activa de um consenso através de hegemonia política. Na sequência das revoluções do século XVIII na França e nos Estados Unidos, o consentimento e vontade do povo tornam-se a única fonte de legalidade e autoridade. As eleições tornaram-se o único meio de estabelecer a autoridade territorial desses líderes. Na escala cronológica, outras áreas têm adotado diferentes formações sociopolíticas. O período pré-colonial no oeste do Sudão foi pontuado pela sucessão de grandes impérios em torno de economias flutuantes.

Ki-Zerbo (2006, p. 8-12) elucida entre as grandes questões que se colocam hoje em África em primeiro lugar há a questão do Estado, o problema territorial africano, porque o Estado-nação começou mal e é mal compreendido.

O Estado africano do século XXI deveria ser um Estado federal, trata-se de realizar a produção do espaço otimizado, tendo por base uma descentralização máxima para entidades realmente autênticas. A grande federação teria autoridade para tratar dos negócios estrangeiros, das finanças e das forças armadas. Como ter em conta os fatos senufo, haussá ou sonrai num reordenamento da África Ocidental? Será necessário fazer das fronteiras atuais pontilhados em vez de murros de betão e de estruturas beligeras em fontes de prosperidade e locomotivas de novas configurações. (KI-ZERBO, 2006, p. 85-86).

Na África faz-se uma diferenciação entre as coletividades com Estado e as coletividades sem Estado.

Ignora-se por ventura que mesmo em um império como o Mali, a falta de estradas transitáveis e de administração burocrática, fizeram com que a vida real da maioria da população se desenrolasse fora do "Estado", em vilarejos dotados de autonomia milenar e que não estavam ligados ao centro, nem por um vínculo material concretizado por um feudo, nem pela realidade física das autoestradas ou das vias férreas, nem pela materialidade das folhas de impostos e de decretos de ministérios ou prefeituras. (Idem, p. 399).

Seguidamente há a questão da unidade e do esboroamento de África¹⁵. África deve estabelecer através da integração, porque de momento ela não existe realmente. Trata-se do problema da identidade e do papel a cumprir no mundo.

E a identidade é o papel assumido. Na identidade, a língua conta muito. A troca cultura é muito mais desigual do que a troca dos bens materiais. Tudo o que é valor acrescentado é vetor de cultura. É necessário infra-estruturar as nossas culturas. Uma cultura sem base material e logística não é mais do que um vento que passa. (Idem, 2006, p. 11-12).

Segundo Silveira (2012, p. 8) a obtenção e aplicação do poder, de forma centralizada, por imperativos históricos, foi uma necessidade de distinção e afirmação social que os atores na frente da Independência conseguiram administrar sem causar transtornos à organização nacional. Contudo, sobre a repartição do poder e validação da sua prática, as respostas só apareceriam com a chegada da democracia formal, criadora e inspiradora das Instituições que dariam configuração e sentido a um Estado de Direito Democrático. “Não existe um debate crítico em torno das ideias políticas”, programas de desenvolvimento se ajustam às receitas e aos modelos propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial¹⁶, falta um ideário desenvolvimentista, segundo o autor.

A dualidade ideológica que ganhou corpo na bipartidarização predominante é responsável pela dicotomia política que começa a enraizar-se no ideário popular. O debate na Assembleia Nacional reflete a influencia ao mesmo tempo o argumentário ético-cultural que marca a procura incessante de soluções para os mais diversos problemas levantados pela situação específica de Cabo Verde como país dependente quase totalmente da ajuda externa para a viabilização do seu desenvolvimento. Segundo o semanário Vozdipovo (1990, p.3) o Conselho Nacional (CN) do PAICV em 1990 ao analisar a evolução da situação política em África, o CN concluiu que os sistemas políticos estabelecidos no continente africano não permitiram atingir os resultados esperados, assistindo-se a uma fraca

¹⁵ “Nada pode ser obtido sem a existência de um Estado continental da África. Ciência e tecnologia permitiram a outros Estados reforçar seu poder e estar em melhores condições de continuar sua dominação sobre os fragmentados Estados africanos. O progresso científico, ao invés de atuar em nosso favor, venha trabalhar em nosso detrimento, se não criarmos condições políticas e sociais para uma exploração e utilização racional da ciência e da tecnologia”. (CHEIKH ANTA DIOP 1977 *apud* NASCIMENTO, 2002, p. 13).

¹⁶ “O Banco Mundial da mesma forma que o FMI tem sido utilizados como instrumento de política externa dos países desenvolvidos no sentido de realização de reformas estruturais nos países em desenvolvimento que refletem os princípios básicos do liberalismo econômico, mas não refletem necessariamente os interesses da maioria da população nesses países”. (R. Gonçalves, 1994 *apud* SANTOS, 2006, p. 228).

capacidade de elaboração autónoma de políticas nacionais; tornando-se evidente que a importação de modelos não tem conduzido à solução dos problemas socioeconômicos e à democratização da sociedade; a crise econômica, determinada fundamentalmente pelo lugar do continente na economia mundial e as situações de instabilidade social e política que a acompanham reflectem-se negativamente no funcionamento das instituições de cooperação criadas a nível continental e regional, contribuindo para que resulte enfraquecida a capacidade de intervenção e para o agravamento da tendência para a marginalização do continente negro.

A nível do continente africano, tendo em conta a diminuição do rendimento *per capita*, o alto endividamento, a degradação do meio ambiente e a dependência em relação a exportação de matérias-primas. Os programas de estabilização e de ajustamento estrutural a que muitos países se viram submetidos, não se traduziram em resultados positivos, tendo antes provocado em muitos deles situações de desestabilização política e social, portanto “o homem como sujeito e principal beneficiário do desenvolvimento foram descurados”. Santos (2003) defende a política presentemente é realizada no mercado global não como ator¹⁷, contudo como ideologia, um símbolo.

Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalistas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. (...) Mas, se o Estado não pode ser solidário e a empresa não pode ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha. A política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político. (...) Mas a política tem de cuidar do conjunto de realidades e do conjunto de relações. (SANTOS, 2003, p. 67).

2.2 Buscando entrelaçar categorias de análise

Para a construção do quadro teórico-Methodológico da tese torna-se necessário resgatar o pensamento de alguns ideólogos africanistas e outros ocidentais, que nos auxiliam na abordagem da problematização do espaço político na África e seu rebatimento no nacionalismo cabo-verdiano, através da ação

¹⁷ Para Santos (2003, p. 106) são macroatores àqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação. “É a esses macroatores, que em última análise, cabe direta ou indiretamente a tarefa de organizar o trabalho de todos os outros, os quais de uma forma ou de outra dependem da sua regulação. O fato de que cada um deve adaptar comportamentos locais aos interesses globais, que estão mudando, leva o processo organizacional a se dar com descontinuidades, cujo ritmo depende do número e do poder do correspondente a cada macroagente”.

principal dos Partidos que desencadearam a luta anti-colonial e a reconstrução do Estado nacional. Como investigar as configurações espaciais da votação dos partidos políticos, na ilha de Santiago, a partir do nosso campo de estudo, a Geografia e do seu objeto, o espaço geográfico? Para responder a tal desiderato, considera-se no presente estudo, o espaço geográfico, objeto de estudo da geografia, e suas categorias de análise, como instrumentos adequados para empreender tal tarefa. Este trabalho propõe realizar uma abordagem do espaço geográfico, como o produto da combinação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente.

Para Santos (2006, p. 39-40) o espaço não é apenas um recetáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui a ideologia e os símbolos. Nessa perspectiva é tarefa da geografia estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço, como o quadro único no qual a história se dá. Segundo Moreira (2012, p. 133) o espaço tornou-se um determinante-chave da história do presente.

Lefebvre fala de uma escala espacial da reprodutibilidade capitalista. Soja, de uma espacialidade socialmente gestada. Lacoste, da espacialidade diferencial. E Santos, do tempo tecnicamente empiricizado num espaço-mundo. De tanto tomar o espaço para organizar-se, a história nele por fim se transformou. (MOREIRA, 2012, p. 133).

Para Pedona (2009, p. 67) o espaço emerge como uma categoria analítica importante porque vem se tornando uma referência para a ação dos sujeitos sociais, do Estado e suas instituições, e dos agentes hegemônicos da economia capitalista. “O espaço constitui um importante instrumento analítico da dinâmica e dos processos sociais. Entendido como espaço da ação humana, é nele que os conflitos entre os homens se condensam dando forma e conteúdo ao território”. Sustenta que “cabe ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, a partir de um aspeto da realidade global” (p. 72), realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer, para entender a totalidade, é necessário levar em conta que o conhecimento pressupõe análise e a análise pressupõe, a divisão.

Santos (2003) defende que no mundo da globalização, o espaço geográfico adquire novos limites, novos atributos, novas significações, uma nova relevância, porque a eficiência das ações está intimamente associada com a sua localização. Os atores mais poderosos seleccionam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente. (SANTOS, 2003, p. 79-80).

Em seguida, discute-se alguns conceitos basilares para entender a dinâmica da configuração territorial do voto dos partidos políticos e a construção dos territórios eleitorais, nomeadamente os partidos políticos, o espaço político, a geografia eleitoral e as teorias do imperialismo, a partir do exame do colonialismo e do neocolonialismo. Concernente aos partidos políticos, buscamos analisar o desenvolvimento do fenômeno dos partidos políticos, procurando descrever os mecanismos comparados dos partidos políticos, esclarecer os problemas da evolução, do seu número, relações recíprocas, de seu papel no Estado e a influência das doutrinas sobre as estruturas, procurando as relações entre o nível de vida, a profissão, a educação e a filiação política.

Segundo Duverger (1980, p. 15-35) os partidos experimentam profundamente a influência das suas origens. Os verdadeiros partidos datam de 1850, apenas Estados Unidos conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo. A maioria dos estudos sobre partidos políticos se prende à análise de suas doutrinas, decorrente da noção liberal de partido que o considera antes de tudo como “grupamento ideológico”.

Um partido é uma comunidade de estrutura particular. Os partidos modernos se caracterizavam por sua anatomia: aos protozoários das épocas anteriores, sucedeu o partido de organismo complexo e diferenciado do século XX. Essa evolução traduz-se na linguagem: os americanos dizem “a máquina” para designar determinadas formas que tomam algumas vezes seus partidos; os comunistas denominam “o aparelho” a estrutura hierárquica de seu partido, e o denominam geralmente sob este termo expressivo: “a Organização”. (DUVERGER, 1980, p. 15).

Segundo o autor a “estrutura dos partidos” caracteriza-se pela sua heterogeneidade, tipos sociológicos, arcabouço geral e laços de atributos comuns, pelas instituições dirigentes. Os partidos burgueses do século XIX sobrevivem sob a forma de partidos conservadores e liberais: nos EUA, continua a ocupar, sozinhos o cenário político. Buscam agrupar personalidade, orientada para as eleições e as combinações parlamentares; o poder reside na rivalidade entre pequenos grupos a volta de um líder. O partido só se ocupa de problemas políticos; o partidarismo

baseia-se de preferência no interesse ou no hábito. Por seu lado, os partidos socialistas repousam no enquadramento de massas populares, as rivalidades assumem o aspeto de luta de tendências. O partido espraia-se além do domínio puramente político para invadir o terreno econômico, social.

O comunismo e o fascismo caracterizam-se por uma centralização muito desenvolvida, assegura uma disciplina muito estrita; marcadas pelo exercício da propaganda e agitação incessantes, procuram adaptar-se às condições da luta aberta e do combate clandestino. Os comunistas se apoiam num sistema de células e acredita nas massas, é igualitário; os fascistas se baseiam em milícia privadas, de caráter aristocrático e elitista.

Os partidos trabalhistas são constituídos à base de sindicatos e cooperativas. Os partidos do tipo arcaico e pré-histórico são encontrados em alguns países do Oriente, do Oriente Médio, da África, da América Latina ou da Europa central (antes de 1939): simples clientelas agrupadas em torno de uma personagem influente, clãs constituídos em torno de uma família feudal, camarilhas reunidas por um chefe militar. A distinção entre partidos de quadros e partidos de massas não assenta em sua dimensão, número de seus membros, porém em sua estrutura. No conceito de Lênin,

o partido não deve englobar toda a classe operária: ele é ali somente a ala que marcha, a ponta avançada, a "parte mais consciente". Não é mais o conceito de um partido-classe: é o conceito de um partido-elite. As doutrinas fascistas são ainda mais claras nesse sentido; inigualitárias e nietzschianas, aristocráticas por essência, vêem no partido uma "ordem", composta dos melhores, dos mais fiéis, dos mais corajosos, dos mais aptos. A era das massas está superada: ingressamos na era das elites. (Idem, p. 99).

A separação das funções dos dirigentes e parlamentares tem-se produzido lentamente, e o domínio partidário somente se tem estabelecido por etapas sucessivas. Podem-se assim distinguir três fases na evolução dos partidos:

- 1) o domínio dos parlamentares sobre o partido;
- 2) o equilíbrio relativo entre parlamentares sobre o partido; o equilíbrio relativo entre parlamentares e dirigentes do partido; finalmente,
- 3) o domínio do partido sobre os parlamentares.

Corresponde cada uma delas a certo tipo de partidos. A representação proporcional com listas fechadas e inscrições dos candidatos numa ordem rigorosa coloca os parlamentares sob a dependência dos dirigentes internos, que elaboram as listas e determinam a ordem de inscrição. O domínio sobre os parlamentares é o

resultado da estrutura geral do partido e da sua orientação de conjunto, muito mais que de processos técnicos particulares. Os sistemas de partidos são o resultado de fatores numerosos e complexos, uns próprios a cada país, outros gerais. Entre os primeiros pode-se citar a tradição e a história, as crenças religiosas, a composição étnica, as rivalidades nacionais. Os fatores gerais são: a) fatores socioeconômicos (relação entre as classes sociais e os partidos), b) fatores ideológicos (posições de classes) e c) fatores técnicos (regime eleitoral).

O regime eleitoral constitui o fator técnico essencial. Pois a forma de escrutínio orienta no mesmo sentido as estruturas de todos os partidos de um país. Sobre o número, a dimensão, as alianças, a representação, sua ação é importante. Inversamente, o sistema de partidos desempenha papel capital sobre o regime eleitoral. Sistema de partidos e sistemas eleitorais são duas realidades indissociáveis. (Idem, 1980, p. 239).

Pode-se esquematizar a influência geral da forma de escrutínio nas três fórmulas seguintes: a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis; o escrutínio majoritário de turno único tende a sistema dualista, com a alternância de grandes partidos independentes. Em seguida, passa-se para a análise do espaço político.

Codato (2011, p. 34-55) levanta a tese de que para Marx, o espaço político não é um campo de lutas por posições estratégicas; nem um conjunto de instituições políticas funcionalmente integradas; não é um lugar privilegiado, nas formações capitalistas, da ação aberta das forças sociais através da sua representação partidária. Em vez disso, defende que o espaço político deve ser concebido como uma “forma-política”. Conforme este raciocínio,

a forma-política teria as mesmas propriedades da forma-mercadoria: ela seria uma “ilusão real”. Ele não é mera exterioridade, ou uma aparência redutível e explicável por sua essência. A sua aparência, ou o modo de apresentação do mundo político é, *funcional* para a sua existência e condição de sua permanência do modo capitalista de dominação social. (CODATTO, 2011, p. 34).

O autor ao examinar a forma política e as funções do espaço político (p. 47-55) ressalta que o espaço político pode funcionar como um mecanismo de mediação entre a estrutura política e a estrutura econômica de cinco modos combinados, cinco “funções” típicas do espaço político distribuídas em quatro categorias: social, política, simbólica e ideológica:

- 1) lugar de expressão das disputas dos interesses sociais, a capacidade de refração pode produzir uma fractura na relação de representação e criar um grupo puramente político, sem conexões sociais de classe¹⁸;
- 2) lugar de criação de grupos socioeconômicos, a peculiaridade aqui é que esse espaço social tem, em função da autonomia característica do mundo político, a faculdade de constituir a classe social em agente político;
- 3) lugar de recombinação de grupos políticos, o mundo político vive de acordo “estratégicos”, alianças “táticas”, entendimentos “pragmáticos”, arranjos possíveis em nome da conquista ou do exercício do poder de mandar, divergências pessoais, competições, concorrência, oposição de valores, disputas pelo poder de mandar;
- 4) lugar de significação dos interesses sociais, o espaço político funciona por conotação. A política obriga, decreta para o seu exercício, uma linguagem distinta. Seu poder é tanto maior quanto mais o simbolismo característico de cada situação, de cada evento importante consegue traduzir o espírito o clima da época, assim, não existe poder sem ideologia, não existe política sem um vocabulário político que dê sentido às práticas dos agentes sociais;
- 5) lugar de expressão/ocultação dos interesses sociais – os agentes políticos (indivíduos, partidos, facções parlamentares, grupos de interesse, jornais, clubes político, etc.), exprimem interesses de classe enquanto exprimem seu próprio interesse. O espaço político capitalista é ao mesmo tempo o lugar de manifestação/realização dos interesses sociais e o lugar de dissimulação/falsificação da natureza particular desses interesses.

Para Bobbio (1998, p. 402) o espaço político é a área de antagonismo que compõe a base da ligação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico. Identifica-se com o espaço da competição eleitoral nos regimes democráticos de massa. Para a concretização dessa preposição é necessário eleitores e partidos capazes de compreender e avaliar sua mútua

¹⁸ Lefebvre (2000, p. 52) ao responder a questão sobre o que é a luta de classes defende que “ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias”.

posição a respeito das dimensões do conflito político e avaliação dotadas de coerência interna. Nem sempre os eleitores "vêem" todos os partidos do sistema, nem mesmo os mais importantes. Por vezes, só reconhecem o seu partido, o partido com que se identificam intimamente. Ou então, têm conhecimento da existência dos outros partidos, mas não conseguem distinguir as suas particularidades características e a sua posição relativa no espaço. O espaço político necessita de uma "estrutura ordenada", que leva em conta o comportamento de eleitores e de partidos, feita de imagens simplificadas da complexa realidade dos partidos.

Moreira (2013, p.17) defende que o espaço é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. O espaço é a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento de toda a formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica.

Para o geógrafo, a geografia, através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar "máscaras sociais", pois, por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes. O espaço é história, parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade.

Desse modo, parte do argumento que não apenas o espacial é político, pois, "pensar no espacial de um modo específico pode perturbar a maneira em que certas questões políticas são formuladas pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite uma abertura para a genuína esfera do político". Abordamos em seguida, a Geografia política e eleitoral.

Considera-se que o tema deste trabalho se insere dentro do campo da Geografia Política e Eleitoral. Examinando os fundamentos teóricos da Geografia Eleitoral, Turovskii (1999) aponta duas direções principais:

- 1) a Geografia das votações; se resume na comparação dos resultados das votações nas diferentes regiões, elaboração de mapas, sua evolução e análise estatístico elementar,
- 2) a investigação dos fatores geográficos que influenciam nas votações e a geografia da representatividade (o efeito dos amigos e vizinhos, o efeito da campanha eleitoral e o efeito da vizinhança). O autor defende que todos os

fenômenos políticos (votações, eleições, limites, territórios estatais, conflitos, relações internacionais) têm sua Geografia. A Geografia Política inclui direções principais como a Geopolítica, o estudo geográfico do Estado, a regionalização política, a politologia regional e a Geografia Eleitoral. A Geografia Política é a ciência que se ocupa da investigação da organização territorial da sociedade, a distribuição espacial e a difusão dos fenômenos políticos, incluindo seu impacto sobre outros componentes territoriais de sociedade e da cultura.

Segundo Vesentini (2003, p. 7) a problemática abordada pela geopolítica é rica e complexa, é um abrangente campo de pesquisas, e admite várias abordagens. A geopolítica a partir dos anos 1980, configura-se cada vez mais como um campo de estudos interdisciplinares. “O geógrafo, em especial o especialista em geografia política, tem na geopolítica uma de suas preocupações, suas temáticas essenciais, todavia, ele tem outras temáticas ou objetos (geografia eleitoral)”.

Para Costa (1992, p. 15-36) cabe à geografia política a tarefa de “examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos *negócios territoriais* e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder em geral”. Assim, “todo Estado e povo devem ter um projeto geopolítico próprio, combinado com *políticas não-territoriais* como as políticas econômicas, cultural-nacionais”. Entre os novos temas da geografia política aponta a análise da gestão os espaços nacionais, a organização do poder público, a autonomia regional e local e o comportamento político-eleitoral das regiões.

Claval (1978 *apud* COSTA, 1992, p. 261) sugere em vez de uma “geografia exclusivamente do Estado, desenvolver uma *geografia do poder* e suas dimensões espaciais”.

Conforme Castro (2011, p. 11) a tarefa da geografia política frente ao mundo atual é ampla e comporta desafios, nomeadamente, a tarefa de reincorporar o papel dos atores sociais e das instituições políticas e o modo como estes plasmam territórios, produzem e reproduzem desigualdades, ou, ao contrário, em que circunstâncias e em que espaços são capazes de atuar para reduzi-las. Nesse sentido, pode-se indicar que é na “relação entre a política, expressão e modo de controle dos conflitos sociais, e o território, base material e simbólica da sociedade que se define o campo da geografia política”.

Para Vesentini (2003, p. 7) o estudo geográfico da política foi redesenhado por Ratzel em 1897, com o trabalho *Politische Geographie* [Geografia política], sistematizando a leitura espacial da política e forma pela qual a ciência geográfica tratava o fenômeno político. Segundo Wight (2002) as idéias de Mackinder (assim como as de Mahan) tiveram grande influência nos pensadores alemães que inventaram a pseudociência da geopolítica.

A geopolítica era a geografia política do mundo estudada como um instrumento da expansão militarista. Às vezes sua meta era de redividir o mundo em grandes agregações continentais de poder, cada qual buscando auto-suficiência; e às vezes era de dar vida política à *heartland* de Mackinder por intermédio de uma dominação alemã da Rússia, por aliança ou subjugação. (WIGHT, 2002, p. 6).

Para Gaspar e Vitorino (1976) na geografia eleitoral existem determinantes geográficos quando se formam manchas contínuas de domínio de um ou de outro partido. Estão neste caso e com particular incidência os fenômenos de difusão espacial, que assumem dois aspectos mais marcantes, um de irradiação focal (relações entre os espaços contínuos e descontínuos e um foco difusor) e outro de contágio – alastramento de um fenômeno em mancha, correm paralelamente com o comportamento político.

Segundo Toledo (2007) nos países anglo-saxões a pesquisa em geografia eleitoral permaneceu sempre ativa. Nos anos 1930, o estudo do voto era utilizado pela ecologia urbana da escola de Chicago como um elemento explicativo das diferenciações intraurbanas. Através do estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos, é possível a compreensão do papel do lugar na formação de valores e na formação da preferência eleitoral, sua relação com a territorialidade dos candidatos a cargos políticos, bem como das distorções desse processo provocadas pela transferência geográfica de valor do voto.

Para Terron (2010) a tradição dos mapas eleitorais se originou na geografia francesa em 1913, com André Siegfried, através de uma análise inovadora que marcou a fundação de um campo acadêmico novo: a geografia eleitoral.

Segundo Small e Witherick (1992, p. 21) a geografia eleitoral ocupa do estudo dos aspectos espaciais da organização e dos resultados de uma eleição. No que respeita aos primeiros, dá-se uma atenção especial à definição e à delimitação do eleitorado e ao seu redesenho à luz de circunstâncias mutáveis (alterações na população). Quanto aos segundos, temos a considerar as variações espaciais dos

padrões de voto (relacionando-os com as características socioeconômicas da população), a influência dos fatores ambientais nas decisões de voto e os padrões consequentes da conversão de votos em mandatos. Ao discutir o lugar da geografia entre outras ciências eleitorais¹⁹, Bussi (2011, p. 5) indica que o termo abordagem "ecológica" é muitas vezes usado para descrever a abordagem coletiva ou geográfica. Emprestado das ciências naturais, ele se refere ao estudo original do ambiente habitado por seres vivos. Por extensão, tornou-se o estudo do ambiente territorial no comportamento social e, mais amplamente o estudo do comportamento a partir da informação dada no contexto das unidades territoriais. A sociologia eleitoral opõe os modelos "ecológico" e "psicológico". A partir de 1960 começou a hegemonia da explicação psicossocial para redescobrir na década de 1980 as virtudes da abordagem ecológica. Pode-se distinguir quatro abordagens para classificar as configurações espaciais do voto dos partidos políticos nos estudos eleitorais (a monográfica, a política, a comportamental e a quantitativa):

- a) a monográfica, considera espaço simplesmente como o cadinho em que mistura história, sociologia e política, para formar "culturas políticas";
- b) a política; considera o espaço como o perímetro dentro do qual exerce o poder, em que diferentes jogadores competem;
- c) a comportamental, considera o espaço contrário como a maior ou menor liberdade do indivíduo vis-à-vis o seu ambiente e classe social, o "capital do território", ao conceito de integração, ou formação socioespacial;
- d) a quantitativa; considera o espaço como uma dimensão com suas próprias leis (incluindo a transmissão), a que parte das unidades territoriais às vezes é chamado de coletivo.

Santos (2007, p. 150) ao discutir os *qualificativos* do voto (clientelismo, populismo, siglismo) mostra que o fato capital é a contribuição dessas distorções para que a cidadania ainda não esteja próxima mas, sim distante, assim, costuma-

¹⁹ Para Bussi (2011, p. 8) a Geografia Eleitoral pode ser definida como a declaração de voto de um indivíduo através de sua posição socioespacial. Concretamente o ponto de partida é procurar uma explicação racional para uma observação tanto inegável e ainda contraditória com a noção de segredo do voto individual: resultados eleitorais são espacialmente diferenciados. O objetivo de uma geografia de votos, portanto, é negar o uso de "senso de lugar" e até a "cultura política" para explicar essas políticas de bairros, mas sim para propor outros efeitos em diferentes contextos.

se, distinguir as regiões do país e mesmo de cada Estado pelas tendências do voto, como se isso fosse mais um dado natural, um fato da geografia, e não o resultado de uma dada forma de organização. Assim, o Nordeste seria o paraíso, junto com o Norte, do voto “de cabresto”, dado que os eleitores seguem inconscientemente a um condutor, seja ele um político importante ou um simples cabo eleitoral. Pelo contrário, o Sul e o Sudeste abrigariam um voto mais esclarecido, mais fiéis às ideias ou aos programas. Assim, entre as forças propulsoras do voto, coabitam elementos com origem distinta no tempo, e com resultados distintos na atualidade, tais como o clientelismo, o populismo e o siglismo. Todos os lugares conhecem manifestações, mais ou menos amplas e consistentes, dessas três variáveis do voto.

De acordo com o geógrafo entende-se por clientelismo o movimento que articula o ato de votar com a ligação pessoal (herança, gratidão ou interesse, afinidades éticas, estéticas, gremiais), podem servir como incentivo à solidariedade. Este movimento pode ser voluntário, estimulado ou mesmo criado pelo uso científico dos meios de propaganda. O populismo tem como objetivo essencial contentar o eleitor de diversas formas (com promessas de mudanças, setoriais ou localizadas), aliciando grandes grupos de pessoas; com promessas, podem comover populações, porém, sem obrigar os partidos a apresentar um programa lógico. Por último, o “siglismo é mais arregimentador, disciplinador e centralizador, desse modo formando um sistema de ideias ou princípios”.

Todos os partidos abrangem níveis diferentes e variáveis, de clientelismo, populismo e siglismo. O clientelismo é um componente da “não cidadania”, porque desvia a orientação eleitoral, afastando o indivíduo da meta da consciência possível e da possibilidade de uma verdadeira representação, rejeita a vontade com o abandono efetivo à responsabilidade. O populismo imobiliza o alargamento da “consciência possível, reforçando a emotividade desviada”. Leal (1978) concebe o “coronelismo” como superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada,

uma forma peculiar de manifestação do poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. É sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos senhores de terras. (...) Em função do regime representativo, o governo não pode dispensar o eleitorado rural. Dessa combinação elementar resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. (LEAL, 1978, p. 20-39).

A liderança municipal se manifesta no paternalismo e na solidariedade partidária, pois, o filhotismo contribui para desorganizar a administração municipal. O filhotismo convoca muitos agregados para a “gamela” municipal, e, à utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais. A outra cara do filhotismo é o mandonismo, que se apresenta no acossamento aos adversários: “para os amigos, pão, para os inimigos pau”²⁰.

2.3 Do imperialismo ao neocolonialismo

Santos (2003) defende que havia com o imperialismo, diferentes motores, cada qual com seu vigor e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol, etc., que eram todos motores do capitalismo, todavia impulsionavam as máquinas e os homens conforme cadências distintas, modalidades diferentes, ajustes diversas.

Hoje haveria um motor único que é a mais-valia-universal que se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar de internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. (SANTOS (2003, p. 29-30).

Segundo Mazrui e Ajayi (2011, p. 811) Nkrumah empenhou-se em atualizar Lênin, ao responder à sua obra *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, justapondo-lhe: *O neocolonialismo, estágio supremo do imperialismo*. Para Hobsbawm (1998, p. 73) o imperialismo trouxe às elites do mundo dependente basicamente a "ocidentalização"²¹. Por longos períodos de tempo, elas tinham a compreensão de que os governos e elites confrontados à dependência ou à conquista tinham que se ocidentalizar, caso contrário seriam eliminados.

Conforme Uzoigwe (2011, p. 22-43) as potências imperialistas ocidentais formularam diversas teorias (econômica, psicológicas e diplomáticas) para justificar a tarefa colonial na África, todavia, rebatidas pela teoria da dimensão africana, formulada por intelectuais africanos, que defendem o ponto de vista africano

²⁰ Segundo Leal (1978, p. 229) duas falsificações importantes dominavam as eleições da Primeira República: “o bico de pena era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes comapareciam; na feitura das atas, a pena podo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos; a *degola* ou *depuração*. era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final”.

²¹ Para Guissou (2007, p. 22) a África foi e continua a ser dominada “através das elites fabricadas pela Europa, convencidas da superioridade científica da Europa”.

(unidade histórica). A teoria econômica tem no imperialismo econômico a sua base. O autor da teoria, John Atkinson Hobson, garante que a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados conduziram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apropriar de novos territórios. Como o capitalismo concorrencial²² prosperava exportando mercadorias, o capitalismo monopolista prosperava exportando capitais, derivados dos superlucros acumulados pelo cartel dos bancos e da indústria.

Os adeptos das teorias psicológicas (darwinismo²³ social, cristianismo evangélico e atavismo social) acreditam na supremacia da “raça branca” sobre as “raças sujeitas”, ou “raças não evoluídas”, pela “raça superior”, através do processo da “seleção natural”, em que o forte domina sobre o fraco na luta pela existência, pregando “a força sobre o direito”, protege o impulso “missionário”, com o objetivo de “regenerar” os povos africanos. Os partidários do atavismo social acreditam que o imperialismo seria um egoísmo nacional coletivo: “a disposição, desprovida de objetivos, que um Estado manifesta de expandir-se ilimitadamente pela força”.

As teorias diplomáticas defendem que a partilha da África não foi um fenômeno econômico. Pois, a França procurava uma compensação para as perdas na Europa com ganhos no ultramar. O Reino Unido aspirava compensar seu isolamento na Europa engrandecendo e exaltando o império britânico. A Alemanha e a Itália queriam mostrar ao mundo que tinham o direito de realçar seu prestígio. As

²² Santos (2003, p. 51) aponta que o capitalismo concorrencial, “aprofundada sob o capitalismo monopolista possibilitou uma transição para o período atual de neoliberalismo produzindo em toda parte situações nas quais tudo é atingido”. Bourdieu (1998, p. 138-140) ao examinar os efeitos da aplicação da utopia neoliberal, aponta para a miséria e o sofrimento de uma fração cada vez maior das sociedades, o desaparecimento progressivo dos universos autônomos de produção cultural, cinema, edição, etc., e sobretudo a destruição de todas as instâncias coletivas capazes de se oporem aos efeitos da máquina infernal. As forças de “conservação”, forças de “resistências” à instauração da nova ordem, podem tornar-se forças subversivas – na condição nomeadamente de saber-mos tratar a luta propriamente simbólica contra o contrabalho incessante dos “pensadores” neoliberais visando desacreditar e desqualificar a herança de palavras, de tradições e de representações associadas as conquistas históricas dos movimentos sociais do passado e do presente; na condição de sabermos defender as instituições correspondentes, direito de trabalho, assistência, segurança social, etc., contra a vontade que as quer remeter para o arcaísmo de um passado ultrapassado.

²³ Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 181) Darwin (1809-1882) formulou a teoria da evolução das espécies ao afirmar que as espécies atualmente existentes resultam de um processo evolutivo, dada pela sobrevivência dos indivíduos mais capazes, de cada geração. “Esta teoria foi indevidamente aplicada ao estudo das sociedades humanas, dando uma base pseudocientífica à ideia de que o topo da evolução humana consiste no indivíduo do gênero masculino, branco, vivendo no meio urbano. No campo da economia, a ideia de luta pela sobrevivência é usada para justificar a ação das empresas e conglomerados sobre outras empresas e até países”.

teorias diplomáticas defendem que a partilha da África não foi um fenômeno econômico.

A teoria da dimensão africana sustenta a necessidade fundamental de examinar a partilha da África na perspectiva histórica africana²⁴. Em obra notável, *The partition of Africa*, publicada em 1893, J. S. Keltie assinala que a corrida dos anos de 1880 foi consequência lógica da roedura progressiva do continente, iniciada trezentos anos antes. Nos anos de 1930, George Hardy também demonstrou a importância dos fatores africanos locais da partilha, tratando a África como uma unidade histórica. Rejeita a ideia de que a partilha e a conquista eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história. Pelo contrário, considera-as a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX. Admite que foram motivos de ordem essencialmente econômica que animaram os europeus e que a resistência africana a invasão crescente da Europa precipitou a conquista militar efetiva. A teoria da dimensão africana oferece um quadro global e histórico que explica melhor a partilha do que todas as teorias puramente eurocêntricas.

Segundo o autor as potências europeias conseguiram conquistar a África, porque, em consequência da natureza desigual do comércio entre a Europa e a África até os anos de 1870, os recursos materiais e financeiros da Europa eram muito superior aos da África. Rodney (2011) destaca o papel do capital, a coerção e as relações de dependência e depressão como variáveis explicativas do referido período histórico. Assim, desde o final do século XV, a África participava da economia mundial como um setor periférico e dependente, inteiramente voltada para a Europa. Igualmente, de 1877-1878, a África foi marcada por conflitos e rivalidades interestatais e intraestatais: Mandinga contra Tukulor, Ashanti contra Fanti, Baganda contra Banyoro, Batoro contra Banyoro, Mashona contra Ndebele etc. Para Cabral (1978, p. 203) o imperialismo é a “pirataria transplantada dos mares para a terra firme, reorganizada, consolidada e adaptada ao objetivo de espoliação dos recursos materiais e humanos dos povos”. No que se refere aos efeitos da dominação imperialista sobre a estrutura social e o progresso histórico, convém analisar duas

²⁴ “Nós africanos temos sido convidados sem muita insistência a nos submetemos a uma segunda época de colonização – esta vez por uma abstração universal-humanóide definida e conduzida por indivíduos cujas teorias e prescrições são derivadas da apreensão do seu mundo e sua história, suas neuroses sociais e seu sistema de valores”. (Wole Soyinka, 1973 *apud* NASCIMENTO, 2002, p. 13).

formas de dominação imperialista: a dominação direta, por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado, o “colonialismo” e a dominação indireta, por meio de um poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos, o “neocolonialismo”. Tanto no colonialismo como no neocolonialismo permanece a característica essencial da dominação imperialista, a negação do processo histórico do povo dominado. Ki-Zerbo (2006, p. 24) defende que a colonização realizou uma segunda forma de economia-mundo. Primeiro, através do tráfico dos negros e da escravatura, a África tinha contribuído para impulsionar a Europa para a industrialização. “O colonialismo foi um sistema que substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, inclusive no nosso passado”. Para Cabral (1978) o colonialismo português conseguiu sobreviver porque a Grã-Bretanha apoiou as ambições de Portugal, principalmente depois do tratado de Metwen (1703) se transformou numa semi-colônia britânica. Segundo Furtado (2005, p. 44-84) o tratado de Metwen, acordo comercial, firmado com a Inglaterra em 1703, significou para Portugal abdicar a todo crescimento manufatureiro e implicou deslocar para a Inglaterra o estímulo dinâmico da produção aurífera no Brasil.

2.3.1. Globalização, a nova realidade global do capitalismo

Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de idéias científicas, indispensáveis à produção acelerada de novas realidades, e as ações criadas se impõem como soluções únicas. As ideologias se transformam em situações, enquanto as situações se tornam em si mesmas "idéias", "idéias do que fazer", "ideologias" e impregnam a ciência, cada vez mais redutora e reduzida, mais distante da busca da "verdade". (SANTOS, 2003, p. 53).

Este ponto tem por objetivos específicos analisar as transformações ocorridas nas relações internacionais recentes, avaliar a atualidade da teoria do imperialismo e mapear as tendências de arrumação geográfica da ordem global em desenvolvimento. Para Bourdieu (1998, p. 32) o que está hoje em discussão é a retomada da democracia contra a tecnocracia: é necessário terminar com a tirania dos especialistas, estilo Banco Mundial ou FMI²⁵, que força sem debate os veredictos os novo Leviathan, “os mercados financeiros”, e que julgam não negociar mas “explicar”; é preciso quebrar com a nova fé na “inevitabilidade histórica”

²⁵ “Encerrados no economicismo estreito e de vistas curtas a visão-do-mundo-FMI, provoca devastações nas relações Norte-Sul, se esquecendo os custos reais a curto e a longo prazo, da miséria material e moral, consequência da *Realpolitik* legitimada: delinquência, criminalidade, alcoolismo, acidentes rodoviários, etc., pelas restrições orçamentais”. (BOURDIEU, 1998, p. 32).

revelada pelos teóricos do liberalismo; é preciso descobrir as novas configurações de um labor político coletivo capaz de levar em conta as necessidades, nomeadamente, econômicas, mas para as combater e as neutralizar. “A crise de hoje é uma oportunidade histórica, para aqueles que recusam a nova alternativa: liberalismo ou barbárie”. Segundo Moreira (2012, p. 187) a teoria do imperialismo centralizou a teoria das relações mundiais durante todo o correr do século XX. A globalização viria para decretar o fim da velha forma de ordem mundial. Uma modalidade nova de domínios de territorialidade vai em simultâneo se estabelecendo junto com a renovação da teoria da dominação imperialista. O capitalismo é hoje um modo de produção e circulação centrado na exportação de capitais, no crescimento por recriação de periferias e no domínio do monopólio rentista.

Ao difundir a indústria e seus meios de transferência pelos países periféricos e industrializados e integrados por meio de uma divisão industrial de trabalho e de trocas via propagação das filiais de suas empresas, as grandes potências se instalam nos territórios em definitivo, deixando a forma clássica da ocupação militar para casos específicos. Hoje monopolismo é o próprio modo de organização estrutural-global no mundo. Um número restrito de grandes empresas se espalha com suas indústrias, meios de transferências e circuitos de integração e informatizados, enfaixando em suas mãos o domínio da globalidade do planeta. Com seus tentáculos incorporam forma de expropriação e excedentes, como o endividamento e pessoas e Estados. (MOREIRA, 2012, p. 195).

Na atualidade as “empresas” são os “exércitos” que entram dominando e repartindo regiões, “onde os países se fundem e se confundem num todo globalizado”. Um sistema de combinação desigual arrumado como a própria organização espacial unificada no planeta. Poder-se-ia falar de três situações da empresariação da economia-mundo integrada pelos meios de transferência e pela programação da indústria: a empresa nacional, a empresa multinacional e a empresa transnacional.

Gonçalves (1992, p. 12-32) ao discutir a natureza da empresa transnacional aponta, como formas básicas, além do comércio, investimento externo direto (realizado em grande parte pelas Empresas Transnacionais) e o licenciamento de tecnologia. O processo de internacionalização da produção é determinado pela interação de um complexo conjunto de fatores microeconômicos, macroeconômicos (sistêmicos) e locais que operam em diferentes planos analíticos. Os fatores microeconômicos estão associados à empresa, os fatores sistêmicos têm como referencial o modo de produção hegemônico. Os fatores locais relacionam-se

às características próprias a cada espaço nacional do país. Para definir e caracterizar as Empresas Transnacionais (ET) aponta: difusão geográfica, controle, centralização da tomada de decisão, estratégia comum e orientação global²⁶, difusão da propriedade ao nível do país, componente externo da produção e vendas do grupo e tamanho. Santos (2003, p. 23) defende que a globalização é o pico do sistema de internacionalização do mundo capitalista.

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. Duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos, isto é, dos globalitarismos. (SANTOS, 2003, p. 38).

O geógrafo baiano defende que no mundo da globalização o espaço geográfico ganha novos limites, novos atributos, novos significados, nova relevância, porque a poder das ações está relacionada com a localização. Os atores mais influentes escolhem as melhores porções do território, impondo novas lógicas da evolução territorial. Os territórios tendem a compartimentação onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional.

Mas o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente. (Idem, p. 79).

2.4 A periodização dos espaços políticos na África

Para Ki-Zerbo (2011, p. XXXI) a história da África como a da de toda humanidade, é a história²⁷ de uma tomada de consciência. Nessa perspectiva, a

²⁶ Santos (2003, p. 46) analisando a orientação global do mercado, questiona: “será esse mercado regulador? Será ele global? O fato é que apenas três praças, Nova Iorque, Londres e Tóquio, concentram mais de metade de todas as transações e ações; as empresas transnacionais são responsáveis pela maior parte do comércio dito mundial; os 47 países menos avançados representam juntos apenas 0,3% do comércio mundial, em lugar dos 2,3% em 1960 enquanto 40% do comércio dos Estados Unidos ocorrem no interior das empresas”.

²⁷ A história se caracteriza como uma sucessão ininterrupta de épocas, segundo Santos (2003, 145). “Essa idéia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade. É dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem. (...) A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação. Na prática social, sistemas técnicos e sistemas de ação se confundem e é por meio das combinações então possíveis e da escolha dos momentos e lugares de seu uso que a história e a geografia se fazem e se refazem continuamente”

história da África deve ser “reescrita”, porque, até a atualidade, ela foi disfarçada, encoberta, deformada, amputada, pelo desconhecimento e pelo lucro. Arrasada por vários séculos de sujeição, esse continente recebeu gerações de viajantes, de negociantes de escravos, de aventureiros, de evangelizantes, de procônsules, de cientistas, que firmaram sua representação no quadro da pobreza, da selvageria, da inconsciência e desordens. Essa imagem projetada e extrapolada ao infinito passam a justificar o tempo presente e o futuro. “Trata-se de edificar, transformar a perspectiva e renovar imagens omitidas ou dissipadas”. Longe, já foi o tempo em que nos mapas-múndi e portulanos, sobre grandes espaços, representando esse continente todo o conhecimento dos sábios a respeito dele se resumia a *Ibi sunt leones* (“Aí existem leões”). Para o historiador africano a primeira tarefa de análise global do continente africano é “histórica”.

A história da formação dos espaços políticos na África pode ser dividida em períodos, entendida como “pedaços de tempo marcados por certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema”, “os períodos, são também, antecidos e sucedidos por crises, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização é comprometida” (SANTOS, 2003, p. 33). As “variáveis ascendentes” para entender a periodização dos espaços políticos na África são o neocolonialismo; os grandes conflitos mundiais; a luta pela soberania política e a independência e o panafricanismo. Segundo Mbow (2007, p. 16) Ki-Zerbo propõe seis fases na história do continente africano:

- a) as civilizações paleolíticas²⁸ com uma liderança incontestável da África;
- b) a revolução neolítica e consequências (demografia, migrações etc.);
- c) a revolução dos metais (passagem dos clãs para reinos ou impérios);
- d) o século do reajustamento: tráfico dos negros (séculos XV-XIX);
- e) a ocupação europeia e as reações africanas até ao movimento de libertação depois da segunda guerra mundial;

²⁸ Segundo Diop (1967, p. 11-12) Tudo indica que no paleolítico superior os negros foram predominantes. “Eles permaneceram em tempos históricos para milhares de anos em termos de civilização, a supremacia técnica e militar. Todo espírito que não é mais capaz de receber a idéia, mesmo que seja objetivamente demonstrado, não pode, neste momento, trazer qualquer coisa duradoura para a eficiência histórica. A própria ciência histórica deve integrar na sua síntese da humanidade o componente negro em proporção conexas com o papel que desempenhou na história realmente. Porque a plenitude cultural só pode fazer um povo mais apto a contribuir para o progresso geral da Humanidade”.

f) a independência e os seus problemas.

Ki-Zerbo (2006, p. 24) sustenta que a colonização realizou uma segunda forma de economia-mundo, através do tráfico dos negros e da escravatura, África tinha contribuído para impulsionar a Europa para a industrialização. “O colonialismo foi um sistema que substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, inclusive no nosso passado”.

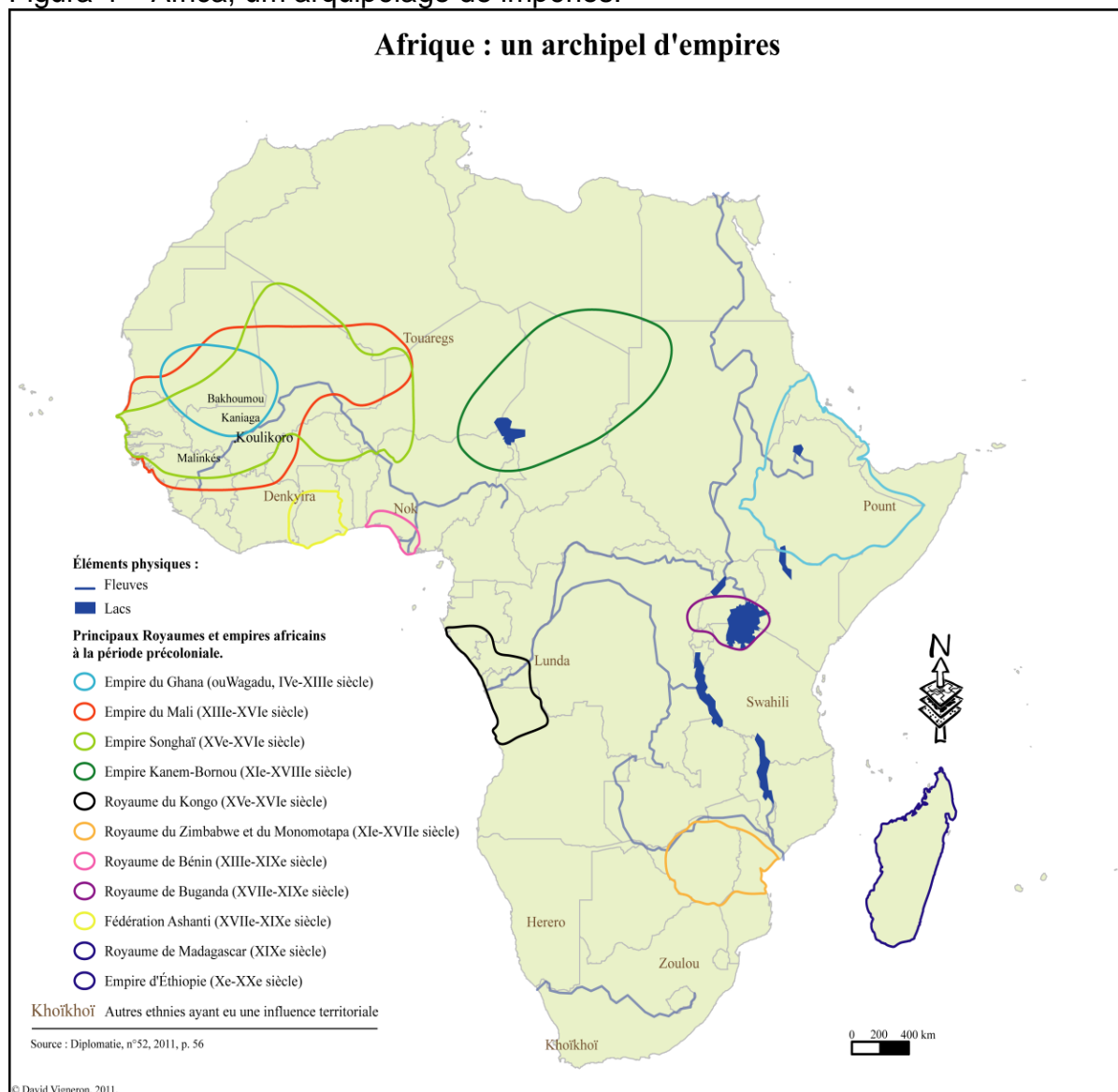
Para Boahen (2010) na história da África se sucederam rápidas mudanças no período entre 1880 e 1935, marcado pela organização do sistema colonial. Até 1880, áreas restritas da África estavam sob a influência direta de europeus. Na África central, o poder exercido pelos portugueses restringia-se a faixas costeiras de Moçambique e Angola. Na África ocidental pontualizavam-se as zonas costeiras e ilhas do Senegal, a cidade de Freetown, as regiões meridionais da Costa do Ouro, ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e a ilha de Lagos (atual Nigéria).

Segundo Rodney (1975) os portugueses aproaram à África Ocidental em 1444. Mantiveram a sua ofensiva contra o Magreb, desde 1415, ano que captura Ceuta (Marrocos). Em 1474 tinham conquistado e fortificado os portos de Arzila, *El-Ksar-es-Seghir* e Tânger. Na segunda metade do século XV, os portugueses a costa atlântica de Marrocos e em 1495, as suas embarcações dobram o Cabo de Boa Esperança, na África do Sul. Os portugueses foram os primeiros colonizadores que chegaram à África e foram os últimos a partir, forçados a negociar a Independência, depois de sangrentas guerras de libertação nacional.

Rodney (2011) defende que as zonas provedoras de escravos, que se estendiam do Senegal à Serra Leoa, da Costa do Ouro a Nigéria, do rio Congo a Angola, foram as faixas do litoral onde os europeus se fixaram. Na África Ocidental, chefes, negociantes e outros elementos da população obtinham vantagens com a manutenção de relações comerciais com o exterior. Na África setentrional em 1880, os franceses tinham colonizado somente a Argélia. Somente na África meridional a dominação estrangeira se achava firmemente implantada, pelo interior da região, com posseções britânicas, a República bóeres independentes e a República Sul-Africana. Até 1880 mais de dois terços do seu território eram governados por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados (FIGURA 3).

Segundo Vigneron (2013, p. 93-103) cada império tinha suas próprias características territoriais de gestão de políticas de pluralismo. No século XIII, o Sudão Ocidental é composta por três grupos principais que dividiu o Mali de norte a sul: o Soninke (ou Sarakolle ou Marka), ocupando as áreas de Wagadu, o Bakhounou e Kaniaga; o Sosso distribuídos na região de Koulikoro norte de Bamako e finalmente o Malinke concentrada na bacia do Alto Níger (FIGURA 4).

Figura 4 – África, um arquipélago de impérios.



Fonte: VIGNERON, 2013, p. 101.

Em 1203 o Império Gana é parte integrante dos Estados Soso que, por sua vez, foi conquistada em 1240 pelos reis de Mali, eles anexaram as dependências do Gana para restaurar, no início do século XIV, a unidade política

Sudão Ocidental, fundando um império cujas fronteiras se estendia muito além de Gana em seu pico. Os Estados Soso foram criados por um chefe Sarakolle (Soso Kemoko) que estabeleceu a Dinastia Diarisso. Crowder (2011) observa que A Primeira Guerra Mundial (PGM) teve profundas consequências na África. Redesenhou as fronteiras da África tal como se apresenta na atualidade (FIGURA 5). Segundo Nkrumah (1964) a guerra de 1914-18 trouxe a redivisão dos setores coloniais do globo. Criou a oportunidade para uma brecha socialista na cadeia de imperialismo que rodeava o mundo depois da PGM. Como se pode ver em Ki-Zerbo (2006) no final do século XIX, a França dominava os atuais Marrocos, Argélia, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Burquina Faso, Benim, Níger, parte do Tchad, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Djibuti, Madagáscar; Inglaterra os atuais Serra Leoa, Gana, Nigéria, partes da Líbia, do Chade e da Somália, Egito, Sudão, Quênia, Uganda, Malauí, Zâmbia, Botswana e África do Sul. Eram independentes somente a atual Etiópia, a Libéria, o Transval (incorporado à África do Sul) e Orange (atual Lesotho).

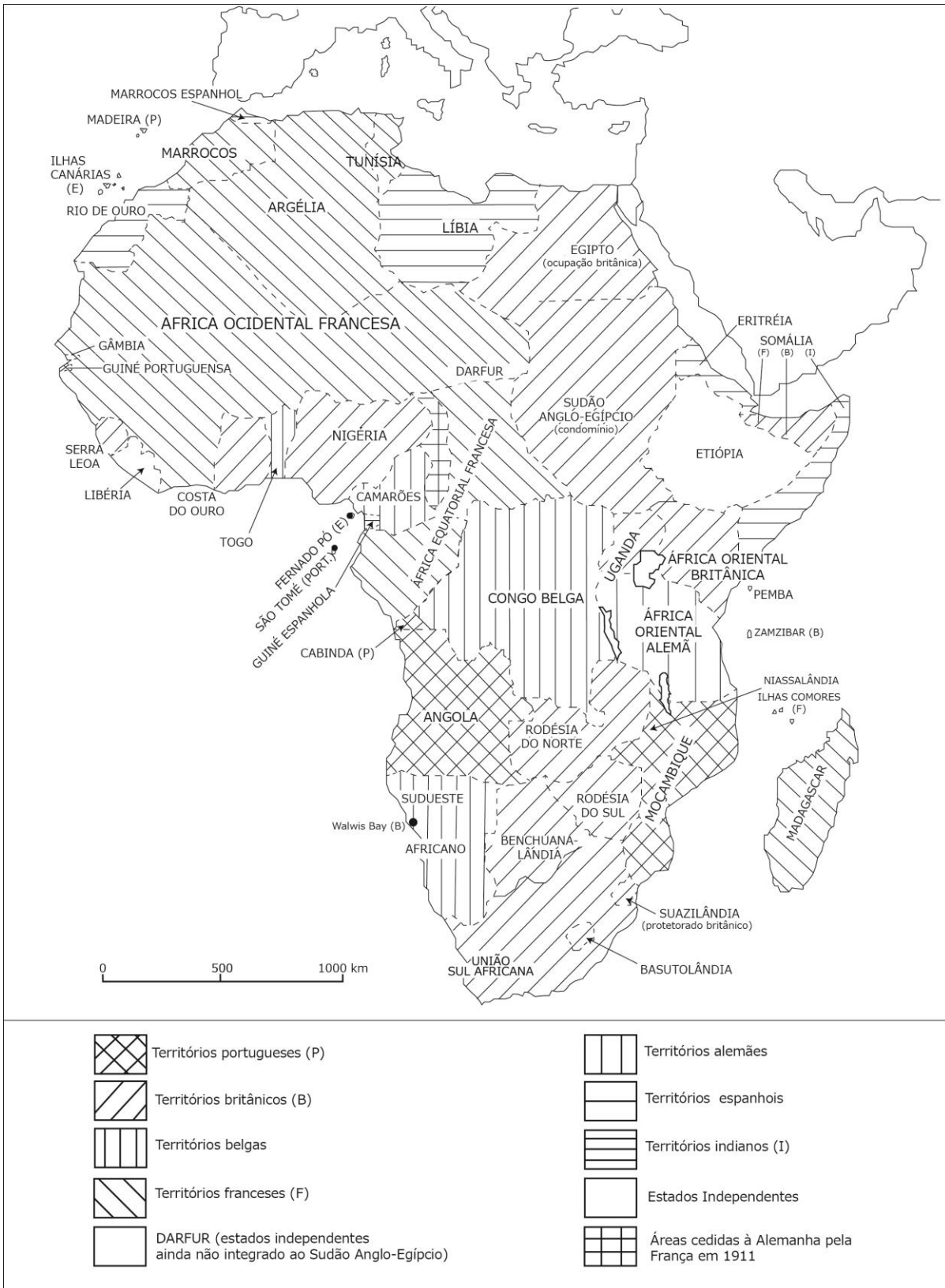
Segundo Mazrui (2011, p.125) o conjunto da África teve que escolher entre o imperialismo liberal e burguês e um imperialismo situado sob a insígnia de uma nova ameaça: o nazismo e o fascismo. Para Coquery-Vitrovith (2011, p. 342) a SGM tornou-se um desafio para as potências mundiais, dividido entre o bastião britânico e as ambições germano-italianas. Diop (2011, p. 68) O novo mapa geopolítico da África, é muito diferente do que era em 1879. As potências europeias repartiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas, com fronteiras formadas por linhas retas, cortando arbitrariamente estabelecidas. As unidades políticas africanas criadas como resultado, por exemplo, do conflito entre Oyo e Daomé, das *djihad*s dos Peul, dos Mfecane na África meridional ou das lutas internas pelo poder na Etiópia e em Uganda, durante a segunda metade do século XIX, mostram bem o caráter móvel das fronteiras, limites e enclaves africanos anteriores a partilha. Segundo Abdelmadjid (2007, p. 38-39) as fronteiras desenhadas a quando da Conferência de Berlim “não têm nenhuma relação com a coerência das unidades geopolíticas da África. Isso permite compreender que a artificialidade do estado-nação, do ponto de vista da história e da cultura, é um travão para o desenvolvimento” (FIGURA 5).

Boahen (2011) defende que as mudanças mais importantes ocorreram de 1880 a 1910. No plano político, o caráter artificial e arbitrário das divisões coloniais como consequência de criações artificiais de Estados tem a ver com fronteiras que dividem grupos étnicos já existentes e retalham Estados e reinos, provocando perturbações sociais e deslocamentos (FIGURA 6).

Conforme Hobsbawm (1995, p. 25) não há como compreender o breve século XX, sem referir-se às grandes guerras mundiais, logo o século XX pode ser considerado como a era da “catástrofe” a era da “guerra total”. Em 1914 os grandes participantes do jogo internacional da época eram as grandes potências europeias, nomeadamente, a Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia e Alemanha e, depois de unificada, a Itália, os EUA e o Japão. A PGM envolveu todas as grandes potências. A SGM ampliou a guerra maciça em guerra total. O que causou concretamente a SGM foi a agressão pelas três potências descontentes ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930, a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-1939; a invasão alemã da Áustria em 1938; da Tchecoslováquia em março de 1939; e as exigências alemãs à Polónia.

Segundo Mazrui (2011, p. 1095-1096) se, em 1935, “a Itália apresentava-se como herdeira de um dos mais antigos impérios da Europa (o Império Romano), a Etiópia, representava uma das mais antigas civilizações da África. Segundo Wight (2002, p. 91) a história internacional é pontilhada de guerras as grandes linhas de divisão são as guerras totais, que podem ser definidas como sendo aquelas que envolvem todas as grandes potências existentes. A Guerra Ítalo-Abissínia (1935-36) é o exemplo clássico de uma guerra entre uma grande potência e uma pequena potência que alterou de maneira decisiva as relações internacionais. O conflito, aopor estas duas nações durante os anos 1930, pode simbolicamente assemelhar-se a um enfrentamento entre a Antiguidade europeia e a Antiguidade africana”. O mapa político da África em 1935 mostra um continente fragmentado, dividido entre as potências ocidentais imperialistas e os Estados Independentes africanos na altura, a saber, o Egito, a Libéria e a Etiópia. Uma das consequências importantes desta situação são as crónicas questões fronteiriças a prejudicar as relações de alguns Estados africanos independentes (Sudão/Uganda, Somália/Etiópia, Quênia/Somália, Gana/Togo, Nigéria/Camarões) (FIGURA 6).

Figura 6 - A África de 1914.



Fonte: UZOIGWE (2010, p. 77).

Em um mundo constituído por potências soberanas e independentes, a guerra é o único meio pelo qual cada uma delas pode defender seus interesses vitais. Isto é igualmente verdadeiro caso uma potência considere que seus interesses requerem pacificação ou agressão. Existe alguma verdade na famosa máxima do escritor militar prussiano Clausewitz, “a guerra é a continuação da política por outros meios” e no dito complementar de um escritor inglês moderno: “a diplomacia é a guerra em potencial”. As causas da guerra são inerentes à política do poder. Alexander Hamilton afirmou isto muito claramente quando insistia que os treze Estados Unidos originais somente impediriam guerras entre si se concordassem em fazer parte de uma federação: “presumir uma necessidade de motivos para tais disputas como um argumento contra sua existência seria esquecer-se de que os homens são ambiciosos, vingativos e vorazes. Buscar uma continuação da harmonia entre várias soberanias independentes e sem ligação na mesma vizinhança seria não levar em consideração o curso uniforme dos eventos humanos, e desafiar a experiência acumulada de muitas épocas”. (WIGHT, 2002, p. 95-96).

Dada a natureza despótica dessas fronteiras, cada Estado Nacional é constituído por uma miscelânea de povos de cultura, tradições e língua diferentes. Os Estados que surgiram²⁹ têm superfícies diferentes, recursos naturais e possibilidades econômicas desiguais. A mais importante implicação do colonialismo, foi a perda da soberania e da independência e, com ela, do direito dos africanos a dirigir seu próprio destino ou a tratar diretamente com o mundo exterior. Logo, a mais importante implicação do colonialismo foi a perda da soberania e da independência e, com ela, do direito dos africanos a dirigir seu próprio destino ou a tratar diretamente com o mundo exterior.

Para Bonavides (1967, p. 64) a soberania é “irrevogável, exprime o mais alto poder do Estado, a qualidade de poder supremo”, apresenta duas faces distintas: a) a interna significa o *imperium* que o Estado tem sobre o território e a população, bem como a hegemonia do poder político face aos demais poderes sociais, que lhe ficam sujeitos; b) a externa é a exteriorização soberana do poder de Estado perante outros Estados. Conforme Hobsbawm (1995, p. 221-242) a história do período da Guerra Fria foi marcada pelo constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial: os EUA e a ex-URSS. Apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra

²⁹ Abdelmadjid (2007, p. 35) defende que as instituições do *Bretton Woods* “pressupõem que o Estado africano tenha as mesmas estruturas que o Estado ocidental, enquanto as suas organizações sociais e culturais são diferentes”. Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 181) a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas foi realizada em *Bretton Hoods* (EUA), em 1944, com o objetivo realizar planos econômicos para o pós-guerra através da criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência.

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência, a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. A Guerra Fria se originou na América. (HOBBSAWM,(1995, p. 221-242).

Quem introduziu o caráter de cruzada na *Realpolitik* de confronto internacional de potências, e o manteve lá, foi Washington. Os governos membros da OTAN, estavam dispostos a aceitar a supremacia americana como o preço da proteção contra o poderio militar de um sistema político antipático, enquanto este continuasse existindo. Tinham tão pouca disposição a confiar na URSS quanto Washington. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras. Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. No Vietnã perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988³⁰.

Nkrumah (1967, p. 27-41) aponta que em 1945 a África compreendia principalmente os territórios coloniais de potências europeias. Logo a ideia de que a maior parte do continente seria independente dentro de 20 anos teria parecido impossível a qualquer observador político no período imediatamente posterior à guerra. Foi a pressão da massa pela independência que forçou esses líderes a inverterem suas posições anteriores e se declararem a favor da soberania nacional. De acordo com Benot (1981) o pensamento político africano desenvolve-se à volta dos grandes temas: a unidade africana, a independência, o socialismo, a política internacional africana, a natureza da sua democracia e a cultura. A revolução africana nos anos 60 é mais nacionalista que socialista. A independência africana, na primeira fase, é construída pelos movimentos internos africanos, todavia terminada pela metrópole.

³⁰ Para Hobsbawm (1995, p. 221) a "Guerra Fria" polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois "campos" marcadamente divididos. Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa (exceto, os três principais Estados beligerantes, URSS, EUA e Grã-Bretanha) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-8. Fomentou a criação da "Comunidade Europeia", com o objetivo de criar uma união federada ou confederada permanente da "Europa".

Segundo Suret-Suret e Boahen (2011) os portugueses mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império. Guiné-Bissau, Angola e Moçambique conseguiram derrubar o colonialismo português somente em 1975, porque a conquista da independência foi demorada, violenta e feroz, metamorfoseando-se em uma verdadeira guerra de libertação. Nkrumah (1967, p. 23) defende que é impossível definir a situação africana em termos de Estados independentes, divididos entre o campo não-alinhado e o neocolonialista, colônias e Estados racistas como a África do Sul. O problema colonial da África é, sob muitos aspetos, realmente “neocolonial”.

Benot (1981) avança que é necessário considerar alguns aspetos do Estado colonial, pois, constituiu o modelo a partir do qual os novos Estados independentes moldaram o seu aparato institucional. Ki-Zerbo (2006, p. 66) defende que o Estado africano é uma metamorfose, uma sequela do sistema colonial. Em contraste, “o Estado africano tradicional era uma instância de gestão do bem comum e das decisões tomadas em nome de toda a cidade, de todo o reino. Foi destruído, esmagado pela colonização e, substituído por novas formas de regimes ocidentais”.

Segundo Verdière, Perre, Weber (2009, p. 21) as lógicas de dominação das potências coloniais implantam no espaço regional traços fronteiriços que dividem povos e territórios. A independência foi marcada pela decomposição dos conjuntos regionais. Os Estados independentes estabelecem sobre esta fragmentação do espaço político concretizada por 3 áreas linguísticas: francófona, anglófona, lusófona. “Algo tão fundamental como a linguagem tem também servido como um dos meios da integração e dependência”. Ki-Zerbo (2006) nos ensina que o *habitat* africano sempre foi móvel, com incessantes partidas e chegadas, contrariando assim, o carácter absurdo das fronteiras transpostas da Europa para a África, fronteiras rígidas, geométricas, artificiais e por vezes imaginárias.

A contradição fundamental entre o metabolismo de base dos povos, os impedimentos, as barreiras, as proibições que lhes são levantadas pela administração de diferentes países, explica em parte o subdesenvolvimento africano”. Além disso, o sistema pré-colonial assentava fundamentalmente na liberdade de deslocação. Desse modo, a quase opacidade das fronteiras é um fenómeno recente, que começou com a colonização. Portanto, as fronteiras são “bombas-relógio”, no sentido em que há conflitos em perspectiva. (KI-ZERBO, 2006, p. 42).

Silveira (1976) defende que a conquista da soberania política de territórios na África Ocidental (1960-1970) é considerada geralmente como o início da

independência nacional. Os partidos políticos e as suas ideologias tornaram-se os principais motores da participação política necessária para promover a integração nacional. Os partidos políticos tornaram-se o principal foco integrador do poder político. Na primeira fase, eram partidos de elite e funcionavam como comitês eleitorais, prolongamentos dos partidos metropolitanos. Da fase integracionista evoluíram para a de emancipação e independência.

Para Ki-Zerbo, Mazrui, Wondji (2011, p. 532) no espaço político africano, pós-colonial, cinco tipos de regimes políticos desenvolveram-se: a) o regime socialista; b) militar³¹; c) *apartheid*; d) conservadora, e) democracia parlamentar. Os regimes socialistas³², em sua integridade patenteavam um aparato sociopolítico e ideológico a funcionar como um sistema destinado a monopolizar a comunicação entre os adeptos e a base popular. No regime militar, os dirigentes civis foram substituídos por soldados, após um golpe de Estado militar, instituem novos valores políticos, reduzidos a submissão e ao consenso, mediante a força das armas e a rejeição do primado do direito. O *apartheid* constitui um caso extremo de teorização e imposição de monstruosos “valores” políticos: a desigualdade, a segregação e o racismo sanguíneo. O regime conservador, professa a fé e o respeito aos olhos da abordagem capitalista do desenvolvimento e da construção da nação, abandonam o liberalismo e a democracia, em proveito de um sistema fundado sobre um partido único ou dominante e sobre a autocracia. A democracia parlamentar, o pluralismo é capaz de promover a efetivação de um dos mais briosos valores políticos, a liberdade.

2.5 O Pan-Africanismo e o nacionalismo cabo-verdiano

Segundo Abdelmadjid (2007, p. 39) o pan-africanismo é uma atitude especulativa que coloca a África como um todo e uma disposição política a favor da agregação de todos os africanos numa só entidade políticas, “mas pensar e realizar a unidade pressupõe considerar-se a diversidade a unificar e assim os elementos

³¹ “Porque tantos *putsch* na África? Quais seriam as razões da irrupção contínua dos soldados em praça pública? Pode-se discernir ao menos três séries de causas da intervenção dos militares na arena política africana: 1) causas ecológicas ou societárias; 2) fatores intramilitares ou sociomilitares; 3) causas extra societário ou internacional”. (ELAIGWU, 2011, p. 554-555).

³² Segundo Nascimento (2002, p. 53) o Presidente Julius Nyerere fala por todos nós quando afirma nosso dever de “reconquistar nossa antiga atitude mental, nosso tradicional socialismo africano. Ele se opõe ao capitalismo, o qual procura edificar uma sociedade feliz baseado na exploração do homem pelo homem; igualmente se opõem ao socialismo doutrinário que procura edificar uma sociedade feliz baseado na filosofia do inevitável conflito entre o homem e o homem”.

separados”. Para Moore (2008, p. 34) o surgimento do Pan-africanismo, ideologia criada fora da África pelos grandes pensadores da Diáspora, tais como George Padmore; Paul Robeson e W. E. B. Du Bois; Marcus Garvey (FIGURA 7); Max Yergan e Malcon X pregavam que a emancipação dos afro-americanos não podia ser desvinculada da emancipação dos povos do continente ancestral, e vice-versa.

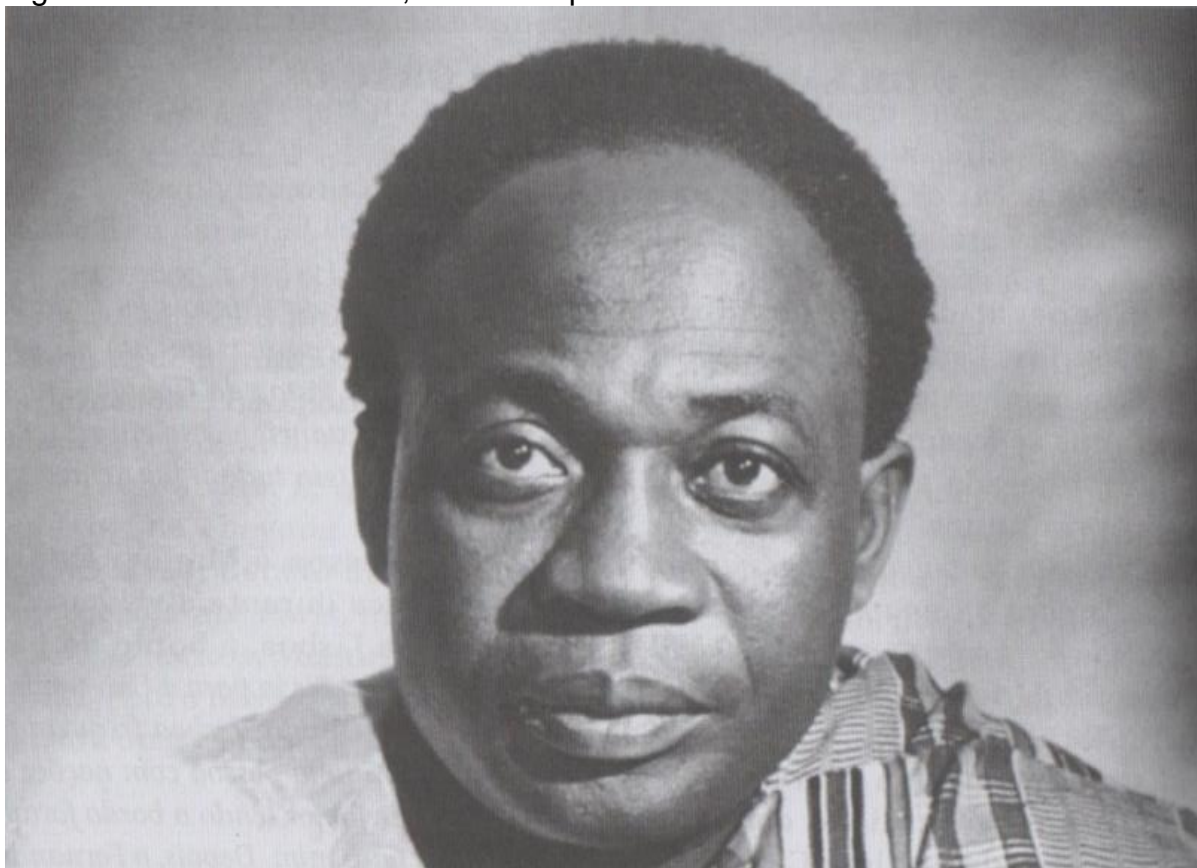
Figura 7 - Marcus Garvey (1887-1940) fundador UNIA.



Fonte: RALSTON (2011, p. 880).

Para Ki-Zerbo (2007, p. 55) a unidade africana “vai realizar-se mais cedo ou mais tarde, “é a condição de possibilidade da assunção plena e inteira por ela do seu papel no mundo”. Segundo Asante (2011, p. 873-896) na primeira iniciativa Nkrumah (FIGURA 8) foi constituir a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali, primeira etapa rumo à “União dos Estados Africanos”; a segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes, em 1958.

Figura 8 – Kwame Nkrumah, teórico do panafricanismo.



Fonte: LOPES (2013, p. 120).

Conforme Moore (2008, p. 45) em 1961 os novos países cindiram-se em dois grupos com interesses distintos: a) “Grupo submisso de Monróvia”, majoritário, constituídos por países submissos aos interesses da dominação imperial ocidental e norte-americana, chamado que advogou pela manutenção do pacto colonial; b) “Grupo anti-imperialista de Casablanca”, minoritário, mas politicamente dominante, que se constituiu ao redor de cinco países: Gana, Guiné, Mali, Egito e Marrocos, partidário da rutura imediata do pacto colonial, propunham “a luta armada contra o imperialismo, contra os regimes minoritários brancos da África austral e a constituição de um governo federal de toda a África”. Ki-Zerbo (2006) defende que o Pacto colonial queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para o Norte, para a indústria europeia.

A própria África foi aprisionada, dividida, esquarterada, sendo-lhe imposto o seguinte papel: fornecer matérias-primas. Este pacto colonial dura até hoje. A dívida está estruturalmente incluída no pacto colonial em que uns têm todo o valor acrescentado dos produtos e os outros não têm quase nada. A dívida é o filho natural deste tipo de estrutura e, pior ainda, deste género de sistema. (KI-ZERBO, 2006, p. 24-31).

Conforme Harris (2011, p. 843) em 25 de maio de 1963, trinta e seis chefes de Estado criaram a Organização Unidade Africana (OUA): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Leopoldville, Costa do Marfim, Dahomey, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta, Libéria, Líbia, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganica, Chade, Tunísia. Volvidos trinta e nove anos, diante de novos desafios da integração regional e/ou internacional, a OUA foi rebaptizada em 2002, como União Africana (UA³³).

Segundo Moore (2008, p. 21) aqueles que não se prestaram ao jogo da ordem imperialista mundial; que não concordaram em ser os marionetes do neocolonialismo; aqueles que, tampouco aceitaram ser os agentes da destruição do seu próprio continente, foram eliminados: “entre 1957 e 1987, data do assassinato do último dirigente pan-africanista, Thomas Sankara, trinta e cinco dirigentes africanos nacionalistas e pan-africanistas foram assassinados”. Ki-Zerbo (2006, p. 36) defende que em África, cada vez que se tentou fazer uma reforma micronacional de um sistema registou-se um desastre. Todas as tentativas micronacionais de libertação de África – Sékou Touré na Guiné, Kwame Nkrumah no Gana, Thomas Sankara no Burkina Faso – “fracassaram, em grande parte foram solitárias e não solidárias. Penso que se deveria colocar como postulado a seguinte fórmula: a libertação de África será pan-africanista ou não será”.

Colonialismo igual a empresa capitalista, a Commonwealth e União Francesa não são nem podem ser inovações de fundo. Não passam de simples modificações de forma. Mas como lutar contra esta exploração? Deverão os povos africanos trabalhar para uma independência, política e econômica, completa, ou deverão, antes de mais, procurar estabelecer o reino da Justiça e da Igualdade, tanto em matéria de direitos como de deveres? Por outras palavras, o objetivo da luta é a independência ou a assimilação integral? (DIOP, 1953 *apud* BENOT, 1981, p. 146).

Santos (2003) ao discutir a questão da pertinência da utopia, apoia que a partir da história real do nosso tempo se torna possível retomar a idéia de utopia e de projeto.

³³ “Aos africanos, o velho sonho africano: pensar e realizar a Unidade Africana. Diferente do que se acabou por tornar a OUA, um clube de déspotas que se protegiam mutuamente. Diferente também desta União Africana (UA) que calca as estruturas e o seu discurso sobre a União Europeia, que queriam antes de tudo constituir-se em Comunidade Econômica Africana. Há uma diferença simétrica entre a EU e a UA: no primeiro caso, uma superestrutura sem infraestrutura; no segundo uma infraestrutura sem superestrutura (...) A UA cria uma superestrutura abstracta e separada do povo africano; a UA só poderá acontecer, se quiser ter sucesso, nele e por ele”. (ABDELMADJID, 2007, p. 38-39).

Resultado da conjunção de valores fundadores do homem, como a liberdade, a dignidade, a felicidade; e os valores contingentes, a história atual. A densidade e a factibilidade histórica do projeto, hoje, dependem da maneira como empreendamos sua combinação. Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. E iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto. (SANTOS, 2003, p. 161).

Wight (2002, p. 6) defende que desde a Primeira Guerra Mundial, na África e na Ásia, a palavra nação passou a significar uma unidade política defendendo seu direito à condição de estado independente em oposição à dominação europeia. A palavra "nacionalismo" descreve a auto-afirmação coletiva de uma nação. Para Mazrui (2010) os nacionalistas africanos das colônias portuguesas em África foram convocados também a modificar o caminho da própria história de Portugal. Para Lopes (2003, p. 11) a proclamação da independência nacional, a 5 de julho de 1975, é o desfecho da constituição histórica deste arquipélago africano. As origens históricas da independência nacional de Cabo Verde podem ser localizadas no início do século XX. Cabe ao PAIGC liderado por Amílcar Cabral, a concretização de tal aspiração. Querido (2010, p. 90) ao analisar a questão da afirmação do poder colonial, a "cabo-verdianidade" e as ambiguidades identitárias, questiona como surgiram os "intelectuais cabo-verdianos", como evoluíram ao longo dos tempos e que influências tiveram na sociedade das ilhas?

No caso cabo-verdiano uma identidade assente sobre uma certa noção de fidelidade (o crioulo como dependente do senhor branco), ao elevar-se a identidade nacional, manter os esquemas de pensamento e as relações sociais da qual se originou. Pretendo que na concepção da mestiçagem está inserido um modelo de relação de reciprocidade branco-nativo, com a qual a concepção de nação não rompe, mas sim reformula. (SMITH, 1983 *apud* ANJOS, 2005, p. 20-30).

Segundo o autor a nação como coletividade imaginária estabeleceu-se nesse desvio da sujeição pessoal à dependência internacional com relação às potências ocidentais "doadoras", "financiadoras" e "investidoras".

Com efeito, ela cria nos "Estados-clientes" toda uma categoria de clero que deve o essencial de sua legitimidade e também as posições privilegiadas que detêm no aparelho de Estado – a um saber ocidental de que são os depositários e os importadores. É através das estratégias de importação de modelos simbólicos do Ocidente para a configuração da nação que essa elite se constitui como cliente numa relação de patronagem internacional. (ANJOS, 2005, p. 30).

O nacionalismo cabo-verdiano produziu-se na oposição à ideologia da mestiçagem, base para as lutas internas, constitui um período histórico importante na luta contra o colonialismo português na África Ocidental. Santos (2003, p.118) lembra que num período operam de forma combinada diferentes variáveis cuja visão sistêmica é fundamental para entender o que se está realizado, através de “variáveis descendentes”, e “variáveis ascendentes”, que indicam para o futuro. Entre 1961 e 1963, o PAIGC lançou a luta armada. Desse modo, a 3 de Agosto de 1961, em data comemorativa do Massacre de Pidjiguiti³⁴, o Partido tomava a decisão de desencadear a luta armada como via indispensável à Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde. Em 1964, em Cassacá no 1º Congresso do PAIGC cria-se as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), com jovens formados nos campos de treino em países solidários de regime socialista (FARP, 1985, p. 7) (FIGURA 9). Segundo Suret-Canale e Boahen (2011, p. 218) a luta foi “longa, violenta e sangrenta, guerra de libertação”. Nas “províncias portuguesas” desde 1930 vigorava atrás de uma fachada “assimilacionista” se encobria feroz segregação.

Figura 9 – I Congresso do PAIGC em Cassacá.



Fonte: LOPES (2013, p. 140).

Para Mazrui (2011, p.125-149) o renascimento do nacionalismo, a luta pelo reino político ou pela soberania política na África colonial se desdobrou em quatro etapas, nomeadamente, antes da SGM, agitação pela autonomia; participação na luta contra o nazismo e o fascismo; após a SGM, a luta não violenta pela independência; e a partir de 1960, o combate armado pelo reino político.

³⁴ Segundo Lopes (2012, p. 70) marinheiros e estivadores na Guiné-Bissau, insatisfeitos com as condições de trabalho e salariais, em 1956, fizeram uma greve e deu bom resultado. Em 1959 decidiram fazer uma nova greve. “A polícia atirou indiscriminadamente, mataram muita gente. Dissipa-se então qualquer ilusão aos que pensavam que se podia chegar independência por meios pacíficos. O rastilho acendido em Pidjiguiti no ano de 1959 começou a explodir na guerrilha a partir 1663 com o desenvolvimento da ofensiva geral organizada pelo PAIGC”.

A luta pela soberania política contínua considerando que permanece ainda em África, certo número de ilhas e pequenos enclaves sob tutela estrangeira: Madeira (Portugal); Canárias e as possessões espanholas da África do Norte (Espanha), o Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena (Grã-Bretanha); Mayotte e as ilhas francesas do Oceano Índico (França) e Socotra pertencem ao Iêmen (QUADRO 2).

Quadro 2 - Cronologia da independência africana.

Estado	Data de Independência	Potência Colonial	Notas
Etiópia	Desde a antiguidade		Ocupação italiana de 1935 a 1941.
Libéria	26/VII/1847		Colônia privada de 1822 a 1847.
África do Sul	31/V/1910	Grã-Bretanha	(Suid Afrika) União de quatro colônias: a colônia do Cabo, Natal, o Estado Livre de Orange (Oranje Vrij Staat) e o Transvaal (Zuid Afrikaansche Republiek), independentes até 31/V/1902. A União tornou-se uma república externa à Commonwealth britânica em 31/V/1961. Territórios “independentes” não-reconhecidos: Transkei, 26/X/1976; Bophuthatswana, 6/XII/1977; Venda, 13/IX/1979; Ciskei, 4/XII/1981.
Egipto	28/II/1922	Grã-Bretanha	Forma, juntamente com a Síria, a República Árabe Unida (RAU) do 1/II/1958 até 28/IX/1961. Federação com o reino do Iêmen de 8/III/1958 até 26/XII/1961. Conserva o nome de República Árabe Unida até 2/IX/1971.
Líbia	24/XII/1951	Itália	Administração britânica (Tripolitânia e Cirenaica) e francesa (Fezzān) de 1943 a 1951.
Etiópia (Eritreia)	11/IX/1952	Itália	Administração britânica (1941-1952). Federação da Eritreia e da Etiópia em 1952. União total em 14/XI/1962.
Etiópia (Ogaden)	1955		Ocupação italiana (1936-1941). Administração britânica (1941 a 1955).
Sudão	1/I/1956	Grã-Bretanha	Condomínio anglo-egípcio

			e Egípto
Marrocos	2/III/1956	França	
Tunísia	20/III/1956	França	
Marrocos (Uma Parte)	7/IV/1956	Espanha	(Marruecos) Zona setentrional espanhola.
Marrocos (Uma Parte)	29/X/1956		Zona internacional (Tanger).
Gana	6/III/1957	Grã-Bretanha	(Costa do Ouro) Incluindo o Togo britânico (território sob tutela da ONU), parte da antiga colônia alemã do Togo.
Senegal	20/VI/1960 (20/VIII/1960)	França	Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o antigo Sudão Francês (Mali). Federação dissolvida após dois meses de existência. União com a Gâmbia na Confederação da Senegâmbia em 1/I/1982. Dissolução da Confederação em 21/IX/1989.
Mali	20/VI/1960	França	(Sudão Francês) Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o Senegal. Federação dissolvida após dois meses de existência.
Madagáscar	26/VI/1960 (30/VI/1960)	França	República Malgache)
Zaire	30/VI/1960	Bélgica	Estado Independente do Congo de 2/V/1886 até 18/XI/1908, data em que se tornou Congo Belga (Belgish Congo). Adoptou o nome de Zaire em 27/X/1971. Estado Independente do Congo de 2/V/1886 até 18/XI/1908, data em que se tornou Congo Belga (Belgish Congo). Adoptou o nome de Zaire em 27/X/1971.
Somália	1/VII/1960	Itália	Tutela da ONU. União de duas colônias. Somália Britânica Independente antes da união, em 26/VI/1960.
Benin	1/VIII/1960	França	Antigo Daomé, mudou de nome em 30/XI/1975.
Níger	3/VIII/1960	França	
Burkina Fasso	5/VIII/1960	França	Antigo Alto-Volta, mudou de nome em 4/VIII/1984.
Costa do Marfim	7/VIII/1960	França	

Chade	11/VIII/1960	França	(Oubangui-Chari) Império Centro-Africano de 4/XII/1976 a 20/IX/1979.
República Centro-Africana	13/08/1960		
Congo-Brazzaville	15/VIII/1960	França	(Médio Congo)
Gabão	17/VIII/1960	França	
Nigéria	1/X/1960	Grã-Bretanha	Tutela da ONU. Parte da antiga colônia alemã do Kamerun. Plebiscito nos dias 11 e 12/II/1961.
Mauritânia	28/XI/1960	França	
Serra Leoa	27/IV/1961	Grã-Bretanha	
Nigéria (Norte do Camarões britânico)	1/VI/1961	Grã-Bretanha	Tutela da ONU. Parte da antiga colônia alemã do Kamerun. Plebiscito nos dias 11 e 12/II/1961
Nigéria (Sul do Camarões britânico)	1/X/1961	Grã-Bretanha	Tutela da ONU. Parte da antiga colônia alemã do Kamerun. Plebiscito nos dias 11 e 12/II/1961. União com Camarões para formar a República Federal de Camarões.
Tanzânia	9/XII/1961	Grã-Bretanha	(Tanganyika) Tutela da ONU. Maior parte da antiga Deutsch-Ostafrika, colônia alemã. Nome de República Unida da Tanzânia adotado após a união com Zanzibar, em 27/IV/
Burundi	1/VII/1962	Bélgica	Tutela da ONU. O Ruanda-Urundi, dividido no momento da independência, formava uma pequena parte da Deutsch-Ostafrika, antiga colônia alemã.
Ruanda	1/VII/1962	Bélgica	
Argélia	3/VII/1962	França	
Uganda	9/X/1962	Grã-Bretanha	
Tanzânia (Zanzibar)	10/XII/1963		União com a Tanganyika para formar a República Unida da Tanzânia, em 27/IV/1964.
Quênia	12/XII/1963	Grã-Bretanha	
Malauí	6/VII/1964	Grã-Bretanha	(Niassalândia) Forma uma federação com as Rodésias de 1/X/1953 a 31/XII/1963.

Zâmbia	24/X/1964	Grã-Bretanha	Federação com a Niassalândia e a Rodésia do Sul de 1/X/1953 a 31/XII/1963.
Gâmbia	18/II/1965	Grã-Bretanha	União com o Senegal na Confederação da Senegâmbia, em 1/I/1982. Dissolução da Confederação em 21/IX/1989.
Botsuana	30/IX/1966	Grã-Bretanha	(Bechuanalândia)
Lesoto	4/X/1966	Grã-Bretanha	(Basutolândia)
Maurício	12/III/1968	Grã-Bretanha	
Suazilândia	1968	Grã-Bretanha	
Guiné Equatorial		Espanha	Inclui o Rio Muni (Mbini) e Fernando Poo (Macias Nguema Biyogo).
Marrocos (Ifni)		França	(Território de Ifni)
Guiné-Bissau		Portugal	Guiné-Bissau, outrora Guiné Portuguesa.
Moçambique		Portugal	
Cabo Verde		Portugal	
Comores		França	(Arquipélago de Comores) Excetuando-se a Ilha de Mayotte que permanece um território francês de além-mar.
São Tomé e Príncipe		Portugal	
Angola		Portugal	(Incluindo Cabinda)
Saara Ocidental	28/II/1975	Espanha	(Rio de Oro e Saguia el Hamra) Anexado pelo Marrocos na partida da Espanha. Ocupação contestada pela Frente Polisário, constituída em 10/V/1973.
Seicheles	26/VI/1976	Grã-Bretanha	
Djibuti	27/VI/1977	França	(Território Francês dos Afars e dos Issas, outrora Costa Francesa dos Somalis).
Zimbábue	18/IV/1980	Grã-Bretanha	(Rodesia, outrora Rodesia do Sul). Declaração unilateral de independência de 11/XI/1965 a 12/XII/1979. Forma uma federação com a Rodesia do Norte e a Niassalândia de 1/X/1953 a 31/XII/1963.
Namíbia (África do Sudoeste)	21/III/1990	África do Sul	Tutela da ONU. Antiga colônia alemã Deutsch-Sudwestafrika. Controvérsia entre a África do Sul e a ONU.

Fonte: MAZRUI (2011, p. 128-131).

Em meados dos anos 30, Portugal via se consolidar uma ordem política fascista que reinaria da chegada ao poder de Salazar em 1932 até o Golpe de Estado do general Spínola, em Lisboa no ano de 1974. No que diz respeito as ilhas de Cabo Verde, embora não fosse considerado uma colônia regida pelo sistema de “indigenato”, nesse período os cabo-verdianos rapidamente tomaram consciência que da sua situação.

Segundo Lopes (2002, p. 56) a elite cabo-verdiana, até aí, defendiam uma “melhor administração” de Cabo Verde, mas dentro de um quadro colonial, de autonomia, até o aparecimento do PAIGC. Partindo das intervenções das elites políticas e culturais cabo-verdianas, pode-se identificar três momentos na luta contra as forças coloniais: a da desconstrução simbólico-cultural; a da confrontação político-militar; a da (re) construção ideológico-discursiva. Por todas estas razões, a era da desconstrução simbólico-cultural, período áureo da luta dentro do sistema. A era da confrontação político-militar, período em que as lutas simbólicas dentro do sistema são substituídas por uma luta político-militar contra o sistema (FIGURAS 10 e 11).

Figura 10 - Mulheres combatentes do PAIGC.



Fonte: BOAHEN e SURET-CANALE (2011, p. 221).

Figura 11 – Amílcar Cabral e os guerrilheiros do PAIGC.



Fonte: LOPES (2013, p. 139).

A crise político-ideológica da cultura atinge seu apogeu com a abertura política em 1990. A África e a Europa reaparecem como referências em relação às quais Cabo Verde precisa (re) situar-se. Assim, a nação é ressimbolizada e sua história, reinterpretada. Remove-se o legado africanista então presente no Hino, na bandeira, nas Armas da República, ao mesmo tempo que se reincorporam à nação ícones e símbolos outrora ostracizados pelos dirigentes do PAIGC.

Para Anjos (2002) Cabo Verde pode ser tomado como um caso típico de invenção de uma identidade nacional mestiça, carregada por atores que tendem a excluir outras possibilidades de definição identitária nacional. Para explicar tal tese, recorre a ideia de a violência física e simbólica a que foram submetidas os africanos, destruiu grande parte da memória dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como “fusão cultural de europeus e africanos”.

O caso cabo-verdiano pode ser situado no contexto comum das nações africanas, no qual as elites, que questionaram a superioridade racial e cultural europeia e que, em alguns casos, empreenderam uma longa luta armada contra o imperialismo europeu e pela libertação nacional, utilizam hoje o domínio dos códigos ocidentais como principal instrumento de dominação interna. Se os ideólogos da mestiçagem enfatizam a mistura de europeus e africanos como mito de origem da cabo-verdianidade, os ideólogos da africanidade irão resgatar o fato de que a quase totalidade da população cabo-verdiana descende de escravos. (ANJOS, 2002, p. 15).

Cabral (1978, p. 110) ao analisar o cruel dilema do colonialismo: “liquidar ou assimilar”, demonstra que, para fugir ao dilema da resistência cultural (liquidar ou assimilar), o domínio colonial imperialista tentou criar teorias que, de fato, não passam de grosseiras formulações sobre o racismo, o caso da pretensa teoria da assimilação progressiva das populações nativas; no caso português, em que Salazar afirma que a “África não existe”; igualmente o caso da pretensa teoria do *apartheid*, criada, aplicada e desenvolvida com base no domínio econômico.

Para Benot (1981) a assimilação tinha uma significação totalmente negativa, pois, anulava ou desconsiderava as organizações políticas genuinamente africanas e a cultura africana, para as substituir pelas estruturas coloniais. A maioria dos dirigentes africanos recusou-se a dissociar independência e união.

De acordo com Bobbio (1998, p. 74) a “assimilação” designa a teoria posta na base do sistema colonial francês e português. A política colonial da assimilação invocava a identidade entre a colônia e a pátria-mãe. Na teoria da assimilação distinguem-se duas linhas de pensamento: assimilação total e assimilação parcial. A primeira sustentava a assimilação total e pessoal dos povos submetidos à dominação colonial.

A assimilação total, baseando-se sobre o princípio da igualdade de todos os homens, defendia que não existiam diferenças que não pudessem ser superadas pela instrução e pela ação da "missão civilizadora" da cultura europeia e cristã, considerada superior. A segunda linha de pensamento julgava impossível a assimilação total e era a favor de uma assimilação parcial, de tipo administrativo, político e econômico, entre a colônia e a pátria-mãe. A política da assimilação implementada pelas potências coloniais França e Portugal é definida como “gradualista e/ou seletiva”.

Para Rodney (1975) os governos coloniais proibiram a admissão de africanos a empregos de categorias superiores. Segundo Gomes (1993, p. 26) a assimilação é o contrário da colonização, já que suprime os privilégios do colonizador sobre o colonizado, confundindo-os, eliminando a relação colonial. A recusa do colonizador funciona como um obstáculo à assimilação. Não considera o cabo-verdiano como um clássico assimilado, “pois, os preconceitos raciais podem ser minimizados, mas subsistem os preconceitos econômicos, linguísticos e sociais”.

Segundo Cabral (1978, p. 58) os colonialistas submeteram a população africana destas colônias à escravatura. Depois do tráfico de escravos, a conquista pelas armas e as guerras coloniais, veio a destruição completa das estruturas econômicas e sociais da sociedade africana. Seguiu-se a fase da ocupação europeia e o povoamento crescente destes territórios pelos europeus utilizando ora a persuasão ora a violência. Quando os africanos despertaram e se lançaram à conquista da liberdade e da independência, os colonialista portugueses redobram os esforços para perpetuar a opressão.

Para Fanon (1968, p. 61) a “independência certamente trouxe aos homens colonizados a reparação moral e consagrou a sua dignidade. Mas eles ainda não tiveram tempo de elaborar uma sociedade, de construir e afirmar valores”. N’Krumah (1967, p. 41) sustenta que “a unidade econômica e política são inseparáveis”, todavia, hoje, a África encontra-se dividida entre diferentes e múltiplos agrupamentos econômicos regionais (FIGURA 12).

Segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 21-43) existe na região uma quarentena de organizações intergovernamentais. Três instituições foram criadas, tendo como objetivo a integração econômica dos seus Estados membros: a União Econômica Monetária oeste-africana (UEMOA, 8 países); a União do rio Mano (MRU, 4 países) e a Comunidade Econômica da África do Oeste (CEDEAO, 15 países). A multiplicidade das organizações mostra bem a diversidade dos espaços e dos interesses da cooperação regional.

A cooperação regional não pode resumir-se apenas a grandes iniciativas comunitárias, tomadas no quadro da UEMOA ou da CEDEAO, não podem cobrir a necessidade do regional concreto, próximo das pessoas e das realidades.

Conforme Ki-Zerbo (2006, p. 39) a promoção de um desenvolvimento econômico sustentável em África é um problema de opção no plano da economia política e no plano da ideologia social. A dimensão micronacional não é adequada ao desenvolvimento e ao crescimento.

A integração regional representa uma das soluções para a crise proposta pelos africanos, como testemunha a criação de numerosas organizações intergovernamentais: a União do Magreb Árabe (UMA), a *Southern Africa Development Community* (SADC), a Comunidade Econômica e dos Estados da África do Oeste (CEDEAO), a União Monetária dos Oeste Africano (UEMOA), as quais têm como objetivo harmonizar os espaços econômicos nacionais. (WONDJI, 2011, p. 1140).

Figura 12 - Agrupamentos econômicos regionais na África.



Fonte: ADEDEJI (2011, p.493).

Santos (2003) ao debruçar-se sobre o desafio do Sul, sustenta que os países subdesenvolvidos, parceiros cada vez mais debilitados nesse jogo tão desigual, mais cedo ou mais tarde apreenderão que nessa situação a colaboração lhes aumenta a sujeição.

Daí a inutilidade dos esforços de associação dependente face aos países centrais, no quadro da globalização atual. Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios cada vez mais abrangentes e mais concentrados em poucas mãos. Como a maior parte da humanidade é direta ou indiretamente do interesse deles, pouco a pouco essa realidade é desvendada pelas pessoas e pelos países mais pobres. (SANTOS, 2003, p. 151).

A riqueza nacional tornou-se, pois, uma “realidade volátil”. Do final da SGM até os anos 1980, registou-se o início da descolonização política da África, assim como, o início dos anos 1990 viu anunciar-se o fim do *apartheid* e do racismo institucionalizado na África Austral. A descolonização política e a independência formal da África não implicam o fim do imperialismo. A descolonização política não se acompanhou de uma descolonização econômica. A tutela de um único país europeu por vezes transformou-se em tutela coletiva das potências ocidentais, exercida através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou da Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Segundo Wight (2002, p. 95) o estabelecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) em 1949 foi “inteiramente devido à pressão externa por parte da Rússia soviética”. Na opinião de Santos (2003, p. 102) a “constituição do Mercado Comum Europeu, isto é da CEE, a instituição do ASEAN obedecem a esse princípio, de modo a permitir às respectivas economias, mas sobretudo aos Estados líderes e às empresas neles situadas, que possam participar de modo mais agressivo do comércio mundial, buscado – o que lhes parece necessário – a cobiçada hegemonia”. Com a chegada da independência, as elites dos novos Estados africanos pretendiam modernizar a sociedade a fim de conquistar o respeito da comunidade internacional. A Carta do Atlântico de 1941 inspirou a organização das instituições político-econômica e militares do ocidente: o FMI; o Banco Mundial e Acordo Geral sobre as Tarifas e o Comércio (GATT). Os Estados africanos viram-se cooptados em seu seio. Os países africanos foram persuadidos a aderirem a ONU, FMI, Banco Mundial e GATT, a estabelecerem relações de subordinação com a CEE, a OTAN e a OCDE. Com a independência, a África,

dantes um “mosaico de capitânicas imperiais das potências ocidentais, tornou-se, protectorado da OTAN”. Segundo Chinweizu (2011, p. 941) a escravatura e os impérios territoriais chegaram ao seu fim, contudo, desapareceram para ceder posto ao triunfo do neocolonialismo. A repugnância das elites africanas relativamente a produção foram os principais constituintes de uma mentalidade de dependência que impediu a África de concretizar o desenvolvimento por ela pretendido. A magra burguesia nacional não poderá lançar a produção da economia em África, porque só recolhe algumas migalhas do bolo económico; a poupança e a acumulação continuam a ser muito fracas e os fundos são transferidos para os paraísos fiscais no estrangeiro.

Como se pode ver em Wondji (2011, p. 1135) as dificuldades ligadas ao tratamento da dívida, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições do *Bretton Woods* – o FMI e o Banco Mundial. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), estas instituições tentaram redinamizar as moribundas economias africanas. Estes PAE correspondem a processos de estabilização, restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos ligados aos programas de reformas estruturais. “No decorrer dos anos 1990, a quase totalidade dos países africanos engaja-se neste processo de estabilização e austeridade”.

Coquery-Vidrovitch (2011) aponta que a resposta dos africanos foi o não-alinhamento e o como o incremento das relações económicas. Conforme Bobbio (1998, p. 813-814) o não-alinhamento compreende o repúdio da “guerra fria” e da política dos blocos por parte dos países do Terceiro Mundo e dos que se colocam à borda do domínio de influência e de “colonização política”; a renúncia das preferências políticas e estratégicas internacionais dos blocos opostos. O Não-alinhamento é a consequência da “guerra fria” e da divisão do mundo em blocos contrários e a reacção e a opção ético-política dos países ex-colonizados frente à polarização e à radicalização das relações internacionais que se seguiu à SGM. Nkrumah (1967, p. 29) sustenta que nenhum país pode ser inteiramente autosuficiente ou se dar ao luxo de ignorar os acontecimentos políticos fora de suas fronteiras, pois, a África está fragmentada em demasiados pequenos Estados, “antieconómicos” e “invisíveis”. Para ser efetiva, a unidade económica deve ser acompanhada de unidade política, ambas necessárias ao pleno desenvolvimento

dos seus recursos e da sua cultura. Segundo Mazrui e Ajayi (2011, p. 839) as questões linguísticas permanecem na ordem do dia. Em sua grande maioria, os africanos servem-se da sua própria língua nas relações cotidianas e nos negócios. Mas, em grande parte das sociedades, as línguas da administração pública, dos grandes negócios e da educação permanecem circunscritas à escala de algumas línguas internacionais: o francês, o inglês ou o português.

Portadoras de valores, símbolos hereditários e fontes de orgulho, as línguas autóctones devem não somente constituir o objeto de estudos ou serem codificadas e ensinadas, mas igualmente servirem como línguas de aprendizado, em todos os níveis, e constituírem chaves de acesso ao saber e à sabedoria acumulada pelas sociedades africanas ao longo dos séculos. Cabe atualmente às universidades desempenharem um papel vanguardista neste domínio, com vistas a responderem a estas importantes demandas. (MAZRUI e AJAYI, 2011, p. 839).

Segundo Santos (2003, p. 149) observando certas configurações estruturais da organização presente, verifica-se que o núcleo do sistema busca forçar uma globalização de alto para baixo aos demais países, todavia no seu íntimo impera uma competição entre Europa, Japão e EUA, que batalham para conservar e aumentar sua parte do mercado mundial e afirmar a supremacia econômica, política e militar sobre as nações que lhes são contribuintes sem, todavia, largar a idéia de dilatar sua própria área de domínio. O limite da cooperação dentro da tríade (EUA, Europa, Japão) é essa mesma rivalidade, de modo que cada um não perca terreno frente ao outro. Nessa luta, as instituições internacionais comandados pelo FMI, pelo Banco Mundial etc., exercem um papel determinante, em sua qualidade de tradutoras das conveniências conformes aos EUA, à Europa e ao Japão. Tais fatos levam a duvidar da determinação de cada um e do conjunto desses atores hegemônicos de edificar um autêntico universalismo.

2.6 Partidos Políticos no Estado (neo) colonial

Bonavides (1967, p. 286-287) ao discutir Partidos e Facções sustenta que no juízo de alguns autores contemporâneos, a facção continua a existir no interior das organizações partidárias. Logo, “busca o partido a tomada do poder para o controle do governo. A facção busca o domínio da máquina partidária, tendo em vista submete-la à sua política e aos seus interesses”. De acordo com Silveira (1976) a evolução dos sistemas de partidos na África subsahariana compreende dois períodos específicos: o pré e a pós-independência. No primeiro período os Partidos

políticos são Partidos (movimentos) nacionalistas anticoloniais em busca do poder, no segundo são Partidos no governo ou na oposição, procurando construir uma ideologia para legitimar o poder do novo Estado. Na análise de sistemas de partidos políticos, defende-se que parece que o sistema de partido único na África ocidental, apesar do seu monopólio relativamente aos instrumentos de poder e coerção do Estado, não tem sido capaz, de um modo geral, de fornecer um enquadramento político efetivo de encorajamento da participação política cidadã.

Para Benot (1981) é no contexto particular do Estado colonial que os Partidos políticos encontraram a sua génese e definiram o seu perfil, enquanto instituições do sistema político colonial, base de formatação dos espaços políticos, pois, a questão básica reside em delimitar as conexões entre os diversos círculos, pois os círculos internos fomentam e dirigem os círculos externos: na medida em que os presentes representam os segundos, isto é, o regime pode ser classificado de democrático; senão, elucida uma oligarquia. Segundo Duverger (1980) consegue-se explicar a robustez, a debilidade e a desenvolvimento de um partido através dos seus eleitores. Eleitores e adeptos constituem dois grupos diferenciados, da qual a segunda tende a dirigir a primeira. Veja-se que o simpatizante é mais que um eleitor e menos que um adepto. O eleitor vota no sigilo da cabina e não revela a sua escolha. Um eleitor que proclama o seu voto não é mais um simples eleitor: começa a tornar-se um simpatizante. Não existe uma autêntica comunidade de eleitores, pois não se conhecem, contudo apenas um grupo definível globalmente e passível de medidas estatísticas, todavia, há uma comunidade de simpatizantes.

Para Santos (2000) os Partidos são agrupamentos de pessoas que comungam as mesmas ideias básicas quanto ao futuro da nação. Esse ideário só é válido se as grandes problemáticas nacionais aparecem como um sistema coerente.

Nkrumah (1977, p. 18-32) ao refletir sobre as origens das classes em África ampara que muito antes do começo da era colonial, a África, possuía sistemas políticos muito complexos. Na sociedade de tipo comunitário, por exemplo, a terra e os meios de produção pertenciam à comunidade. O trabalho era não só uma necessidade, mas também um hábito. Os chefes estavam submetidos ao controle rigoroso dos conselheiros e podiam ser demitidos. Portanto, para o pan-africanista, a luta de classes é o resultado do aparecimento da propriedade privada e do declínio da sociedade do tipo comunitário, em proveito das sociedades esclavagistas e

feudal. A razão pela qual os Partidos políticos apareceram tão tarde em África, deve-se as contradições entre a presença dos interesses dos estrangeiros e dos seus representantes. Concernente ao papel desempenhado pelos Partidos políticos e organizações sindicais defende que a natureza fascista do governo português não podia deixar-lhes senão uma via para exercício das atividades políticas: a clandestinidade. Os africanos nacionalistas desenvolveram, assim, o seu movimento de libertação na clandestinidade.

Tendo conseguido formar algumas dezenas de quadros sindicais, sobretudo na Universidade Operária Africana (Conacri), o PAIGC, em íntima colaboração com os trabalhadores da Guiné organiza, na clandestinidade, tanto na cidade como no campo, junto da classe trabalhadora e realiza seu primeiro Congresso geral, nas matas no interior da Guiné-Bissau, em 1964. Para lutar contra o colonialismo é preciso meios. “É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Este instrumento é o nosso Partido, instrumento-base, o instrumento-mãe”. O PAIGC lançou a sua luta armada em 1963, reivindicava a união da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. A sua concepção como partido binacional surge como uma necessidade estratégica da luta pela independência dos povos da Guiné e de Cabo Verde e como resposta concreta à ideia pan-africanista da necessidade de unidade a nível continental. (Do PAIGC ao PAICV, 1981). Os principais objetivos do PAIGC: a) a liquidação da dominação portuguesa; b) a criação de bases para a construção de uma nova vida para os povos da Guiné e de Cabo Verde e a c) construção da paz e do progresso. Os movimentos de libertação reivindicavam uma ideologia global, emancipacionista, baseados em princípios de autodeterminação e pan-africanismo. Deve-se sublinhar que a África Ocidental não se manteve politicamente inativa entre as duas guerras.

Segundo Elaigwu (2011) o combate político travado pela África desde o início da era colonial funda-se na vontade de dar maior coerência à nação africana e conceder maior estabilidade ao Estado africano. A África soubera constituir para si Partidos políticos. Segundo Fanon (1968, p. 90) o nascimento de partidos nacionalistas nos países colonizados é contemporâneo da constituição de uma elite intelectual e mercantil.

As elites atribuem importância decisiva à organização como tal, e não raro o fetichismo da organização se superpõe ao estudo racional da sociedade colonial. Os partidos políticos não chegam a implantar sua organização nos campos. Em vez de se voltarem para as estruturas

existentes e lhes darem um conteúdo nacionalista ou progressista, pretendem, no arcabouço do sistema colonial, subverter a realidade tradicional. (FANON, 1968, p. 90).

Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 85) no sistema político africano atualmente, o chefe do Estado-nação apropria-se de todo o poder em prejuízo das autoridades judiciária, parlamentar ou legislativo. O verdadeiro nó do poder de hoje é o executivo do pseudo-Estado-nação. “Todos os outros poderes estão enfraquecidos; o federalismo praticamente não existe, a descentralização também não. O sistema político africano depende demasiado das decisões do chefe de executivo”. Para Lijphart (2011, p. 27-37) muitas configurações do “modelo Westminster” de democracia foram exportados para outros países e a maior parte das colônias britânicas na Ásia, África e Caribe, ao se tornar independentes. Cabo Verde, apesar de ser um país africano, fora da influência das tradições e culturas britânicas, implantou um sistema “Westminster adaptado”, onde quem ganha, “leva tudo”. As principais características do modelo:

- a) *gabinete unipartidário*. Desde a implantação da democracia multipartidária em 1990, Cabo Verde tem tido gabinetes unipartidário de maioria. O PAICV e o MpD constituem as forças que dominam a política do país, e têm-se alternado no poder.
- b) *gabinete prevalece sobre o Parlamento*. Cabo Verde tem um sistema de governo parlamentarista, o que significa que o gabinete depende da confiança do Parlamento. Como o gabinete é composto pelos líderes do partido majoritário no Parlamento pode contar com a aprovação das suas propostas legislativas.
- c) *sistema bipartidário*. O PAICV e o MpD têm controlado a política partidária desde independência e formaram todos os gabinetes, nomeadamente, o PAIGC, de 1975 a 1980; o PAICV, de 1981-1990; o MpD, de 1991 a 2001 e o PAICV, de 2001 a 2015.
- d) *sistema de eleições majoritário e desproporcional*. Cabo Verde adota para as Legislativas, o sistema de apresentação eleitoral proporcional com a utilização do método de Hondt para a conversão dos votos em mandatos de cinco anos em cada círculo eleitoral.

- e) *pluralismo de grupos de interesse*. O modelo estabelece um estilo competitivo e combativo padrão de relacionamento entre governo e oposição. A concertação social inclui o representante dos trabalhadores (Sindicatos), o patronato e o governo.
- f) *governo unitário e centralizado*. Cabo Verde é uma República unitária e centralizada. Governos locais, um total de vinte de duas câmaras municipais, executam uma série de importantes funções, todavia, são financeiramente dependentes do governo central.
- g) *legislatura unicameral*. O Poder Legislativo deve concentrar-se numa única casa, nesse caso, o Parlamento.
- h) *controle do banco central*. Os bancos centrais são responsáveis pela política monetária. Em Cabo Verde o Banco de Cabo Verde (BCV) atua como o Banco Central, autoridade cambial, supervisor dos mercados monetário, financeiro e cambial e superintendente dos sistemas de pagamento.
- i) *flexibilidade constitucional*. Contrariamente ao modelo Britânico, Cabo Verde tem uma Constituição escrita, desde 1980. A constituição de 1992 foi aprovada sem grande problemas, salvo no respeitante aos símbolos nacionais (FIGURA 13) e ao Hino Nacional. “Esta é a nossa Pátria Amada”³⁵ foi substituída pelo “Cântico da Liberdade”³⁶. O PAICV perdeu a corrida para a Presidência da República, de modo que seu candidato Aristides Pereira perdeu para António Mascarenhas Monteiro, com o apoio do MpD.

35 Letras do Hino Nacional (“Pátria Amada”) - 1ª República (1975-1990): “Sol, suor, o verde e o mar/ Séculos de dor e esperança/ Esta é a terra dos nossos avós!/ Fruto das nossas mãos/ Da flor do nosso sangue/ Esta é a nossa Pátria amada!/ Viva a Pátria gloriosa!/ Floriu nos céus a bandeira da luta!/ Avante contra o jugo estrangeiro!/ Nós vamos construir na Pátria imortal/ A paz e o progresso/ Ramos do mesmo tronco/ Olhos da mesma luz/ Esta é a força da nossa união!/ Cantem o mar e a terra/ A madrugada e o sol/ Que a nossa luta fecundou”.

36 Letra do Hino Nacional (“Cântico da liberdade”) - 2ª República (1991): “Canta, irmão/ canta, meu irmão/ que a liberdade é hino/ e o homem a certeza./ Com dignidade enterra a semente/ no pó da ilha nua;/ no despenhadeiro da vida/ a esperança é do tamanho do mar/ que nos abraça,/ sentinela de mares e ventos/ perseverante/ entre estrelas e o atlântico/ entoa o cântico da liberdade./ Canta, irmão/ canta, meu irmão/ que a liberdade é hino/ e o homem a certeza.

Figura 13 – Bandeira de Cabo Verde na Segunda República (1991).



Fonte: Código Eleitoral de Cabo Verde, 2010.

Bobbio (1999, p. 1081) define regime político como “um conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições”, e entende instituições como estruturas orgânicas do poder político, que escolhe a classe dirigente, as regras e os mecanismos que atribui a cada um dos indivíduos empenhados na luta política um papel peculiar. Logo, a escolha de um regime implica, está associado à preferência por determinados valores. Conforme Duverger (1980, p. 239) com exceção nos Estados de partido único, vários partidos coexistem num mesmo país: as formas e as modalidades dessa coexistência definem o “sistema de partidos” de um país. Os sistemas de partidos são o produto de fatores numerosos e intrincados, uns exclusivos a cada país, outros gerais. Entre os primeiros, podem citar a tradição e a história, as crenças religiosas, a composição étnica, as rivalidades nacionais. Os fatores gerais, comuns a todos os países, são:

- a) fatores socioeconômicos, aludem à influência da organização de classes sociais sobre os partidos políticos;
- b) fatores ideológicos ajustam, a posições de classes e fatores técnicos,

c) o regime eleitoral, constitui um elemento do sistema de partidos, pois, influencia a forma do escrutínio, orienta no mesmo sentido as estruturas de todos os partidos de um país, sobre o número, a dimensão, as alianças e a representação.

De acordo com o autor (p. 40) inversamente o sistema de partidos desempenha papel capital sobre o regime eleitoral, pois, “sistemas de partidos e sistema eleitoral são duas realidades indissolúvelmente ligadas, por vezes mesmo difícil de separar pela análise. São pressupostos do sistema bipartidário, em primeiro lugar, que ambos os partidos se ponham de acordo quanto aos fundamentos de organização e direção do Estado, que ambos se reconheçam em termos de mútuo respeito e lealdade. À oposição cabe lugar especial no sistema, força invisível, fora do poder, pronta para assumi-lo a qualquer instante.

O sistema bipartidário não se define absolutamente a existência apenas de dois partidos. Portanto, é possível que vários partidos concorram às eleições, todavia, o sistema tecnicamente se acha de tal forma estruturado, que só dois partidos juntam de maneira duradoura a possibilidade de chegar ao poder. “O sistema multipartidário principia a rigor com a assiduidade de três ou mais partidos políticos em luta do poder num determinado sistema estatal” (BONAVIDES, 1967, p. 301). Os seguidores do pluralismo partidário vasto enaltecem-no como a melhor forma de colher e revelar o pensamento de diversas correntes de opinião, emprestando às minorias políticas o peso de uma influência tanto no sistema bipartidário como unipartidário.

O sistema multipartidário vem sendo imputado de obstruir a captação de uma vontade geral, oficializando naturalmente a divisão das opiniões, tornando-os cada vez mais fechados, inflexíveis, isoladas. Por tudo isto, o sistema multipartidário acoimado de atribuir aos pequenos partidos autoridade política desconformada e incompatível com a pouca força eleitoral de que dispõem, sobretudo quando surgem eles por fiel de jogo nas lutas pelo poder. (Idem, p. 301).

Sobre o partido único Bonavides (1967, p. 306) sustenta que alguns entendem que o partido único é a máxima inovação política do século XX, mas outros, como Duverger (1980) são de parecer que a originalidade consiste no apoio que ele proporciona à ditadura, da qual se converte em sustentáculo. A revolução e a contra-revolução social no século XX geraram politicamente em alguns Estados o partido único. Mas onde se fez mais frequente foi naqueles países recém-egressos do regime colonial. Aí o partido único aparece como força política coroada pelo

prestígio haurido na participação que teve durante o movimento criador da independência nacional. Vários países afro-asiáticos instituíram o partido único desde a emancipação.

Querido (2011, p. 217-218) ao debruçar-se sobre a construção do Estado de Cabo Verde na primeira República (1975-1990) e os quinze anos do Governo PAIGC, defende que o regime de partido único vigorou devido ao controle do poder em Portugal por forças políticas de esquerda; a forte pressão a que o PAIGC se encontrava sujeito por parte dos países do bloco socialista e a presença no seio do PAIGC, no arquipélago de Cabo Verde, em posições-chave, de “trotskistas”, de alguns “marxistas-leninistas”, de “maoistas” e de um número bem expressivo de oportunistas e de arrivistas, que souberam aproveitar da melhor forma a sede de liberdade e de mudança existente. Na opinião de Anjos (2002, p. 23) três grandes eventos são tidos como marcantes na vida política cabo-verdiana e têm sido reinterpretados em função das mudanças nas estratégias dos diferentes agentes engajados no jogo político para o domínio do espaço político, nomeadamente, a Independência Nacional em 1975; o golpe de Estado na Guiné Bissau em 1980 e a Abertura Política, em 1990.

Ki-Zerbo (2006, p. 63) ao debruçar-se sobre o problema do défice de cultura política em África, ampara que o verdadeiro problema consiste na maneira de conceber o político em África, pois, o período colonial não foi uma boa preparação para a democracia. Ele ressalta: “o regime colonial era paternalista e autoritário ou mesmo totalitário, somente a partir de 1956 e 1960, a maior parte dos Estados africanos a cederam à independência, todavia, os novos regimes herdaram o sistema autoritário e brutal”.

Para Costa (2003, p. 10) um sistema partidário é como um conjunto de partidos que interagem, competindo, de forma estável entre si, observando regras estabelecidas e reconhecidas, capazes de gerar regularidade na forma de competição e continuidade dos componentes que formam o sistema. Desse modo, o sistema político eleitoral, enquanto estrutura de poder, proporcionam determinadas possibilidades de uso do território. Tanto o sistema eleitoral quanto o modo de seleção dos candidatos influem nas ligações entre políticos e partidos, pois, “a principal fonte de poder dos partidos advém de sua capacidade de controlar a agenda decisória, isto é, de determinar quando e o que será objeto de decisão”,

assim, o comportamento dos partidos é moldado pelos estímulos concebidos pela legislação partidária e eleitoral.

Saugo (2007, p. 30) defende que as “instituições políticas constituem variáveis que delimitam como os políticos podem conquistar as eleições”. Os sistemas partidários geralmente são institucionalizados quando os partidos e eleições determinam claramente quem governa, quando as organizações partidárias têm regras e estruturas estáveis e quando as legendas tem raízes na sociedade. Duverger (1980, p. 7) afirma que a democracia não está amedrontada pelo regime dos partidos, mas pela orientação conterrâneo das suas organizações internas; a ameaça não se acha na própria vida dos partidos, mas na natureza militar, religiosa e despótica que às vezes encobrem.

Para Zanfolin (2006) a preferência de um país por um determinado sistema político e eleitoral possibilita a implementação de um projeto de uso de território, adequada com os benefícios de uma porção dos atores sociais que o escolheram. As eleições parlamentares em Cabo Verde seguem um conjunto de regras denominado representação majoritária. A fórmula adotada para a distribuição das cadeiras no Parlamento (método de D' Hondt) impede os pequenos partidos de alcançarem o quociente eleitoral necessário para uma vaga. Conforme Lijphart (2011, p. 27-37) todos os sistemas eleitorais tendem a sobre-representar os partidos maiores e sub-representar os menores. Aponta para a existência de dois modelos de democracia: o “Westminster” ou majoritário e o consensual. Sanches (2012) sustenta que os sistemas de partidos são padrões de competição e de cooperação entre os diferentes partidos dentro de um sistema político podem ser analisados como instituições políticas, no sentido em que definem regras formais (estatutos, lei eleitoral, etc.) e informais (decisões, rotinas, costumes).

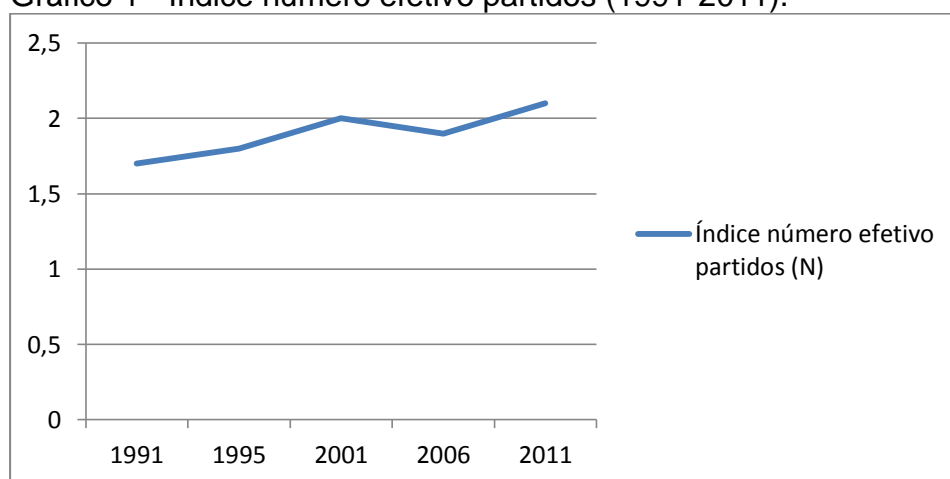
Segundo a autora os sistemas bipartidários são dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns outros partidos pequenos no Parlamento (caso da UCID). Os dados da votação dos partidos indica que a escala de variação do número efetivo de partidos (N), mostra uma tendência para a solidificação da bipartidarização do sistema político eleitoral cabo-verdiano, ao longo das cinco eleições já realizadas entre 1991-2011 (TABELA 1 e GRÁFICO 1).

Tabela 1 – Número efetivo de partidos (1991-2011).

Ano	PAICV	s_i^2	MpD	s_i^2	PCD	s_i^2	ADM	s_i^2	UCID	s_i^2	Total	$\sum s_i^2$	N
1991	23	0,08	56	0,50	-----	0	-----	-----	-----	-----	79	0,6	1,7
1995	21	0,09	50	0,48	1	0,02	-----	-----	-----	-----	72	0,6	1,8
2001	40	0,31	30	0,17	-----	0	2	0,03	-----	-----	72	0,5	2,0
2006	41	0,32	29	0,16	-----	0	-----	-----	2	0,03	72	0,5	1,9
2011	38	0,28	32	0,20	-----	0	-----	-----	2	0,03	72	0,5	2,1

Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Gráfico 1 - Índice número efetivo partidos (1991-2011).



Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

O índice do número efetivos de partidos registados em 1991 ($N^{1991}=1,0$) e 1995 ($N^{1991}=1,8$) foi consequência da grande vitória eleitoral do MpD, ao alcançar uma maioria qualificada, elegendo um total de 56 deputados e o PAICV, apenas 23 deputados, aproximando-se dos valores do sistema unipartidário. A partir de 2001 a 2011, a situação mudou com o regresso ao poder do PAICV, relegando o MpD para a oposição, assim, de 2001 a 2011, regista-se tendência para a estabilização da bipartidarização ($N^{2001}=2,0$; $N^{2006}=1,9$; $N^{2011}=2,1$).

Duverger (1980) ao examinar a questão do “número dos partidos” defende que é difícil distinguir entre o dualismo e o multipartidarismo por causa da existência de pequenos grupos ao lado dos grandes partidos. Entretanto, a desproporção evidente entre eles e os grandes partidos tradicionais, bem como o caráter efêmero e local permite considerar o sistema tipicamente dualista.

Mas quase sempre há dualismos nas tendências. Toda política implica escolha entre dois tipos de soluções: as soluções chamadas intermediárias se relacionam umas com as outras; o que equivale a dizer que o centro não existe em política: pode existir partido do centro, mas não tendência do centro, doutrina do centro. (DUVERGER, 1980, p. 241).

Segundo o autor no que se refere ao bipartidarismo e regime eleitoral “só análises próprias a cada país é que podem determinar as fontes de que brotou o dualismo” (p. 262), de maneira que o “regime majoritário de um turno” aparenta apto de conservar um bipartidarismo estabelecido contra as cisões dos partidos antigos e o aparecimento de partidos novos que para consolidar-se precisam de fortes apoios locais, ou de organização nacional. No primeiro caso ficará confinado na sua área geográfica de origem. No segundo poderá esperar o crescimento rápido que o eleva à posição de segundo partido. A segunda distinção se limita a criar fações e rivalidades no seio dos partidos engendrados pela primeira, o dualismo natural não se modifica. “Entretanto se essas fações se exasperam e deixam de tolerar a coabitação, poem-se em cheque o bipartidarismo de base e estes cedem lugar ao multipartidarismo”.

Segundo Parracho (1992, p. 2) numa entrevista concedida à Agência Lusa, o secretário-geral do PAICV, Pedro Pires defende para o futuro “desejável” o aparecimento de uma terceira força política no arquipélago que pudesse contribuir para a criação “progressiva de um ambiente democrático”. Admitiu que se corre “o risco de se manter a bipolarização, pois o atual ambiente político não favorece o aparecimento dessa terceira força, havendo necessidade de uma maior abertura e de melhores condições econômicas para os partidos políticos”. O PAICV continua a defender o princípio de que o Estado deve ser laico e de que a “democracia não se esgota na democracia representativa”. Há que criar condições para que haja uma efetiva participação das populações nas diversas decisões sobre o destino do país.

Ao politizar excessivamente a administração pública, ao tentar condicionar a presença na administração de militantes do PAICV, “o MpD está a torpedear os princípios democráticos”. Com a Independência nacional em 1975 o PAIGC alcança o poder e instaura o regime de Partido único. Um novo período se abre em 1980, na sequência do golpe de Estado na Guiné-Bissau, a ala cabo-verdiana do PAIGC cria um novo Partido, em 1981, o PAICV. Em 1990 o PAICV decide mudar o regime³⁷,

³⁷ Questionado o porquê do MpD não reconhecer ao PAICV o direito de liderar o processo de mudanças em Cabo Verde, Coordenador do MpD, Carlos Veiga, defende que “ninguém pode ser juiz

instaura o regime do multipartidarismo, de depois de quinze anos do regime partido-Estado, ou regime de partido-único. A formação e organização dos partidos políticos cabo-verdianos são suportadas pela Lei n.º 86/III/90, que estabelece o Regime Jurídico dos Partidos Políticos, reconhece a autonomia dos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento. Segundo Monteiro (1993) os períodos revolucionários criam um tipo de multidão que facilita o autoritarismo. Esses elementos contribuíram, de forma decisiva para a institucionalização de um regime político de partido único em muitos países, inclusive em Cabo Verde.

O Estado de Direito é um estado fundado no pluralismo político e partidário. A democracia do nosso tempo é um regime de partidos políticos. Se é verdade que a democracia não se esgota nos partidos políticos também é certo que não é possível conceber um regime democrático, um Estado de Direito dissociado da existência e afirmação de partidos políticos como instrumentos de acesso ao poder, de exercício e de fiscalização do poder, no quadro das instituições. (MONTEIRO, 1993, p. 2).

Com o advento do pluripartidarismo a partir de 1991, regista-se um novo período do espaço político com a queda do Artigo 4º da Constituição de 1980³⁸. Em Cabo Verde existem seis partidos políticos em atividade: o PAICV, MpD, a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), Partido Trabalho e da Solidariedade (PTS) e Partido Social democrática (PSD) (QUADRO 3). O PAICV é desde 2001, a maior força política no campo eleitoral nacional, consequência de três vitórias eleitorais consecutivas (2001, 2006 e 2011).

Essa continuidade vem sendo contrariada, denotando um certo dinamismo, designadamente através de cisões no MpD (1994 e 2000), dando lugar ao Partido de Convergência Democrática (PCD) e ao Partido de Renovação Democrática (PRD) sinais de eventuais recomposições (coligação PCD/PRD, reabsorção de dissidentes pelo MpD).

em causa própria. Não se pode ser árbitro num jogo em que se é jogador. Se o que está em jogo nas próximas eleições é a legitimidade democrática, é saber quem é legítimo, quem tem a legitimidade para falar em nome do povo". (VOZPIPOVO, 1990, p. 2).

³⁸ A Constituição da República de Cabo Verde de 1980 no seu Artigo 4º estabelece o seguinte: 1. Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a força política dirigente da sociedade e do Estado; 2. No desempenho da sua missão histórica, o PAICV exerce o seu papel dirigente na base da presente Constituição, cabendo-lhe designadamente: a) estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e de segurança a realizar pelo Estado; b) definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização. (SILVA, 2010, p. 75).

Quadro 3 – Partidos políticos cabo-verdianos.

Partido / Sigla	Orientação Política	Data da Fundação
PAIGC	Pan-africanista	1956
UPICV	Marxista/Leninista	1959
UDC	Conservador/neocolonialista	1974
PAICV	Internacional Socialista	1981
MpD	Popular Democrata	1990
PCD	Popular Democrata - facção do MpD	1994/2006
ADM	Popular Democrata	2001
PRD	"De Esquerda" facção do MpD	2000
PSD	Socialista	1992
PTS	Social-Democrata	2001
UCID	Democrata-cristã	1977

Fonte: CARVALHO, 2015.

O partido deve ser a expressão direta das massas. É o porta-voz enérgico e o defensor incorruptível das massas. Para chegarmos a essa concepção de partido é necessário que nos desembaracemos da idéia tipicamente ocidental, burguesa e desdenhosa de que as massas são incapazes de dirigir-se a si mesmas. Um dos maiores serviços que a revolução argelina terá prestado aos intelectuais argelinos foi tê-los pôsto em contato com o povo, ter-lhes permitido ver a extrema, a inefável miséria do povo e ao mesmo tempo assistir ao despertar de sua inteligência, aos progressos de sua consciência. (FANON, 1968, p. 154).

Para Duverger (1980) a significação mais profunda dos partidos políticos é que tendem à criação de novas elites. Segundo Koudawo (2001, p. 71) os primórdios da evolução do sistema político em Cabo Verde remontam aos meados dos anos 80, um processo curto e denso, resultados de dez anos de uma política de “Reconstrução Nacional” liderado pelo PAGC/CV. Depois de séculos de opressão colonialista portuguesa, em 1956, Amílcar Cabral, juntamente com outros camaradas, fundaram o PAIGC com o lema “Unidade e Luta”, com o objetivo de libertar os povos da Guiné e Cabo Verde, da tirania colonial. Segundo Anjos (2002, p. 185) a unidade Guiné e Cabo Verde abalaram algo que os intelectuais cabo-verdianos haviam afirmado até a década de 60 e a administração colonial sublinhado de acordo com os interesses divisionistas, segregacionistas de manutenção da dominação sobre os territórios africanos.

É nesse contexto, que, para além da ilha de Santiago, a Guiné-Bissau se constitui como a referência simbólica de contraposição tanto à mestiçagem quanto à lusitanidade. Se os ideólogos da mestiçagem enfatizam a mistura de europeus e africanos como mito de origem da cabo-verdianidade, os ideólogos da africanidade irão resgatar o fato de que a quase totalidade da população cabo-verdiana é descendente de escravos da Guiné. (ANJOS, 2002, p. 176-177).

Quanto ao nível de implantação dos Partidos políticos em 2011, pode-se afirmar a partir da análise dos mapas apresentados, apenas o PAICV e o MpD estão bem representados em todos os círculos eleitorais de Cabo Verde, enquanto os restantes partidos políticos, estão regionalmente circunscritos. UCID e PTS concentram-se nas ilhas de S. Vicente e S. Antão, o PSD na ilha de Santiago, na região Sul, cidade da Praia. No que se refere ao Índice de nacionalização/regionalização, os Partidos tem, em geral, padrões diferenciados de votação nos círculos eleitorais de um país. Em Cabo Verde nossa pesquisa mostrou que alguns Partidos têm votação dispersa pelo território, enquanto outros têm votação concentrada em um número reduzido de círculos eleitorais. Conforme Nicolau (2005, p. 596), o desafio é estabelecer critérios para avaliar a evolução dos partidos e poder comparar diferentes padrões de distribuição geográfica do voto. “Como é possível dizer que alguns partidos estão mais nacionalizados, enquanto outros estão concentrando mais a votação?”. Os dados obtidos a partir da análise do Índice de nacionalização/regionalização³⁹ (INR) dos cinco partidos que concorreram ao pleito de 2011, pode-se concluir que o partido mais nacionalista é o PAICV (INR=0,08), seguido de perto pelo MpD (INR=0,1) e as restantes forças políticas, registaram valores que o enquadram dentro do grupo dos partidos políticos de caráter regionalistas, sendo que a UCID é o partido mais regionalista (INR=0,98) concentrado essencialmente no círculo eleitoral de São Vicente (TABELA 2).

Tabela 2 - A nacionalização/regionalização dos partidos em Cabo Verde.

Índice/Partidos	MpD	PAICV	UCID	PSD	PTS
Nac/Regionalização (INR)	0,1	0,08	0,98	0,76	0,80

Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

³⁹ “O índice de nacionalização/regionalização mede até que ponto um partido político pode ser considerado regionalista ou de caráter nacionalista, ou seja mede a concentração e a dispersão dos votos no espaço. O valor deste índice varia num intervalo de 0 a 1 quanto mais perto de 0 estiver o partido é considerado regionalista e quanto mais próximo de 1 estiver o partido é considerado nacionalista” (NICOLAU, 2005, p. 597).

Nos debates políticos na cena nacional tem-se enquadrado a UCID dentro do grupo dos partidos regionalistas, isto é, não consegue competir em todos os círculos eleitorais do território nacional e da diáspora (círculos da África, América, Europa e resto do mundo). O eleitorado do PAICV é menos hegemónico no Norte, círculos eleitorais de S. Vicente, Porto Novo e Ribeira Grande, a Leste, no Sal, Boavista e Maio e no Sul, nos municípios de S. Catarina, S. Miguel e Tarrafal, onde o MpD tem maior implantação. Os votantes do PAICV inscrevem-se com maior intensidade em áreas urbanas e nas áreas rurais de transição com características socioeconômicas de transição. O partido tem forte implantação nos círculos eleitorais de Santiago Norte e Sul, nos da ilha do Fogo (nos municípios de São Filipe, Mosteiros e Santa Catarina).

Concernente ao nível de implantação dos partidos políticos em 2011 na Republica de Cabo Verde, tratando-se do MpD (FIGURA 14) os dados mostram que nas ilhas de Santiago e São Vicente (2.080 a 28.620), este partido está mais bem implantado no conjunto do arquipélago. O círculo eleitoral de Santo Antão destaca-se no segundo grupo onde o MpD está mais bem implantado (1.210 a 2.080). Sal (0.56 a 1.210), Brava, Fogo, Maio, Boa Vista e São Nicolau (0.02 a 0.12) são as ilhas onde regista o menor nível de implantação do MpD em 2011.

Tratando-se do PAICV (FIGURA 15) nas ilhas de Santiago e São Vicente (2.24 a 29.15), este partido está mais bem implantado no conjunto do arquipélago. Seguidos de perto pelos valores registados em Santo Antão e Fogo (1.10 a 2.24). Por outro lado, o PAICV regista os mais baixos níveis de implantação nas ilhas de Sal e São Nicolau (0.02 a 0.20), e principalmente nas ilhas da Brava, Maio e Boa Vista (0.01 a 0.02) onde o nível de implantação do PAICV em 2011, não é satisfatória dentro do conjunto nacional.

A UCID desde 2006 tem movimentado em todos os círculos eleitorais. O nível de concentração de votos que a UCID tem alcançado nos dois maiores círculos eleitorais do país, nomeadamente, Praia e S. Vicente, não lhe tem permitido eleger mais do que dois deputados, ficando-se a quem dos cinco deputados, necessários para ter direito a se constituir em grupo parlamentar, privilégios apenas de PAICV e MpD. O nível de implantação da UCID em 2011 mostra que este partido está mais bem implantado nas ilhas de do norte, nomeadamente São Vicente (0,77 a 10.56), a principal base do partido, seguido por Santo Antão (0.35 a 0.77) e logo a seguir a ilha

do Sal (0.08 a 0.35). Na região sul a UCID está melhor implantada na ilha de Santiago (0.77 a 10.56) seguido da ilha do Fogo (0.01 a 0.08).

O PTS surgiu em 2001, reivindica a ocupação de um espaço alternativo no campo eleitoral e uma governação mais atenta as demandas sociais das classes trabalhadoras. O nível de implantação do PTS em 2011 mostra que este partido está mais bem implantado nas ilhas São Vicente e Santiago (6.68 a 49.99), a principal base do partido, seguido por Santo Antão (1.74 a 6.68) e logo a seguir a ilha do Sal (0.08 a 0.35). O PTS está fracamente implantada nas ilhas de Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava com um nível de implantação inferior a 0.04. No que se refere ao nível de implantação do PSD em 2011 os dados indicam que este partido está mais bem implantado na ilha de Santiago (1.87 a 49.99) e na ilha de Santo Antão (0.0 a 1.87).

Gaspar e Vitorino (1976) ao analisar a distribuição espacial do voto procuram enquadrar os aspetos fundamentais do comportamento eleitoral em dois sistemas interdependentes:

- a) esse comportamento relaciona-se com as posições das unidades do espaço geográfico,
- b) o fenómeno eleitoral confronta-se com os fatores de natureza socioeconómica.

Os dados da votação dos Partidos políticos em Cabo Verde permitem tirar algumas deduções sobre os processos de continuidade e mudança na geografia eleitoral cabo-verdiana, considerando o período histórico em estudo. Assim, nas eleições legislativas de 2006, o PAICV alcança a maioria absoluta, ao registar valores absolutos de 52,3%, enquanto o MpD foi o segundo partido mais votado, com 44,02%. Nas legislativas de 2011 o PAICV consegue o terceiro mandato ininterrupto, ao assinalar nas urnas 52,22% das preferências eleitorais, superando o MpD (42,39%). A partir da análise do índice de desigualdade regional cumulativa (IDRC) os Partidos registam índices de votos diferenciados nos distintos círculos eleitorais de um país.

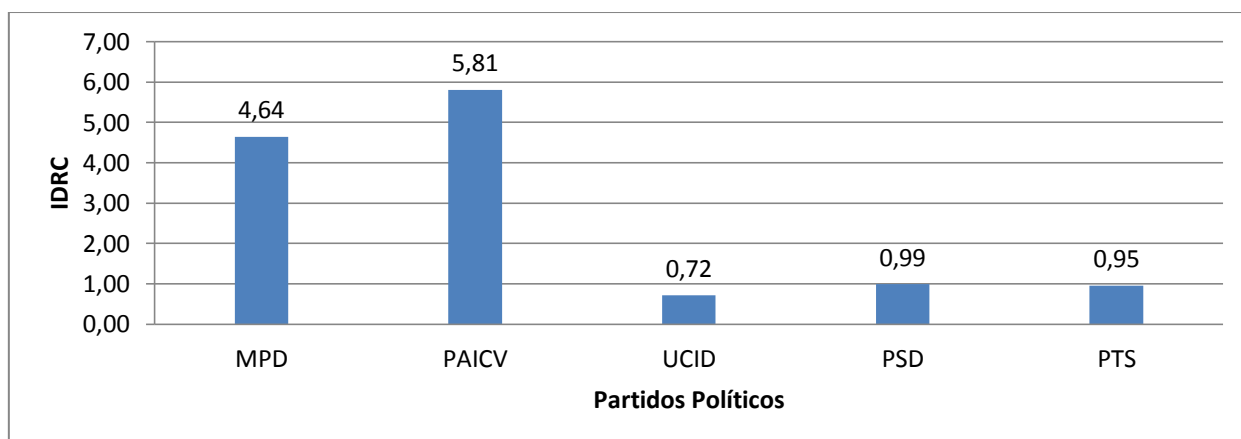
No espaço político em Cabo Verde alguns Partidos políticos têm registado votos dispersos pelos diferentes círculos eleitorais, enquanto outros, têm votação concentrada em alguns círculos eleitorais. Como é possível dizer que alguns Partidos estão ficando mais nacionalizados, enquanto outros estão concentrando mais a votação? (TABELA 3 e GRÁFICO 2).

Tabela 3 – A Desigualdade regional dos partidos em Cabo Verde, 2011.

Círculo eleitoral	% Pop. Eleitor	% voto MpD	<i>I</i>	% voto PAICV	<i>I</i>	% voto UCID	<i>I</i>	% voto PSD	<i>I</i>	% voto PTS	<i>I</i>
Santo Antão	9	45,4	0,36	49,9	0,41	3	0,06	0	0,09	1	0,08
São Vicente	15	34,5	0,19	44,3	0,29	19	0,03	0,22	0,15	2	0,14
São Nicolau	3	50,7	0,48	44,9	0,42	3	0	0	0,03	1	0,02
Sal	5	46,8	0,42	45,9	0,41	7	0,02	0	0,05	0	0,05
Boa Vista	1	45,3	0,44	52,4	0,51	0	0,01	0	0,01	1	0
Maio	1	59,1	0,58	40,6	0,39	0	0,01	0	0,01	0	0,01
Santiago Norte	19	42,8	0,23	54,5	0,35	1	0,18	0,42	0,19	1	0,19
Santiago Sul	26	43,5	0,17	54,2	0,28	2	0,25	0,26	0,26	0	0,26
Fogo	7	35,7	0,29	63,3	0,56	1	0,06	0	0,07	0	0,07
Brava	1	45,9	0,45	51,6	0,5	2	0,01	0	0,01	0	0,01
Africa	1	34,3	0,33	65	0,64	0	0,01	0	0,01	0	0,01
Américas	3	33,6	0,31	64,8	0,62	1	0,02	0	0,03	0	0,03
Europa resto	7	46,3	0,39	49,5	0,42	3	0,05	0	0,07	0	0,07
<i>I_{drc}</i>	-----	-----	4,638 5	-----	5,81	9.842	0,7	429	0,99	1.040	0,95

Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

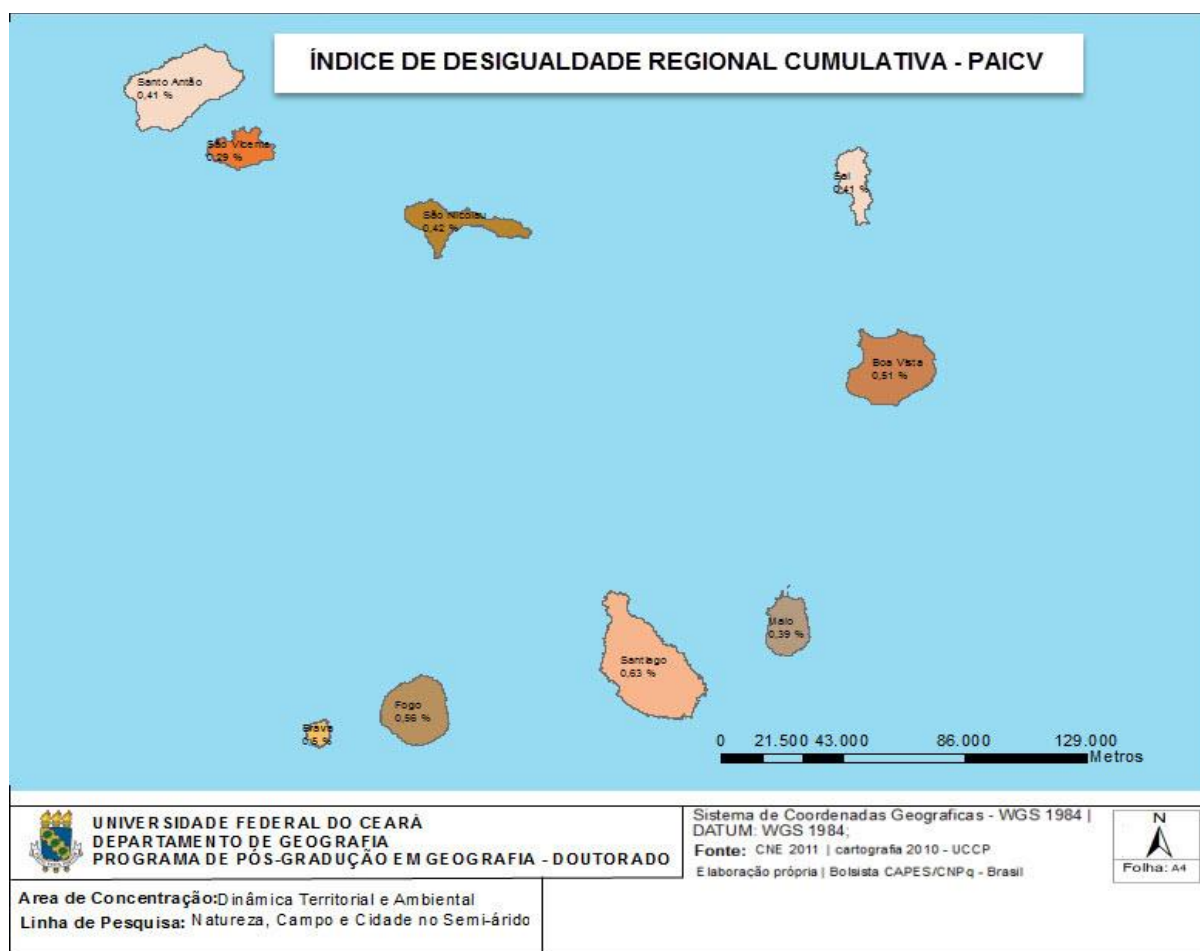
Gráfico 2 - A desigualdade regional partidos em Cabo Verde, 2011.



Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

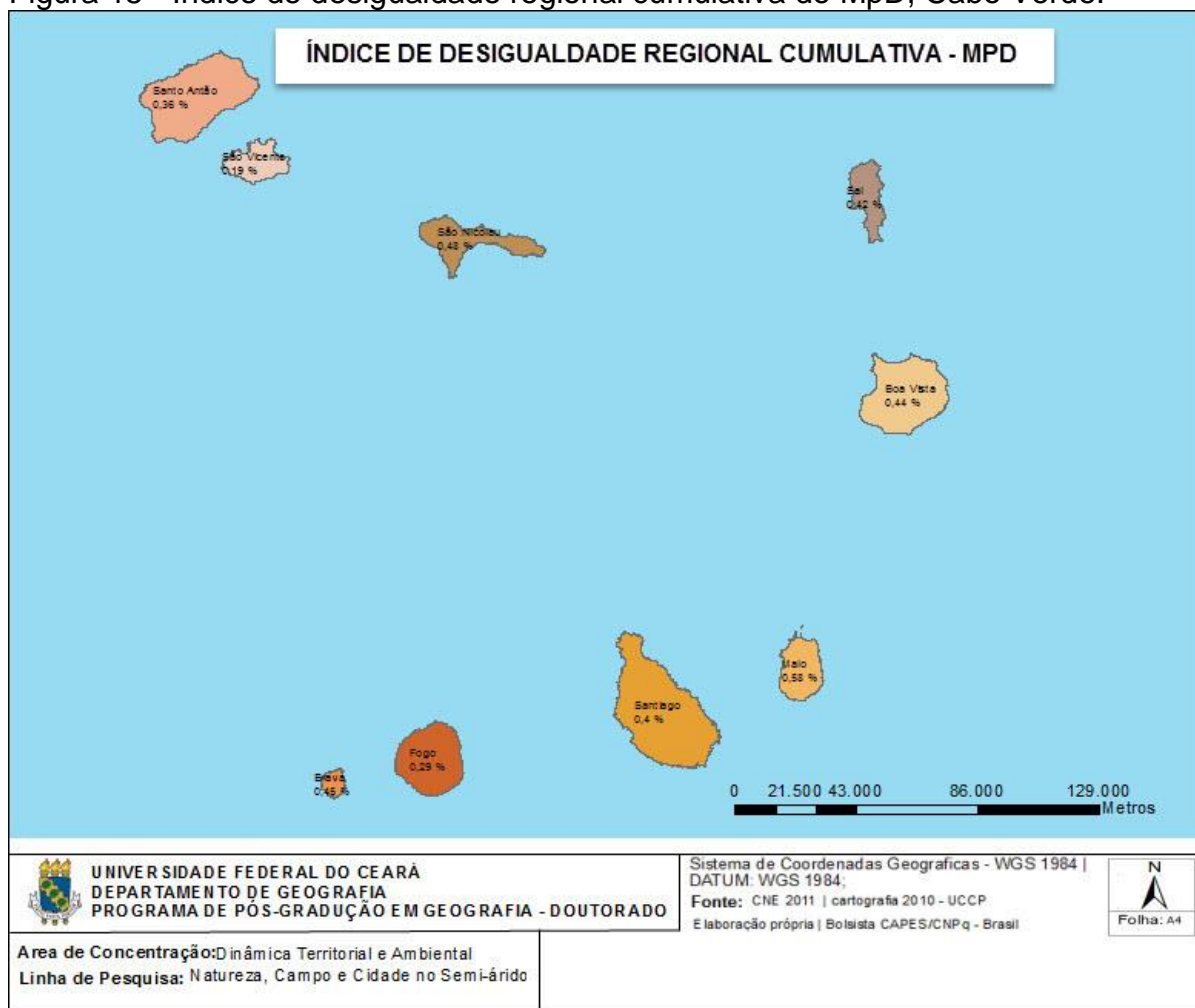
O desafio é estabelecer critérios para avaliar a evolução dos Partidos e poder comparar diferentes padrões de distribuição geográfica do voto. O modelo proposto por Nicolau (2004) resolve o problema. Os dados apresentados pelo IDRC dos Partidos políticos em 2011 revela que o PAICV (FIGURA 14) tem um padrão de votação mais concentrado (5,81) seguida pelo MpD (4,64) partido na oposição (FIGURA 15). O IDRC dos pequenos Partidos, UCID, PTS e PSD mostram uma tendência na regionalização da configuração territorial do voto desses pequenos partidos políticos. De acordo com Lijphart (2011) os sistemas eleitorais constituem também um determinante decisivo dos sistemas partidários. Conforme Bobbio (1998, p. 1188) toda a consideração acerca da funcionalidade dos vários sistemas devem ser desenvolvidos comparativamente e em referência às circunstâncias de fato em relação às quais eles operam. A ação dos sistemas eleitorais são parte de um amplo sistema político, onde interagem com outras variáveis como as instituições constitucionais, o sistema partidário e a cultura política em geral (FIGURA 14 e 15).

Figura 14 – Índice de desigualdade regional cumulativa do PAICV, Cabo Verde.



Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Figura 15 - Índice de desigualdade regional cumulativa do MpD, Cabo Verde.



Fonte: CARVALHO, 2015.

Conforme Duverger (1980) o regime eleitoral do Estado aparenta ter certa influência sobre o caráter oligárquico das direções partidárias e da formação dos “círculos interiores” dos partidos políticos. Na medida em que nenhum candidato tem possibilidade de ser eleito sem a concordância dos comitês do partido, seus dirigentes desempenham papel essencial na seleção dos futuros deputados, que são designados pelo “círculo interior”.

Os escrutínios de lista, de índole coletiva e partidária, fortalecem a oligarquia, em vez de os escrutínios individualistas a amenizarem. A oligarquia interior no sistema proporcional com listas fechadas e inscrição dos candidatos numa ordem intransigente que restringe a eleição, considerando que os deputados são aqui seleccionados pelo “círculo interior”, o Partido transforma-se então em circuito fechado. (DUVERGER (1980, p. 179).

Para Monteiro (2009. p. 32) o sistema eleitoral adotado pelo regime cabo-verdiano nas eleições legislativas atinge o sistema de partidos na medida em que a aplicação do método D'Hondt para o convertimento dos votos em mandatos colabora

para a convergência dos mandatos nos dois grandes partidos políticos, favorecendo assim a situação de um sistema bipartidário e contribui para a marginalização dos pequenos Partidos no espaço político. Apesar dessas debilidades, esse sistema eleitoral tem garantido estabilidade, a governabilidade e a alternância política, sem prejuízo da necessidade da sua reestruturação.

Lijphart (2011 p.171) colabora a ideia de que a dicotomia da representação proporcional e os sistemas de maioria simples, em distritos uninominais, e os sistemas de maioria absoluta constituem a linha divisória mais importante na classificação dos sistemas eleitorais. Os sistemas eleitorais podem caracterizar-se por sete parâmetros, nomeadamente, fórmula eleitoral; magnitude dos distritos eleitorais; barreira eleitoral; número total dos membros de uma assembleia eleita; influência das eleições presidenciais sobre as eleições legislativas; grau de desproporcionalidade; vínculos eleitorais interpartidários.

A regra de maioria simples é de longe a mais simples de todas: o candidato que receber a maior quantidade de votos, seja de maioria absoluta, seja de maioria simples, será eleito. Por outro lado, a principal forma de representação proporcional é o sistema de listas. Os sistemas de representação proporcional em listas podem ser subdivididos de acordo com fórmulas matemáticas usadas para traduzir a votação em números de cadeiras. O método aplicado com mais frequência é a fórmula de Hondt, comparada a outros métodos mostra uma leve inclinação em favor dos grandes partidos, e contra os menores. Verifica-se que o método D'Hondt tende a favorecer os grandes partidos, pois, no caso de Cabo Verde, nos círculos exíguos (2 mandatos) verifica-se a exclusão do terceiro Partido mais votado.

A magnitude de um distrito eleitoral denota o número de candidatos que podem ser eleitos nele. Não deve ser confundido com a dimensão geográfica, ou com número de leitores que o referido distrito contém. O Artigo 42º da CRCV (2010) estipula que para formar um grupo parlamentar um Partido político e/ou coligação partidária tem que ter no mínimo cinco deputados (CRCV, 1992). Adaptando a equação da “Barreira Eleitoral”, para o caso de estudo de Cabo Verde, o distrito mediano de 13 membros, em Cabo Verde tem uma barreira (B) implícita de 11%, e a média de distritos com magnitude de 5,5 cadeiras.

Como pode ser medida a desproporcionalidade geral das eleições? Os dados obtidos sobre o índice de desproporcionalidade (G) para o caso da República

de Cabo Verde, no contendo das eleições Legislativas (1991-2011) indica que a maioria qualificada conseguida pelo MpD em 1991, isto é, atingindo mais de dois terço no número de deputados eleitos (71%), registando um índice de 6,2%, concorrendo apenas o MpD e o PAICV (TABELA 4 e GRÁFICO 3).

Tabela 4 - índice de desproporcionalidade (G) das legislativas.

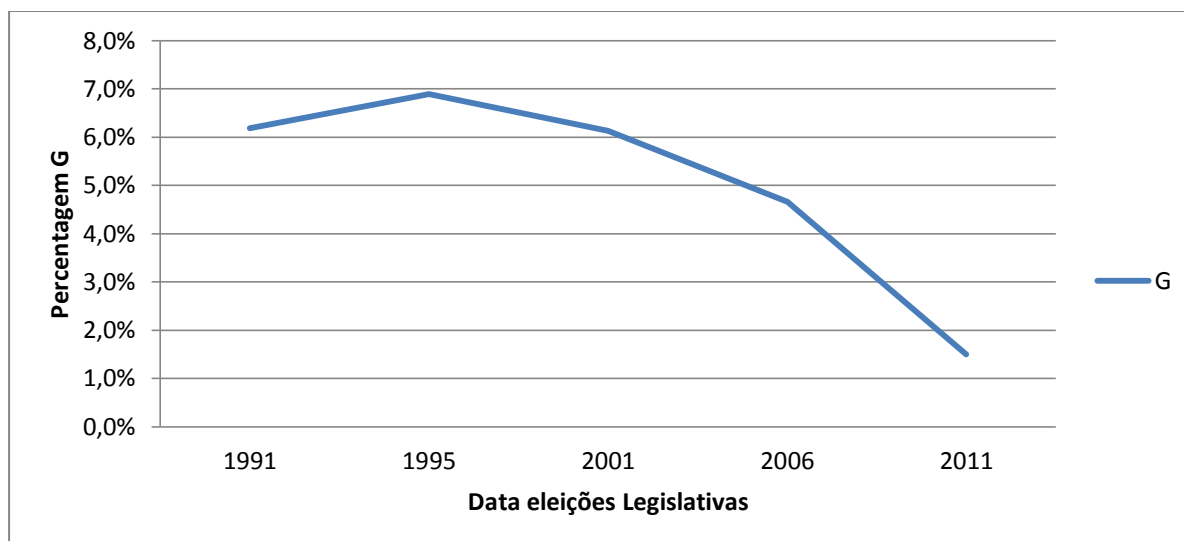
Ano	PAICV		MpD		PCD		ADM		UCID		Total Voto	G	
	C	% Voto	C	% Voto	C	% Voto	C	% Voto	C	% Voto			
1991	23	31,6	56	62,5							79	125564	6,2%
1995	21	29,8	50	61,3		6,7					72	158901	6,9%
2001	40	47,9	30	39,2				5,9			72	141836	6,1%
2006	41	50,9	29	42,8					2	2,6	72	174858	4,7%
2011	38	53,0	32	42,4					2	3,4	72	333730	1,5%

Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Em 1995 registou-se o maior índice de desproporcionalidade já alcançada nas eleições legislativas em Cabo Verde, no valor de 6,9%, onde o MpD consolida o domínio eleitoral, todavia fruto de uma fragmentação interna surge o PCD, alcançando apenas um Deputado na Assembleia Nacional.

Nas eleições de 2001 mesmo com o retorno do PAICV ao poder, não se registou uma mudança significativa (diferença de 0,7%) no índice de desproporcionalidade. O ADM elegeu dois deputados (5,9% de votos). Em 2006 registou-se diminuição significativa no índice de desproporcionalidade (6,1% para 4,7%), digno de realce, o aparecimento da UCID (após a dissolução da ADM), que elegeu dois deputados (2,6% dos votos) apesar de estar concentrada mais nos círculos eleitorais da região norte do país, nomeadamente em São Vicente e Santo Antão. Na legislativa de 2011 atingiu o menor índice de desproporcionalidade (1,5%). Analisando os dados sobre o índice de desproporcionalidade das eleições legislativas, observando a reta G, verifica-se uma tendência para a diminuição do índice de desproporcionalidade desde a legislativa de 1995, tendendo para valores próximos de zero nas futuras eleições legislativas (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 - Índice de desproporcionalidade (G) da Legislativas



Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Esse comportamento pode significar por um lado, a estabilização do bipartidarismo, por outro lado, cria oportunidade para o crescimento de pequenos partidos e porventura o surgimento de alianças e emergência de novas forças no espaço político cabo-verdiano. Sanches (2012, p. 9) revela que Cabo Verde é o país que o sistema de partidos se encontra mais institucionalizado na África Lusófona. Nesse sentido, concluiu que Cabo Verde concilia aspetos particulares de democracias solidificadas (relativa previsibilidade dos resultados eleitorais) e de democracias mais recentes (a proliferação de Pequenos partidos a partir de cisões dos grandes Partidos).

Concernente à legitimidade das eleições, ampara que tal processo congrega três fatores, nomeadamente: a) padrões de competição partidária estáveis; b) expansão dos direitos e liberdades civis; c) aceitação das eleições como meio. Em termos longitudinais, o processo de institucionalização do sistema partidário cabo-verdiano tem sido acompanhado pelo enraizamento crescente de dois partidos fortes na sociedade: o PAICV e o MpD depois das eleições de 1991 novos partidos políticos foram constituídos, todavia, as dinâmicas eleitorais e de arranjo de governo conservaram-se ilesos. O MpD venceu as eleições legislativas na década de 1990 e o PAICV venceu em 2001, 2006 e 2011. Os partidos num quadro de bipartidarismo comportam-se como agências agregadoras que competem entre si, para representar o maior número eleitores, selecionar matérias programáticas mais afrouxados,

porque procuram representar todos os setores do eleitorado. De fato, ao confrontar os programas eleitorais do PAICV e do MpD para as legislativas de 2011, verifica-se uma convergência programática no domínio econômico, com um modelo baseado em fatores exógenos, através da promoção do investimento externo direto.

As identidades sociais como classe, religião e etnicidade, estabelecem simpatias/identificações partidárias duráveis na medida em que em sistemas bipartidários as diferenças entre os eleitores e os partidos de centro são moderadas. No caso cabo-verdiano, vários estudos têm demonstrado que a aplicação do método D'Hondt em círculos de baixa dimensão aumenta a desproporcionalidade no processo de conversão de votos em mandatos e a probabilidade de ocorrência de maiorias artificiais, favorecendo assim os maiores partidos, nomeadamente, o PAICV e MpD (CARVALHO, 2013, 2014, 2015).

Embora a magnitude dos círculos eleitorais e a fórmula eleitoral determinem em grande medida o número de partidos com assento parlamentar, não fornecem explicações suficientes sobre o fenómeno do bipartidarismo em Cabo Verde. As escolhas e as estratégias eleitorais adoptadas pelos Partidos oferecem uma explicação complementar sobre a capacidade de reprodução deste sistema.

No que se refere a participação e representação das mulheres dentro da estrutura dos Partidos, Monteiro (2009) mostra uma tendência para a ocupação de posições de menor elegibilidade por parte das mulheres, bem como uma tendência para a concentração de mulheres candidatas na classe de suplentes, afastando-as da eventualidade de serem eleitas, o que expõe a sua sub-representação nos órgãos de domínio político (TABELA 5 GRÁFICO 4).

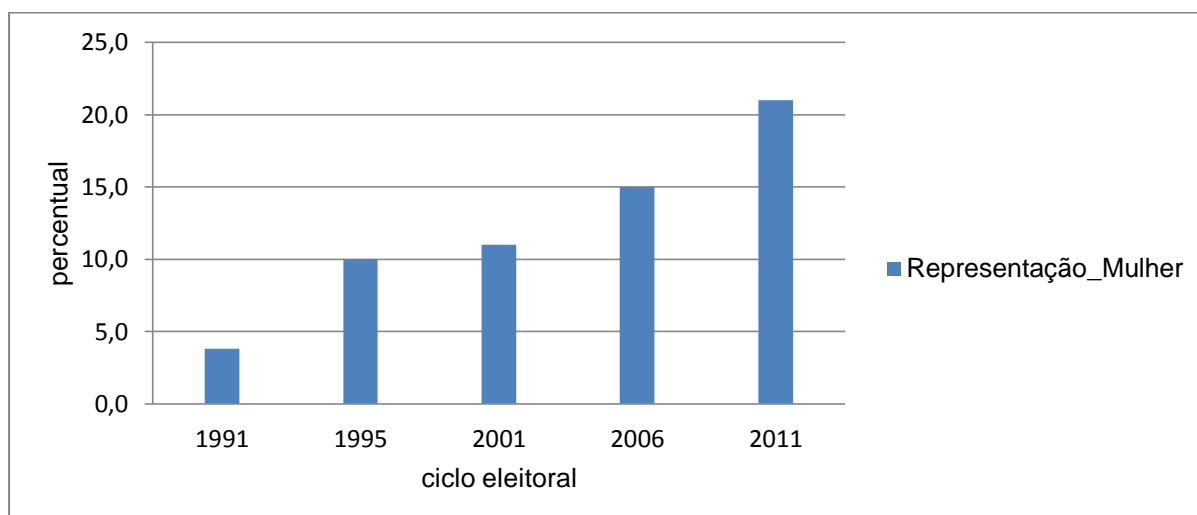
Para Wondji (2011, p. 1137) o domínio político até agora permanece um espaço quase unicamente masculino; além das barreiras organizais de ordem civilizacional, social, histórico e legislativo, entraves conjunturais limitam a participação das africanas na vida política. “Entretanto, as mulheres progressivamente abandonam o seu papel de coadjutoras dos homens e forma, juntamente com os jovens, a vanguarda das contestações populares aos poderes políticos monolíticos”. Todavia tal fato não tem tido correspondência no âmbito do espaço político Cabo-verdiano, principalmente na ilha de Santiago, objeto do nosso estudo (TABELA 5 e GRÁFICO 4).

Tabela 5 – Deputados eleitos por sexo em Cabo Verde (1991-2011).

Data da eleição	Partido	Deputados eleitos				
		Fem	%	Masc	%	Total
1991	PAICV	0	0,0	23	100,0	23
	MpD	3	5,3	53	94,7	56
	Total	3	3,8	76	96,2	79
1995	PAICV	1	5,0	20	95,0	21
	MpD	6	12,0	44	88,0	50
	PCD	0	0,0	1	100,0	1
	Total	7	10,0	65	90,0	72
2001	PAICV	5	12,0	35	88,0	40
	MpD	3	10,0	27	90,0	30
	ADM	0	0,0	2	100,0	2
	Total	8	11,0	64	89,0	72
2006	PAICV	7	17,0	34	83,0	41
	MpD	4	14,0	25	86,0	29
	UCID	0	0,0	2	100,0	2
	Total	11	15,0	61	85,0	72
2011	PAICV	7	18,0	32	82,0	39
	MpD	8	26,0	23	74,0	31
	UCID	0	0,0	2	1,0	2
	Total	15	21,0	57	79,0	72

Fonte: Adaptado de CNE 2010, B.O – I Série, Nº 7, Suplemento 19 de Fev. de 2011.

Gráfico 4 – Representação da Mulher no Parlamento.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Aponta como principais fatores da sub-representação política das mulheres⁴⁰ cabo-verdianas: a ordenação das atividades políticas, sistemas de partidos e o sistema eleitoral. Ao combinar o bipartidarismo e os exíguos círculos eleitorais (binominais), o sistema eleitoral cabo-verdiano influencia a eleição de elementos de sexo feminino, criando um efeito semelhante ao sistema majoritário em círculos uninominais percentual média da representação parlamentar das mulheres desde a primeira eleição até agora é de doze por cento. Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 107-113) na África tradicional as mulheres não sofriam discriminação, havia mulheres terapêuticas, sacerdotisas, soberanas rivais do faraó *Hatshepsout*.

As atividades cotidianas levavam-nas a controlar numerosos saberes. Mais tarde, a colonização deteriorou a situação das mulheres em matéria do saber. (...). Na atualidade entre as maiores limitações, o trabalho doméstico é a principal fonte de opressão da mulher. Os encargos que recaem sobre as mulheres podem aumentar, devido à pauperização geral (êxodo rural, prostituição, etc.). (KI-ZERBO, 2006, p. 107-113).

Com base nos dados apresentados, ficou evidente que as eleições legislativas realizadas no período multipartidário, a percentagem de mulheres eleitas aumentaram significativamente, traduzindo-se numa maior visibilidade feminina no Parlamento. Não obstante, a sub-representação das mulheres nesse órgão legislativo manteve-se claramente, mas sendo atenuada em cada legislatura. Desde o início das primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1991, e a última em 2011, a representação das mulheres vem crescendo lentamente, continuando com uma sub-representação no Parlamento. Todavia tal fato não tem tido correspondência no âmbito do espaço político cabo-verdiano, principalmente na ilha de Santiago, objecto do nosso estudo.

De acordo Furtado (1997) a nível da administração pública elas ocupam cerca de trinta e quatro cargos de chefias gerais e/ou presidentes de Institutos Públicos para um total de 134 cargos existentes (25,3%). Segundo Mazrui (2010, p. 1107) a África tradicional, antes da colonização europeia, oferece excelentes modelos de divisão do poder entre os sexos. As períodos de Hatshepsout, no Egito (século XV antes da era cristã), de Nzinga, em Angola (1581-1663), de Yaaz

⁴⁰ Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 107-113) na África tradicional as mulheres não sofriam discriminação, “havia mulheres terapêuticas, sacerdotisas, soberanas rivais do faraó *Hatshepsout*. As atividades cotidianas levavam-nas a controlar numerosos saberes. Mais tarde, a colonização deteriorou a situação das mulheres em matéria do saber. (...). Na atualidade entre as maiores limitações, o trabalho doméstico é a principal fonte de opressão da mulher. Os encargos que recaem sobre as mulheres podem aumentar, devido à pauperização geral (êxodo rural, prostituição, etc.)”.

Asantewa no país ashanti (1830-1921) e de Nehanda, no Zimbabwe (1863-1898), abrilhantam esta particular concepção do pan-africanismo, na qualidade de divisão do poder entre os homens e as mulheres.

Pode-se concluir que o sistema político cabo-verdiano é fortemente condicionado pelo modelo “quem ganha leva tudo”, marcado pelo bipartidarismo, com dois partidos igualmente fortes, a saber, o PAICV e o MpD. Segundo Parracho (1992, p. 2) o secretário-geral do PAICV, Pedro Pires defende para o futuro “desejável” o aparecimento de uma terceira força política no arquipélago que pudesse contribuir para a criação “progressiva de um ambiente democrático”. Admitiu, contudo, que se corre “o risco de se manter a bipolarização, pois o atual ambiente político não favorece o aparecimento dessa terceira força, havendo necessidade de uma maior abertura e de melhores condições econômicas para os partidos políticos”. Em relação à próxima revisão constitucional, PAICV continua a defender o princípio de que o Estado deve ser laico e de que a “democracia não se esgota na democracia representativa”. Há que criar condições para que haja uma efetiva participação das populações nas diversas decisões sobre o destino do país. “Ao politizar excessivamente a administração pública, ao tentar condicionar a presença na administração de militantes de PAICV, o MpD está a torpedear os princípios democráticos”, defendeu na altura, o Secretário-geral do PAICV, partido na oposição. Duverger (1980) ao examinar o arcabouço dos partidos defende que a modalidade de financiamento é igualmente muito importante. Nos partidos “burgueses”, as despesas de eleições são em grande parte assumidas pelos candidatos os seus *supporters* locais,

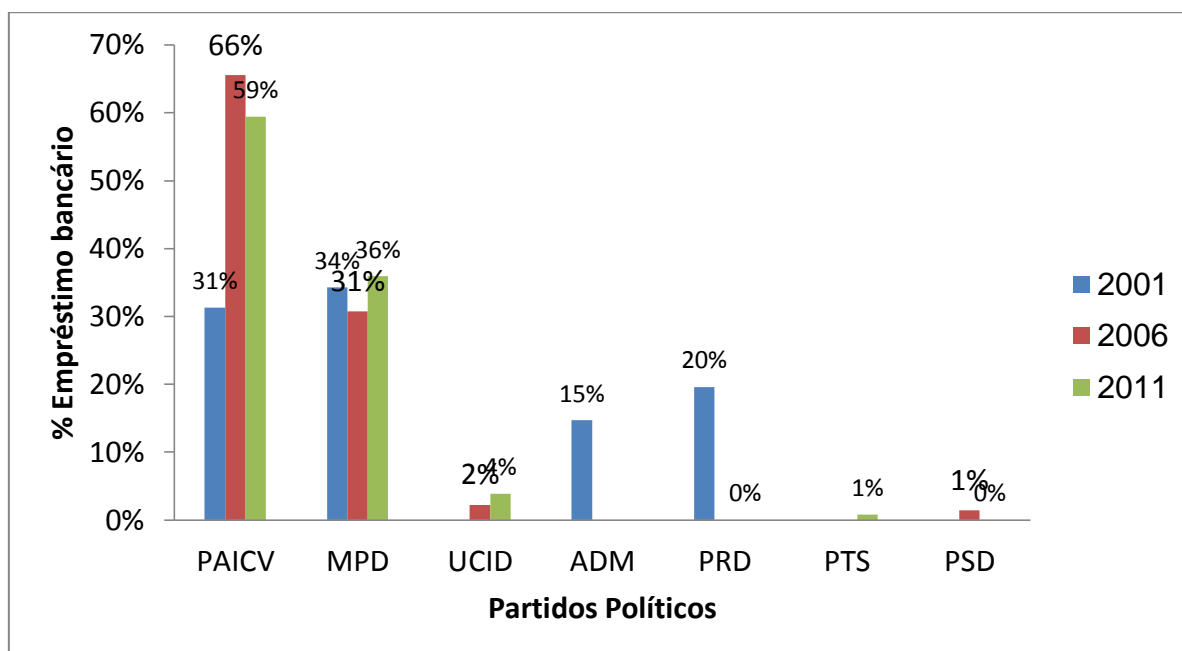
os comités de base são mais ricos que o centro, portanto independentes; ao contrário, se os financiamentos adquiriram o hábito de subvencionar diretamente o centro, este pode exercer uma pressão maior sobre os grupos locais. Nos partidos financiados por contribuições regulares, é muito importante conhecer a distribuição dos recursos entre o centro e as seções locais. (DUVERGER, 1980, P. 94).

O sistema de financiamento partidário é misto. Os Partidos Políticos recebem do Estado um subsídio anual de funcionamento, de acordo com o número de deputados eleitos e um subsídio para financiamento de cada campanha eleitoral. Neste caso, o montante a receber pelos partidos dependerá do número de votos conquistados, à base de 750\$00/voto para as presidenciais e legislativas e 500\$00/voto para as autárquicas (Guia Cidadão Eleitor, 2015, p. 34, 2015).

Ramos (2012, p. 33) ao abordar a questão do financiamento partidário aponta que os dados revelam que, para a sua continuidade, os partidos políticos se sujeitam amplamente aos recursos públicos (isenções fiscais e subvenções estatais, tanto para o seu funcionamento como para as campanhas eleitorais), o que reforça a sua sujeição ao Estado e comprova que sofrem os efeitos da “cartelização”. Uma das formas do financiamento dos partidos políticos é o empréstimo bancário.

O setor bancário disponibilizou aos partidos, em 2001, 102.000.000\$00 ECV (USD 981711,33), em 2006, 53.375.246\$00 ECV (USD 513716,51) e em 2011, 247.400.000\$00 ECV (USD 2381131,2)⁴¹. De 2006 para 2011 registou-se um aumento de 364% do valor atribuído pelo setor bancário aos partidos políticos que concorreram nas disputas das eleições legislativas em Cabo Verde (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 - Acesso aos empréstimos bancários (2001-2011).



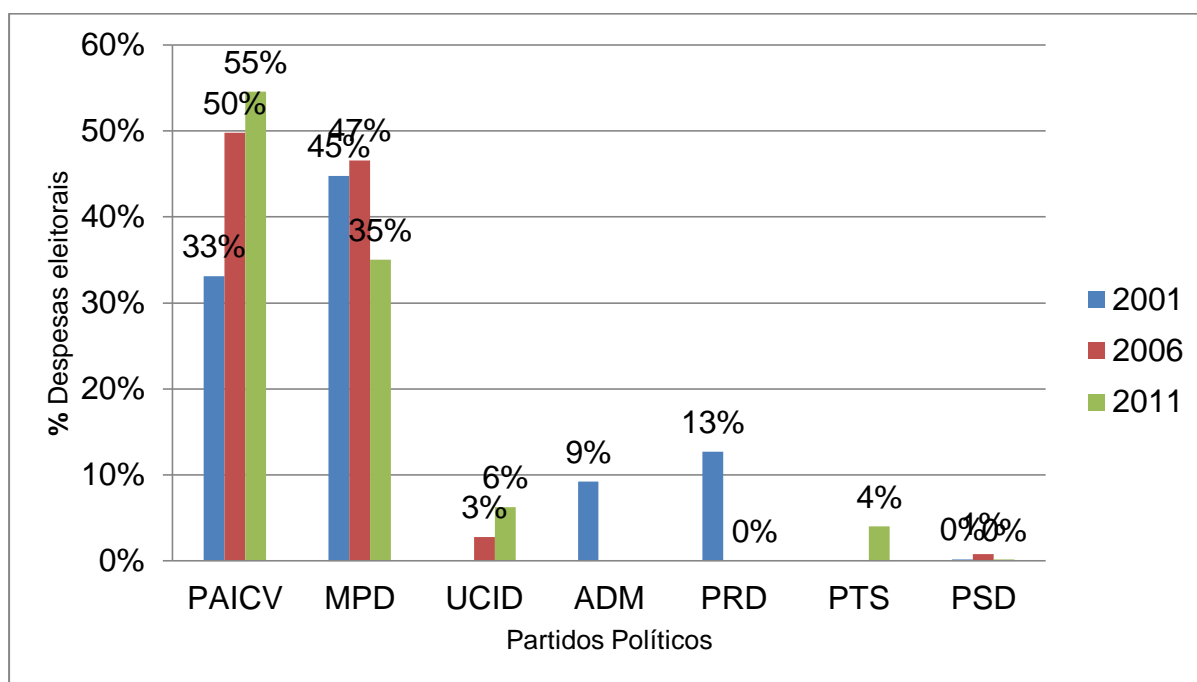
Fonte: DELIBERAÇÃO nº. 35/CNE/LEG/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

O PAICV aumentou o percentual no total do empréstimo bancário realizado entre o período de 2001 e 2006, de 31% para 66% (aumento de 109%) e diminuiu em 2011, para 59%, do total do empréstimo bancário concedida aos partidos (diminuição de 9%), todavia, o valor do PAICV aumentou 320%. Por seu turno o MpD diminuiu seu percentual do total de empréstimo bancário concedida aos partidos, de 2001 para 2006, mas voltou a aumentar seu percentual do total

⁴¹ A quando da conversão 20-01-2016, 1 USD valia 103\$00 ECV.

empréstimo bancário concedida aos partidos em 17%, porém, o valor em ECV do empréstimo do MpD aumentou 441%. Referentes aos pequenos Partidos, apenas em 2001 receberam um percentual significativo do total empréstimo bancário concedida aos pequenos partidos ADM 15% e PRD 20%. Entre 2001 e 2011, indicam que o PAICV tem investido cada vez mais em campanhas eleitorais, de 2001 para 2006 registou um aumento de 52% no total de despesas de campanhas eleitorais realizado pelos partidos, de 2006 para 2011, registou um aumento de 10% (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 – Despesa de campanha eleitoral legislativa (2001-2011).



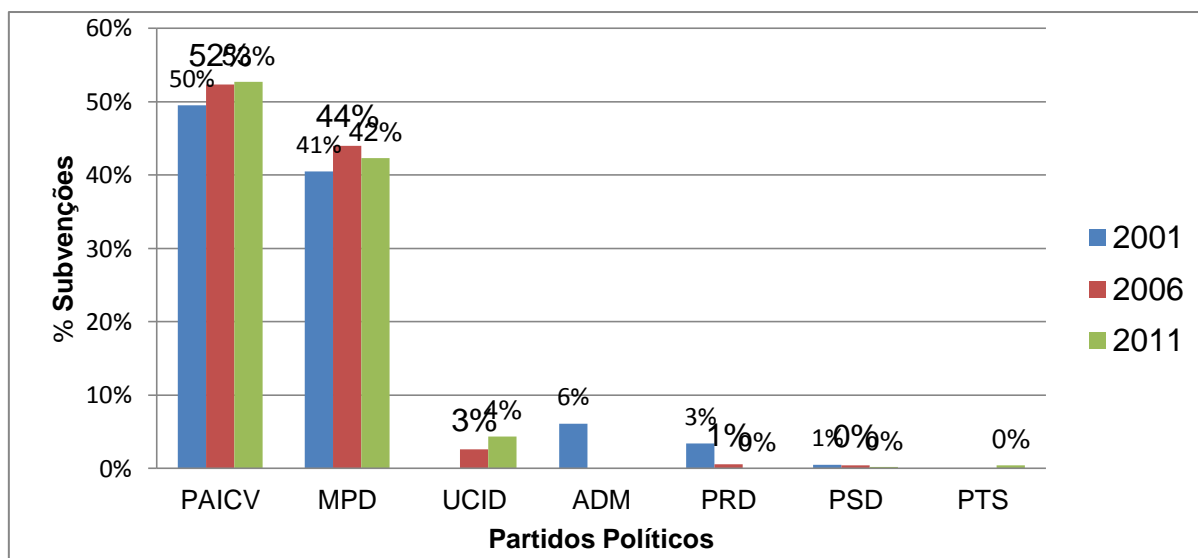
Fonte: DELIBERAÇÃO nº. 35/CNE/LEG/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

O MpD partido na oposição reduziu o percentual dos gastos de campanha eleitoral legislativa de 2006 para 2011, uma diminuição significativa de 25%, todavia, o valor em ECV da despesa do MpD diminuiu 24%. Segundo Ki-Zerbo, 2007, p. 7) o estatuto da oposição contínua a ser um desafio muito grave para a democracia africana. Aqui colocam-se problemas muitas vezes não resolvidos da utilização equitativa do financiamento público dos partidos quase sempre ausentes: “o que faz com que a oposição vá muitas vezes às eleições com as mãos vazias perante um poder provido de meios gigantescos”. Observa-se que a forma de atribuição das subvenções estatais depende da representação política, o que influencia principalmente o dinamismo e a sobrevivência dos pequenos Partidos. Observa-se

que os Partidos políticos cabo-verdianos em análise, nos aspetos de financiamento público, são “Partidos cartelizados”, pois as normas que regulam estes dois aspetos são determinadas pelos partidos com representação no Parlamento, o que não só assegura a sua sobrevivência no sistema político como incrementa a sua capacidade de resistir aos desafios no caso de surgir novos partidos no sistema político do país.

Analisando os dados sobre as subvenções recebidas pelos partidos no período de 2001-2011 o PAICV tem registado um aumento gradual do percentual das subvenções atribuídas pelo Estado, resultado das três vitórias consecutivas, nomeadamente em 2001, 2005, 2011, atraindo para si, a maior parte do subsídio atribuído pelo Estado a todos os partidos votados no pleito eleitoral. Por outro lado, os pequenos Partidos políticos⁴², resultados da fraca representação política, que se traduz em poucos votos recebidos, que influencia o reduzido perceptual de subvenções e de financiamentos via orçamento do Estado aos pequenos partidos com representação parlamentar (GRÁFICO 7).

Gráfico 7 – Subvenção recebida pelos Partidos (2001-2011).

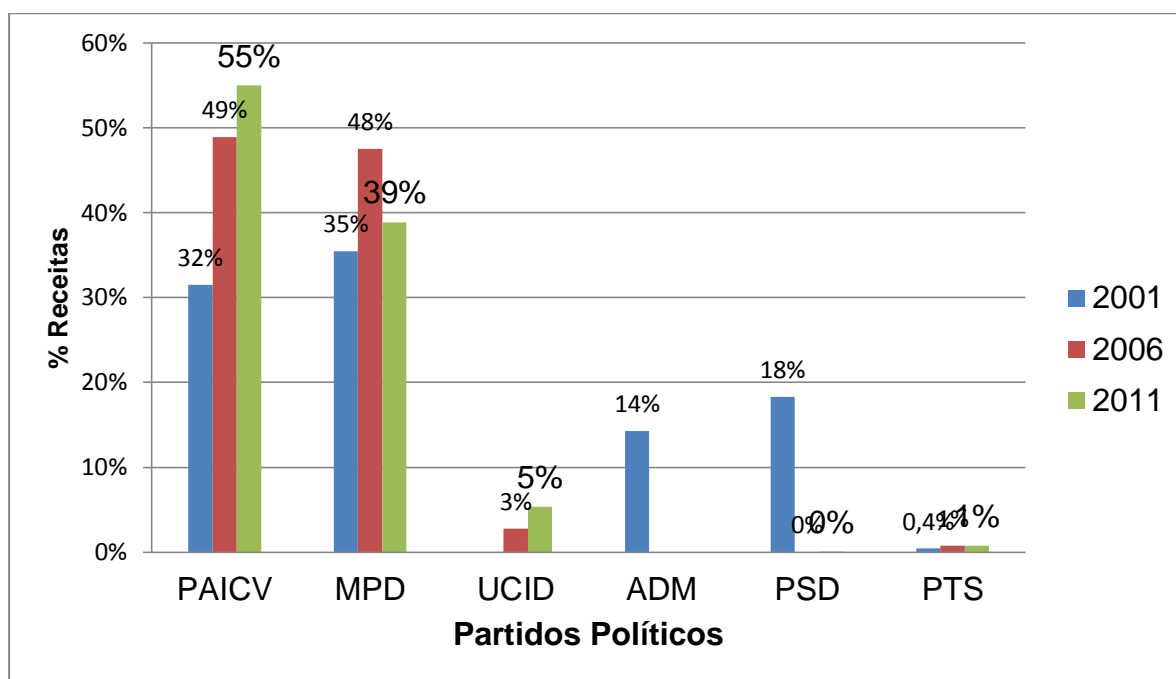


Fonte: DELIBERAÇÃO n.º. 35/CNE/LEG/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

⁴² Segundo Almeida (2016. p. 2-3) o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS) podem ficar de fora da corrida nas próximas eleições legislativas de 20 de Março de 2016, “as duas forças estão na mira do Tribunal Constitucional (TC) que poderá, a todo momento, acionar mecanismos para a sua extinção. O PSD e o PTS vêm, alegadamente, violando, de forma reiterada e sistemática, várias normas estatuídas na lei que regula o regime jurídico dos partidos políticos em Cabo Verde. Segundando Neste caso, o Partido da Renovação Democrática (PRD) que hibernou há vários anos, pode a qualquer momento ser declarado como extinto, sem obrigar os fundadores a dirigentes a tanto trabalho, como aconteceu com o Partido de Convergência Democrática (PCD) em 2006, declarado extinto”.

Concernente a receita de campanha eleitoral (2001-2011) entre 2001 e 2006, PAICV destacou-se de forma significativa o seu percentual das receitas (PAICV, 55% e MpD, 39%). O PAICV aumentou 175% das receitas, o MpD, 100,4%. (GRÁFICO 8). Sanches (2012) defende que em muitas democracias, sobretudo nas africanas, os Partidos apresentam uma estrutura organizativa fraca, enfrentam problemas de financiamento e dependem em grande medida do Estado; daí que as

Gráfico 8 – Receitas de campanha eleitoral (2001-2011).



Fonte: DELIBERAÇÃO nº. 35/CNE/LEG/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

funções de socialização e de agregação de interesses específicos, desempenhadas pelos Partidos, se encontrem em declínio. Questionado sobre financiamentos e subsídios que o Estado atribui ao PAICV e às suas organizações, e sobre o montante que o Estado deverá atribuir futuramente aos partidos políticos, o coordenador do MpD, em 1990, Carlos Veiga respondeu MpD defendeu o fim dos subsídios para qualquer partido ou para organizações políticas

O nosso país é pobre, tem grandes dificuldades financeiras, há gente que deixa de receber seus salários por não haver dinheiro e, por isso, pensamos que não é justo o subsidiar partidos ou organizações políticos. Entendemos que estes devem viver, essencialmente, da participação dos seus militantes e aderentes. Neste momento, recusaremos qualquer subsídio que nos venha a ser atribuído. Os partidos devem ser capazes de mobilizar recursos por si sós recursos necessários no decurso das campanhas. (VOZDIPOVO, 1990, p. 2).

2.6.1 PAIGC e a UPICV e a luta pela independência nacional

Segundo Monteiro (1993, p. 2) no campo foi necessário ao Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) apresentar programas. Na cidade bastou-lhe a denúncia (FIGURA 16).

Figura 16 – Recepção do PAIGC na Praia, em 1974/75.



Fonte: LOPES (2013, p. 409).

No campo teve de apresentar as suas ideias, ainda que rudimentares sobre a agricultura, pecuária, extensão rural, mercado para os produtos, indústrias transformadoras, etc., para obter a adesão dos camponeses, mais céticos e mais retraídos, aos ideais da independência.

Nas cidades teve quase que tão-somente acusar o regime de denegar o exercício da cidadania. A ideia política de independência não é intrinsecamente mobilizadora de *per se*. É, contudo, ideia-potência, na medida em que nos discursos políticos valorados no quadro da luta pela conquista da autonomia nacional encontravam-se quase sempre presentes propostas políticas com um certo conteúdo material e ético. (MONTEIRO, 1993, p. 2).

Conforme Tomás (2008, p. 99) a independência da Guiné-Conacri, em Setembro de 1958, é o acontecimento que muda a vida de Amílcar Cabral, pois, estavam reunidas as condições para se lutar pelo fim do colonialismo na África lusófona. Segundo Ki-Zerbo; Mazrui; Wondji (2010) pelo intermédio da disciplina do

marxismo-leninismo, Amílcar Cabral, tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo. “Somente essa associação orgânica permitiria fazer valer o direito às aspirações do povo no domínio político, através do poder popular, na esfera socioeconômica e cultural, graças à justiça social e ao enraizamento nos valores civilizatórios da gente ordinária”.

Para Lopes (2013, p. 214) a luta armada em Cabo Verde, o desembarque de elementos do PAIGC em Cabo Verde nunca se concretizou. Segundo Querido (2011, p. 187) a luta de libertação em Cabo Verde, decorreu na máxima clandestinidade. O trabalho político clandestino começou em Santa Catarina, na ilha de Santiago, por volta de 1963, com forte adesão dos camponeses à causa da independência. De modo que, decorridos poucos anos, Santa Catarina era considerada pelas autoridades coloniais como a “zona mais profundamente atingida” de Cabo Verde, além disso, uma certa franja da população cabo-verdiana registou com desagrado essa atitude, como mais um sério obstáculo à “ascensão” do arquipélago à categoria de “ilhas adjacentes”. Conforme Cabral (1978, p. 57-62) entre os argumentos miseráveis mais frequentemente apresentados pelos colonialistas portugueses para justificar seus crimes, encontra-se a ideia de criar uma “sociedade multirracial” nas colônias, baseada legalmente no estatuto indígena, na realidade, o “apartheid” à portuguesa. Este regime impede todo contato social com população dita “civilizada” e reduz 99% da população africana a uma condição sub-humana e 0,3% é considerada assimilada. Para que uma pessoa “não-civilizada” obtenha o estatuto de “assimilada” tem de fazer prova de estabilidade econômica, tem de viver à “europeia”, pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever corretamente o português. Entretanto, em Lisboa, na madrugada de 25 de Abril de 1974, os jovens capitães, congregados à volta do Movimento das Forças Armadas (MFA) ou Movimento dos Capitães, saem às ruas para apelar Marcelo Caetano e Américo Thomaz do poder e introduzir Portugal na democracia (“Revolução dos Cravos”).

Conforme Hobsbawm (1995, p. 82) para surpresa da maioria dos observadores, em 1974, ocorreu um golpe militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo (1927-74): a “Revolução dos Cravos em Portugal”. A aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da

clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Européia, a que Portugal se juntou pouco depois. Desconfiados, os elementos da clandestinidade do PAIGC criaram uma Frente Ampla Nacional e Anti-Colonial. Na sua “plataforma”, a frente pretende “englobar todos os indivíduos ou grupos de indivíduos independentemente das suas opções ideológicas, exigindo-lhes, nomeadamente, o reconhecimento da Unidade Nacional de Cabo Verde; a independência total e imediata de Cabo Verde; e o reconhecimento do PAIGC, como único representante de Cabo Verde. Portanto, passada a surpresa do golpe em Portugal, logo surgem três teses partidárias em relação ao controle político do futuro do arquipélago, nomeadamente, o PAIGC, que preconiza a independência e a unidade com a Guiné-Bissau; a UPICV, a favor da independência, mas sem quaisquer vínculos externos e a UDC, subscrevem o projeto federativo do general Espínola.

Segundo Lopes (2013, p. 253) o projeto federativo do general Espínola, lançado em 1974, aparece no livro “Portugal e o futuro”, onde defende, por um lado, a democratização e o desenvolvimento econômico da sociedade portuguesa e a sua integração na CEE; por outro lado, a manutenção dos territórios ultramarinos através de uma Comunidade Lusíada ou Estado da Lusitânia. Além disso, reitera a ideia de que a resolução do conflito que opõe Lisboa aos movimentos africanos, nomeadamente, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, o PAIGC; o Movimento Popular de Angola (MPLA), a União Nacional Independente Total de Angola (UNITA); a Frente Nacional Libertação de Angola (FNLA); a Frente Libertação Independência de Moçambique (FRELIMO); Movimento Salvação, Libertação São Tomé e Príncipe (MSLTP) é político e não militar e desenterra o projeto federativo de 1962, no qual Portugal aparecia associado às suas províncias ultramarinas elevadas ao estatuto de Estados autónomos ou livre. O projeto seria constituído por três Estados: Portugal, Angola e Moçambique, e pelas províncias da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor. Cabo Verde receberia o estatuto de ilhas adjacentes de Portugal.

Cabral (1978, p. 201) ao examinar a questão ideológica⁴³ e a prática política no continente africano sustenta que os movimentos libertação nacional

⁴³ Segundo Santos (2003, p. 53-55) nas condições atuais, “as ideologias se transformam em situações, instalam-se a competitividade, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade. A democracia de mercado é amesquinhada como eleitoralismo, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de idéias e à própria morte da política. (...) Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de

careciam de uma ideologia. Recorrendo a um provérbio⁴⁴ da cultura popular africana, para mostrar quando o povo afirma, “por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o teu arroz”,

Enuncia um princípio fundamental não só da física como da ciência política. Pois, no plano político, só é possível transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e com esforços e sacrifícios próprios. A deficiência ideológica ou falta total de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional, que tem a sua justificação de base na “ignorância da realidade histórica”, constitui a maior fraqueza da luta contra o imperialismo. (CABRAL, 1978, p. 201).

O Secretário-geral do PAIGC (1978, p. 117-196) a partir da análise concreta, produto da prática revolucionária ao longo da luta vitoriosa pela independência da Guiné e Cabo Verde, animada pelo diálogo crítico com outras realidades históricas, estabeleceu oito princípios do PAIGC e da prática política:

- 1) “Partir da realidade da nossa terra, ser realistas”, deve-se considerar a realidade dos outros, do Mundo. Portanto, é preciso ligar a realidade geográfica, histórica, étnica, econômica, social e cultural com o desenvolvimento da luta. A realidade econômica é ser colônias portuguesas. A realidade social é a exploração colonialista. Quanto à realidade da situação cultural em Cabo Verde é a transplantação da realidade da cultura africana para as ilhas;
- 2) “O Partido deve ser dirigido pelos melhores filhos do nosso povo”, lutar sem corridas, por etapas, progressivamente, pois, cada etapa significa ao mesmo tempo maiores exigências no nosso trabalho.
- 3) “A luta o povo, pelo povo e para o povo”, a luta tem de ser feita pelo povo, através dos seus filhos, militantes, dirigentes, combatentes, milicianos, etc..
- 4) “Independência de pensamento e ação”, o Partido, a sua direção, deve ser independente, tanto na maneira de pensar os problemas e de os resolver, como na sua ação dentro ou fora do país;
- 5) “Nem toda a gente pertence ao Partido”, a luta é baseada fundamentalmente no trabalho do Partido, o PAIGC.

um novo discurso, capaz de desmitificar a competitividade e o consumo e atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos”.

⁴⁴ Segundo Ki-Zerbo (2007, p. 10) os provérbios constituem “condensados de sabedoria, suficientemente explícitos, para o bem-estar (diário) do indivíduo e do grupo social. O provérbio é um comprimido de sabedoria, poços, fontes de consciência”.

- 6) “A Democracia revolucionária” exige que cada dirigente ou responsável deve tomar com coragem a sua responsabilidade, combater todo o oportunismo, viver no meio do povo, à frente do povo, atrás do povo.
- 7) “Fidelidade aos princípios do Partido”;
- 8) “Melhorar o trabalho político”, agir com mais eficácia, com mais consciência, nas relações com a África e com o mundo em geral.

Como se pode ver em Lopes (2012, p. 172) para Aristides Pereira, ex-Secretário geral do PAIGC/PAICV, “Amílcar Cabral não era marxista nem um seguidor marxista. Ele utiliza o método de análise marxista, é certo, mas ele tinha sua convicção própria”. Como se pode ver em Chauí (2004, p. 9) ao analisar as principais determinações que estabelecem o fenômeno da ideologia, sustenta que a ideologia é um conjunto coerente, ordenado e conexo de representações (idéias e valores) e de princípios ou regulamentos (de comportamento) que apontam e estabelecem aos membros da comunidade o que precisam pensar e como devem pensar, o que devem considerar e como devem estimar, o que devem experimentar e como devem perspectivar, o que devem criar e como devem construir.

Santos (2006, p. 82-83) ao examinar o papel símbolo e da ideologia no movimento da totalidade, aponta que durante longo período, vigorava uma necessidade confrontar “essência” e “aparência”, melhor, porventura, é opor e confrontar “essência” e “existência”, no qual deparamos os fatos em movimentação. A ideologia cria símbolos, concebidos para fazer parte da vida real e que geralmente tomam a forma de objetos. “A ideologia é ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência”. A cada mudança na divisão do trabalho, a cada revolução nova transformação social, nos momentos de rupturas e fraturas, há, para os produtores de significados, “uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possível o entendimento do processo e a busca de um sentido”.

Os movimentos de libertação reivindicavam uma ideologia global, emancipacionista, cujos principais elementos eram os princípios de autodeterminação, do pan-africanismo, do não alinhamento e dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Observa-se em Lopes (2013 p. 442) a propósito da divisão ideológica no PAIGC, em Cabo Verde nomeadamente, os “trotskistas”; os “maoístas” e os “combatentes”, vindos da luta armada na Guiné-Bissau. Ao debruçar-se “sobre alguns problemas ideológicos no seio do PAIGC”, em 1980, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, considera que a ideologia age como fator decisivo para o êxito de quaisquer iniciativas no quadro do projeto político.

Alertava que na ação ideológica deve-se estar vigilantes em relação a duas atitudes igualmente perniciosas e já descobertas: uma atitude esquerdista baseada em esquemas ideológicos exteriores ao Partido e que, não tendo em conta as realidades, aponta para soluções aventureiras e fraccionistas típicas do radicalismo pequeno burguês e uma manifesta passividade, capaz de conduzir a um vazio ideológico. (Do PAIGC ao PAICV, 1981, p. 3).

Segundo Lefebvre (2000, p. 44) o conceito de *ideologia*, nunca se elucida; abusou-se dele: ideologia marxista, ideologia burguesa, ideologia proletária, revolucionária, socialista etc. Distinções incongruentes entre a ideologia em geral e as ideologias particulares, entre “aparelhos ideológicos” e instituições do saber etc. “O que é uma ideologia sem um espaço ao qual ela se refere, que ela descreve, do qual ela utiliza o vocabulário e as conexões, do qual ela contém o código?”

Duverger (1980, p. 257) ao referir-se ao papel do partido único apregoa que “o objetivo do partido único é o de formar novas elites, criar uma nova classe governante, unir e modelar os líderes políticos capazes de organizar o país, porque as massas não podem elas próprias, governar”.

Silveira (1976) defende que a necessidade de construir a nação, de investir o Estado de instituições apropriadas, a de promover a criação de uma nova economia, conduziu a que os Estados africanos adotassem o sistema de partido único. Conforme Furtado (1987) a construção do Estado e do campo político demonstra que a construção e a reprodução da classe dirigente são compostas por parlamentares, os membros do governo e os membros das direções nacionais dos partidos com assento no Parlamento. A base social do recrutamento da classe dirigente é diversa, traduzindo a pluralidade econômica, social e política da sociedade cabo-verdiana. A nível institucional, a Assembléia Nacional Popular promulgou uma Lei sobre a organização dos órgãos do poder do Estado Lei de Organização Política do Estado (LOPE), em vigor até 1980, tornando o partido no

poder hegemónico. A luta por colocações na organização do poder leva ao embate, primeiramente, os diversos partidos e organizações políticas no espaço político cabo-verdiano, posteriormente, entre “grupos” no interior do PAIGC que culminará em 1978-79 com o abandono de alguns dirigentes. A discussão sobre o projeto político leva a constituição de dois grupos: os combatentes da luta armada na Guiné (“legitimidade histórica”) e os quadros vindos de Portugal (“legitimidade do saber”).

A seção cabo-verdiana do PAIGC integrava em seu seio diversos grupos, composta pelos combatentes e pelos quadros de Lisboa (cabralistas, maoístas, neo-estalinistas e trotskistas). Rivalidades que se exprimiam através de um conflito, originariamente entre os estudantes em Portugal, grupos surgidos na esteira da crise do marxismo, maoístas, neo-estalinistas e trotskistas, defrontavam-se.

Para Castoriadis (1982 *apud* VESENTINI, 2009, p. 41) o marxismo no século XX pouco a pouco “degenerou numa ideologia da burocracia, num discurso legitimador de um partido ou um grupo de burocratas que pretende alcançar o poder e/ou que já o exerce de forma totalitária, sempre reprimindo violentamente as críticas e oposições, taxadas de “burguesas” e “anti-revolucionárias”, e falando em nome dos “trabalhadores, do povo ou do proletariado”. Os trotskistas aspiravam a transformação das relações de poder então vigentes na estrutura partidária. São geralmente quadros técnicos que militaram clandestinamente no PAIGC em Portugal, enquanto estudantes que regressaram a Cabo Verde pouco antes do 25 de Abril de 1974 ou depois.

Parte considerável desta agremiação abandonou o PAIGC após 1979, tendo alguns ficado em Cabo Verde dedicando-se as suas atividades profissionais e outros foram para o exterior, especialmente Portugal e Brasil. Em Portugal vieram unir desta forma, a influir no sistema político em Cabo Verde, tendo uma atuação peculiar junto aos estudantes universitários.

Com o processo de abertura política em Cabo Verde, em 1990, regressam à cena política interna em torno do MpD, partido da oposição, lutando como uma ampla frente política contra o PAICV. A ala dos combatentes era formada por aqueles que participaram da luta armada na Guiné-Bissau, sendo alguns deles criadores do PAIGC, e importantes líderes. A posição político-ideológica é tida como mais vizinha do leninismo e cabralismo. Cabral (1978, p. 220) enaltece Lénine pelo caráter genial da análise e das conclusões que se revelam de um alcance histórico

imenso, pois, não pode haver “ação política, sem princípios” bem definidos. Demonstrou que a política é “tornar possível o impossível implica uma criatividade, pela aliança permanente e dinâmica entre teoria e a prática”.

Para Querido (2011, p. 222-248) o PAIGC devido às necessidades e exigências da própria luta, sempre conservou as características de uma “frente” em que coexistiam marxistas-leninistas, socialistas, sociais-democratas, liberais, anarquistas, cristãos, muçulmanos, agnósticos e mais tarde, na fase final da luta, os trotskistas, os únicos a possuir uma “agenda” própria que incluía a eventualidade de um “golpe” a prazo. A grande influência que o grupo chegou a ter em quase todos os setores da vida nacional e a forma facciosa que sempre revestiu a sua ação fizeram com que se agudizasse no seio do PAIGC, disputa entre duas tendências, nomeadamente, uma que defendia ser de interesse os trotskistas no Partido ou próximo dele, outra que insistia no seu total e imediato afastamento.

Em 1977 no III Congresso do PAIGC, em Bissau, vedava-lhes completamente o acesso aos lugares cimeiros do Partido. Na segunda República, reapareceu o grupo trotskista, com poucas ausências, o grupo trazia a encabeçá-lo praticamente os mesmos homens que em 1979 tinham sido “humilhados e ofendidos” pelo PAIGC e arrastava ainda uma ruidosa falange constituída pela “rapaziada” que, em 1975, constituíra a “tropa de choque” dos trotskistas, seguindo à risca as diretivas da IV Internacional, elegeram o “entrismo” como sua “arma estratégica” principal.

Em 1990 os trotskistas criaram o MpD, com um discurso liberal, com uma estratégia que passava pela responsabilização do PAIGC/CV pelo atraso do país, elogio a democracia como remédio para todos os males e assunção do Movimento nascente como a encarnação da própria democracia. Os dirigentes da segunda República manifestaram a sua opção “lusófila” e tomando a decisão de tudo fazer no sentido de levar Cabo Verde a se enfeudar, de corpo e alma, subserviente, na antiga metrópole colonial e a se afastar no máximo das suas raízes africanas. (QUERIDO, 2011, p. 257).

Segundo Monteiro (2015) o “entrismo” tem suas origens no chamado “revisionismo pablista”. Grosso modo, a partir de 1950, Pablo concluía que os trotskistas teriam como tarefa central a dentrarem nos PCs e ali atuarem tão-somente enquanto uma “ala esquerda” deles, sem sequer apresentarem seu programa em sua totalidade, o que foi nomeado de “entrismo *sui generis*”. Para Monteiro (1993, p. 2) no campo foi necessário ao PAIGC apresentar programas. Na cidade bastou-lhe a denúncia. “A ideia política de independência é uma ideia-

potência, na medida em que nos discursos políticos valorados no quadro da luta pela conquista da autonomia nacional encontravam-se quase sempre presentes propostas políticas com um certo conteúdo material e ético”.

A União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) foi fundada por José Leitão da Graça. Segundo Lopes (2003, p. 121) para o líder da UPICV, a UPICV não é uma organização comunista mas ela nunca praticará de perseguição aos comunistas cabo-verdianos. “O anticomunismo é uma política de reaccionários”.

Enquanto o PAIGC preconiza a independência e unidade Guiné-Cabo Verde, a UPICV era contra a questão da unidade com a Guiné; e ainda, a União Democrática de Cabo Verde (UDC) criada em 1974 no Mindelo, ilha de São Vicente, presidida pelo advogado João Baptista Monteiro, embora aceitando o princípio da autodeterminação e, mais tarde, da própria “independência total”; a UDC acabou por ser a corporização das apreensões de um determinado bloco aristocrático, que temia o PAIGC (QUADRO 4) sendo por isso a favor da adjacência.

Quadro 4 - A Luta do PAIGC (1954-1974).

Ano	Principais acontecimentos
1954	Tentativa de criação do clube desportivo Associação de Desporto e Recreio, em Bissau.
1955	Fundação do MING (Movimento para a Independência Nacional da Guiné). Reunião da Conferência de Bandung.
1956	Criação do PAIGC em Bissau. Criação do MPLA (Movimento Popular Libertação Angola) em Luanda.
1957	Independência do Gana. Fundação do MAC (Movimento Anti-Colonialista), formada por dirigentes de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé. Primeira Conferência dos Povos Afro-asiáticos, no Cairo.
1958	Proclamação da República da Guiné. PAIGC decide a mobilização prioritária do campo.
1960	Segunda Conferência dos Povos Afro-asiáticos, em Tunis. Proclamação da Independência do Senegal. Aparecimento do órgão de informação do PAIGC, “Libertação”.
1961	Desencadeamento da luta armada em Angola, sob a direção do MPLA (Movimento de Libertação Angola). Criação da Conferência das

Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) em Casablanca. Conferência das organizações nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde, em Dakar. Proclamação da ação direta pelo PAIGC.

1962 Revisão do programa e estatutos do PAIGC pelos quadros dirigentes. Independência da Argélia. Congresso constitutivo da FRELIMO (Frente de Libertação Moçambique).

1963 Princípio da luta armada no Sul da Guiné-Bissau. Criação da OUA (Organização Unidade Africana). Abertura da frente Norte. Reunião de quadros com o objetivo de estudar o desenvolvimento da luta nas ilhas de Cabo Verde.

1964 Batalha do Como. Primeiro congresso do PAIGC em Cassacá, numa região libertada no Sul da Guiné. Proclamação pela FRELIMO da luta armada em Moçambique.

1965 Visita da primeira missão militar da OUA às regiões libertadas da Guiné. Segunda Conferência da CONCP em Dar-es-Salam.

1966 Criação da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), em Havana. Reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

1967 Inauguração da estação emissora “rádio-libertação”.

1968 Ataque ao aeroporto de Bissalanca por um comando do Exército Popular.

1969 Assassinato de Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO. Libertação da região de Boé.

1970 Conferência internacional de solidariedade com os povos das colônias portuguesas em Roma. O papa Paulo VI recebe em audiência Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos.

1971 Proclamação do novo Estado Independente da Guiné-Bissau

1972 Envio de uma missão da ONU aos territórios libertados.

1973 Assassinato de Amílcar Cabral, por agentes dos colonialistas portugueses. Segundo congresso do PAIGC nas regiões libertadas do Leste. Aristides Pereira é eleito secretário-geral por unanimidade. Proclamação do Estado da Guiné-Bissau. Luiz Cabral é eleito presidente do Conselho de Estado.

1974 Derrube do fascismo em Portugal, cuja situação interna se degradava com as guerras coloniais (Angola, Guiné e Moçambique). Encontro de Aristides

Pereira, secretário-geral do PAIGC, com Mário Soares, Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, em Dakar. Início das conversações entre Pedro Pires, comissário adjunto das forças armadas e Mário Soares, em Londres. Assinatura do acordo em Argel, pelo qual Lisboa reconhece a Independência da Guiné-Bissau e reafirma o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência.

Fonte: CABRAL (1978, p. 17).

2.6.2 A UCID, pequeno partido de carácter regionalista

Segundo Lopes (2012, p. 245) a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) surgiu como um sucedâneo da UDC, definindo-se como um Partido Democrata-Cristã. Com núcleos em Portugal, Holanda e EUA. Foi criada em Roterdão Holanda (FIGURA 17) em 13 de Maio de 1977, e foi presidida, inicialmente, por Sérgio Fonseca, governador de Cabo Verde entre Setembro e Novembro de 1974.

Figura 17 – III Congresso da UCID em Roterdão, 1981.



Fonte: LOPES (2013, p. 625).

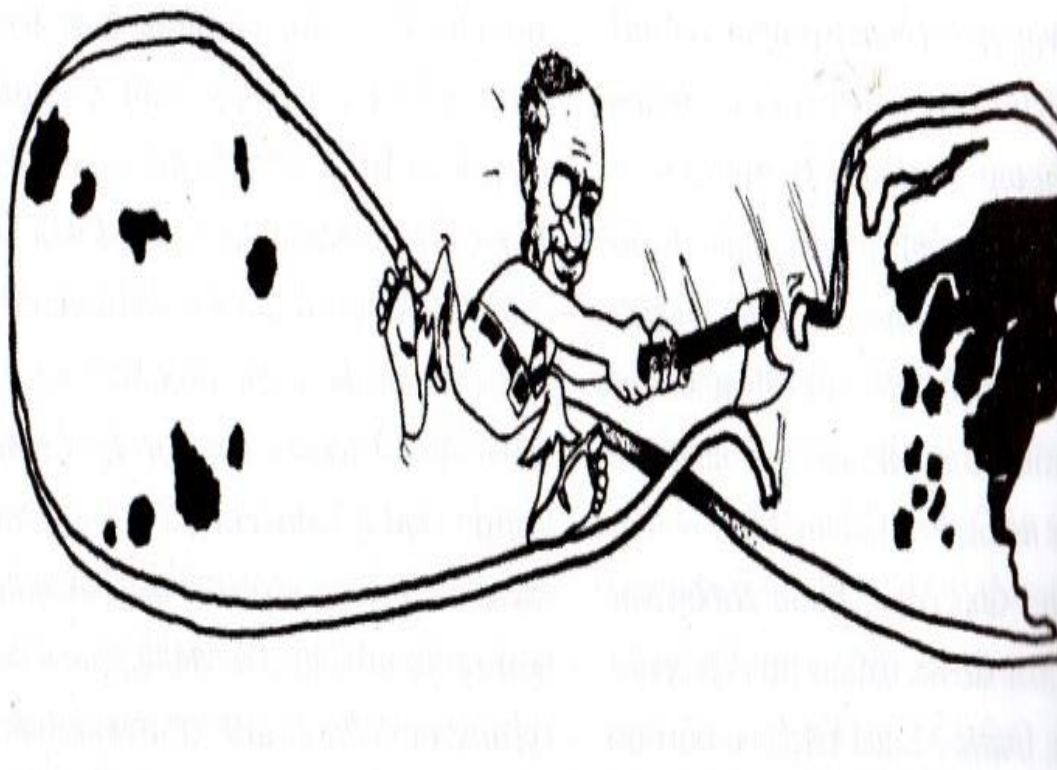
A UCID é um partido pequeno, concentrado, essencialmente nos círculos do Norte do arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente, São Vicente e Santo

Antão. É a terceira força política na Assembleia Nacional, desde 2006, com apenas dois deputados. Nos finais de 2000, protagoniza, juntamente com o PCD e PTS, uma coligação, denominada Aliança Democrática para a Mudança (ADM). (Estatutos da UCID, 2009). Numa entrevista ao Vozdipovo (1990, p. 9) Lídio Silva, Presidente da UCID em 1990 defende que a UCID é membro observador da União Mundial Cristã.

2.6.3 PAICV e MpD partidos majoritários e dominantes

Proclamado a 20 de Janeiro de 1981, o PAICV assume o legado teórico de Amílcar Cabral e do PAIGC. Na sequência do golpe de Estado na Guiné-Bissau em 1980, foi consumada a ruptura (FIGURA 30) entre os dirigentes do Partido residentes em Cabo Verde e o PAIGC. Como consequência, nasceu em Cabo Verde, o PAICV, assumindo como “força dirigente da sociedade e do estado”.

Figura 18 – O fim da unidade visto por um cartunista cabo-verdiano.



Fonte: LOPES (2012, p. 330).

A “morte” do PAIGC por “esvaziamento” não deixa de ser no mínimo bizarra na medida em que isso significaria a exclusão da história desse partido e de todos os seus militantes de origem guineense que sempre constituíram a esmagadora maioria dos seus membros e dos seus combatentes. Do ponto de vista ideológico, declara-se de “esquerda social democrática”. (Estatutos do PAICV, 2010). No documento adotado pelo Conselho Nacional (CN) do PAICV (FIGURA 18) realizado em 1990, destacou-se como prioridade: a necessidade de identificação e solução das principais questões que afetam o cotidiano dos cidadãos; a necessidade de combate às manifestações de contemporizações com erros graves de subordinados; a valorização de manifestações de solidariedade nacional (VOZDIPOVO, 1990, p. 3).

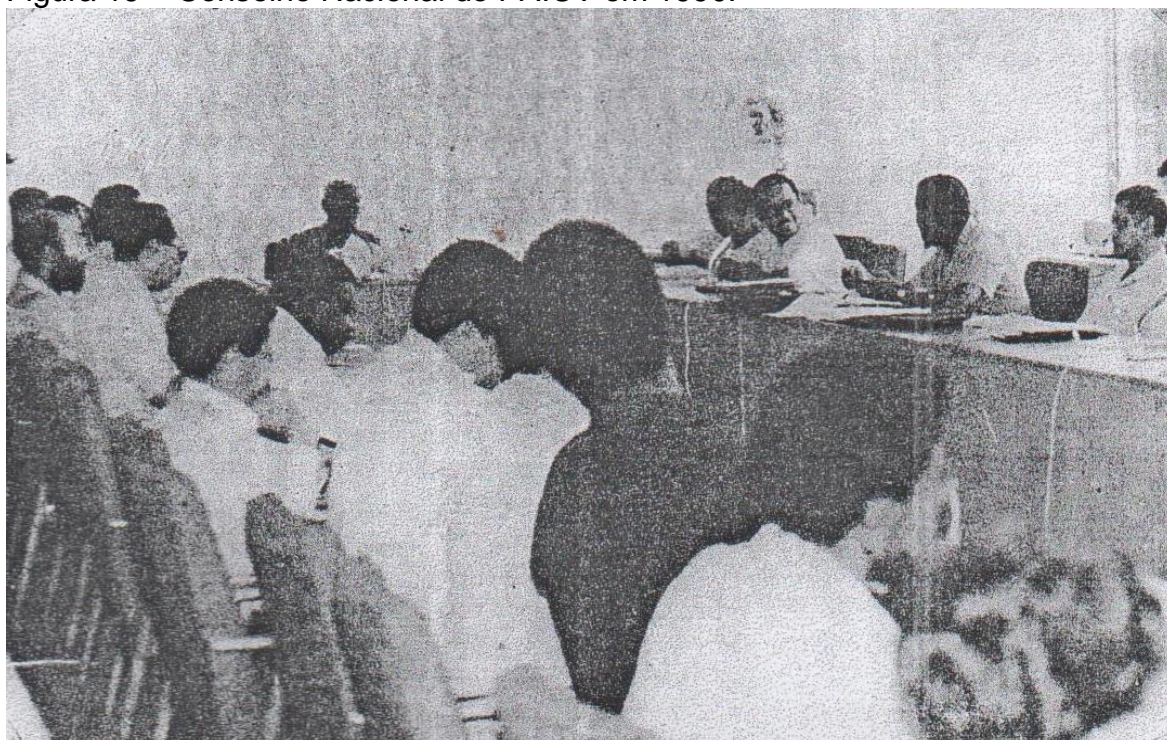
Segundo Soares (1993, p. 6) a propósito do Conselho Nacional de 1993 (FIGURA 19) a conclusão tirada por alguns dos seus integrantes é que se podia ter conseguido uma melhor equipa⁴⁵ se se tivesse optado pela lista de consenso para os embates eleitorais de 95/96.

A nova Comissão Política é formada pelo Secretário-geral Aristides Lima sete elementos vindos da Lista A Olívio Pires, José Maria Neves, Felisberto Vieira, José Carlos Delgado, Hermínia Ferreira, Humberto Bettencourt, Manuel Veiga e Ramiro Azevedo) e Silvino da Luz lista B. Segundo a Semana (1993, p. 13) numa análise o correspondente da BBC em Cabo Verde, José Vicente Lopes retratou o “mal-estar” por que passa o interior do principal partido da oposição, o PAICV.

A principal preocupação do PAICV numa primeira fase, foi sobreviver às tendências aniquiladoras do MpD. Passada tal fase, que coincidiu com a retirada parcial de Pedro Pires e a ascensão de Aristide Lima, poucas são as vitórias obtidas pela liderança deste. Visto geralmente como tímido e inseguro, alguns dos seus companheiros são de opinião de que Aristides Lima deveria ser menos ingénuo e sobretudo mais acutilante em relação a determinados elementos afetos à velha guarda. Um exemplo disso aconteceu durante a campanha para as intercalares em S. Vicente em que tudo foi feito à sua revelia para no fim lhe serem atribuídas as culpas do fraco desempenho do PAICV naquela ilha. (A SEMANA, 1993, p. 13).

⁴⁵ Segundo Soares (1993, p. 6) Adão Rocha e Cristina Fontes preferiram ficar de fora. Esperava-se que deste Congresso surgissem sinais claros de renovação, preparando-se este partido para os embates eleitorais de 1994/1995. Nomes como os de Júlio de Carvalho e Carlos Andrade, davam demasiados flancos aos adversários, principais dirigentes do Ministério Interior e da “Segurança”, a chamada “Polícia Política” e estão sujeitos aos desgastes que continuarão a vir a público com o andamento dos conhecidos “dossiers África e Brasília”. Houve militantes do PAICV que se retiraram das listas para preservar a unidade (deformada) do partido.

Figura 19 – Conselho Nacional do PAICV em 1990.



VOZDIPOVO (1990, p. 3).

O Movimento para a Democracia (MpD) surgiu no espaço político no contexto do processo de transição política (FIGURA 20), fazendo oposição ao PAICV. De uma associação política⁴⁶, pleiteando a democracia na arena política cabo-verdiana, o MpD se transformou num partido político em 1990 (FIGURA 21). Todavia, as clivagens políticas se traduziram na não coabitação dentro do partido pois o fracionismo interno dos anos 93/94 e 2000 traduziram na saída do grupo contestatário e a formação de dois novos Partidos políticos, o PCD e o PRD. Após o ano 2000 o MpD passa para uma fase de adaptação ao papel da oposição, comparável ao PAICV após 1991. Formalmente o MpD é um partido de centro. É membro da Internacional Democrática do Centro (IDC) e da Internacional Democrata do Centro para a África (IDCA). O Partido possui uma estrutura direta, pois a sua base política são os próprios membros não se apoia nos sindicatos nem em outras organizações da sociedade civil (Estatutos do MpD, 2010). Conforme Évora (2004, p. 93) apesar da forte penetração e da grande capacidade organizacional do MpD,

⁴⁶ Questionado sobre em que base assenta fundamentalmente o MpD, se nos quadros ou nas massas, o Coordenador do MpD, Carlos Veiga em 1990, defende que “o Movimento não é um grupo estrito de intelectuais e de quadros; é de fato, uma força que tem uma base social muito alargada, corporiza um descontentamento de uma grande camada da população cabo-verdiana, nomeadamente, jovens, operários, funcionários, empresários, comerciantes entre outros. É uma base de apoio extremamente diversificada”. (VOZDIPOVO, 1993, p. 2).

não é possível identificar nesse partido uma definição ideológica concisa. Segundo a Semana (1993, p. 2) a crise que afeta o MpD deixou marcas evidentes na unidade interna do grupo da maioria a ponto de o 1º secretário da Mesa da Assembleia Nacional e Secretário-Executivo do MpD, António Espírito Santo, ter sugerido, a expulsão de dois deputados e membros da direção da sua bancada, Luis Leite e Arnaldo Silva (FIGURA 22).

Figura 20 – líderes do MpD em 1990.



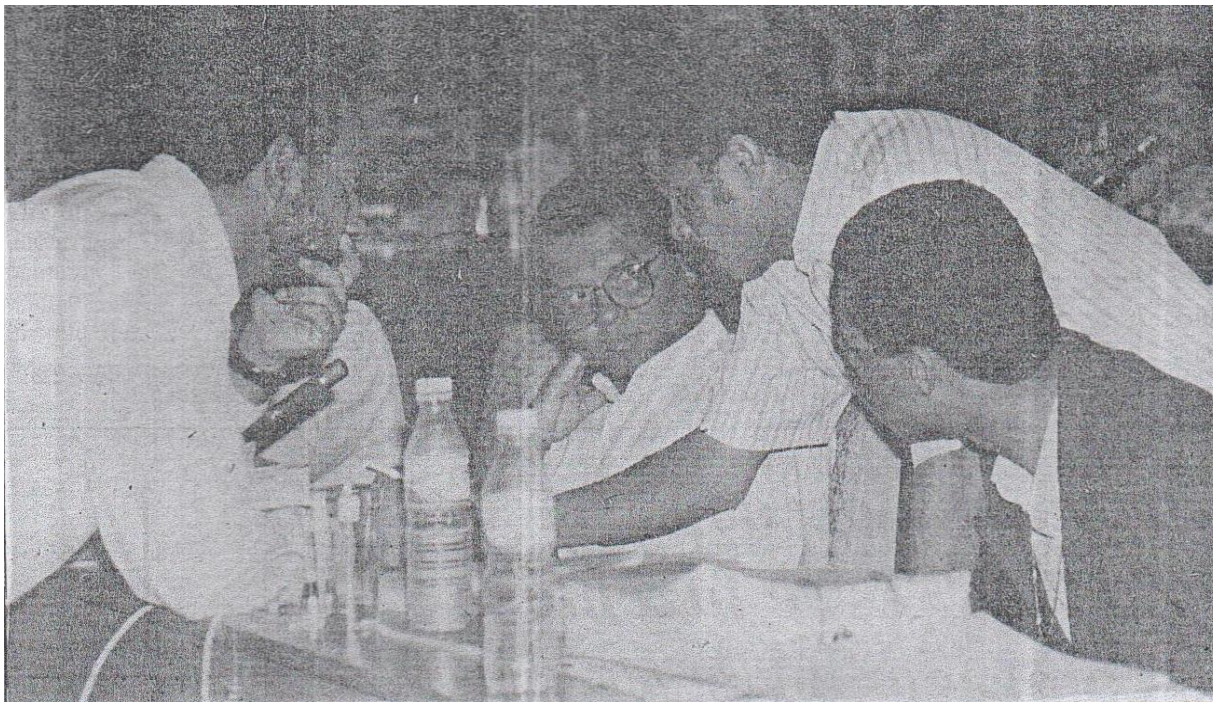
Fonte: A SEMANA (1993, p. 3).

Figura 21 – Comício do MpD em São Vicente, Mindelo, 1990.



Fonte: LOPES (2013, p. 64).

Figura 22 – Bancada do MpD divide-se no Parlamento.



Fonte: A SEMANA (1993, p. 2).

Segundo o Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro (FIGURA 23) Cabo Verde é quem mais perde com este ciclo de crises que têm afetado a Governação e o MpD:

Não podemos estar colocados perante a permanente tarefa de proceder à composição de conflitos inevitáveis e que nem sequer relevam diretamente do interesse nacional. Não podemos tão-pouco estar indefinitivamente à espera de estabilidade e funcionalidade dos órgãos dirigentes. Particularmente daqueles que têm responsabilidade perante a nação exige-se um permanente sentido de Estado que viabilize a correta distinção e defesa dos interesses nacionais face a interesses ou valores circunstanciais ou estreitos. Bem pelo contrário deve imperar a disponibilidade patriótica e solidária para a assunção conjunta dos custos para que as dificuldades do processo de desenvolvimento não gerem sentimentos de flagrante injustiça ou inoportáveis assimetrias. (A SEMANA, 1993, p. 8).

Em relação ao tão falado “caso da embaixada de Lisboa⁴⁷”, envolvendo o Embaixador Eugénio Inocêncio”, o Presidente da República, trazendo à superfície os mais sublimes valores dos cabo-verdianos, “cujo espírito crítico foi aguçado com a violência democrática”, apelou à “judiciosa gestão e repartição dos poucos recursos nacionais, à bem de toda a Nação”.

⁴⁷ Para Germano Almeida, deputado ex-membro da Comissão Política, “temos que ter a consciência que o MpD foi eleito pelos “pés-descalços” destas ilhas e nós não podemos traí-los. É normal que o MpD esteja a sofrer um desgaste grande. Em queda livre, o MpD deve parar e analisar-se e fazer tudo para reconquistar não digo o seu eleitorado porque o MpD não tem. Mas para reconquistar a confiança daqueles que votaram na mudança em 1990”. (A SEMANA, 1993, p. 3).

Figura 23 – Mascarenhas Monteiro, Presidente de Cabo Verde (1991-2001).



Fonte: A SEMANA (1993, p. 8).

Numa reunião realizada no Bairro de Vila Nova, Praia, Jacinto Santos, membro da Comissão Política do MpD e Presidente da Câmara da Praia, não ficou por meio-termo ao afirmar com clareza que há dois MpD.

Hoje aquele que cumpre com a linha do MpD que se esforça por trazer investidores, que se esforça por dar emprego é conotado como alguém que está a aproveitar-se da posição de determinados militantes para tirar benefícios de MpD, ou simplesmente são chamados corruptos. Aqueles empresários que hoje são criticados são os que dão grande apoio financeiro e material ao MpD. O MpD é um sistema global. Afinal, que partido queremos? Um partido que quando necessita de nós, o apoiamos, ou adotar a posição de que eu quero isto, se não, não trabalho para o Partido. O problema não é escolher A ou B. Devemos sim escolher aquele que é melhor para Cabo Verde. (A SEMANA, 1993, p.3).

Segundo Vieira (1993) os tecnocratas de Carlos Veiga trabalham e até demais. Uns como turistas, outros como privilegiados promotores de farras, a exemplo do “Embaixador Estrela”, e assim por diante. “Todos interessados em proveito próprio”. O PAI (GC/CV) e o seu abastardo MpD consumiram em papel quilómetros de decretos e toneladas de discursos para ludibriar o incauto povo do Arquipélago. Sem o menor intuito de melhorar ou descomplicar a vida do cidadão.

Essa confiança abrange não somente Inocêncio, mas também outros ratos que corroem o erário público. O esquema predatório dificilmente vem à tona. Entretanto basta ver observar o esbanjamento desses figurões para entender que existe. Logo, esse “mão de gato” que se disfarça sorrateiramente com o sobrenome de Inocêncio é um exemplo atuante das artimanhas políticas. O Ministro perdeu a opção da neutralidade, mas ainda pode desvencilhar-se da maldita quadrilha que depreda o património público, a menos que esteja contagiado com algum vírus que, à semelhança da pocilga Justino Lopes, infesta os redutos empedistas. Se for o caso, então mesmo numa terra de injustiças, seria o primeiro da lista a entrar no calabouço do ostracismo pelas mãos incomplacentes do eleitor cabo-verdiano. (VIEIRA, 1993, p. 9).

De acordo a Semana (1993, p. 2) o Primeiro-ministro, Carlos Veiga, foi acusado publicamente pelo deputado e dirigente do MpD, Arnaldo Silva⁴⁸, de manipular a Comissão Parlamentar de Inquérito encarregue de investigar a gestão da Missão Diplomática de Cabo Verde em Portugal desde 1980 e de averiguar as denúncias feitas pelo funcionário dessa Embaixada, Geraldo Almeida. Segundo Amaro (1993) um aspeto singular da vida política cabo-verdiana é a circunstância de

⁴⁸ “Portanto a única saída que nos resta, é a criação de um novo partido. Um partido que não visa lutar para a conquista do poder. Um partido, cujo programa, mínimo e máximo, seja restituir aos cabo-verdianos um dos valores fundamentais da sua personalidade. A sua capacidade de indignação, face aos abusos de poder. Este partido está, também, aberto a todos os militantes do MpD que continuam a acreditar que é possível a recuperação, em 1996, dos valores que os uniram, em torno dos nobres valores democráticos de 1990. Que hoje foram todos encaixotados e atirados ao fundo de uma grande lixeira!” (SILVA, 1995, p. 17).

tudo ou quase tudo gira a volta de um partido político – o MpD. O que realmente tem suscitado as atenções gerais é a situação interna do MpD, as disputas intestinas entre grupos, alas e pessoas.

E se o PAICV e a UCID, não conseguiram, depois dos seus congressos sair da situação de letargia política em que se encontram em 1996, sairá a abstenção como vencedora. As coisas parecem indicar que o futuro político imediato dependerá em boa medida do que vier a acontecer dentro do MpD. Será possível que o Monteiro e o Fonseca cheguem a acordo e unifiquem os seus apoios para se oporem com sucesso a Veiga? Assim talvez, pela primeira vez se veja alguma diferença de perspectivas políticas entre os dois MpD's: 1) de Monteiro, Fonseca, Teixeira, Lobo, Santos, Almeida, Figueiredo, mais social-democrata e mais dos pés descalços; 2) de Veiga e família, Figueiredos, Rosário, Chantre e Eugénio Inocêncio, apoiados por figuras híbridas como Mendes dos Reis ou Jacinto dos Santos, mais liberal e mais de empresários e homens de negócios. (AMARO, 1993, p. 9).

Lopes (1993) ao analisar os resultados práticos da II Convenção do MpD realizada em 1993, ressalta que da sua moção de estratégia sobressai da sua estrutura a firme vontade da *conservação, alargamento e perpetuação* do poder. O MpD continua a identificar-se como um partido interclassista, sem contudo parecer disposto a assumir as consequências dessa opção.

Na prática é como se, em nome da “democracia econômica, por exemplo, os atuais governantes assumissem o clientelismo como ideologia e prática. No lugar de um “partido de administrativos” temos um “partidos de empresários”, susceptível de dominar a vida política econômica do país. A tal ponto que se torna difícil dizer o que é pior para Cabo Verde – se um “partido de administrativos” ou se um “partidos de empresários”, ávidos em si assenhorar do Estado. (LOPES, 1993, p. 7).

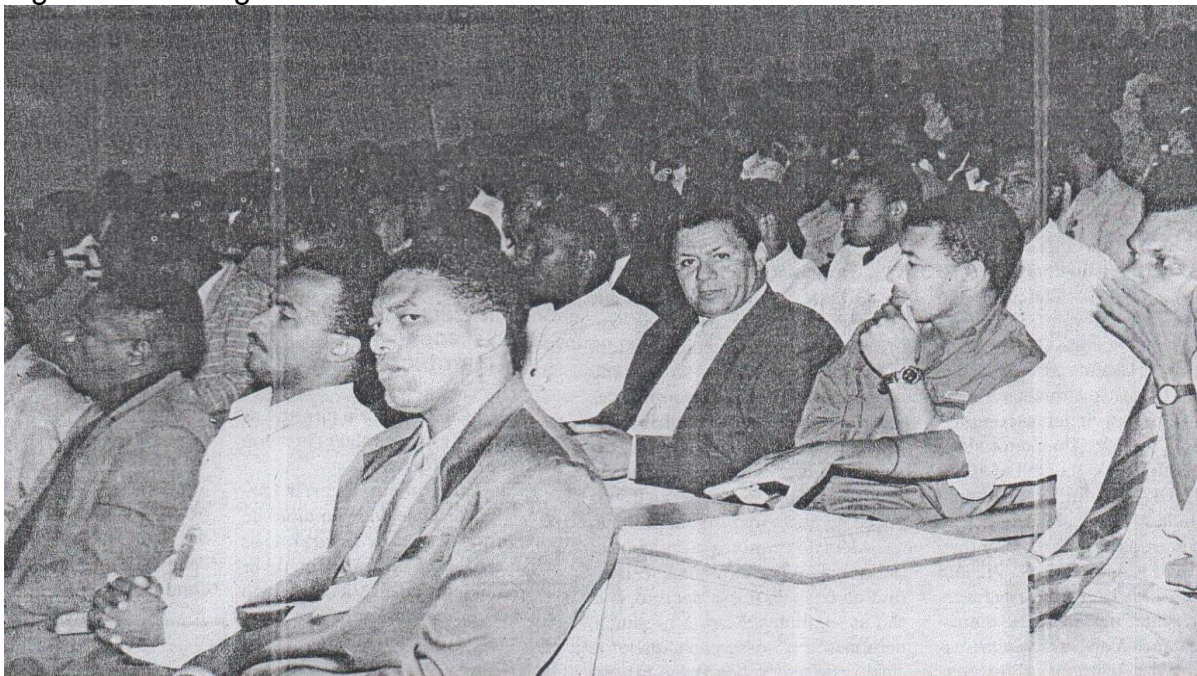
Ao refletir sobre a “encruzilhada do MpD”, segundo o autor, é sabido que não basta um partido apetrechar-se de um quadro programático para conquistar ou manter o poder, tudo vai depender da resposta que a sociedade for capaz de dar a este desafio, consoante as solicitações com que é confrontada no dia-a-dia⁴⁹.

O Partido de Convergência Democrática (PCD) posiciona-se como um partido de centro, favorável a todas as formas econômicas, sem contudo perfilhar as teses do neoliberalismo. O projeto pragmático em linhas gerais dá particular ênfase à cidadania, à liberdade e à democracia. Em termos programáticos, o PCD propõe uma ampla revisão do sistema constitucional, passando o Presidente da República a

⁴⁹ Segundo Lopes (1993, p. 7) neste esforço, Eugénio Inocêncio em 1993 considera que o mal foi o MpD ter-se deixado levar na tentação de seguir o mesmo caminho ínvio do PAICV, sobre o risco de se deixar transformar, num “partido de administrativos”. Mudar, significa voltar-se para a sociedade civil, despojar-se e romper com o trilho administrativista já percorrido pelo PAIGC/PAICV”. Para isso, defende um partido “do centro, moderno e civilista”, para romper o “trilho administrativista” através da “introdução e divulgação de uma cultura de empresa no conjunto da nossa sociedade, do nosso comportamento, dos agentes sociais, da Administração Pública”.

ter mais poderes, inclusive o de dissolver o Parlamento em caso de crise institucional grave. Além disso, privilegiam uma direção colegial. (FIGURA 24). (A SEMANA, 1995, p. 10). Outra proposta do partido vai no sentido de os grupos de cidadãos passarem a poder participar nas eleições legislativas.

Figura 24 – Congresso Constitutivo do PCD.



Fonte: A SEMANA (1995, p. 10).

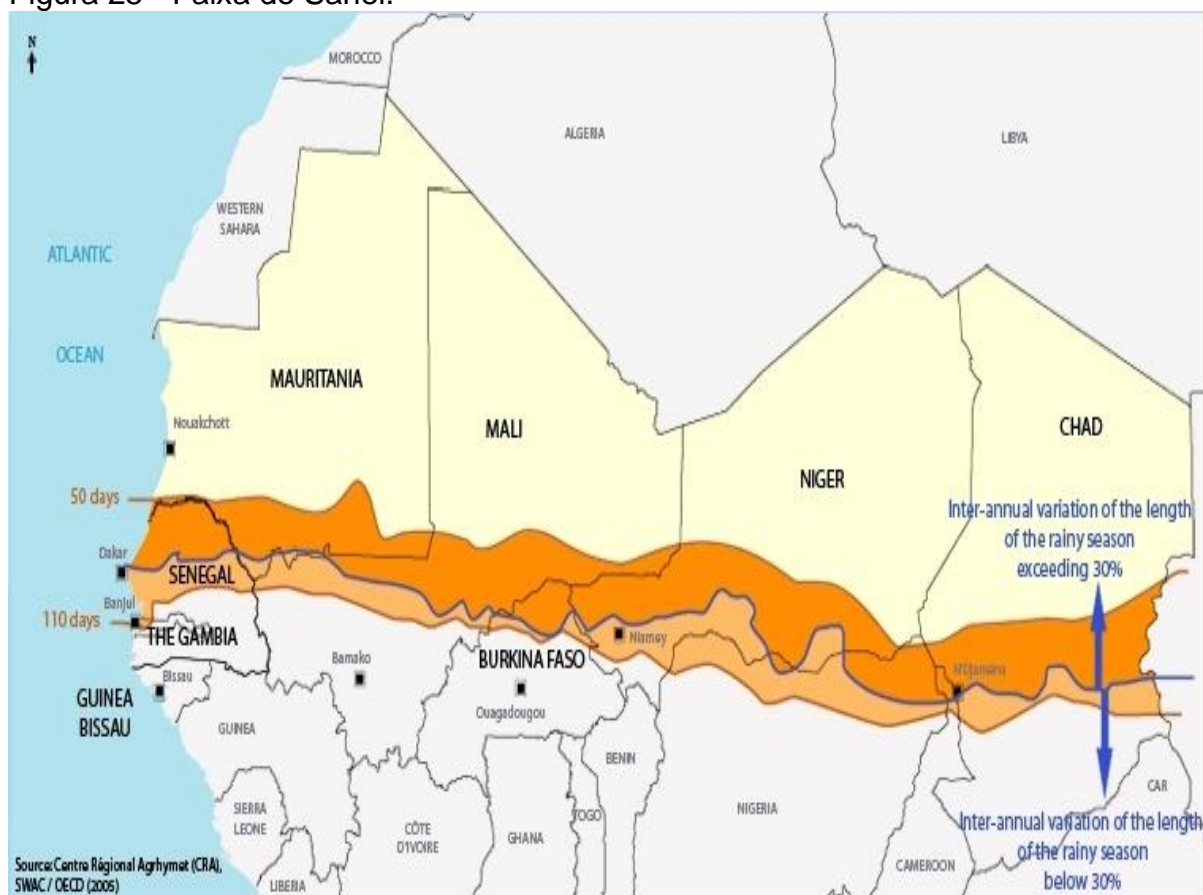
Vivemos uma situação política em que perpassa por toda a sociedade um sentimento geral de que a governação sofre de várias doenças, algumas delas de muita gravidade. Vivemos um ambiente de relativa paralisia econômica que afeta a classe empresarial nacional, os quadros e o nível geral do emprego no país, registando-se, ainda, a ausência de medidas concretas e de fundo que promovam o processo de arranque econômico. (In A SEMANA, 1995, p. 10).

3 A SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA DE SANTIAGO.

3.1 Território, Colonização e Sociedade

Território, colonização e sociedade⁵⁰ propõem-se a elaborar uma leitura da ilha de Santiago a partir das suas determinações espaciais, isto é, analisar como a sociedade vem produzindo espaço, pois, de acordo com Moreira (2011, p. 9) “a sociedade é um espelho do seu espaço, assim como o espaço é um espelho da sociedade”. Santiago é uma ilha africana, parte integrante do Arquipélago de Cabo Verde que pela sua posição marca a ponta ocidental do Sahel⁵¹ (FIGURA 25 e 26).

Figura 25 - Faixa do Sahel.

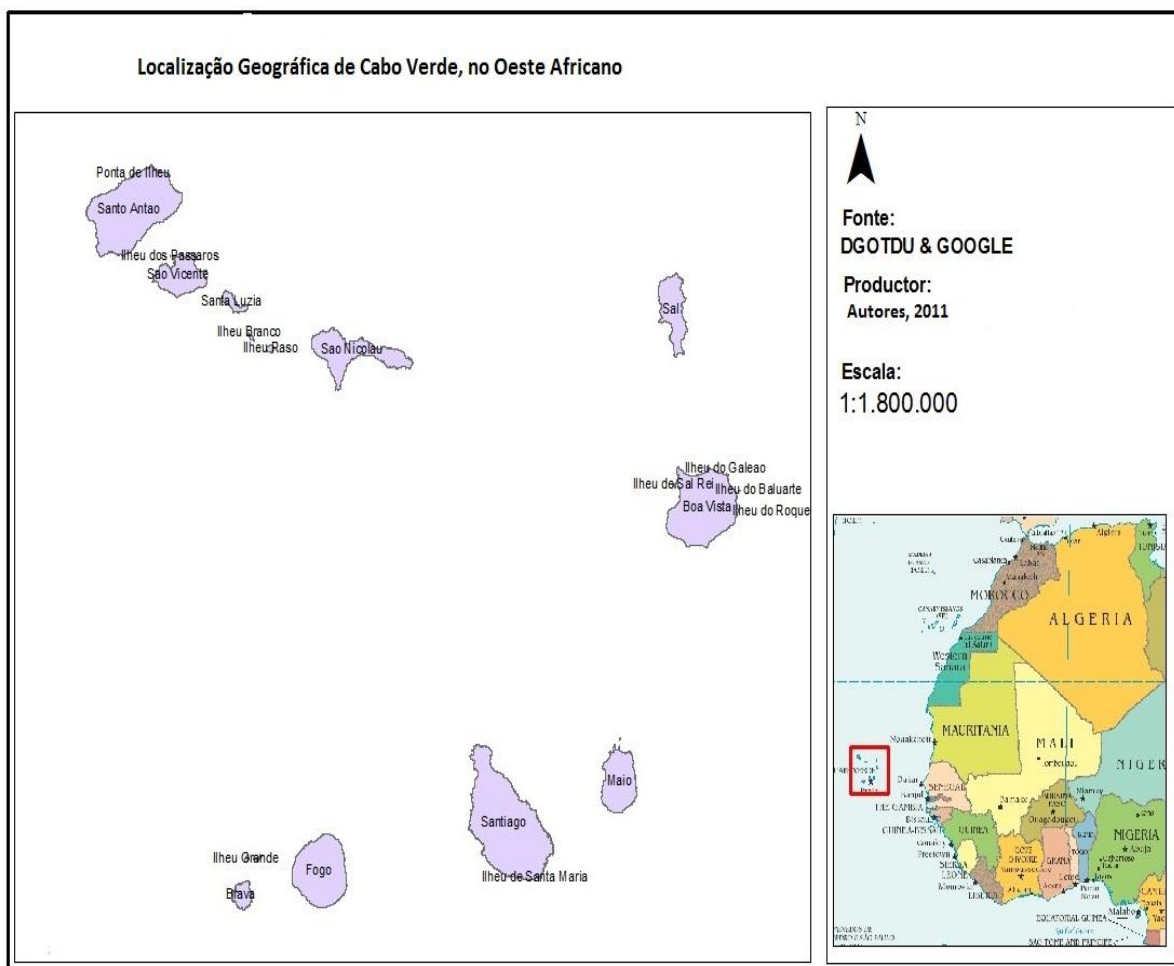


Fonte: CARVALHO, 2015.

⁵⁰ Moreira (2012, p. 117) aponta que pensar a formação geográfica das sociedades é pensar o modo de integralidade da totalidade relacional do homem e do meio. “Ao se levar em conta as referências vindas das mais diversas fontes sobre a forma como a sociedade moderna se organiza geograficamente, esta forma é a que resulta do que para Quaini se pode chamar uma ruptura ecológico-territorial, para Deleuze e Guattari e Moreira, um mal-estar espacial. A estrutura que a atravessa verticalmente é o que designamos a totalidade homem-meio hoje”.

⁵¹ Sahel - faixa de 500 a 700 km de largura e 5400 km de extensão. Zona de transição entre zona paleártica (deserto Saara) e ecozona Afro-tropical (Savana).

Figura 26 – Localização Cabo Verde no Oeste Africano.



Fonte: CARVALHO, 2015

Caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, na dependência de fenômenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical no Oceano Atlântico. Secas e crises têm sido acontecimentos constantes no arquipélago. Amaral (2007, p. 369) apoia que a ilha de Santiago insere-se no quadro geral dos problemas das ilhas tropicais, como Guadalupe e Tobago (costa oriental da América), Reunião (costa oriental da África) e S. Tomé (golfo da Guiné) em certa medida, Madeira, Açores ou Canárias, conheceram uma história econômica e social marcada por modificações brutais, “vítimas das mesmas leis gerais de evolução das ilhas tropicais de colonização europeia”. Santiago é parte integrante do espaço oeste-africano⁵².

⁵² Segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 13) o espaço oeste-africano reagrupa 18 países, cobre 7,9 milhões de Km² e conta em 2007 com cerca de 315 milhões de habitantes. “A região foi conformada por uma história multissecular, marcada sucessivamente pela existência de importantes

A história pré-colonial descansou durante séculos sobre a emergência e o apogeu, tendo depois sucedido o desaparecimento de reinos e de impérios. Enquanto cidades como Tombouctou eram centros importantes de irradiação intelectual, a atividade econômica era florescente, ligada à exploração e ao comércio do sal, do ouro, da cola, etc. este período foi marcado pelo tráfico negreiro (sahariano e atlântico). Antigo e durável, o tráfico Sahariano está ligado à penetração árabe. Ele instituiu uma mobilidade forçada em direção ao Magreb e Médio-Oriente. O tráfico atlântico (século XVI a XIX) instaura uma dinâmica durável da economia e do espaço: a extravasão das redes comerciais, a criação de espaços refúgios e de espaços vazios e sobretudo, o modelo duma economia de renda que a colonização vai expandir. (VERDIÈRE, PERRET, WEBER, (2009, p. 13).

Conforme Lopes (2013, p. 430) o arquipélago assume relevo especial perante as linhas de navegação das embarcações na rota do Cabo da Boa Esperança, ligam o Médio Oriente com o hemisfério americano e a Europa. De acordo com Amaral (2007) tendo em conta os ventos dominantes, os alísios de nordeste, é costume dividir o arquipélago em dois grupos de ilhas, nomeadamente, o grupo de Barlavento, formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e os ilhéus: Boi, Pássaros, Branco, Raso, Rabo de Junco, Curral de Dadó, Fragata, Chano e Baluarte e grupo de Sotavento, integrando as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava e os ilhéus de: Santa Maria, Grande, Luís Carneiro e de Cima (QUADRO 5).

O território nacional tem uma superfície total de 4.033 km², a ilha de Santiago, 991 Km² (FIGURA 27). Administrativamente, o território é constituído por nove municípios, sendo três na região Sul: Praia, Ribeira Grande de Santiago (Cidade Velha), localizado na parte meridional da ilha de Santiago, o município concelho de Ribeira Grande de Santiago, berço da Nação e da cultura cabo-verdiana, a antiga Cidade de Ribeira Grande, foi sede do primeiro bispado da costa ocidental africana, criado através da bula *Pro Excellentia Proeminencia* de 1533 (Pereira, 2004) e S. Domingos; seis na região Norte: São Lourenço dos Órgãos, S. Salvador do Mundo, Santa Cruz, Santa Catarina, S. Miguel e Tarrafal. Santiago (FIGURA 25) concentra 56% da população total do país, somente a Cidade da Praia, concentra 25% da população Cabo Verde (INE, 2010).

reinos e impérios pré-coloniais, o comércio negreiro e depois as independências. Ela se caracteriza por uma diversidade geográfica ligada às condições ecológicas e climáticas, desde o norte saheliano até o sul equatorial. Ela continua a ser uma das regiões mais pobres do mundo: 13 dos seus 18 países pertencem à categoria dos Países Menos Avançados (PMA) ”.

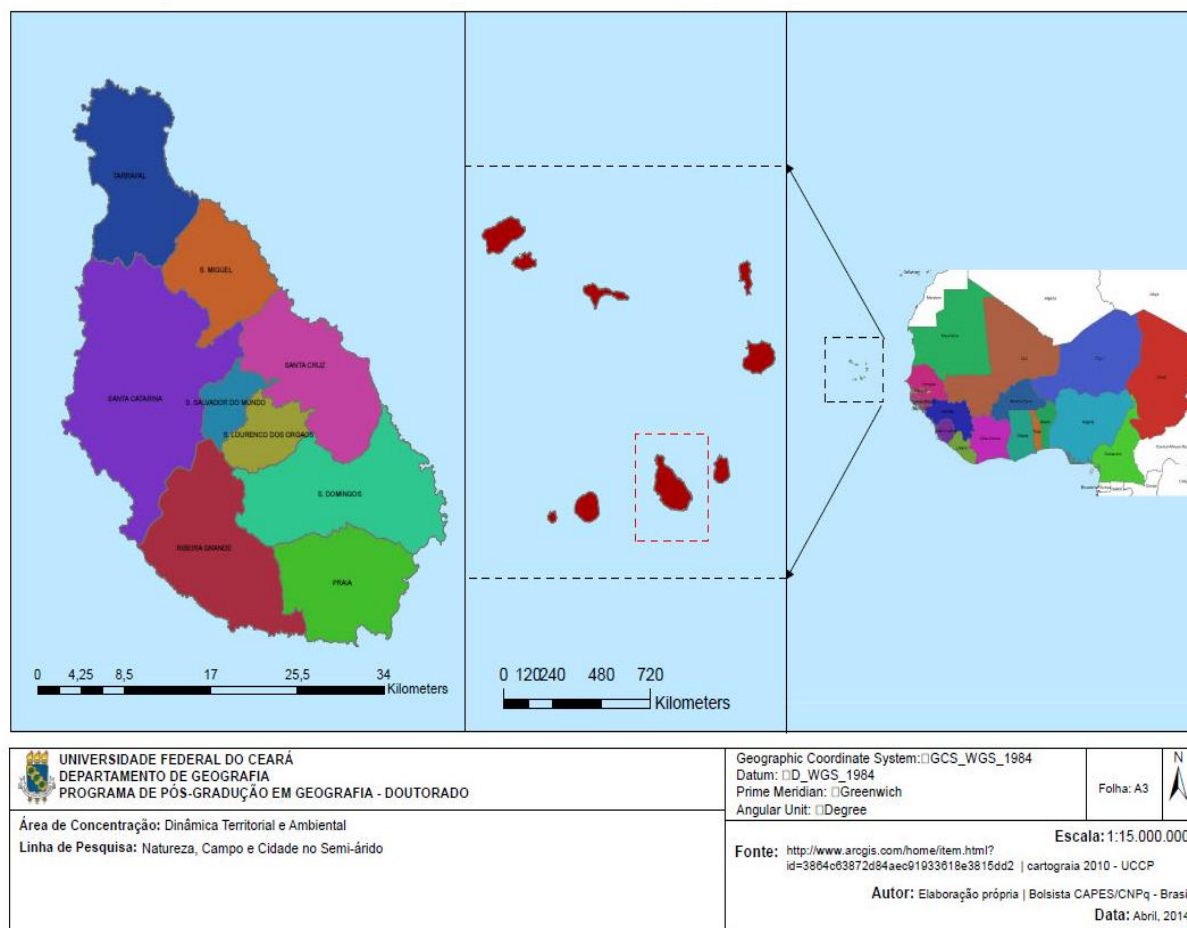
Quadro 5 - Dimensões do território cabo-verdiano.

Ilhas e ilhéus	Dimensões (m)			Superfície km ²	
	Comprimento	Largura	Altitude		
Barlavento	Santo Antão	42750	23970	1979	779
	S. Vicente	24250	16250	725	227
	Santa Luzia	12370	5320	395	35
	Branco	3975	1270	327	3
	Raso	3600	2770	164	7
	S. Nicolau	44500	22000	1304	343
	Sal	29700	11800	406	216
	Boa Vista	28900	30800	387	620
Sotavento	Maio	24100	16300	436	269
	Santiago	54900	28800	1392	991
	Fogo	26300	23900	2829	476
	Brava	10500	9310	976	64
	Grande	3250	1850	95	2
	Luis Carneiro	1950	500	32	0,22
	Cima	2400	750	77	1,15
	Arquipélago	-----	-----	-----	4033,37

Fonte: AMARAL (2001, p. 2).

Segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 26) nas cidades, o setor informal continua a ser um poderoso fator de integração das populações, através de redes econômicas e sociais. Políticas de apoio à economia informal, favorecendo as suas ligações com a economia formal, assegurando formações socioprofissionais adequadas ou ainda desenvolvendo o acesso ao crédito, permitir-lhe-ão continuar a desempenhar este papel de integração. Além disso, o futuro do espaço rural está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico das cidades. “A sua interdependência é cada vez mais forte. A ocupação deste espaço depende da pressão demográfica, do direito fundiário e das políticas de gestão dos recursos naturais”. Cabo Verde integra também o conjunto de arquipélagos do Atlântico, denominada Ilhas Atlânticas, ou Macaronésia.

Figura 27 - Enquadramento Geográfico ilha de Santiago.



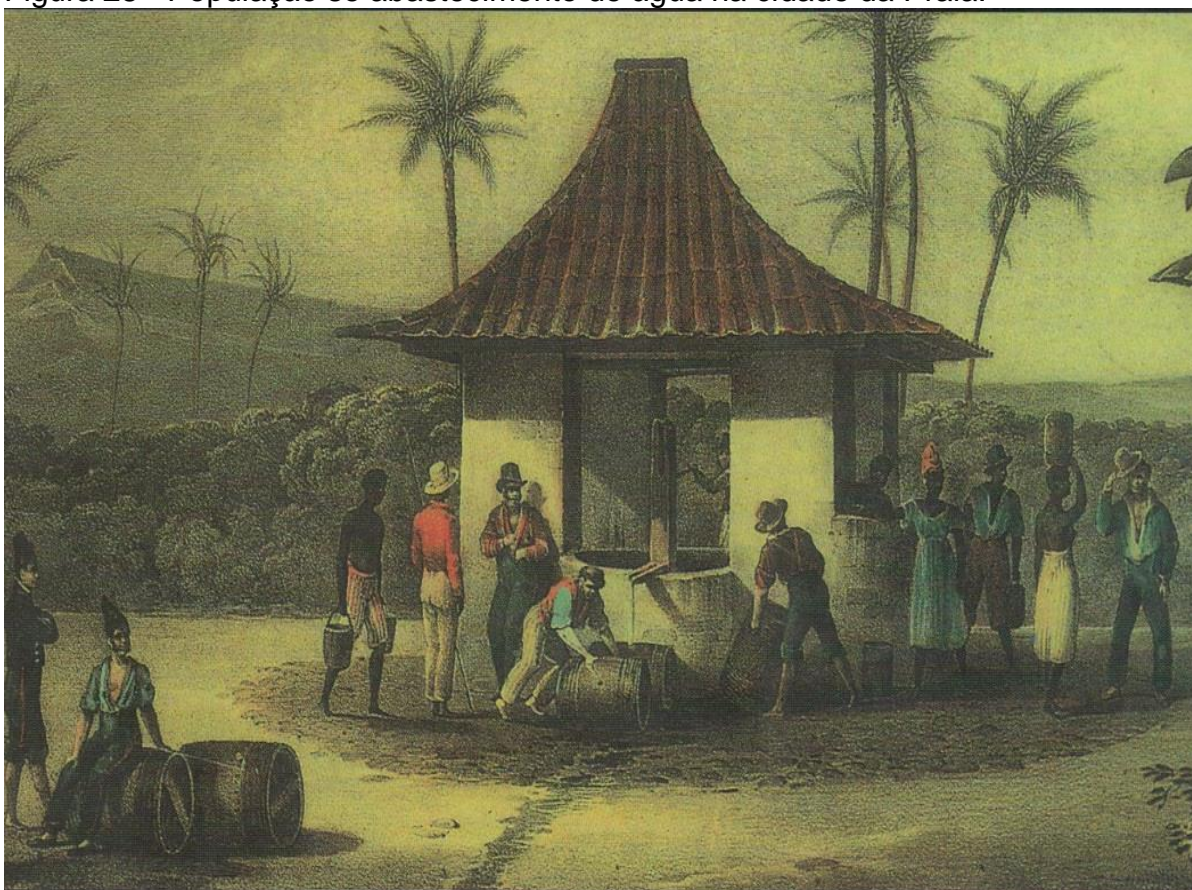
Fonte: CARVALHO, 2015.

Segundo Ribeiro (1998, p. 24) deu-se o nome de Ilhas Atlânticas, ou Macaronésia, ao conjunto dos arquipélagos que se estendem de 15 a 40° de latitude norte: Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e ilhas de Cabo Verde. Quanto à disponibilização espacial, desde os primórdios da ocupação do espaço, foi dividido em grandes latifúndios. Os habitantes africanos eram explorados juntamente com a natureza. Segundo Osório (1980) as bases materiais e sociais da cultura de que eram portadoras as etnias africanas foram sistematicamente destruídas.

Das duas culturas em presença, a do povo dominador (ocidental) e a do povo dominado (africana), aquele vai impor a sua, erigida como superior, como categoria de referência; isto é, que essa cultura é a única depositária de valores e normas que devem ser seguidos e que fora desse modelo não podem existir senão subprodutos culturais, formas degradadas e inferiores quando comparadas com a cultura do colonizador: principal, unificada e universal. A repressão sistematizada ao longo da história visava a inculcação cultural do modelo imposto pelo colonizador pela perda dos valores culturais e da personalidade cultural (OSÓRIO, 1980, p. 19).

Segundo Amaral (2007, p. 169) parece datar de 1460 o “achamento” das primeiras ilhas do arquipélago. Admite-se que entre 1461 e 1462, a ilha de Santiago foi dividida: a Capitania do Sul (Ribeira Grande) e a Capitania do Norte (Alcatrazes). Efémera foi a vida da Capitania do Norte, pois, em 1516 começaram a ser abandonadas pelos seus habitantes a favor de Ribeira Grande e Praia. A cidade da Praia de acordo com Amaral no século XVI. Por volta de 1550 já tinha uma igrejinha, sob a invocação da N^a S^a da Graça⁵³, a padroeira da freguesia. Em 1858, recebia o título de cidade da “Praia de Santiago” (FIGURA 28).

Figura 28 - População se abastecimento de água na cidade da Praia.



Fonte: HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE (vol. II, 2001).

⁵³ Cerrone (1983, p. 7) ao debruçar-se sobre 450 anos da criação oficial da Diocese de Cabo Verde aponta duas fases na história da cristianização de Cabo Verde: 1) desde a descoberta (1460), fase missionária e que se estende até ao ano de 1533, data da fundação da Diocese de Santiago de Cabo Verde; 2) fase da Igreja constituída, de 1533 em diante, com três períodos: a) fase da Ribeira Grande – ilha de Santiago (1533-1866); b) fase de São Nicolau (1866-1940), com momentos distintos: a) até 1918 data da extinção do Seminário-Liceu e b) de 1920 a 1940, período “silencioso” e c) fase de restauração, de 1940 em diante.

Aninhada no pequeno retalho de *achada*, entre os dois vales largos de vertentes abruptas, durante muito tempo gozou de má reputação, pela frequência elevada de mortes por paludismo, transmitido pelas “nuvens” de mosquitos que enxameavam as lagoas de águas estagnadas que cobriam os fundos de vales e causavam doenças do aparelho digestivo (AMARAL, 2007, p. 326). A agricultura constitui o fator primordial que presidiu à distribuição do povoamento (FIGURA 29).

Figura 29 – Campos de milho no vale da ribeira da Germaneza.



Fonte: AMARAL (2007, p. 47).

Em toda a ilha apenas a Ribeira Grande (FIGURA 30) e a Praia tiveram importância histórica como pólos de atração e concentração do povoamento no litoral. As primeiras unidades territoriais, que suportam as estruturas administrativas na ilha de Santiago, foi o de donatárias. Segundo Carreira (2000, p. 32-50) o sistema de arrendamento vigorou durante o século XV até 1664, quando se começou a experimentar a exploração através das companhias privilegiadas para o comércio e tráfico de escravos no século XVIII. A coroa atribuiu “privilégios” aos moradores de Santiago, em 1466, autorizando “os moradores a tratar e resgatar em todas as partes da Guiné, à exceção de Arguim, tudo mediante o pagamento do quarto”.

Figura 30 – Ribeira Grande de Santiago no século XVIII.



Fonte: PEREIRA (2004, p.1).

Considerando a necessidade de prosseguir na exploração da costa para além de Serra Leoa, a coroa modifica o sistema de exploração dos tratos, pondo de lado a “filhagem” de cativos para enveredar pela compra.

Em 1468, foi concretizado o primeiro contrato de arrendamento dos tratos e resgates de Guiné a Fernão Gomes. Com o avolumar de transgressões, atritos entre moradores e contratadores, em 1472, surge a carta de “declaração e limitação dos privilégios” dos moradores de Santiago, “carta orgânica”, porque possibilitou que os escravos resgatados fossem utilizados unicamente no povoamento do arquipélago. Logo, registou-se o crescimento do número de *lançados* ou *tangomãos*, intermediários entre o traficante nacional e estrangeiro, na compra de escravos. A rede nascera com os tratos e resgates; ganhara raízes e dela faziam parte elementos de variadas camadas sociais: portugueses, cristãos e judeus, mestiços e estrangeiros. Segundo Amaral (2007, p. 326) em 1497 registava-se na ilha de Santiago duas grandes regiões administrativas, nomeadamente, Praia, que englobava S. João Baptista e Santa Catarina, criada em 1834, abrangia Santa Catarina, St.º Amaro e S. Miguel, com a exceção da Ribeira da Barca nascido por

volta de 1840, “graças ao comércio da purgueira⁵⁴”. Em 1935, Santiago estava dividida em quatro regiões: Praia, Santa Catarina, Tarrafal, São Miguel e Santa Cruz. Com o advento da Independência Nacional (1975), na perspectiva de atrair mais investimentos e impulsionar o desenvolvimento local, foram criadas na ilha de Santiago cinco novos concelhos, partir de 1991: São Domingos; São Miguel; Ribeira Grande de Santiago; São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo. O primeiro núcleo de povoamento do arquipélago foi instalado no vale que cortam as achadas do Sul de Santiago. Manteve-se até bastante tarde como capital eclesiástica, civil e militar, e uma das primeiras cidades do Ultramar Português. Gozou de grande importância política e comercial; ponto nodal da navegação do Atlântico, um entreposto mercantil, centro importante de comércio de escravos. A organização da vida da ilha girava em torno do porto da Ribeira Grande. A evolução desta cidade foi rápida, em 1512 já tinha Câmara. Elevada à categoria de cidade, Em 1533, abrangia as ilhas do arquipélago como os territórios na costa da Guiné.

A partir dos fins do século XVI os corsários atacaram-na repetidamente. Mais tarde, em 1796, era um amontoado de ruínas, toda a sua importância passara para a Praia. Com o abandono da cidade e sua decadência acelerada, pelo interior de Santiago foi fixando o povoamento; iniciando-se nova fase de desenvolvimento da ilha, depois do comércio de escravos, essencialmente, a fase agrária, com o poder concentrado nas mãos dos grandes proprietários, denominados “morgados”, verdadeiros senhores de casa grande e senzala, donos de terras de sequeiro, de hortas e currais, de trapiches e escravos, de casas na Cidade, ainda possuíam, bens nas outras ilhas (AMARAL, 2007, p. 190).

Conforme Pereira (2004, p. 52) a função do “morgadio” consistia em defender a base econômica territorial da nobreza, evitando a fragmentação dos bens de raiz, nas transmissões por herança, vinculados à família. No que se refere à Igreja Católica, a vinculação perpétua de certos bens a entidades religiosas recebeu a denominação de “Capela”, conjunto de bens ligados a uma obra pia, a assegurar o culto, vinculado a uma família que cumpre os deveres religiosos. Segundo Carreira (2000, p. 74) o tráfico e o comércio de escravos foi a base de sustentação da Cidade de Ribeira Grande.

De 1513 a 1516, entraram em Santiago, procedentes dos rios de Guiné, 2.992 escravos para variados pontos: Portugal, Espanha, Brasil, Antilhas, Cartagena, Honduras, Caracas e outras partes. O tráfico para o Brasil, na costa açucareira do nordeste, inicia-se em 1525, logo em 1585, num intervalo de sessenta anos, havia 14.000 Negros. Mais do Brasil era para

⁵⁴ “Planta oleaginosa, a purgueira (*Jatropha curcas* L.), oriunda do Nordeste do Brasil, para a maior parte da gente pobre, é ele o único produto que dispõe para vender, reserva de lenha e mealheiro à disposição dos mais desfavorecidos” (RIBEIRO, 1997, p. 124).

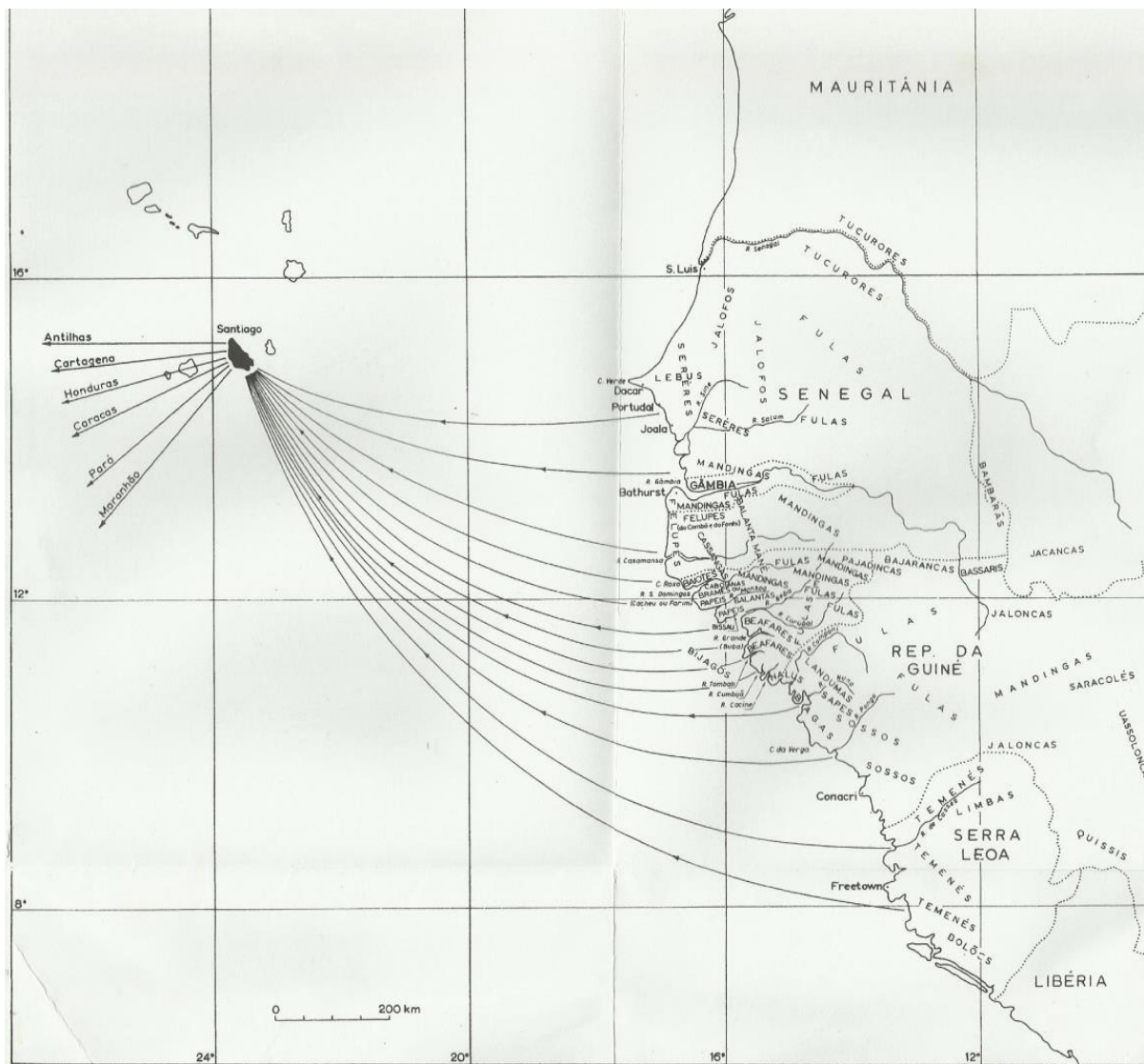
as Antilhas: Cuba e S. Domingos, que se orientava a maior parte dos navios negreiros da gente das ilhas de Cabo Verde e da Guiné. De modo que Santiago funcionou como “depósito de escravos” para exportação de 1462 a 1647. (BARCELLOS, 2003, p. 74).

Com o fim do tráfico negreiro e decadência dos morgadios, a partir de 1640, o processo de exploração colonial passa a realizar através das companhias de colonização, as quais se concediam grandes privilégios. A primeira, a “Companhia de Cacheu e rios da Guiné” (1676-1682) obtiveram o exclusivo de seus navios irem comercializar nos sertões e rios da Guiné, desde que as mercadorias não se destinassem a estrangeiros. Sucedeu-lhe a “Companhia de Cabo Verde e Cacheu”, criada em 1690, destinada ao transporte de gêneros e escravos para o Reino, com exclusividade de navegação para Guiné. Em seguida, cria-se a “Companhia do Grão Pará e Maranhão” (1757-1778), devido às necessidades de mão-de-obra para as plantações e estabelecimentos no Brasil. Por último, entre 1780 e 1786, apareceu a “Companhia do Comércio da Costa da África”, de vida curta. Além disso, o arquipélago tinha-se tornado um lugar preferencial para o abastecimento e reparação de navios que cruzavam o Atlântico com destino à Índia, à costa africana, às ilhas do golfo da Guiné e ao Brasil.

A feitoria de Santiago localizava-se numa encruzilhada de rotas (FIGURA 31) estando dependente de uns circuitos (Lisboa-Santiago; Fogo-Santiago) para poder animar outros (Santiago-costa e Santiago-Lisboa), tornava-se um repositório de mercadorias europeias e africanas e um centro redistribuidor. Silva (2001, p. 259) mostra que em Santiago vai desenvolver-se uma agro-pecuária intensiva, virada para a comercialização externa: África, Europa e América. Santiago funcionava como ponto de interceção de rotas e circuitos comerciais, porto reexportador de mercadorias africanas com destino à Península Ibérica e às Índias de Castela.

Segundo Pereira (2004, p. 19) a Fortaleza Real de São Filipe foi construída em 1587, após violentos ataques realizados à cidade pelo pirata inglês, Francis Drake, em 1578 e 1585. Quase todas as rotas do comércio atlântico passam pela Ribeira Grande, favorecendo os moradores, beneficiando a economia local. Além disso, os gêneros da produção interna (algodão, peles e sebos) são vendidos aos mercadores que lá vão abastecer-se de escravos. As restantes ilhas do arquipélago, funcionando como autênticos “currais”, o gado era lançado nas pastagens beneficiando a economia local. As mercadorias transacionadas no circuito africano destacam-se, os cavalos e o algodão.

Figura 31 – Rotas do tráfico de escravos para Santiago e Américas.



Fonte: CARREIRA (2000, p. 305).

Quanto às mercadorias que vinham da Costa para Santiago: escravos, milho, arroz, marfim e cera. Além disso, o principal “produto” do eixo Guiné-Santiago eram os escravos de diferentes nações e etnias: Jalofofos, Mandingas, Banhuns, Buramos, Casangas, Jabundos, Falupos, Arriatas, Balantas, Beafares, Nalus, Guogulins e Bagas, etc. Constituiu um verdadeiro entreposto comercial, ponto de cruzamento de dois circuitos comerciais distintos, nomeadamente, o “africano” e o “euro-africano”. O “circuito africano” incluía o ponto Santiago-costa da Guiné-Santiago, portos de destino na Costa: entre o Cabo Verde e a Serra Leoa. Para a ilha de Santiago convergiam dois grandes circuitos comerciais, partindo de locais diferentes e transportando mercadorias díspares, aí se cruzavam. O “Circuito euro-africano” inclui o ponto Portugal-Santiago-Portugal; Castela-Santiago-Castela e

portos europeus de partida e destino. Para Carreira (2000, p.51) o papel do tráfico foi importante no desenvolvimento de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, ao longo do século XVI.

No que se refere ao processo de povoamento do arquipélago, de acordo com Barcellos (2003, p. 21) Santiago foi povoada em 1462, com dois elementos que fundaram a sociedade cabo-verdiana: Portugueses e escravos negros resgatados na Guiné (Balantas, Felupes, Papéis, Jalofos e Bijagós)⁵⁵.

Na ilha os colonos fixados primeiramente no litoral, em especial Ribeira Grande, dedicavam-se ao comércio, à colheita da urzela, e do algodão, à criação do gado, com recurso à mão-de-obra escrava. Desde o século XVI, Santiago foi dividida por “morgados”, verdadeiros senhores de casa grande e senzala, donos de terras. Toda a economia se concentrava nas mãos desses proprietários, os únicos que poderiam adquirir escravos, produto que alimentou a prosperidade da cidade de Ribeira Grande. Por outro lado, a gente livre, os vadios (*badius*, nome atribuído a gente de Santiago) quando não tinham uma pequena parcela de renda ou parceria, preferiam andar pelos matos, a terem de arrotear terras de “morgado”. Com a extinção dos morgadios em 1864, e da escravatura em 1863 marcam o início da exploração da ilha, através dos “contrato de arrendamento”. Os rendeiros sujeitos a contratos cruéis levavam uma vida miserável. (AMARAL, 2007, p. 200).

Desta miséria produziram resistências por parte dos rendeiros (FIGURA 32), camponeses, “sem terra”: em Maio de 1822, rendeiros da Ribeira dos Engenhos se recusam a pagar as rendas ao “morgado”, com o pretexto de que a constituição abolira os vínculos; em Janeiro de 1841, rendeiros de Achada Falcão revoltam contra as condições desumanas dos contratos de arrendamento e em 1910, cenas similares se repetiram em Ribeirão Manuel.

Segundo Carreira (2000, p. 75) no século XIX se registaram acontecimentos graves nas ilhas, alguns a coberto da proclamação do liberalismo, sublevações revoltas, saques e assassinatos.

⁵⁵ Segundo Quintino (1965, p. 143) o nome “Guiné proveio do termo guinéus, este qualificando gente negra e aquela terra de gente negra, que por seu turno, guinéus, proveio de guinawen (ou ginawen), qualificativo berbere posto aos indivíduos de pele queimada e equivalente a etíopes dos gregos, além disso, com as descobertas dos portugueses, o Mundo ficou sabendo que vastas áreas geográficas da África eram habitadas por negros, ou antes por guinéus, razão por que o termo Guiné, se difundiu por toda a Europa, sobrepondo-se ao da Etiópia Inferior ou Etiópia Ocidental”.

Figura 32 – A paisagem e o rendeiro na ilha de Santiago.



Fonte: CHELMICK (1841, p. 63).

Além disso, o sistema de aproveitamento das terras estava na posse de três classes: os morgados, latifundiários, influentes, com recurso ao trabalho escravo; pequenos proprietários, com uma agricultura familiar; rendeiros produziam as terras arrendadas pelos morgados, constituía a grande massa de camponeses sem terra. A decadência econômica crônica que caracteriza a do arquipélago de Cabo Verde, longe de constituir caso único no Ultramar Português, pois, o mal era geral; havia a mais completa indiferença pelos homens e pelos problemas do “ultramar”. Desse modo, prevalecia a desorganização administrativa, uma agricultura rudimentar, uma divisão de terras que se opunha a qualquer progresso econômico; no comércio faltavam capitais, não havia indústrias e era quase nula a iniciativa privada. Logo, nos princípios do século XIX todas as ilhas viviam na decadência e abandono das populações que viviam em crise, quase em completo abandono. Entre os produtos de exportação da ilha contavam a urzela, semente da purgueira,

algum café, algodão, milho e resina de dragoeiro. Contra um estado crônico de decadência na primeira metade do século XIX, Amaral (2007, p. 186) defende que a valorização econômica passava pela mudança no regime de exploração da terra, uma administração corrompida, de finanças completamente esgotadas, uma desorganização econômica e social de raízes profundamente mergulhadas na história. Na opinião de Pereira (2004, p. 27) o século XIX cabo-verdiano é fértil em acontecimentos político-militares que desorganizaram a débil estrutura socioeconômica, logo, trata-se de um dos períodos “mais sombrios da história do arquipélago”. Abrange parte da ocupação espanhola, suportando as ilhas todo o curso inglês, holandês e francês, além do mais, a situação cada vez mais difícil na Costa da Guiné, área donde provinham os escassos recursos econômicos.

Carreira (2000, p. 197) sustenta que Cabo Verde atravessara do século XVII aos meados do XVIII, um período de decadência: crise de comércio, ausência de navegação nacional, progressiva fuga de capitais e de homens brancos, mestiços e pretos. Todo o período até a instalação da Companhia do Grão Pará e Maranhão ficou marcado pela ruína das vilas e das fazendas agrícolas. Desse modo, até final do século XIX, ocorreram 27 períodos de crise. As mais trágicas foram as de 1862-1865, vitimou 30.650 habitantes. Desse modo, as crises, estiagens, fomes e exploração nos territórios sob o domínio colonial portuguesa, continuam e exacerbam no século XX, registou-se novas crises após o advento da República, em 1911-1915. Assim, em 1949 ainda existiam, sobretudo em Santiago, áreas em que a população tinha de ser socorrida com porção diária da *cachupa*, espécie de cozido a base de milho e feijões com carne de porco. Muitos viram-se obrigados a emigrar para os Estados Unidos da América (EUA), Europa e, sobretudo S. Tomé.

Nos séculos XVIII e XIX, a pesca da baleia, feita pelos americanos trouxe um pequeno auxílio à economia das ilhas, fornecendo trabalho a dezenas de cabo-verdianos. Na base dessa emigração está a formação de comunidade de cabo-verdianos de *Boston, Providence, New Bedford*. Barcellos (2003, p. 137) regista que uma das medidas tomadas na crise de 1902-1903 foi “empurrar” os famintos para a emigrar para S. Tomé, para trabalhar nas plantações de cacau e café. Conforme Cabral (1978, p. 74-108) nas ilhas de Cabo Verde além das medidas de repressão adoptadas pela administração colonial e pela PIDE, o governo português deixou uma vez mais morrer de fome, em 1958-1959, cerca de 10.000 pessoas. Além disso,

as transações internas baseavam-se quase inteiramente no escambo. A escassa variedade de géneros e produtos locais dificultava as trocas. As produções da terra estavam limitadas à urzela, anil, algodão, sal, couros e peles, e gado, tudo de valor restrito. Só os panos de algodão, os “panos da terra”, tinham maior procura e aceitação, devido à boa qualidade. Numa breve análise da estrutura social das Ilhas de Cabo Verde, sustenta que existem dois termos geográficos essenciais que permitem definir as classes do ponto de vista de libertação nacional: o campo e a cidade. No domínio rural, a estrutura social, considerado no seu conjunto, apresenta-se assim: os grandes proprietários; os pequenos proprietários os rendeiros e parceiros (ou meeiros). Em primeiro lugar, os descendentes dos antigos grandes proprietários (morgados) puderam até aumentar as suas propriedades, quando das crises agrícolas, intimamente ligados ao colonialismo, são contrários à ideia de libertação nacional. Em segundo lugar, os pequenos proprietários, bastante numerosos e diversificada, onde distinguem-se três espécies de atitudes relativamente ao movimento de libertação nacional: os que são a favor; os que são contra e os indecisos. O reneiro é aquele que paga uma renda fixa ao proprietário da terra que cultiva, por outro lado, o parceiro é um associado do proprietário, com o qual divide as colheitas. No campo, o reneiro representa uma camada disponível para a luta, a qual tem maior consciência da sua razão de lutar. No domínio urbano, a estrutura social é formada nomeadamente, por uma parte importante da população ligada ao campo; altos funcionários; comerciantes; toda uma categoria de empregados (setor público e comercial); os trabalhadores assalariados; uma camada de gente sem trabalho, o povo. Sobre “a situação e a evolução da luta” Cabral (1978, p. 74) sustenta que nas Ilhas de Cabo Verde, aponta que inúmeras revoltas assinalaram, desde o período da escravatura, o ódio do povo pelo domínio português, especialmente na ilha de Santiago, o povo ergueu-se várias vezes contra os senhores da terra e contra o domínio estrangeiro, por meio de manifestações, greves e revoltas. Além disso, como lembra Carreira (2000, p. 373) as revoltas decorrem das prepotências dos “coronéis” do interior da ilha de Santiago, que exploravam os rendeiros, camponeses sem terra (FIGURA 33).

Pereira (2014, p. 27-357) associa as revoltas com a eclosão dos espaços políticos no interior da ilha de Santiago, no início do século XIX, mais concretamente

Figura 33 – Uma família camponesa no interior de Santiago.



Fonte: LOPES (2013, p. 98).

no planalto central de Santa Catarina, produzidas no seio de um campesinato negro contra a estrutura fundiária do morgadio: a revolta dos Engenhos (1822), Achada Falcão (1841) e Ribeirão Manuel (1910). Na revolta de Ribeirão Manuel, os rendeiros em número superior de 100 pessoas, assaltaram diversas propriedades nas freguesias de Santa Catarina e São Miguel, em busca de sementes de milho e de purgueira. Pode-se constatar que a região faz fronteira com os dois morgadios mais importantes do interior de Santiago, o que explica a presença na revolta de rendeiros provenientes de vários morgadios. Em primeiro lugar, cabe destacar a extrema exploração a que os rendeiros estavam sujeitos. Na ilha de Santiago, as melhores terras estavam na posse de meia dúzia de morgados que detinham o poderio econômico e político. No interior da ilha de Santiago imperava os interesses dos morgados e dos “coronéis”. A revolta se destaca pela participação das mulheres, uma vez que eram as principais responsáveis pela apanha das sementes da purgueira. Os morgados, em suas terras e armazéns, guardavam tanto as colheitas quanto o gado, ambos pagos ou comprados dos seus rendeiros.

As arbitrariedades dos morgados deviam-se sobremaneira ao fato dos rendeiros não serem reconhecidos como cidadãos, sem direito a representação junto à administração local, manipulada pelos morgados. Os rendeiros, explorados pelos morgados, viviam reduzidos à extrema miséria. A grande maioria não sabia nem ler e escrever na língua portuguesa, impossibilitando assim, o exercício de direitos políticos. É de suma importância o papel dos rendeiros nas mobilizações políticas em Cabo Verde. Por outro lado, mesmo com advento da república em Portugal, manteve-se a mesma estrutura político-econômica baseada no monopólio do poder político e de terras. Embora o morgado tenha sido extinto em 1864, continuou a vigorar no interior da ilha de Santiago. O aumento dos impostos, ao lado da posse legal da terra e da regulamentação do voto dos rendeiros, se constituíam nas principais restrições legais impostas ao exercício do direito ao voto.

A revolta dos Engenhos está associada ao aumento arbitrário das rendas pelo morgado de ano para ano, caracterizou-se seu poder organizativo e de resistência. Por outro lado, os exaltados se opunham às práticas despóticas de vários coronéis-morgados do interior da ilha de Santiago. A revolta dos rendeiros foi produto da mobilização popular feita no interior de Santiago em torno da eleição dos “deputados de Cortes”, por meio da divulgação dos eleitores. Devido às exigências impostas na carta constitucional, para ser eleitor tornava-se imprescindível que a pessoa tivesse determinada renda; não fosse vadio, degredado ao liberto; soubesse e escrever. Além disso, a mobilização em torno do processo eleitoral atesta que os rendeiros reivindicavam uma representação permanente junto ao da Junta governativa, com também junto à Coroa portuguesa. Por outro lado, é importante destacar a participação dos excluídos do processo eleitoral, como sejam os rendeiros e degredados. Por isso, a revolta também representava uma possibilidade de contestação do monopólio da terra, que excluía da votação todos que não tivessem determinada renda anual.

A revolta dos rendeiros de Achada Falcão (1841) visava sobretudo protestar contra o monopólio dos morgados, pois, como detentores de cargos políticos tinham a posse legal das terras mais férteis da ilha de Santiago. Os morgados aumentavam as rendas das terras como estratégia política para impedir que os rendeiros obtivessem lucros com a venda das colheitas. Os rendeiros eram tidos como não cidadãos. Além disso, a escassez de terras, a oralidade dos

contratos, as extorsões registadas na venda das colheitas aos morgados, bem como a manipulação dos tribunais locais, estavam relacionadas a um conjunto de estratégias políticas utilizadas pelos morgados para inviabilizar as aspirações dos rendeiros aos cargos públicos. Por tudo isto, as revoltas são cruciais para o entendimento da problemática do espaço político na ilha, pois permite compreender as confrontações político-culturais entre rendeiros e morgados, principais atores políticos na época. Também serviam para contestar a ordem política, exigindo o reconhecimento por parte do governo-geral dos seus direitos políticos.

A revolta dos rendeiros pode ser compreendida como um conjunto de reivindicações políticas, dentre as quais, o livre acesso à terra e o direito de votar e ser votado para cargos públicos. Anjos (2002, p. 110) defende que os grandes morgadios, resultantes da distribuição das melhores terras e das maiores superfícies aos donatários no século XV, conseguiram-se manter até a viragem do século XIX, sobretudo pelos casamentos entre as grandes famílias. Em 1920, apenas 5% da população possuíam terras. A abolição da escravatura representou um golpe para a economia dos grandes proprietários. Pode-se perceber uma mudança nos espaços políticos, a decadência abre espaço para o surgimento de novas formas de mediação, novos atores, de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional.

Santos (2003, 132) o exame do papel atual dos pobres na produção do presente e do futuro revela que os pobres não se entregam, descobrindo cada dia formas novas de trabalho e de luta, encarando e procurando a cura para dificuldades, de alerta permanente, sem descanso intelectual⁵⁶.

Na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares, baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. (...) Talvez por aí chegue o despertar. Num primeiro momento, é apenas o encontro de uns poucos fragmentos, de algumas peças do *puzzle*, mas também a dificuldade para entrar no labirinto: falta-lhes o próprio sistema do mundo, do país e do lugar. Mas a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia. (SANTOS, 2003, p. 132).

⁵⁶ Santos (2003, p. 74) ao avaliar o papel dos intelectuais, sustenta que “o terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade”.

3.2 Geografia Econômica

Segundo Hugon (2000, p. 7) a África manteve uma “Economia de renda”, sofre choques exteriores que induzem fortes instabilidades; a perda de competitividade conduz a uma marginalização comercial crescente. O peso da História é essencial para compreender as especificidades atuais das economias africanas. Assim, tanto a importância das comunidades, das grandes redes comerciais dos impérios coloniais, como as lógicas de troca das feitorias coloniais especializadas em culturas exóticas, ou a dinâmica de implantação dos Estados Nação cumprindo o traçado da partilha colonial, constituem heranças essenciais para compreender a estrutura atual da economia de renda. Esta renda é largamente apropriada pelos agentes membros ou próximos do Estado, que a redistribuem através de redes de base clientelar, ou é recolocada por meios privados no exterior.

Para Amaral (2001) Cabo Verde constitui o paradigma de Estado-arquipélago subdesenvolvido, cuja população vive fundamentalmente dos fracos recursos de uma agricultura de géneros alimentícios de rendimentos relativamente baixos. Segundo Sousa (2013, p. 169) Cabral propõe seis medidas para a elevação do nível de vida dos camponeses: 1) estabelecer com base nas tradições locais, uma estrutura agrária compatível com o desenvolvimento progressivo das populações; 2) aumentar o número de técnicos agrícolas competentes e fomentar o acesso das populações ao ensino técnico agrícola; 3) organizar os serviços Agrícolas, na investigação, na experimentação e na assistência técnica do agricultor; 4) desenvolver a exploração de culturas de grande rendimento; 5) valorizar os produtos da agricultura, pela instalação local de indústrias transformadoras; 6) aumentar os rendimentos das áreas cultivadas, até aos limites compatíveis com as condições e as necessidades do meio.

Ribeiro (1998, p. 191) defende que Cabo Verde durante a vigência do regime colonial português viveu “quatro séculos de uma economia de depredação”. Conforme Lopes (2013, p. 435) o arquipélago ascendeu à independência com uma população estimada de 280 mil habitantes, uma economia “completamente arruinada”, a exploração foi “absoluta”. O arquipélago tinha sido deserdado em virtude da ação combinada do “colonialismo mais feroz” e da “brutidão da seca”. Para Rocha (2008, p. 15-167) os primeiros anos da independência de Cabo Verde

foram caracterizados pelos programas de emergência financiada essencialmente pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que ajudou a implementar o Programa de Emergência (1975/1981). Dada a fraca capacidade do setor privado, o Estado chamou para si a função de organizar a economia, criar infraestrutura e mobilizar recursos através da APD, um modelo de economia estatizado (1982/1990), baseada na introdução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). O I PND (1982/85) objetivava lançar as bases para modernização do país, através da criação do setor empresarial do Estado. A fonte de financiamentos provinha das remessas dos cabo-verdianos e a APD. Na opinião de Querido (2011, p. 228) a atividade principal dos governantes da Primeira República era procurar, encontrar e reciclar a ajuda externa. O II PND (1986/1990) tinha o objetivo de reforçar a capacidade produtiva interna e controle macroeconômico da economia. O III PND (1992/95) priorizava os equilíbrios macroeconômico. A permanência dos desequilíbrios macroeconômico fruto do crescimento das importações levou a elaboração das Grandes Opções do Plano (GOP) 1997-2000, cujos objetivos buscava assegurar os equilíbrios externos e internos; desenvolver o mercado e a iniciativa privada. Ao refletir sobre Orçamento de funcionamento para 1997, Pires (1995) a define como resultado de políticas orçamentais desajustadas ao contexto nacional, “cujas consequências estão hoje ao alcance da compreensão de todos, pois, não se trata de um exercício teórico mas sim de um fato material percebido por cada um na sua luta quotidiana”.

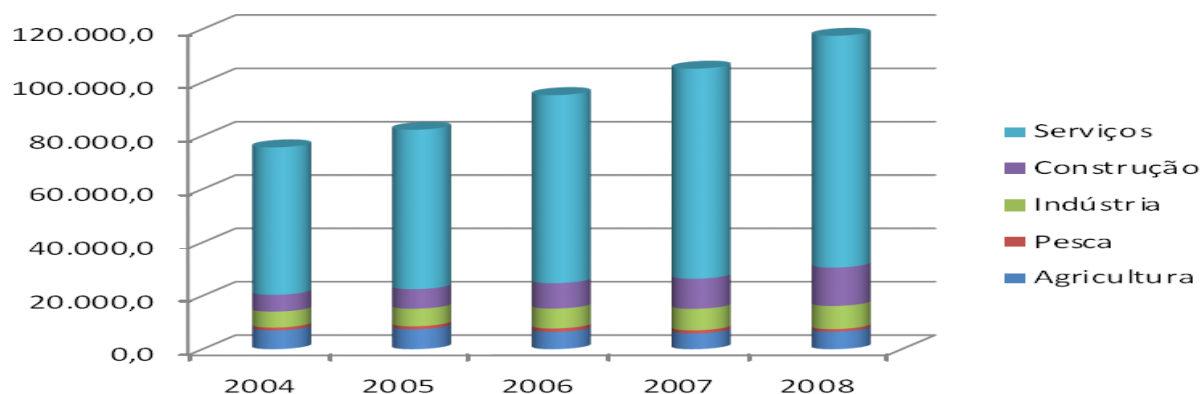
A política de crescimento das receitas correntes através de aumentos sucessivos das taxas dos impostos e de elevados défices orçamentais financiados com o recurso ao endividamento interno, já se esgotou. Neste quadro, face à rigidez e crescimento das receitas públicas, urge reequacionar a alocação dos recursos disponíveis estabelecendo uma nova hierarquia de prioridades. Deve-se começar por rever, as despesas da soberania, (Presidência da República, Governo, Defesa, Embaixadas), redimensionar as estruturas da Administração Central. (PIRES, 1995, p. 14).

O Governo do MpD em 1998 firmou com o FMI⁵⁷ e também com Portugal, um acordo de credibilidade e de cooperação cambial, respetivamente. No que respeita às privatizações. Cabo Verde possui uma base produtiva muito pequena e pouco diversificada, dependente da importação de produtos básicos e com uma forte

⁵⁷ Segundo Hugon (1999, p. 109) as instituições de Washington, o FMI, e o BM, adquiriram um papel proeminente na “gestão financeira da dívida, na formação de competências, no controle da informação e dos modos de intervenção, conduzindo ao estabelecimento de quadros de atuação estratégica a curto prazo.”

sincronização econômica à Zona Euro⁵⁸, revela uma “política monetária relativamente ineficaz” (A VOZ, 2015, p. 4). Segundo Araújo e Moura (2012, p. 303) no período 1993-2007 o PIB registou um crescimento global acumulado de 23,7%, devido ao crescimento do setor terciário (GRÁFICO 9, FIGURA 34 e 35).

Gráfico 9 - PIB de Cabo Verde (2004-2008).



Fonte: BCV, 2015.

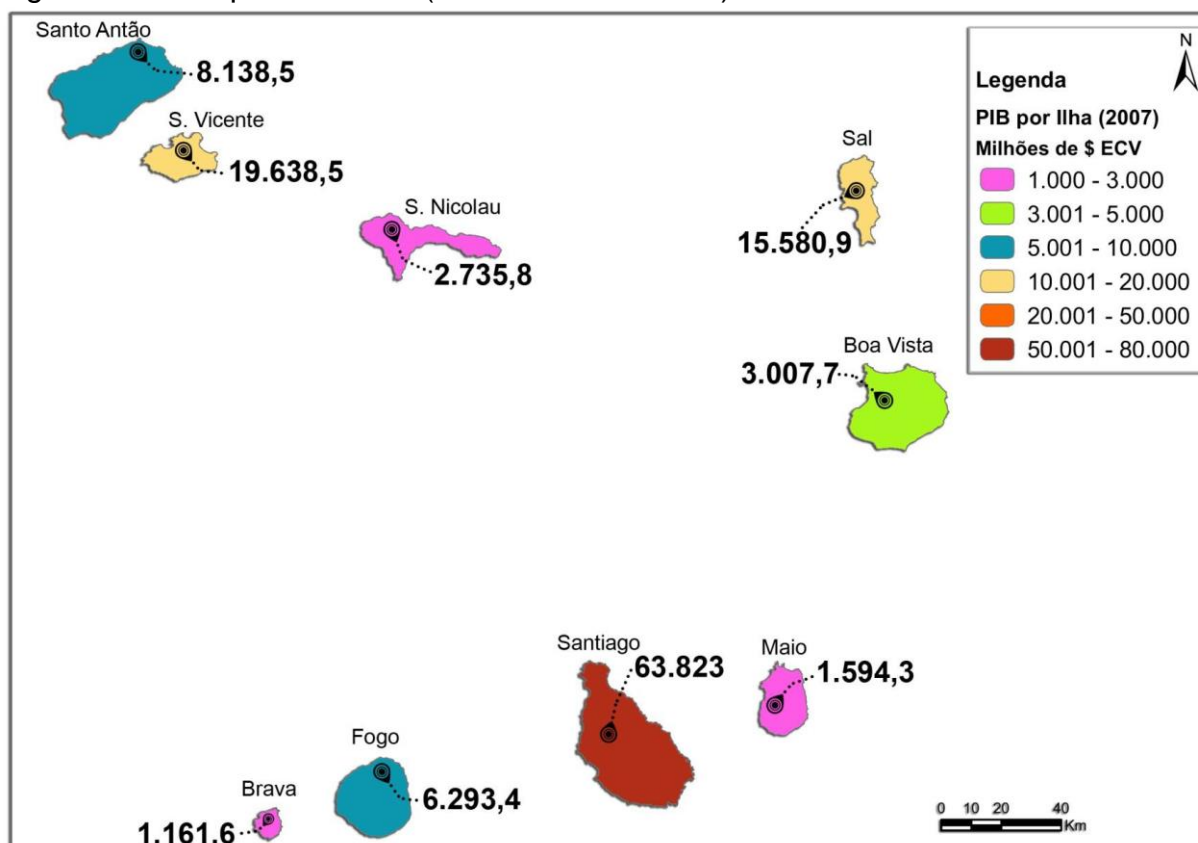
O papel do setor terciário é muito grande no processo geral de desenvolvimento, particularmente, no desenvolvimento urbano, em países subdesenvolvidos. Na vida urbana e regional, o terciário evoluído torna uma força social e econômica motora. As rendas elevadas e fixas dos servidores públicos dão origem a uma massa salarial de um certo volume, cuja participação, numa economia local frequentemente oscilante e incerta, é relevante. Quanto maior for o número de funcionários e de atividades administrativas, melhor para o desenvolvimento da cidade. A variedade das profissões facilita uma multiplicação das trocas e uma atração crescente da cidade. (SANTOS, 2008, p. 111).

As ilhas que mais contribuíram para o PIB de Cabo Verde (FIGURA 34 e 35) foram Santiago, com um peso de 52,3 e 53,2%, seguida da ilha de São Vicente com 16,1 e 15,2%, seguida da ilha do Sal com 12,8, 10,8%, e da ilha de Santo Antão 6,7 para 6,2% (INE (2015)). A ilha da Boa Vista apresentou um salto significativo no contributo do PIB Nacional, passando de 2,5 para 5,2% tendo duplicado o seu peso no PIB, e a ilha do Fogo manteve o seu contributo em 5,2%. As ilhas que apresentaram um menor contributo para o PIB Nacional, foram as ilhas de São Nicolau com 2,2 e 2,1%, seguida da ilha do Maio com 1,3 e 1,2% e a ilha da Brava

⁵⁸ Para a agência de *rating* dos EUA (*Fitch*) o potencial de crescimento economia cabo-verdiana está dependente dos “lucros” que o Estado venha a retirar “dos grandes investimentos feitos em infraestruturas a que se juntam as perspetivas do turismo e do agro-negócio”, mas acima de tudo, nota aquela agência, o potencial do crescimento da economia nacional só irá aumentar se houver “uma recuperação continuada da economia da União Europeia (EU)”, o principal parceiro econômico de Cabo Verde. A paridade entre o Escudo e o Euro “tem suportado a estabilidade macroeconômica desde a sua implementação em 1998, reduzindo a inflação e a volatilidade das taxas de câmbio”. (EXPRESSO DA ILHAS, 2016. p. 16).

com 1,0 para 0,8% também nesses dois anos. Para a ilha de Santiago com destaque para o município da Praia (4.764 USD) e dos demais municípios de Santiago mostrou que a nível da ilha o Município da Praia tem um peso de 74% no PIB da Ilha e os demais municípios de Santiago tem o peso de 26% no PIB da Ilha (3.578 USD). O município da Praia com 39% e os demais municípios de Santiago 14% (1.756 USD) no ano de 2012 (FIGURA 34).

Figura 34 – PIB por ilha 2007 (Milhões de Escudos).

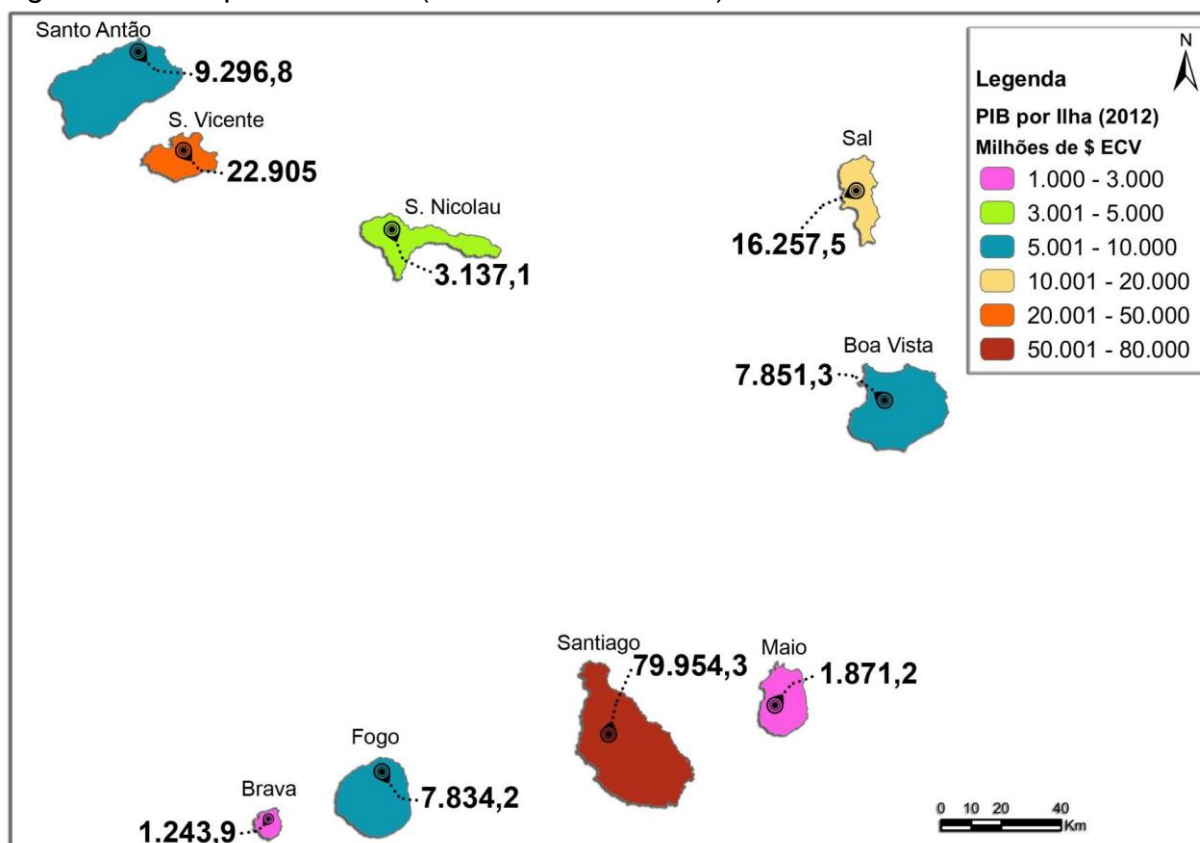


Fonte: INE, 2015.

O setor secundário mesmo com a ajuda externa direcionada à agricultura e pesca não tem obtido ganhos de produtividade que se mantêm baixos. Fazer da agricultura em Cabo Verde um negócio rentável teria de passar necessariamente por seleccionar produtos com grande valor acrescentado, introduzir padrões de qualidade comparáveis aos da União Europeia (EU), desenvolver canais de distribuição adequados e garantir um sistema de transporte fiável e a baixo custo. Sem acesso aos mercados, o investimento, o esforço e a esperança das pessoas simplesmente se perdem. (CARDOSO, 2016. p. 14). Como Ilha Maior e com mais de metade da população do país (56%) Praia e Santiago contribuem com 53,2% para o PIB

nacional, enquanto São Vicente contribuiu com 16,2% (INE, 2015). Júnior (2016. p. 13) defende que “o país tem uma estrutura industrial incipiente e essencialmente voltada para o mercado doméstico e, analisando a estrutura das exportações por produtos constata-se que não se especializou em nenhum setor de exportação”. A média *per capita* para Santiago é hoje de 3.578 USD ano, São Vicente, 3. 699 USD (INE, 2015) (FIGURA 35).

Figura 35 - PIB por Ilha 2012 (Milhões de Escudos).



Fonte: INE, 2015.

Sobretudo na periferia da cidade da Praia, a proliferação de bairros espontâneos (FIGURA 36 e 37) alimentados pelo êxodo rural e no interior de Santiago prevalecem ainda, a mais alta taxa de pobreza⁵⁹, os menores índices de investimento em infraestruturas e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do milénio (ODM) são dos mais baixos do país (INE, 2015). Segundo Kipré (2011, p.

⁵⁹ Segundo Santos (2003, p. 69) os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza: a) a *pobreza induída*, acidental, residual ou sazonal, intersticial, sem vasos comunicantes; b) *marginalidade*, produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional; c) a *pobreza estrutural*, torna-se globalizada, uma produção científica, voluntária da dívida social. “Assim como o território é hoje um território nacional da economia internacional a pobreza, hoje, é a pobreza nacional da ordem internacional”.

461-466) a crise da agricultura africana toma a dianteira proporcionalmente à oferta de empregos industriais nas cidades, na qualidade de principal fator a explicar o crescimento urbano. Entre 1935 e 1960, o crescimento urbano alimenta-se de um êxodo rural nascido na crise dos campos, o fenômeno dos *Bibonvilles* generaliza-se em todas as cidades do continente. “Solução de continuidade para a sobrevivência na cidade africana, o setor denominado informal torna-se o seu elemento essencial, a responder em sua maior medida pela atividade econômica urbana”.

Figura 36 – Jamaica, Bairro espontâneo na cidade da Praia.



Fonte: CARVALHO, 2015.

Os dados sobre a produção da riqueza, aponta para crescimento do PIB no valor 5,3% em 2004, motivada pela procura do consumo interno, todavia, a população na pobreza atinge 27% da população total de 531.046 pessoas em 2015.

Segundo Santos (2008, p. 52) o subproletariado e o proletariado são compostos por migrantes saídos do campo. Sem uma formação definida e, muitas vezes, sem trabalho certo no conjunto da população urbana, estes são os menos favorecidos. Muitos não encontram trabalho e moram em favelas (FIGURA 37).

Figura 37 – Barraca no Bairro Jamaica, Praia, 2010.



Fonte: CARVALHO, 2015.

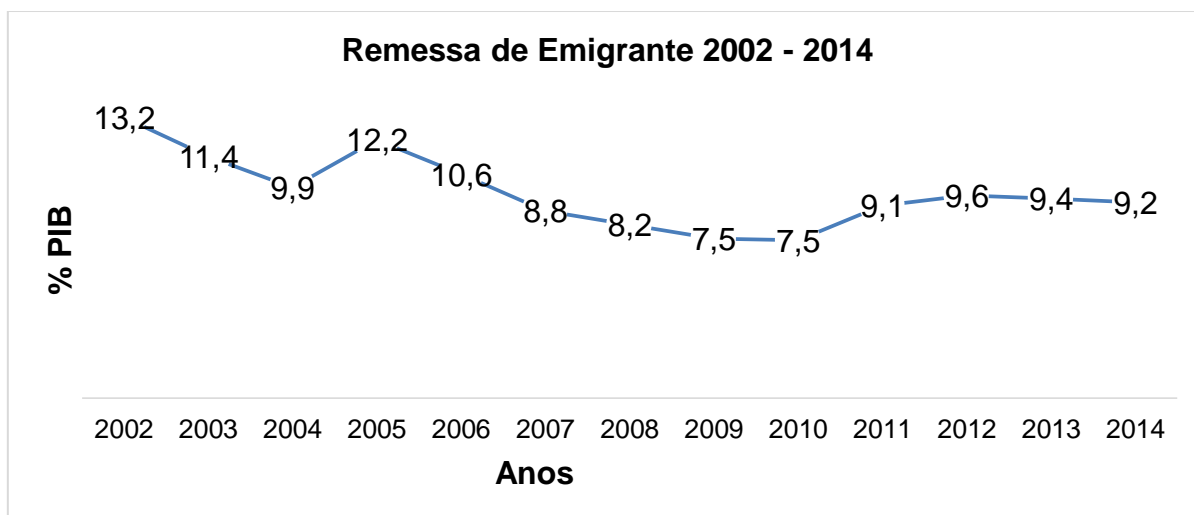
Apesar do potencial econômico da pesca, o setor encontra-se subdesenvolvido, praticada de forma tradicional, com recurso a pequenas embarcações, contribuindo apenas com 10% das exportações totais em 2007. O setor de serviços vem crescendo sistematicamente nos últimos cinco anos, a uma média anual de 10,5%. Conforme o Programa do Governo para a Legislatura 2006/2012, o Governo continuará a considerar o Turismo como o motor principal da economia. De acordo com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (PEDT, 2014) o tipo de turismo dominante em Cabo Verde é o “turismo de sol e praia”. Os dados sobre as receitas do turismo apontam que no período de 2002 a 2014, registou uma média de crescimento de 16,1%. O turismo tem sido uma importante fonte de divisas, contribuindo com 15,9% do PIB. Assim como, nos tempos que correm, uma fonte importante de rendimentos pode ser o turismo. Cabo Verde tem magníficas belezas naturais nos seus maciços vulcânicos, nos seus vales profundos, praias de águas quentes e até nas suas vigorosas arribas. Nos últimos oito anos, o número de turistas cresceu a uma média de 11,4% ao ano, de 145.000 turistas em 2000 para 333.354 em 2008.

Nem todas as ilhas se têm beneficiado desta dinâmica. Constatase que em 2008, 94,7% do fluxo de turismo concentra-se em quatro ilhas, nomeadamente, Sal (57%), Santiago (20,1%), Boavista (9,9%) e São Vicente (7,6%). De realçar o crescimento do fluxo para a ilha da Boavista que aumentou 4,9 % resultado da abertura do aeroporto internacional “Aristides Pereira” em 2007.

Em termos de mercados emissores, os europeus representam aproximadamente 85% do turismo do país.

A estrutura econômica de Cabo Verde demonstra uma dependência forte do setor de serviços, principalmente da atividade turística. O turismo é responsável por 99% do IDE em 2008. Os dados mostram que a dinâmica do IDE de 2002 a 2014, registou um crescimento médio no valor de 6,6%. Concernentes ao comércio internacional, os parceiros mais importantes são, Portugal, Ilhas Canárias, Marrocos, Alemanha, Brasil, Estados Unidos. Os principais produtos de exportação: pescado, vestuário e calçados. Concernente aos recursos haliêuticos, segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 52) na África do Oeste, as zonas de pesca marítima estendem-se por cerca de 700km de costa e cobrem uma zona econômica exclusiva de mais de dois milhões de km². Certos países (Mauritânia, Senegal, Gâmbia e Cabo Verde) dispõem de condições especialmente favoráveis para esta atividade, devido a condições hidroclimáticas particulares (*upwelling*). “A aquacultura é hoje muito pouco desenvolvida, tanto a nível do mar como a nível das águas continentais. No entanto, ela representa em todo mundo, o setor que conhece o mais forte desenvolvimento e o potencial da região é importante”. Os principais países investidores são: Grã-Bretanha, Portugal, Itália, Alemanha e Irlanda e China. Quanto à migração, os fluxos migratórios caíram de 2% (1970) para aproximadamente (0,5%) no começo da década de 1990. As remessas dos emigrantes têm tido uma importância significativa para a economia de Cabo Verde. No final de 1990, as remessas eram responsáveis por 25-30% da renda nacional bruta do país. No período 1996-2005 aumentou 79,6%, em 2014 as remessas passam a representar apenas 11% do PIB. A política orçamentária contribuiu muitas vezes para os desequilíbrios na medida que os recursos são escassos para fazer face aos choques imprevistos e realizar investimentos, tendo por isso necessidade de recorrer ao endividamento. Os dados sobre a remessa de Emigrante indicam que registou um crescimento na média de 9,4 % no período 2002-2014 (GRÁFICO 10).

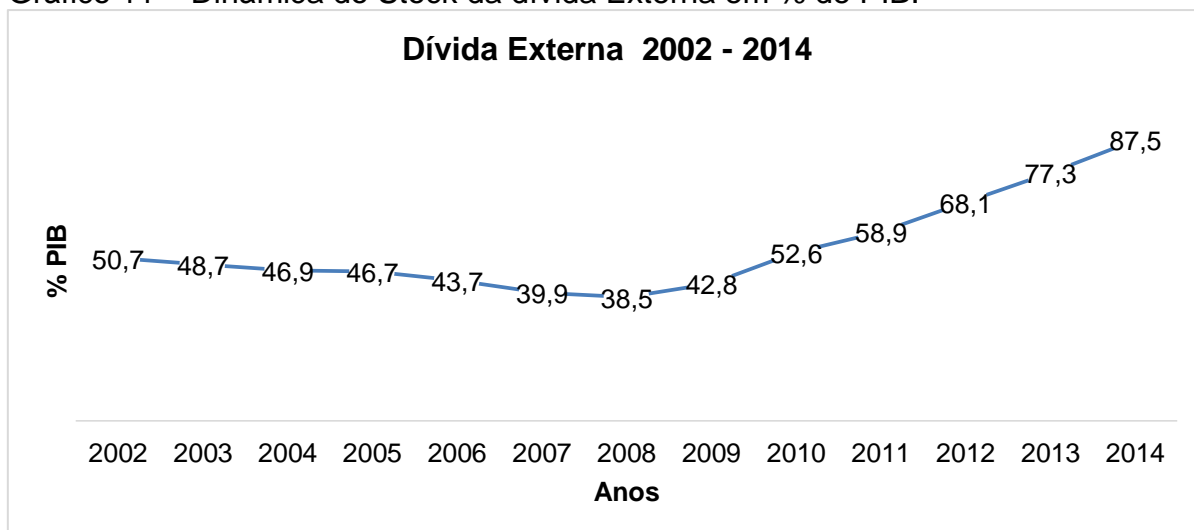
Gráfico 10 – Remessa de Emigrante em % de PIB.



Fonte: BCV, 2015.

O Investimento Externo Direto (IED) tem sido utilizado como instrumento de captação de recursos para promover o desenvolvimento das infra-estruturas e para alavancar o setor imobiliário e turístico, principalmente, nas ilhas do Sal e Boa Vista. Segundo o Programa do Governo (2011-2016) o país é vulnerável aos choques externos devido elevado nível de abertura e à paridade fixa do Escudo ao Euro. Fruto do elevado crescimento tanto público como privado, combinado com a redução da poupança interna, registou-se um forte aumento do endividamento externo, no período de 2002 a 2014, registou-se uma média de crescimento no valor de 48,7% (GRÁFICO 11).

Gráfico 11 – Dinâmica do Stock da dívida Externa em % de PIB.



Fonte: BCV, 2015.

A África subsahariana foi absorvida ao longo dos anos oitenta pela engrenagem do *endividamento permanente*. Porém as fugas de capitais, os financiamentos de projetos que criam excessos de capacidades de produção de produtos primários, não permitiram, geralmente a criação de ativos reais rentáveis. A África tornou-se um local de reciclagem de capitais permitindo o branqueamento de dinheiro, o financiamento de partidos políticos estrangeiros ou de sobrefaturações, fontes de rendas privadas e públicas. (HUGON, 2000, p. 71).

Para Pina (2014) a enorme dinâmica e propensão do santiaguense em buscar e exercer qualquer atividade que lhe surge para subsistir, serve para os estatísticos mais criativos escamotear a verdadeira situação relativa a emprego digno. De acordo com Santos (2003, p. 135) como a modernização capitalista tende ao esvaziamento do campo, uma parcela importante dos que se dirigem às cidades não pôde participar do “circuito superior da economia”, deixando de incluir-se entre os assalariados formais e só encontrando trabalho no circuito inferior da economia, impropriamente chamado de setor “informal”.

Segundo Ki-Zerbo (2006, p. 30) as mulheres e os jovens “funcionam como fusíveis no sistema: quando há um agravamento, são eles que mais sofrem”. Segundo Wondji (2011) as mulheres constituem a maioria da população e compõem os mais vulneráveis grupos. Com a crise da sociedade,

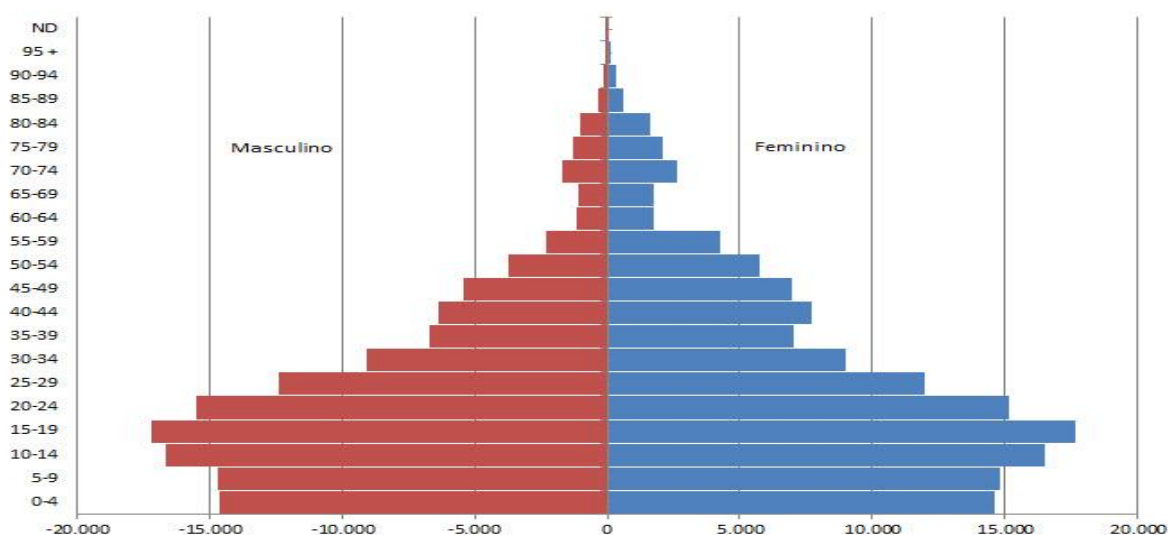
estão na linha de frente na luta pela superação das dificuldades próprias à vida cotidiana da célula familiar, graças ao setor informal. Em um mercado de trabalho deteriorado pela crise, as suas estratégias de sobrevivência individual rapidamente mostram os seus limites, alimentando a delinquência e a prostituição. (WONDJI (2011, p. 1137).

Os índices de pobreza caíram 37% (2001) para 24 % (2010). Um elo chave da redução da pobreza tem a ver com os esforços de modernização da agricultura. (Programa do Governo 2011-2016). O custo elevado do financiamento constitui um dos grandes constrangimentos do setor privado. Segundo Fanon (1968, p. 125-127) “a burguesia nacional organiza eventos de repouso e recreação, lugares de divertimento da burguesia ocidental. Essa atividade tomará o nome de turismo e será equiparada a uma indústria nacional”. Para Verdière, Perret e Weber (2009, p. 30) é importante apostar na juventude, criando uma nova geração, capaz de evoluir entre diferentes culturas, de dar prova de imaginação, desejosa de partilhar, de estabelecer redes de cooperação, tolerando as divergências de opinião. A África do Oeste é rica na sua diversidade e património culturais, tal como é rica na abundância artística e cultural que a caracteriza.

3.3 As Dinâmicas populacionais e eleitorais

Segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 24) nos próximos quarenta anos, a África do Oeste enquanto as outras regiões do mundo, ao Norte, estão em envelhecimento e declínio demográfico. A África do Oeste é a mais jovem região do mundo: 60% da sua população tem menos de 25 anos. A estrutura da população da ilha de Santiago (GRÁFICO 12 e FIGURA 26) e de Cabo Verde (GRÁFICO 13 e 14) é marcada pela juventude (15 a 19 anos) como no resto da África Ocidental.

Gráfico 12 – Pirâmide Etária da ilha de Santiago (2010).

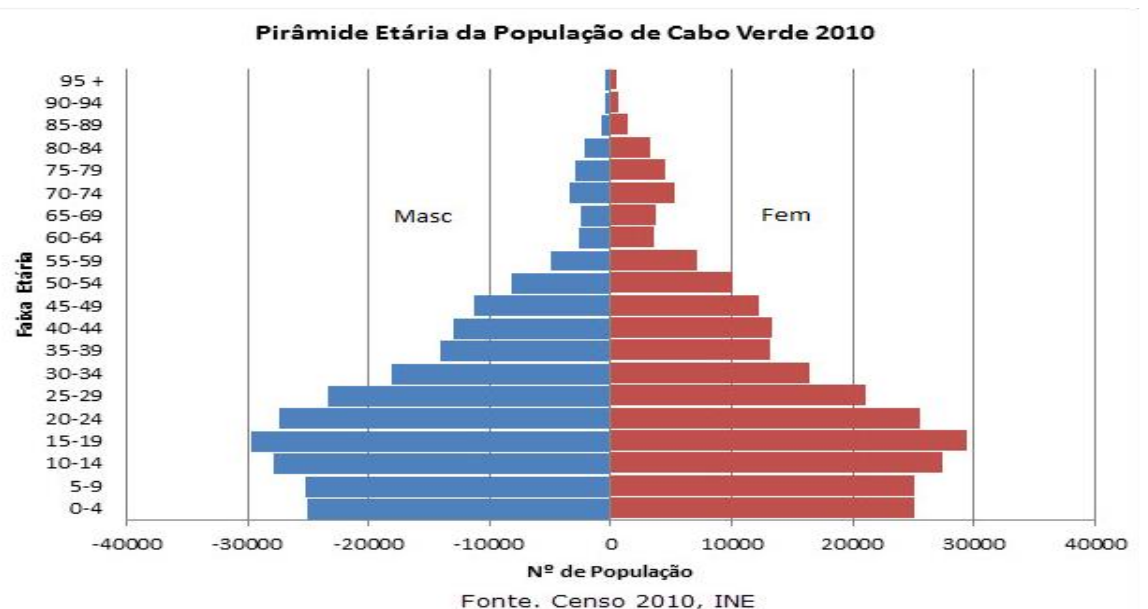
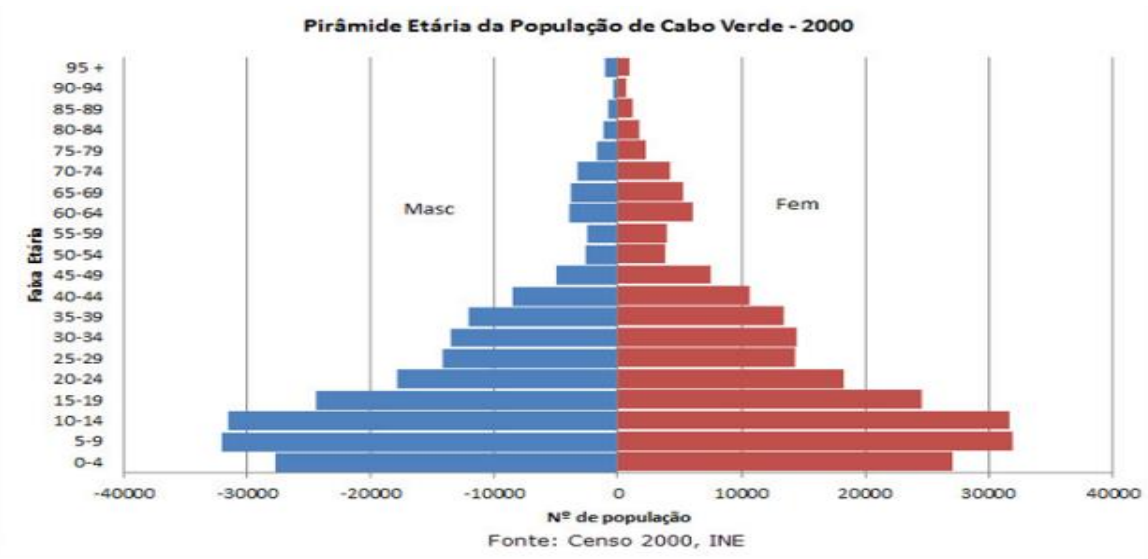
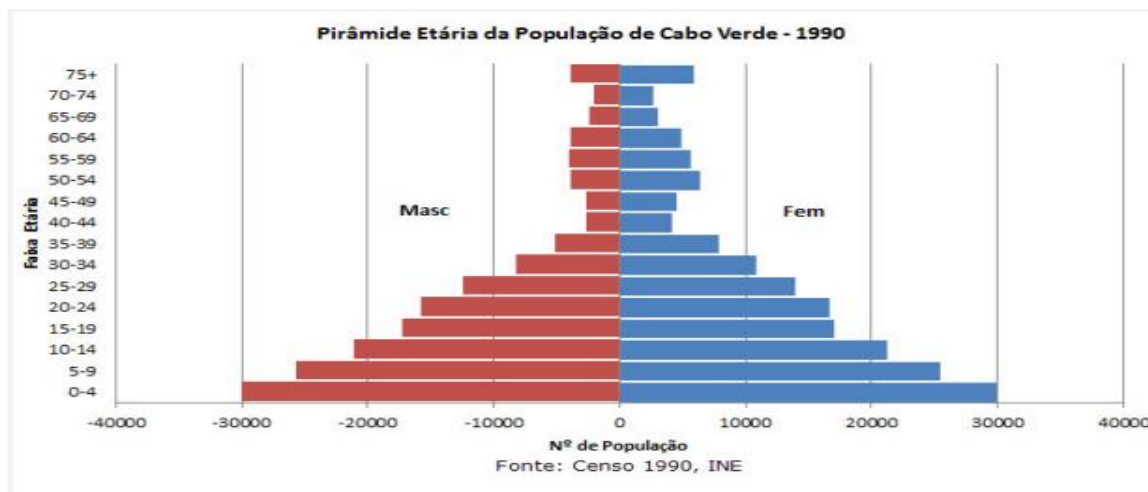


Fonte: INE (CENSO, 2010).

Cabo Verde em 2010 regista uma população total de 491.538 habitantes. Alberga um total aproximado de 500 mil habitantes, concentrados sobretudo nas ilhas de Santiago (282,7 mil). Em 2010 24% da população tinha menos de 15 anos e 59% tinha de 15 a 64 anos com (INE, 2010) (GRÁFICO 13 e FIGURA 38) apresenta uma clara tendência do crescimento populacional no período considerado.

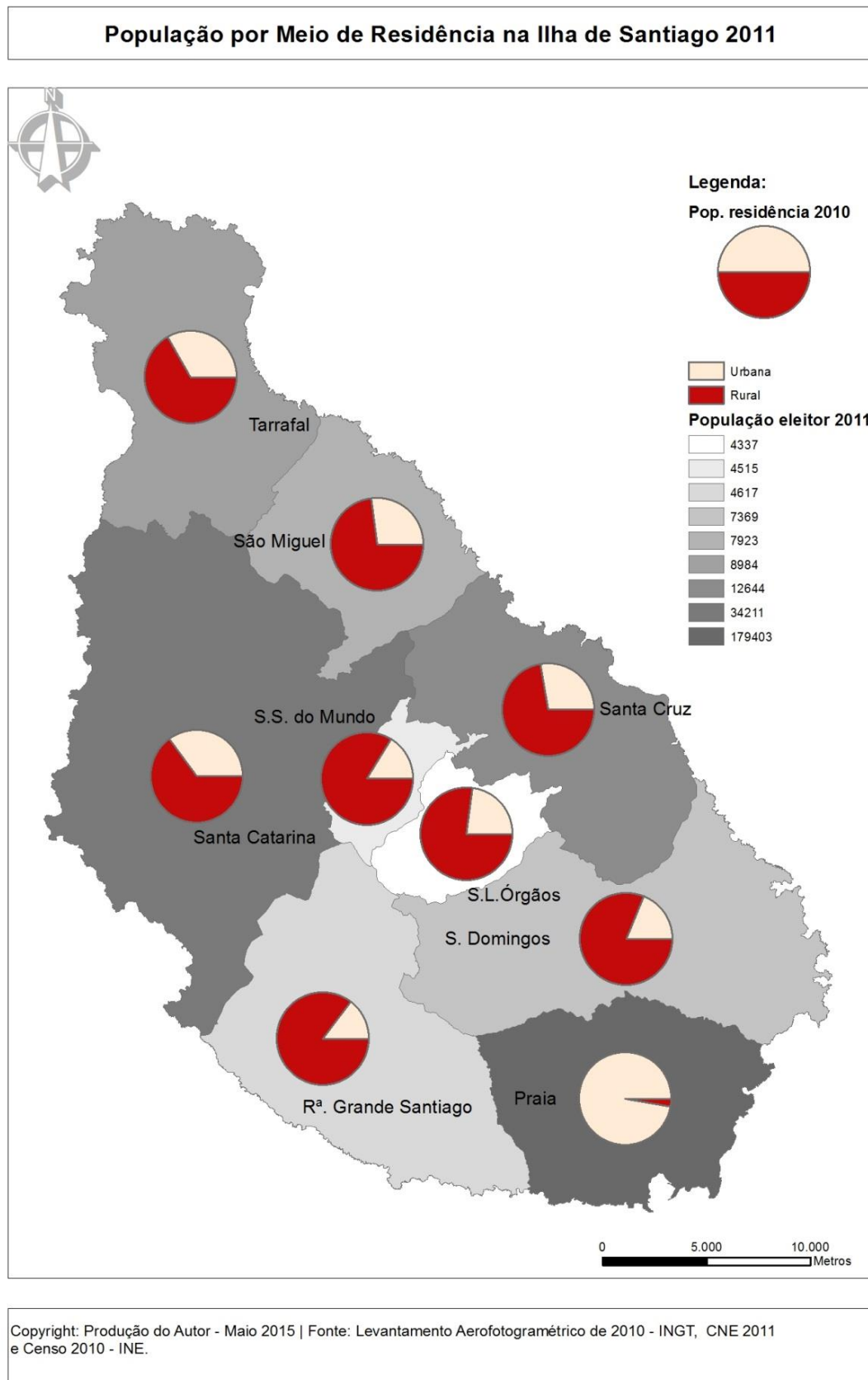
Angelopoulos (1973, p.199) defende que a juventude terá um papel determinante na transformação dos países pouco desenvolvido. Assim o papel dos jovens no desenvolvimento dos países africanos, “será tanto mais considerável quanto é certo que se preparem, se instruem, e tomam parte cada vez mais ativa na vida política, económica e cultural”. Os dados sobre a distribuição da população urbana na ilha de Santiago mostram que a maioria dos efetivos está concentrada na região Sul, nomeadamente Praia (127.832); planalto central, Santa Catarina (12.026) e flanco Oriental, Santa Cruz (9.345).

Gráfico 13 – Pirâmide Etária de Cabo Verde (1990-2010).



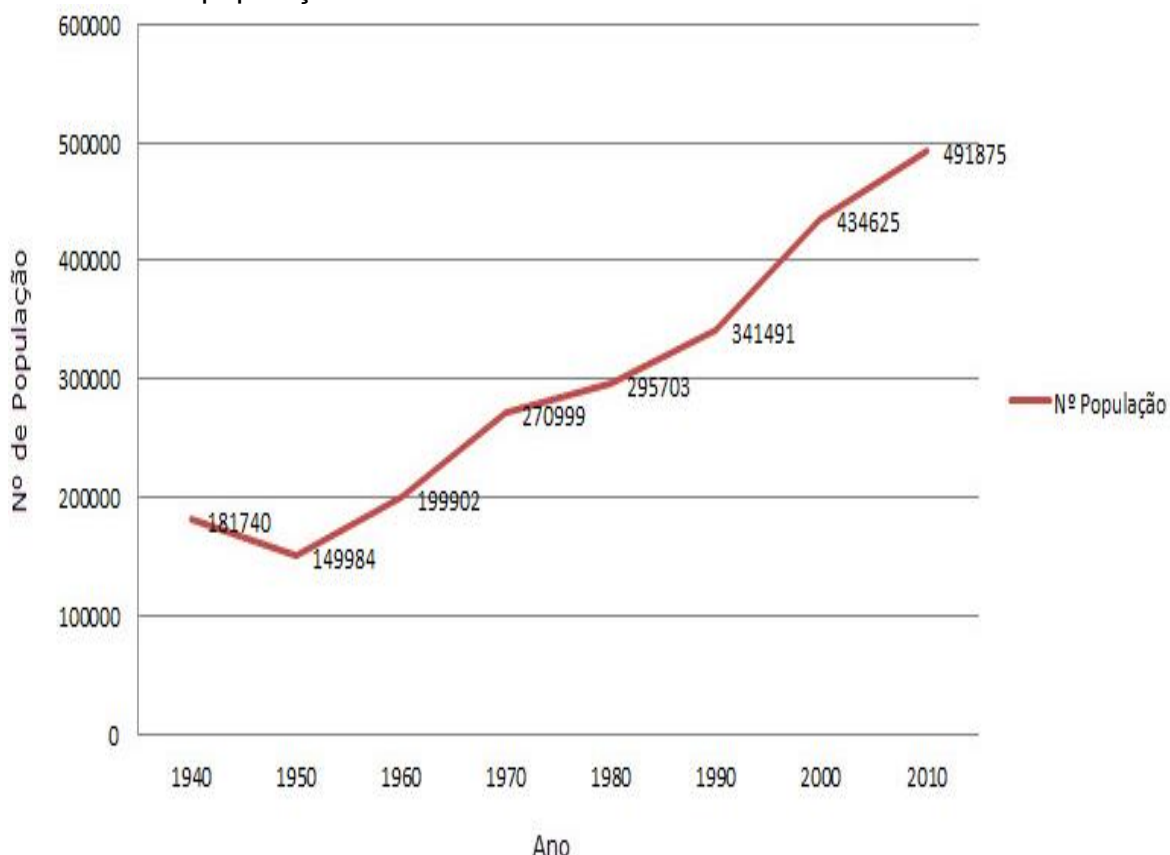
Fonte: INE (CENSO 1990, 2000, 2010).

Figura 38 – A Distribuição da População em Santiago, 2010.



Fonte: CARVALHO, 2015.

Gráfico 14 – A população Cabo-verdiana de 1940-2010.



Fonte: INE-RGP, 1940-2010. Processamento de CARVALHO, 2015.

Apesar da diminuição da taxa da natalidade e conseqüentemente da base piramidal a população continua a crescer na ilha de Santiago, com uma taxa média de 1,2% no período compreendido entre 2000-2010 (FIGURA 39). A distribuição da população absoluta por meio de residência em 2010, na ilha de Santiago, assinala um percentual de 38% da população a viver no meio rural e 62% no urbano. O município de Santa Catarina segundo pólo econômico e político, localizado no planalto central da ilha, concentra apenas 27,8% população urbana e rural 72,2%, a viver da agricultura, pecuária e comércio (FIGURA 39).

O município de Santa Cruz localizado no flanco oriental da ilha de Santiago regista 35% população a viver no meio urbano e 64,9% da população a viver no meio rural, obtendo rendimentos a partir da prática de agricultura, com predomínio da cultura da bananeira e mamão. A cidade da Praia apresenta 96,6% da população urbana e apenas 3,4% rural, concentrando pessoas de todas as partes do território nacional e também cidadãos do oeste da África em busca de oportunidades de trabalho e também recorrem.

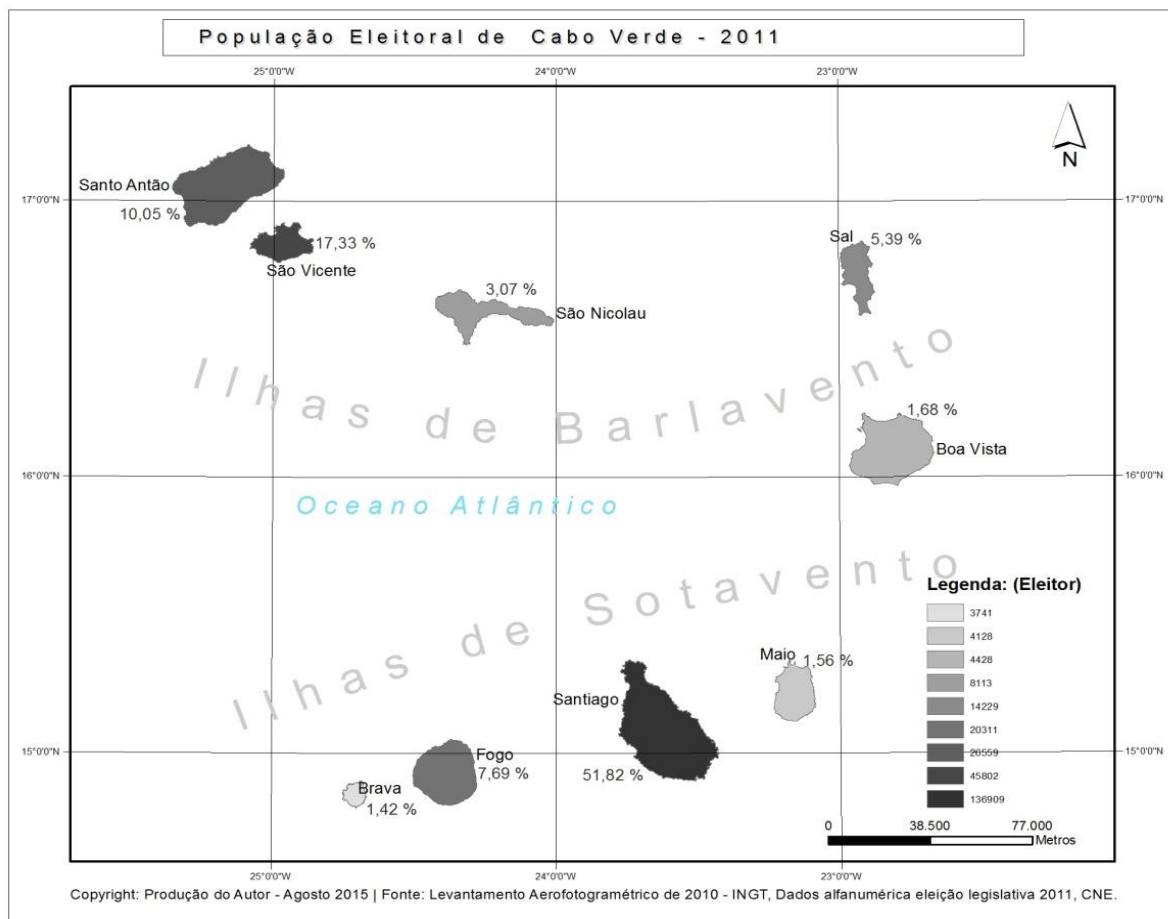
Figura 39 – Dia de mercado na cidade da Assomada (Santa Catarina).



Fonte: AMARAL (2007, p. 449).

Segundo Lijphart (2011, p. 66) a participação eleitoral é um excelente indicador da qualidade democrática por dois motivos: mostra o grau de interesse dos cidadãos em serem representados; a participação é fortemente relacionada ao *status* socioeconômico, pode servir como indicador indireto da igualdade política: alto índice de comparecimento significa participação mais igualitária, maior igualdade política. Baixo comparecimento quer dizer participação desigual, maior desigualdade. A medida básica é o número de eleitores como percentagem da população votante. O mapa da distribuição da População Eleitoral de Cabo Verde apresenta que a maioria absoluta dos eleitores (136.909) em 2011, 52% do total dos eleitores inscritos em Cabo Verde, está concentrada nos círculos eleitorais da ilha de Santiago (1,82%), São Vicente (17,33%) e Santo Antão (10,05%) (FIGURA 40).

Figura 40 – População Eleitoral de Cabo Verde, 2011.



Fonte: CARVALHO, 2015.

3.4 Os níveis de vida no território

Para Abdelmadjid (2007, p. 35) a educação deve apoiar-se nas culturas africanas, no estudo das línguas africanas. “Se ela for inteiramente europeizada, só produzirá a alienação cultural dos africanos”. Para Ki-Zerbo (2006) a educação deve ser transformada para que a sociedade seja transformada, trata-se de uma espécie de relação dialética positiva.

A alfabetização é uma condição *sina qua non* desta mudança multiforme, inclusive ao nível da inventividade e da competitividade econômica de um país. Não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a estas línguas, poderíamos fixar como objetivo a médio prazo assegurar a alfabetização total. (...) Ao passar pelas línguas africanas, restaura-se a dignidade do camponês. Os camponeses estão mergulhados num complexo de inferioridade pelo fato de lhes falarem numa língua estrangeira. Se passarmos ao registo das línguas africanas, os camponeses apresentar-se-ão como a elite e não como aqueles que se arrastam e que devem ser puxados à força. (KI-ZERBO, 2006, p. 159).

Para Habte e Wagaw (2011, p. 817) a educação é o mecanismo através do qual uma sociedade produz os conhecimentos necessários à sua sobrevivência e à sua subsistência, transmitindo-os de geração a outra. Os jovens são formados para adquirirem os conhecimentos, as competências e as aptidões, das quais necessitam, em função da evolução das circunstâncias e do surgimento de novos desafios”. O mapa da distribuição do nível de instrução na ilha de Santiago em 2011 (FIGURA 41) aponta para a necessidade de se melhorar os diferentes subsistemas de ensino, sem descurar nenhum subsistema.

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankoré, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. A Universidade al-Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. (...) O ensino superior africano deve responder de modo apropriado às inúmeras necessidades próprias às sociedades em desenvolvimento. (HABTE e WAGAW, 2011, p. 838-839).

Para Ki-Zerbo (2006) o que falta em África é organização.

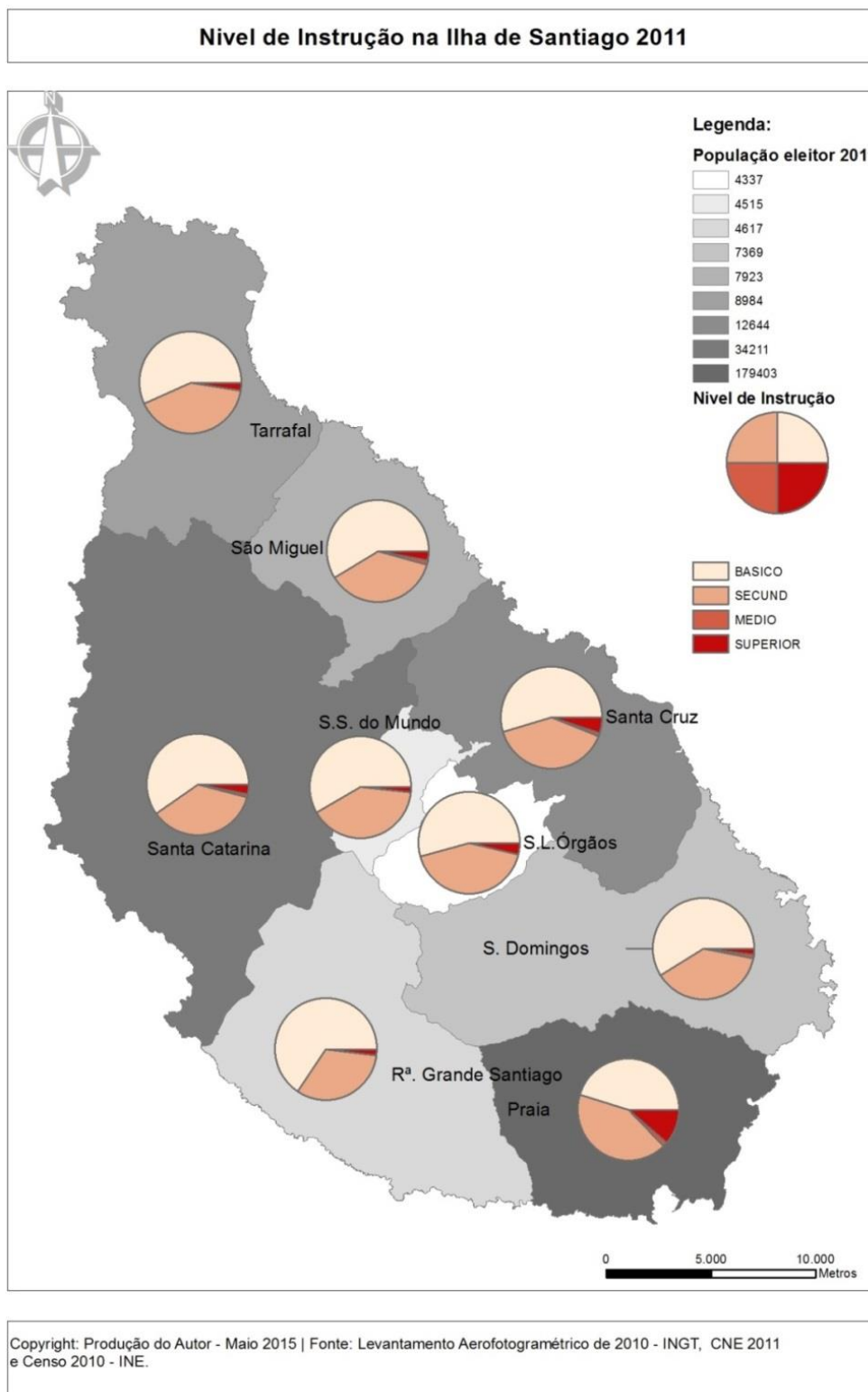
Não existe comunidade científica suficiente para provocar a acumulação do saber. Enquanto os investigadores estiverem fechados em guetos micronacionais e não tiverem relações entre si, a ciência não avançará. Porque a investigação científica avança através de contestação e do combate intelectual entre cientistas através da obtenção de uma massa crítica e matéria cinzenta abaixo da qual nada de decisivo se passa. Enquanto as condições objetivas, individuais e coletivas, não estiverem reunidas, os Africanos não poderão apresentar a sua medida científica e tecnológica. (KI-ZERBO, 2006, p. 93).

Segundo Fernandes (2006, p. 117) antes de 1990 o governo do PAIGC/CV reservou um espaço amesquinçado aos nativos de Santiago. Observa-se que desde a derrocada da elite local santiaguense em 1764, onde as ações conjugadas da elite e da imprensa irradiam sobre o processo de (des) legitimação simbólica do sistema de dominação colonial.

A ilha de Santiago que durante séculos funcionara como palco das mais variadas modalidades de luta emancipatório dentro do sistema dava mostras da mais profunda apatia. (...) A repressão colonial de Pombal contribuiu para a desmoralização das elites e dos outros segmentos sociais santiaguenses, provocando visível inflexão da tendência emancipatória original⁶⁰. (FERNANDES, 2006, p. 117).

⁶⁰ Para Fernandes (2006, p. 119) são exemplos dessa repressão as punições aos membros da oligarquia santiaguense que, detidos em 1764, foram remetidos à Lisboa onde foram condenados à morte, degredo ou prisão, mandando-se as cabeças decapitadas para a ilha a fim de que sirvam de exemplo; bem como as severas penas reservadas aos mentores da conspiração dos escravos em 1835”.

Figura 41 – Mapa de Distribuição do Nível de Instrução em Santiago, 2011.



Fonte: CARVALHO, 2015.

4 BASES ELEITORAIS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA RESPÚBLICA DE CABO VERDE

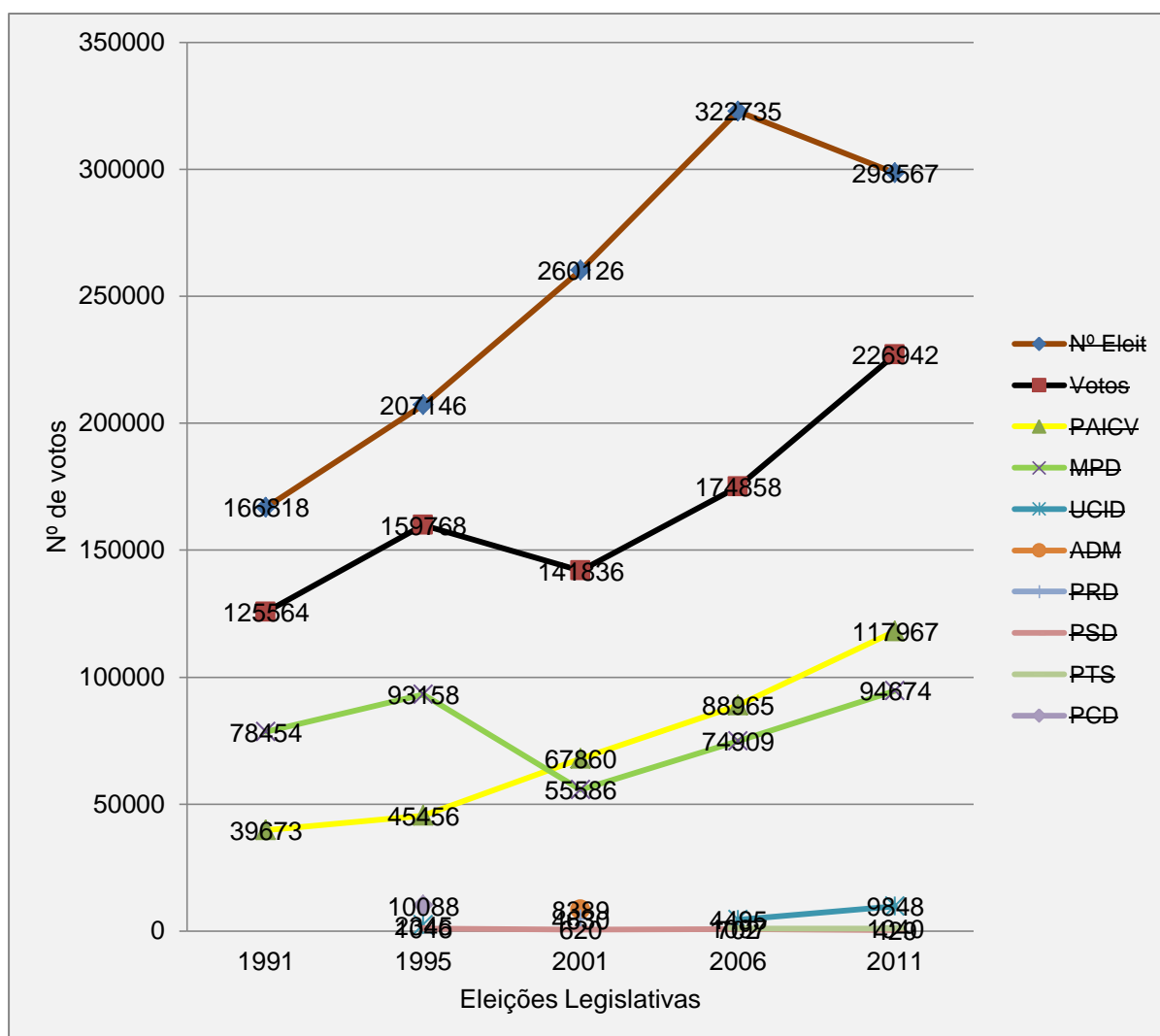
4.1 Configurações territoriais do voto dos Partidos em Cabo Verde

A geografia eleitoral cabo-verdiana é impulsionada essencialmente em torno dos partidos majoritários, nomeadamente, o PAICV e o MpD. Desses atores políticos atrás referidos. Todavia, essa continuidade vem sendo contrariada, denotando um certo dinamismo, designadamente através de cisões no seio do MpD, nomeadamente em 1994 e 2000, dando lugar ao PCD e ao PRD, sinais de eventuais recomposições e reabsorção de dissidentes pelo MpD.

Segundo Duverger (1990, p. 121) certos partidos só possuem uma atividade sazonal, por ocasião das campanhas eleitorais, entre os quais se estende um verdadeiro período de hibernação. O Gráfico 15 revela que o número de voto cresceu de 1991-2011, 62%, com uma taxa média de crescimento a cada eleição no valor de 19%. Em 2011, registou-se um grande aumento do número de voto do PAICV (50%) e MpD (47%), todavia, número de eleitores diminuiu 7% de 2006 para 2011. Todavia, a UCID, apesar de ter crescido 61% de 2006 para 2011, insuficiente para aumentar a sua representação no Parlamento que é de apenas 2 deputados, no círculo eleitoral de São Vicente.

O PAICV vem registando um crescendo no número de votos obtidos de eleição para eleição (1991-2011), com uma taxa média de 19%. O MpD apesar da grande derrocada em 2001, registando um decréscimo de 75% (97390 para 55586), todavia, em 2006 voltou a aumentar o número de voto, com um crescimento de 26% em 2006 e 47% em 2011, contribuindo assim para a diminuição da desproporcionalidade eleitoral na República de Cabo Verde. O PAICV vem registando um crescendo no número de votos obtidos de eleição para eleição (1991-2011) com uma taxa média de 19%. O MpD em 2001 registou um decréscimo de 75% (55586), todavia, em 2006 registou um crescimento de 26% em 2006 e 47% em 2011, contribuindo assim para a redução da desproporcionalidade eleitoral. Para Lijphart (2011) a participação eleitoral é um excelente indicador da qualidade democrática por dois motivos: mostra o grau de interesse dos cidadãos em serem representados; a participação é fortemente relacionada ao *status* socioeconômico, pode servir como indicador indireto da igualdade política (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 – Eleitorado e o voto dos Partidos em Cabo Verde.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Segundo o autor a medida básica é o número de eleitores como percentagem da população votante. O ato eleitoral de 6 de Fevereiro de 2011 teve uma expressiva participação: dos 298.567 eleitores inscritos, 76,0% (226.942) expressaram seu voto. Analisando a configuração espacial do voto 1991-2011 (TABELA 6 e 7) na República de Cabo Verde, observa-se que o PAICV apresenta a sua maior média percentual de voto na ilha do Fogo (62%) enquanto na ilha de São Nicolau regista a sua média percentual mais baixa (34%). Ficou evidente que tanto o MpD como o PAICV registam a maior variação na configuração espacial do voto no círculo eleitoral da ilha do Sal, região de Barlavento e menor variação nos círculos eleitorais da ilha do Fogo e Brava no período em análise (TABELA 6).

Tabela 6 – Coeficiente de variação do voto dos partidos em 1991-2001.

Circulo Eleitoral	PAICV			MpD		
	Média	Média %	Coeficiente de Variação	Média	Média %	Coeficiente de Variação
Santo Antão	7302	40	0,39	9828	67	0,18
São Vicente	11480	44	0,34	11541	62	0,28
São Nicolau	1730	34	0,30	3097	55	0,17
Sal	2340	46	0,47	2252	52	0,46
Boa Vista	1112	52	0,28	857	45	0,37
Maio	1020	40	0,22	1329	54	0,34
Santiago	31211	47	0,51	36862	62	0,21
Fogo	7931	62	0,15	4727	34	0,16
Brava	1347	48	0,15	1305	50	0,11

Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001. Processamento de CARVALHO, 2015.

Indo ao encontro com a análise do número efetivo de partidos em Cabo Verde, considerando que a partir de 2001, os dados apontam para a consolidação do bipartidarismo, com valores próximos de 2,0. Para aprofundar a tese de bipartidarismo, elaborou-se a Tabela 7 da configuração espacial do voto no período que coincide com o reforço do bipartidarismo (2001-2011).

Examinando a configuração espacial do voto no período de 2001 a 2011 (TABELA 7 e GRÁFICO 16) observa-se que o PAICV continua com a sua maior média percentual de voto na ilha do Fogo (63%), enquanto na ilha do Maio regista a sua média percentual mais baixa (40%). Observa-se que as ilhas da Brava ($C_V = 0,06$) e São Vicente ($C_V = 0,11$) são círculos eleitorais onde o PAICV regista menor variação do voto, todavia, regista maior variação de voto nas ilhas de Santiago ($C_V = 0,28$) e Boa Vista ($C_V = 0,31$).

Por outro lado, o MpD apresenta a sua maior média percentual de voto nos círculos eleitorais de Maio (59%) e São Nicolau (55%), enquanto no Fogo (34%), mantém a sua média percentual mais baixa. Os círculos eleitorais de Santo Antão ($C_V = 0,04$), Brava ($C_V = 0,02$) e São Nicolau ($C_V = 0,08$) são círculos eleitorais onde o MpD regista menor variação do voto, todavia, o MpD, alcança maior variação de voto nas ilhas do Sal ($C_V = 0,42$) (TABELA 7).

Tabela 7 – Configuração variação do voto dos partidos, 2001-2011.

Círculo Eleitoral	PAICV			MpD		
	Média	Média %	Coefficiente de Variação	Média	Média %	Coefficiente de Variação
Santo Antão	9356	49	0,15	9814	49	0,04
São Vicente	12554	49	0,11	9652	34	0,15
São Nicolau	2456	44	0,20	2778	55	0,08
Sal	3387	56	0,24	2745	47	0,42
Boa Vista	1212	52	0,31	1045	50	0,23
Maio	1233	40	0,17	1777	59	0,16
Santiago	41023	54	0,28	36500	43	0,24
Fogo	9115	63	0,16	5595	36	0,17
Brava	1467	51	0,06	1305	47	0,02

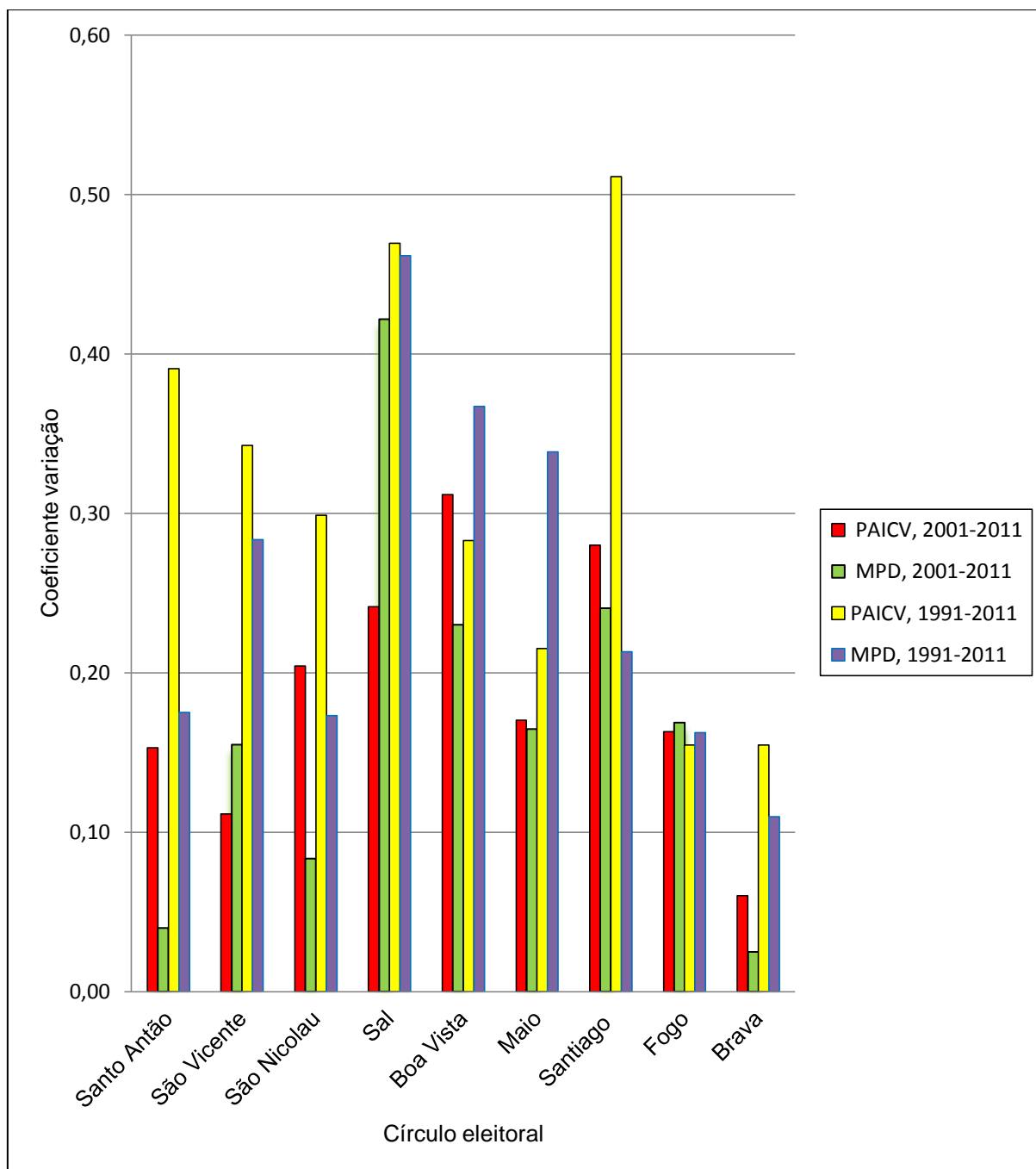
Fonte: BO. I Série, Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Os dados sobre a Dinâmica do Coeficiente de Variação (Cv) do voto dos Partidos em Cabo Verde, nos períodos de 1991-2001 e 2001-2011. Os valores de Cv indicam que é no círculo eleitoral da ilha do Sal, onde se verifica a maior variação do voto em relação a média, tanto em relação ao voto do PAICV como também o voto do MpD. Observa-se que no período 2001-2011, regista-se menor variação do voto dos partidos políticos em relação ao período de 1991-2011 (GRÁFICO 16).

Para avaliar de maneira mais prudente o desenvolvimento do espaço político, passa-se em seguida para a análise da votação dos partidos entre pares de eleições (GRÁFICO 17). Nas configurações espaciais do voto dos partidos nos pares seguintes (2001-2006 e 2006-2011), observa-se uma redução da diferença percentual de voto entre os principais partidos do arco do poder.

Regista-se uma tendência para consolidação do percentual do voto dos Partidos políticos, considerando que se registam valores cada vez mais próximo de zero (PAICV= 3% para 1%; MpD= 4% para -1%) sinalizando para estabilização das bases eleitorais, instrumento de poder para a hegemonia do espaço político. Registou-se um aumento do corpo eleitoral no círculo eleitoral de Santiago Sul (8%) motivada pela forte emigração de população do interior de Santiago, de outras ilhas (Fogo, São Vicente e Santo Antão) e da África Ocidental (GRÁFICO 16).

Gráfico 16 – Síntese da variação do voto dos Partidos em Cabo Verde.



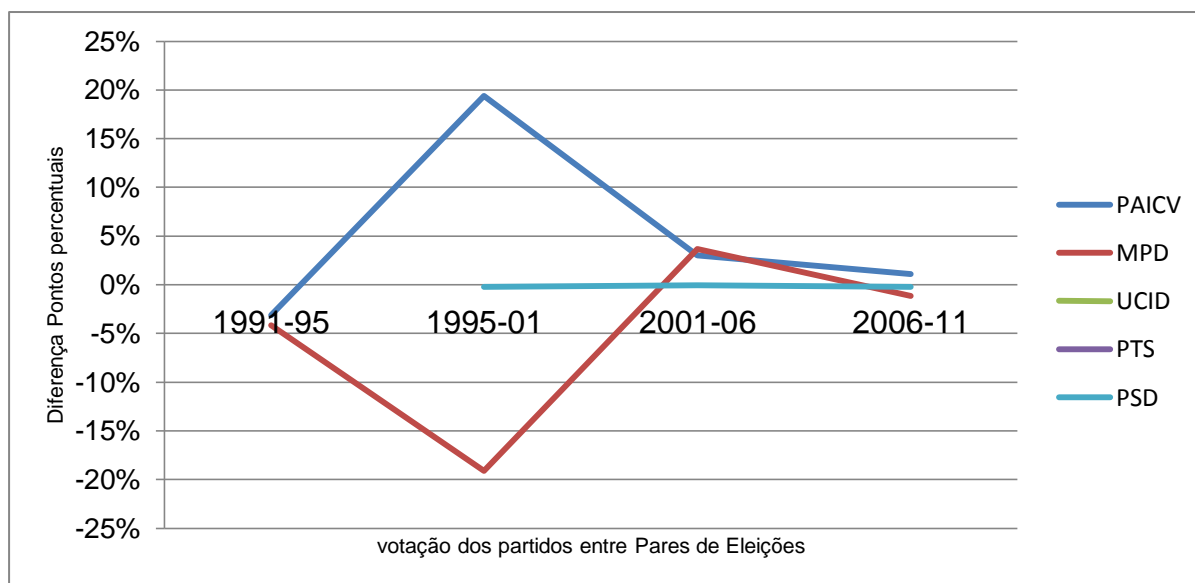
Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

A percentagem de abstenção (23,98%) teve flutuações significativas tanto a nível dos círculos eleitorais como da ilha. Numa análise de pormenor, nota-se que o Sul ocorreu mais às urnas que o Norte. Pode-se admitir que, qualquer destas influências teve um papel ativo, mais ou menos decisivo de região para região.

Passa-se em seguida, a revista das configurações territoriais espaciais do voto dos partidos políticos em Cabo Verde. Em 2011 o PAICV com o lema “Mais e

Melhor Cabo Verde” venceu as eleições. Na região Sul do arquipélago de Cabo Verde, a maior parte dos eleitores abstencionistas (12.074 a 27.584) está concentrada na ilha de Santiago, nos diferentes círculos eleitores. Por outro lado, na região Norte da República de Cabo Verde, no círculo eleitoral de São Vicente, regista-se também valores próximos da ilha de Santiago.

Gráfico 17 – Voto dos Partidos entre pares de eleições Legislativas.

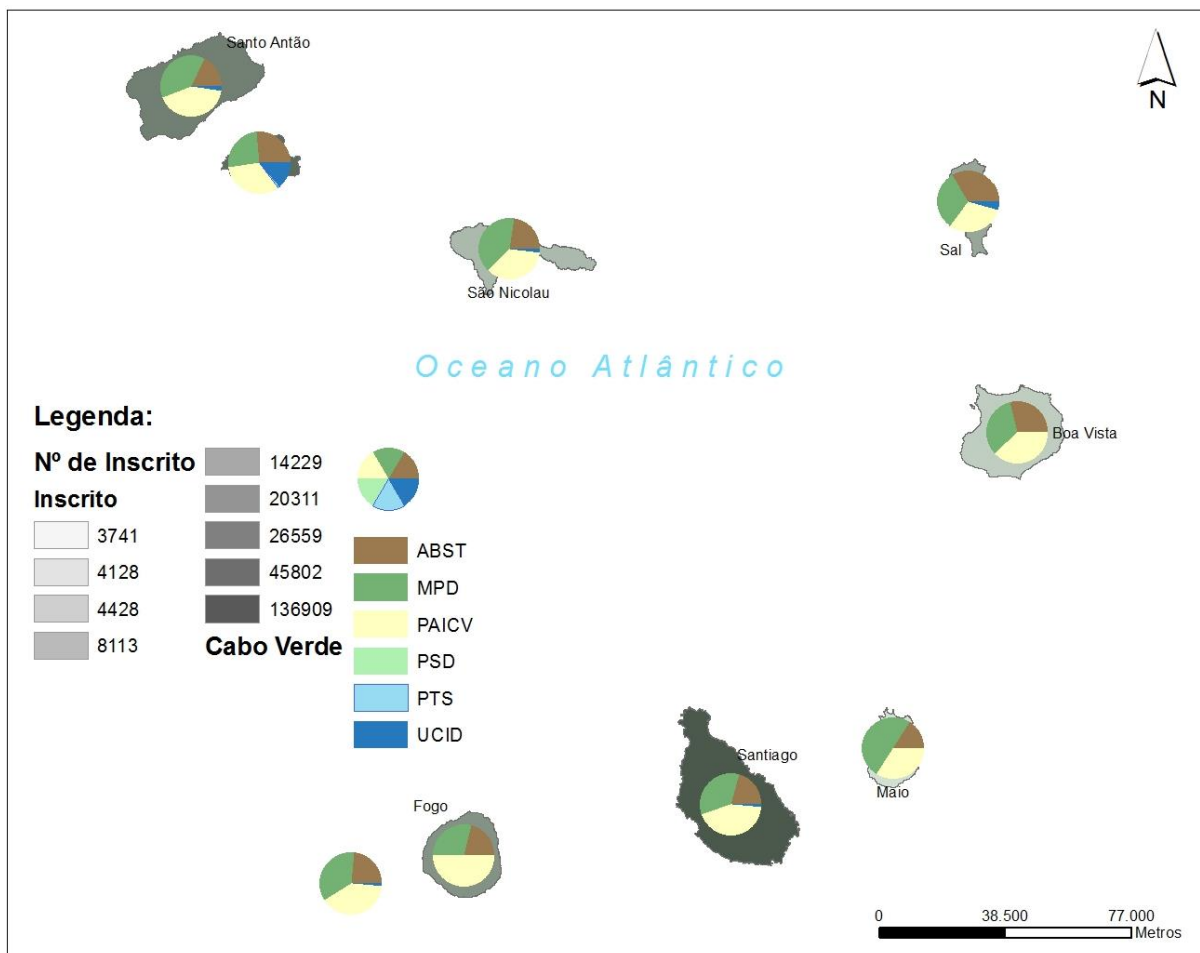


Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Em termos percentuais os círculos eleitorais com as maiores taxas de abstenção são: Sal (33,3%), Boa Vista (28,1%) e São Vicente (26,4%), por outro lado, os círculos eleitorais que apresentam as menores taxas de abstenção são: Maio (16,1%) e Santo Antão (17,7%). Posto isso, passa-se, em seguida, à análise das configurações espaciais do voto dos partidos em 2011 (FIGURA 42).

Com o lema “Por Cabo Verde”, o PAICV, alcança a maioria absoluta (52,3%), enquanto o MpD foi o segundo Partido mais votado (44,02%). Por que perdeu o MpD? Manda a ocasião perguntar: porque/como perdeu o MpD? Porque/como ganhou o PAICV? Segundo Pereira (2006, p. 9) o MpD com a ampla derrota de 2001, não conseguiu idealizar e projetar uma nova vida, estabelecer uma nova linha estratégica repousada em novos princípios psicológicos de grupo e desenvolver linhas de um novo projeto governativo para o país. Persiste a ausência de sentido ideológico mínimo no MpD que aclama uma visão excessivamente materialista do desenvolvimento (FIGURA 42).

Figura 42 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2011.

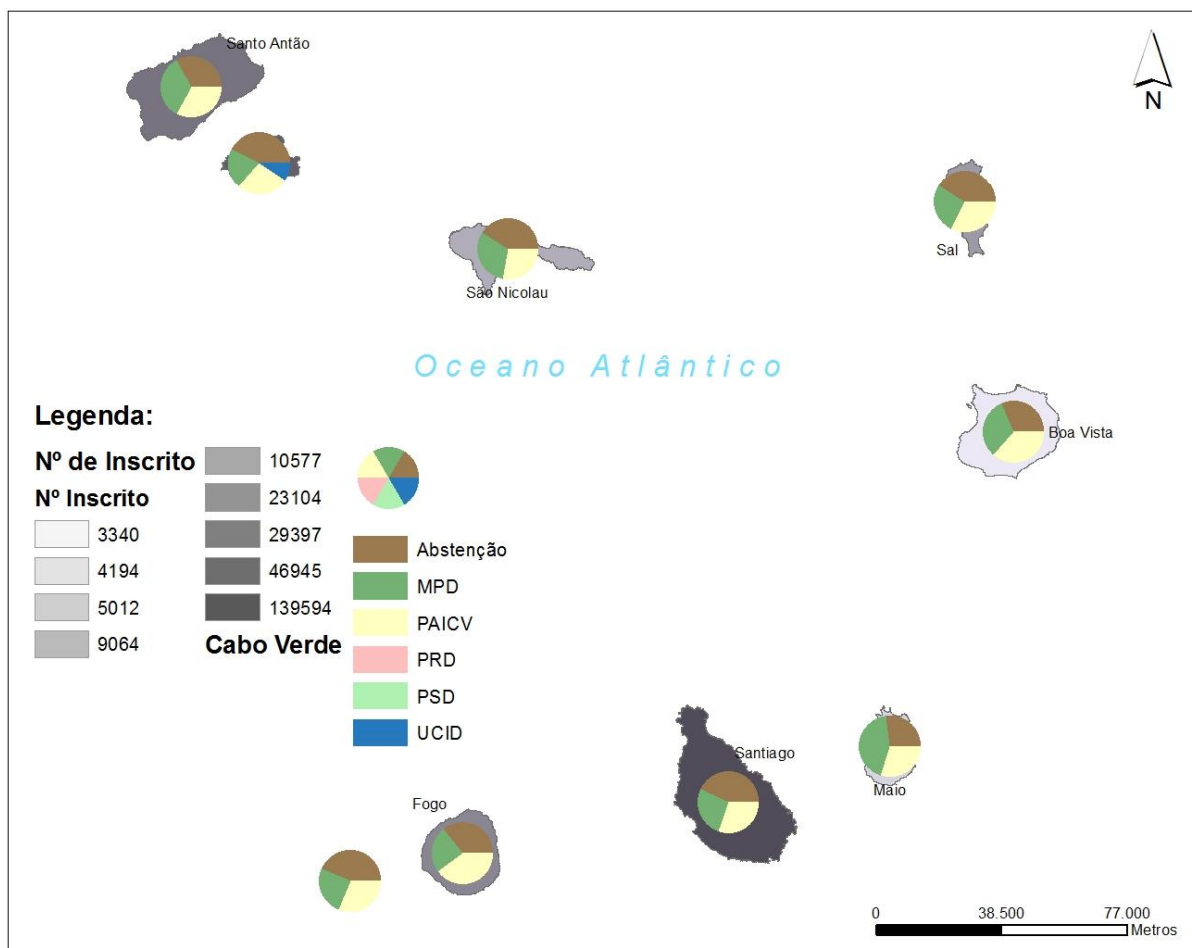


Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Atinente às mudanças no espaço político em 2006 (FIGURA 43) observa-se em relação a participação no ato eleitoral, um total de 141.836 votantes (55%) de 260.126 eleitores. A abstenção (118.290) quase duplicou (de 23 para 45,5%), enquanto a participação diminuiu de 77 para 54,5%. Segundo Querido (2011, p. 288-293) ao examinar o regresso do PAICV ao poder em 2001, defende que durante a década de governação do MpD, o que valeu a Cabo Verde, o que evitou que o país descambasse, por vezes, para situações que, em termos de práticas governativas, poderiam não se afastar muito das do tempo do partido único, foi o desempenho exemplar do Presidente da República, Mascarenhas Monteiro.

O sinal mais claro de que a mudança aconteceu em Santa Catarina, ilha de Santiago, nas eleições autárquicas em 2000, com a vitória de José Maria Neves em Santa Catarina, com maioria absoluta. Santa Catarina era o círculo eleitoral, onde o PAICV na década de noventa quase que desaparecera (dos sete deputados eleitos na localidade, apenas um foi eleito do PAICV).

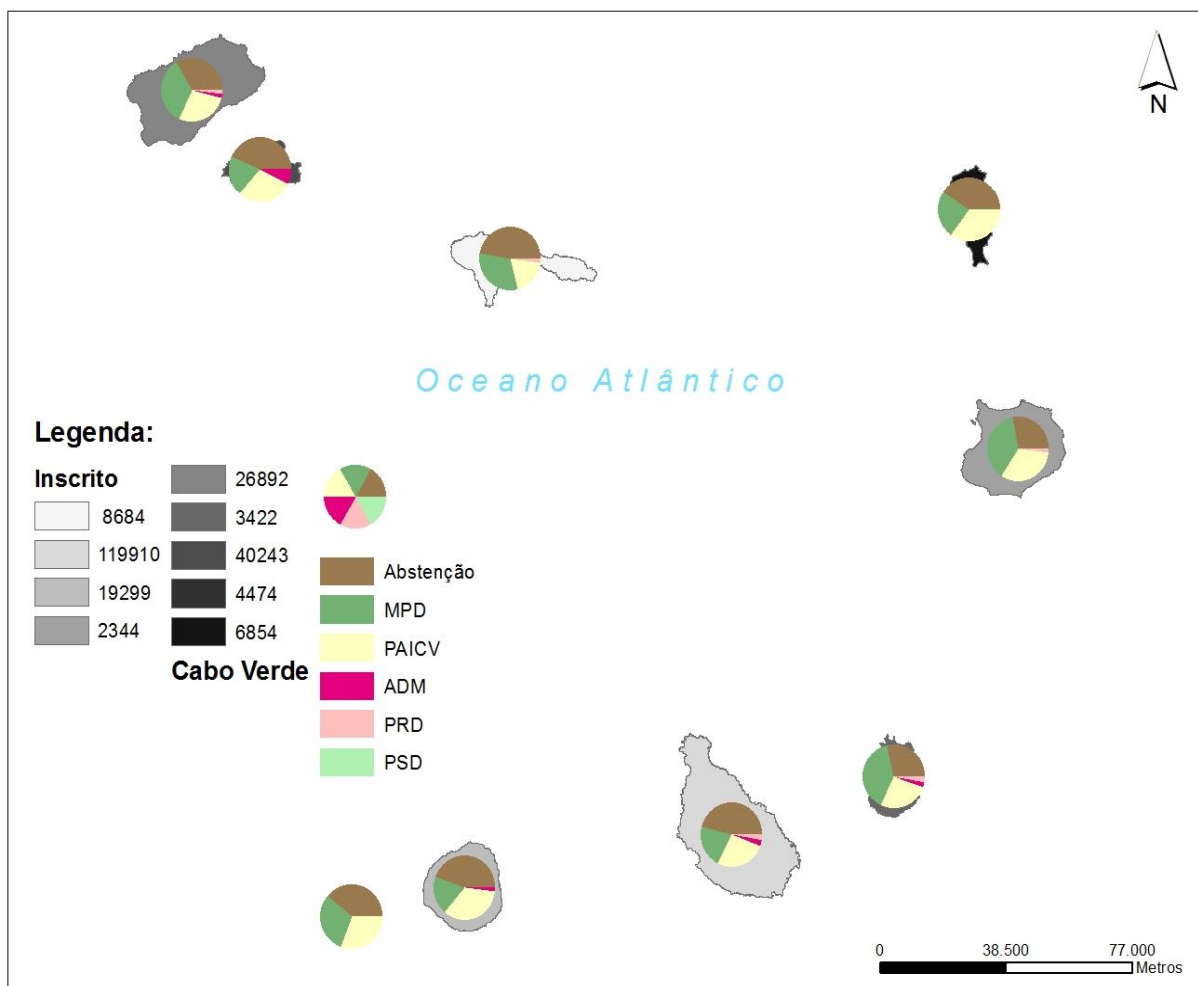
Figura 43 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2006.



Fonte: BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006. Processamento de CARVALHO, 2015.

O programa que o PAICV apresentou e que se comprometeu a implementar, na sua essência, nos seus princípios, nas suas mais importantes linhas de força, não era muito diferente daquele que o MpD apresentara e tentara executar durante a década de noventa. Separava-os apenas questões de ética, transparência, de ou menos moralidade, de maior ou menor rigor, de melhor ou pior empenho na salvaguarda de interesses nacionais. AS similitudes, tanto formais como de conteúdo eram grandes. Após alcançar dois mandatos consecutivos, o MpD perde as eleições de 2001, sob forte contestação à forma de gestão macroeconômica imposta no país. A Figura 44 mostra uma alta taxa de abstenção em todas as ilhas de Cabo Verde, com pico nas ilhas de São Nicolau, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo. A configuração espacial do voto dos partidos indica que o MpD venceu em nos círculos eleitorais de Santo Antão, São Nicolau, São vicente e Maio. O PAICV venceu nos círculos de São Vicente, Sal, Santiago, Fogo e Brava, círculos eleitorais onde concentra-se maior quantidade de eleitores (FIGURA 44).

Figura 44 – Configuração territorial do voto dos partidos, Cabo Verde 2001.



Fonte: BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001. Processamento de CARVALHO, 2015.

Referente aos pequenos Partidos (ADM, PRD e PSD), observa-se uma pequena adesão nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Maio e Santiago, totalizando 13.639 votos (10% do total nacional). “Fomos arrogantes, materialistas, oportunistas e intolerantes” foram alguns dos termos usados por Carlos Veiga para classificar o seu comportamento e o dos seus pares no tempo em que o MpD esteve no Governo. “Esquecemos que erámos humanos e que podíamos errar” afirmou. Segundo ele, foi a conduta dos responsáveis do MpD que ditou os desaires desse partido desde 2000, quando “muitos deixaram de ter confiança em nós, nos dividimos” (A Semana, 2006, p.12). Nas legislativas de 2001 registou-se a transferência de voto, que ocorreu dez anos depois da abertura, na opinião de Évora (p. 115), isso pode significar não só a possibilidade de se iniciar a segunda transição como também simbolizar de certa forma o início da consolidação do regime e isso talvez possa servir como prova de que o país está passando pelo fenómeno do

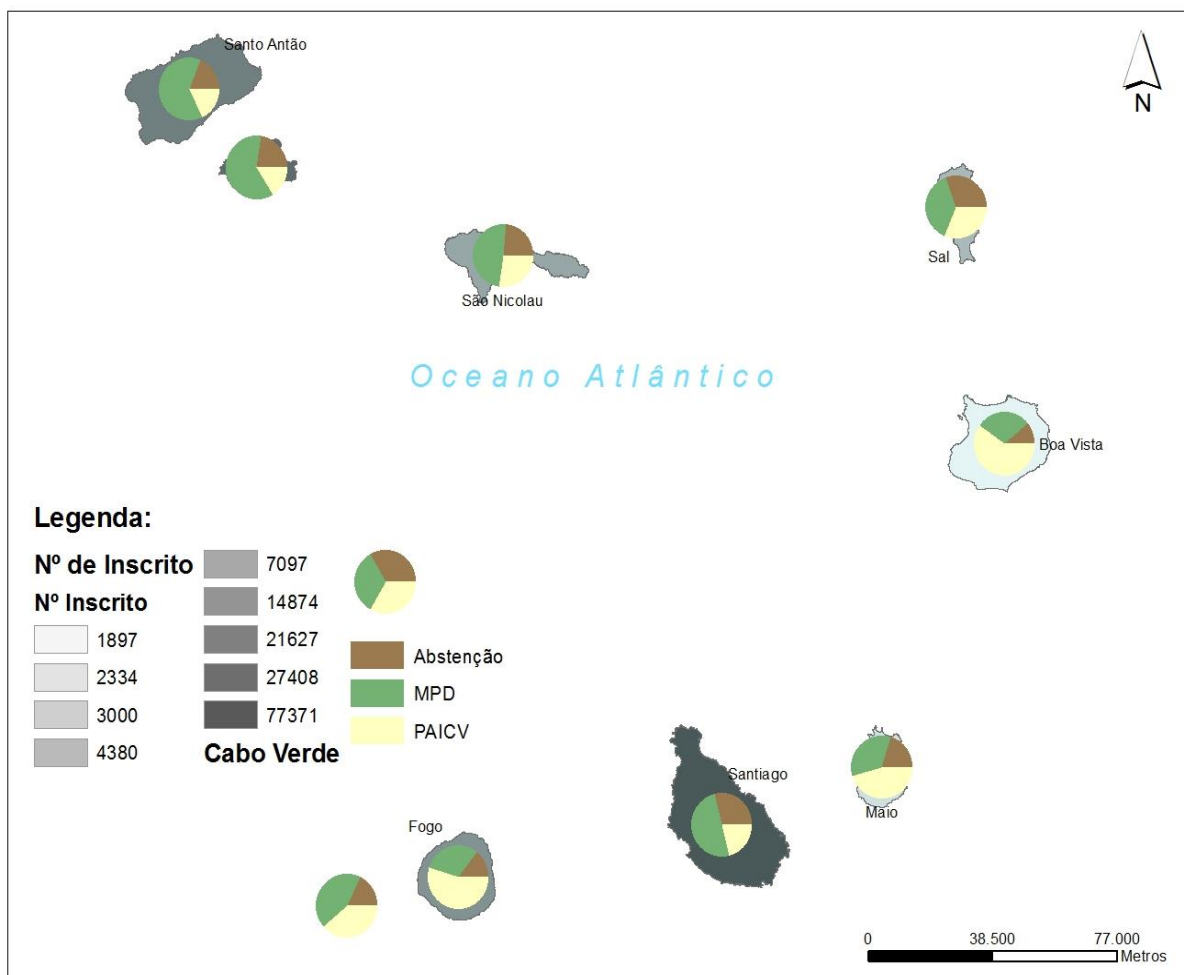
“desencanto”. Registrou-se um aumento considerável do número de abstenções (45,47% dos votos). O número de concorrentes aumentou para cinco partidos à Assembleia Nacional e regista pela primeira vez, a competição de uma coligação política, a Aliança Democrática para Mudança (ADM) constituída pelo PCD, UCID e PTS, o espaço político cabo-verdiano parece assumir uma configuração bipartidária. As eleições de 2001, revelam que a participação no ato eleitoral, registou um total de 125.564 votantes (75%) de 166.818 eleitores, desse modo, totalizando 41.254 abstencionistas (25%) (FIGURA 45).

O território nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional. A grande inovação foi a introdução dos círculos eleitorais no estrangeiro: África, América, Europa e resto do mundo, ligada ao fato de historicamente se constituir grandes comunidades cabo-verdianas emigrada nestes espaços. O grande vencedor foi o partido da oposição, o MpD. Nesse contexto, em 1991 o PAICV perdeu à favor do MpD, na maioria dos círculos eleitorais, com exceção de Boavista (66%), Maio (54%) e Fogo (62%).

A configuração espacial do voto do partido da oposição, o MpD apresenta maior concentração nos círculos de Santo Antão (72%), São Vicente (75%) e Santiago (66%). Com 62,5% de votos obtidos, o MpD assegurou 56 das 79 cadeiras no parlamento, enquanto o PAICV, garantiu 31,6% dos votos, elegeu 23 deputados. Com uma maioria qualificada de dois terços, o MpD tinha reunido todas as condições para mudar o regime e consagrar uma nova constituição. As maiores taxas de abstenção principalmente nas ilhas de São Nicolau (21%), São Vicente (22%), Sal (30%), Santiago (28%). O MpD dominou quase por completo o espaço político eleitoral cabo-verdiano. Desse modo, não se registaram grandes mudanças nas configurações espaciais do voto. As configurações espaciais do voto dos Partidos, em Cabo Verde, em 1995 revelam a consolidação da hegemonia do partido da oposição, o MpD, com exceção dos círculos eleitorais do Fogo (principal reduto eleitoral do PAICV), no Sotavento e Boa Vista, Barlavento (FIGURA 45).

O MpD aumentou 19% no total de voto obtido, apesar de o PAICV também ter registado um aumento do número total de votos (15%). Em 1995 as configurações espaciais do voto, revela que a participação no ato eleitoral, registou um total de 159.768 votantes (77%) de 207146 eleitores, desse modo, totalizando 47.378 abstencionistas (23%).

Figura 45 – Configuração territorial do voto em Cabo Verde, 1991.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991. Processamento de CARVALHO, 2015.

Observa-se um aumento da participação de 27%, aumento de eleitores de 24% e redução da taxa de abstenção de 8%. As taxas mais elevadas de abstenção se verificaram nos círculos eleitorais na região Norte: São Vicente (22%), região Oriental: Sal (22%) e Sul do arquipélago: Santiago (21%). As configurações espaciais do voto dos Partidos revelam a consolidação da hegemonia do MpD. Segundo Barros (1992, p. 2) na tomada de posse do novo Governo da República (FIGURA 46) o Primeiro-ministro, Carlos Veiga, defendeu que “a remodelação governamental constitui um esforço de racionalização e de um melhor desempenho do Governo”. No que se refere à institucionalização de um poder local forte e atuante, a descentralização de funções, serviços e recursos para os municípios será a palavra de ordem, num processo negociado, preparado e executado em conjunto com os órgãos municipais eleitos num quadro de transparência, legalidade e interesse público (FIGURA 46).

Figura 46 – Posse dos novos membros do Governo em 1992.

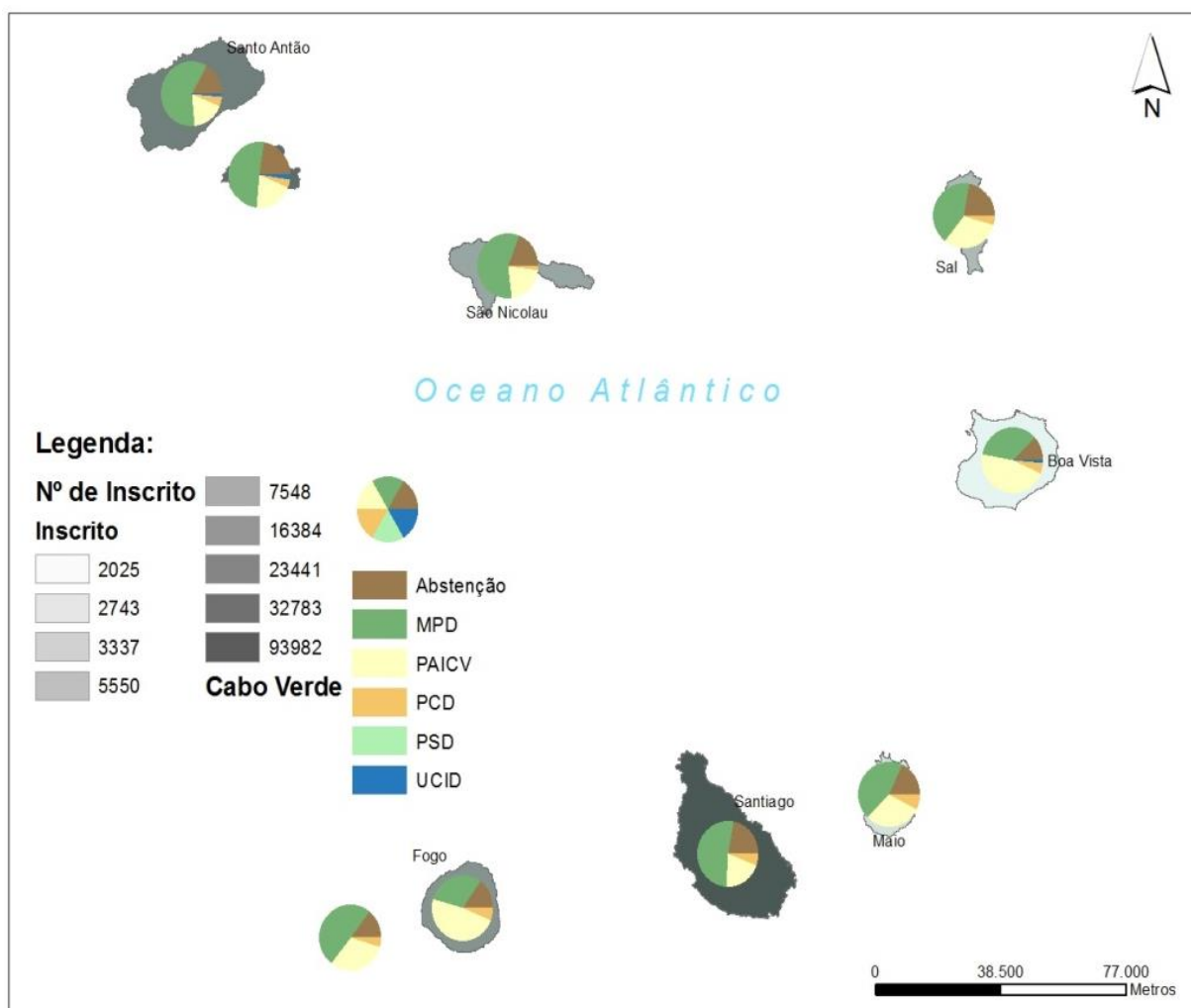


Fonte: VOZDIPOVO, 1992, p. 2.

A prioridade será dada a instrumentos de administração descentralizada, tanto nos setores econômicos, como sociais, sempre que o objetivo de maior eficiência e eficácia aconselham. Serão criados institutos em áreas como juventude e a promoção da mulher, a energia, a promoção empresarial e o desenvolvimento rural, procedendo-se à racionalização, reordenação e reforço dos atuais.

No que se refere a consolidação da democracia cabo-verdiana segundo o autor, o Primeiro-ministro defende que o Parlamento deve “assumir com maior consistência e efetividade as suas funções legislativas e de fiscalização da atividade governamental”. Nas eleições de 1995 a participação no ato eleitoral, registou um total de 159.768 votantes (77%) de 207.146 eleitores, desse modo, totalizando 47.378 abstencionistas (23%). Apesar das eleições legislativas, em 1995, terem sido disputadas por cinco partidos (PAICV, MpD, UCID, PCD e PSD) os resultados obtidos aproximam do pleito de 1991. O MpD (61,2%) dos votos conseguiu eleger 50 dos 72 deputados para a Assembleia Nacional. Na opinião de Évora (p. 97), de fato, no seu primeiro mandato, o MpD realizou um leque de investimentos que, de certa forma, acabaram por melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos. Regiões até então sem energia elétrica, sem saneamento, sem escolas, sem estradas e sem telecomunicações foram contempladas por esses serviços básicos. Tais medidas agradaram muito o eleitor cabo-verdiano que por isso elegeu o mesmo partido para governar Cabo Verde por mais cinco anos (FIGURA 47).

Figura 47 - Configuração territorial do voto em Cabo Verde, 1995.



Fonte: BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995. Processamento de CARVALHO, 2015.

As configurações espaciais do voto dos Partidos, mostrou claramente o sentido do voto, logo, o PAICV perdeu na maioria dos círculos eleitorais, com exceção de Boavista (51%) e Fogo (55%), porém no círculo eleitoral da ilha do Maio, anteriormente sobre a hegemonia do PAICV em 1991, transfere-se para o domínio do MpD que consolidou a sua hegemonia no espaço político cabo-verdiano naquele período. O MpD apresenta maior concentração de votos nos círculos de Santo Antão (67%), São Vicente (62%), São Nicolau (67%) e Santiago (62%). Na ilha do Fogo o MpD reduziu a diferença de voto para o PAICV. A configuração do voto do PCD revela que esse partido obteve um total de 10.088 votos, com uma média percentual de 6% por círculo, com destaque para as ilhas de Maio (9%), Santiago (7%) e Fogo (7%), desse modo elegeu um deputado na ilha de Santiago, cidade da Praia. A UCID registou apenas 2.345 votos, nos círculos eleitorais de Santo Antão, São

Vicente, Boa Vista e Santiago (1,6% de voto por círculo). O PSD totalizou 1.046 votos, tendo concorrido apenas nos círculos eleitorais de São Vicente, Santiago e Fogo, com uma média percentual de 0,4% de voto por círculo, números, pouco relevantes para ameaçar a hegemonia dos grandes Partidos (MpD e PAICV). No que se refere à abstenção, apesar de se registar alguns descontentamentos e fissuras dentro do MpD (facção PCD), a ocorrência as urnas foi ligeiramente maior que na eleição anterior (de 76 para 77%), por outro lado o valor da abstenção quase que manteve-se (de 24 para 23%).

4.2 O voto dos Partidos na ilha de Santiago

Analisado a votação dos partidos nos círculos eleitorais da ilha de Santiago em 2011, observa-se que os círculos eleitorais da ilha de Santiago (Santiago Norte, com 14 deputados nacionais e Santiago Sul, 19 deputados) definem claramente o sentido do resultado das eleições legislativas (52% do eleitorado). Dentro do conjunto dos círculos eleitorais da ilha de Santiago em 2011, observa-se na Praia a concentração de 68% do eleitorado, concentra as funções da capitalidade, seguido de longe pelo círculo eleitoral de Santa Catarina com 13%.

A caracterização geoestatística do voto nos territórios eleitorais na ilha de Santiago no período compreendido entre 1991-2011 revela que os partidos políticos têm revelado comportamentos distintos ao longo da competição eleitoral pela disputa de votos nos territórios eleitorais da ilha de Santiago. O PAICV e o MpD têm as suas maiores médias de voto na cidade da Praia (27124 e 24085), onde o PAICV tem uma maior média, mas o CV do PAICV ($CV=0,96$) é superior ao MpD o que demonstra que os votos do PAICV alcançaram uma variação de voto superior ao registado pelo MpD ($CV=0,96$).

No círculo eleitoral de São Domingos, o MpD regista uma média de 3.110 de votos, muito superior do PAICV (1.545). O Coeficiente de Variação (CV) do MpD é baixo ($CV=0,19$) o que indica que registou-se pouca variação do voto em relação a média o que explica o fato do MpD sempre ter vencido nesse círculo, o PAICV apresenta uma variação superior ($CV=0,31$) (TABELA 8). O círculo eleitoral de Santa Cruz apresenta uma média de 4.412 voto ($CV=0,5$), todavia o MpD apresenta menor variação ($CV=0,26$).

Tabela 8 – Coeficiente Variação territorial do voto em Santiago.

Círculo Eleitoral	PAICV				MpD			
	Média	Desvio-padrão	Var	CV	Média	Desvio-padrão	Var	CV
Praia	27124	2612,2	6824,0	0,96	24085	17353,8	30115,0	0,72
São Domingos	1545	48,6	234,3	0,31	3110	585,5534	34,8	0,19
Santa Cruz	4412	2213,3	4898,8	0,50	5298	1376,9	189,4	0,26
Santa Catarina	6698	466,6	21767,2	0,70	8123	2567,904	6594,6	0,32
Tarrafal	1969	40,6	166,8	0,21	4082	1612,119	259,6	0,39
São Miguel	2034	70,2	490,0	0,34	2836	428,7076	183,2	0,15

Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991; BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995; BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001; BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006; BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

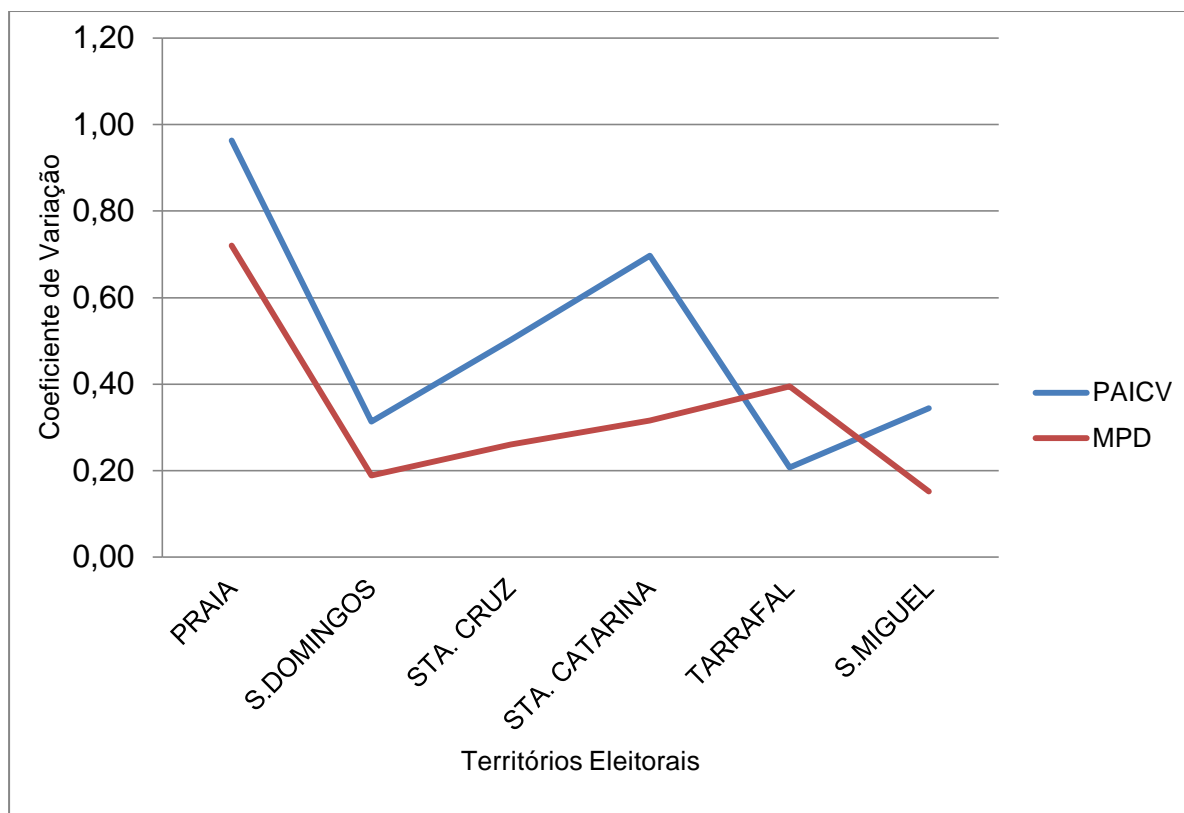
No círculo eleitoral de Santa Catarina, o MpD regista uma média superior (8.123) ao PAICV (6.698) e com uma variação coeficiente de (CV=0,32) muito inferior a do PAICV (CV=0,70) ou seja, o voto do PAICV variou muito no período em estudo nessa região central da ilha de Santiago.

Tarrafal, círculo eleitoral sempre sobre domínio do MpD, desde 1991, o MpD, regista uma média de 4.082 votos (CV=0,39), enquanto o PAICV apresenta uma média baixa, 1.969 votos e menor variação (CV=0,21), o que indica que o PAICV não tem alterado significativamente o seu desempenho eleitoral neste território no extremo norte da ilha. São Miguel, também, círculo eleitoral sobre domínio do MpD, desde 1996, regista uma média de 2.836 votos (CV=0,15) o que demonstra que não houve alterações significativas do padrão de voto do MpD nesse círculo do interior da ilha de Santiago.

O PAICV apresenta uma média de 2.034 votos e uma maior variação (CV=0,34). Os CV da ilha de Santiago mostram que na cidade da Praia regista a maior variação do voto nos círculos eleitorais da ilha.

O MpD como o PAICV registam o maior CV no círculo eleitoral da Praia, com destaque para o PAICV (CV=0,96). Por outro lado, o valor CV do voto dos Partidos nos círculos eleitorais da ilha de Santiago, no caso do PAICV, observa-se que o valor mais baixo foi registado no círculo eleitoral de Tarrafal, no extremo norte da ilha de Santiago (CV=0,21), enquanto, o MpD regista os valores mais baixos nos círculos eleitorais de S. Miguel (CV=0,15), flanco oriental e S. Domingos (CV=0,19), região meridional (GRÁFICO 18).

Gráfico 18 – Territórios eleitorais e do voto dos Partidos em Santiago.

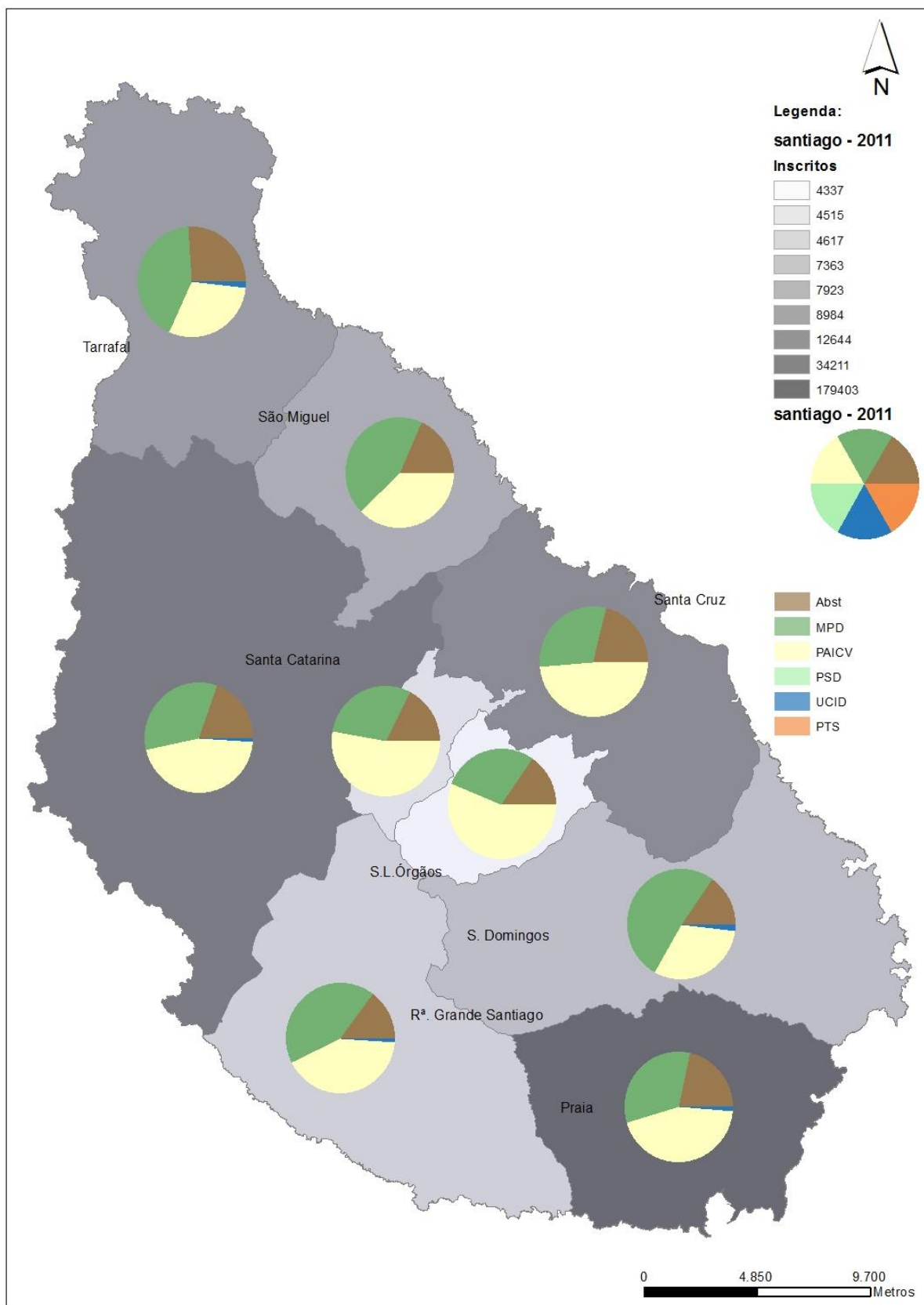


Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Concernente aos grandes Partidos, o mapa da distribuição percentual do voto do PAICV na ilha de Santiago (FIGURA 48) observa-se que os círculos de São Lourenço dos Órgãos (64,4%), São Salvador do Mundo (61,7%) e Santa Cruz (59,8%), são os territórios eleitorais onde o PAICV registou melhor desempenho. Na Praia, o PAICV alcançou 55,9% dos votos (68% do eleitorado da ilha de Santiago, que corresponde a 25,1% do voto nas eleições legislativa de 2011). Porém, nos círculos de São Domingos (42,5%), Tarrafal (39,8%) e São Miguel com 44,8% do voto, o PAICV alcançou os piores resultados em 2011.

A análise da configuração espacial do voto do MpD, em 2011, revela que na ilha de Santiago, o MpD recebeu votos principalmente nos círculos eleitorais da Praia (58.248), Santa Catarina (11.368) e Santa Cruz (3.742). No que se refere configuração espacial do voto do PAICV, aponta para a consolidação da hegemonia (51% em 2006 para 54% em 2011). Concernente ao grupo dos pequenos partidos a UCID destaca claramente dos outros Pequenos partidos, ao melhorar seu desempenho em todos os círculos eleitorais onde participou, principalmente em São Vicente, Sal e Santiago (FIGURA 48).

Figura 48 – Configuração territorial do voto dos partidos em Santiago, 2011.



Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUP. 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

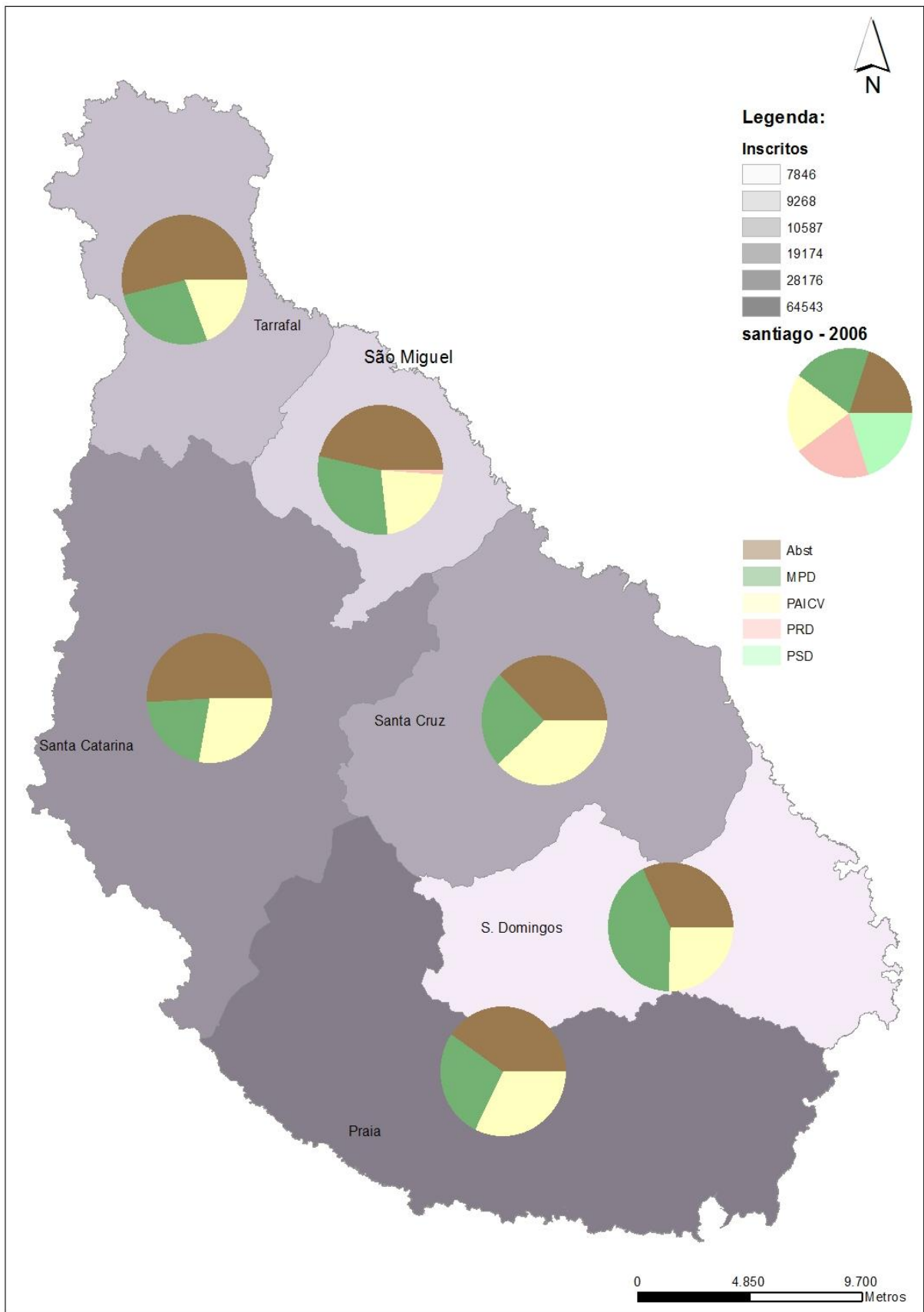
No que se refere a distribuição da abstenção, destaca-se Tarrafal (26%), seguido da Praia (22%) e Santa Cruz (21%). No grupo dos círculos intermédios, Santa Catarina (19%), São Miguel (18%) e São Salvador do Mundo (17%). No extremo oposto os círculos com menor abstenção: Órgãos (15%), Ribeira Grande de Santiago (15%) e São Domingos (14%). Por outro lado dos outros pequenos partidos não houve mudança de 2006 para 2011.

Nas eleições legislativas de 2006 (FIGURA 49) entre os partidos concorrentes ao pleito eleitoral, o PAICV regista a maior média percentual nacional, ao conseguir arrecadar um valor total de 47,95%, seguido pelo MpD com 42,02%. As configurações espaciais do voto dos partidos em 2001 (FIGURA 50) no espaço político revelam uma inversão na hegemonia e no domínio do espaço político pelo PAICV, dez anos depois, apeia o MpD do poder, depois deste partido concretizar duas maiorias qualificadas, promulgar nova constituição e ter mudado a bandeira, as armas da República, implementando uma política econômica neoliberal que causou graves desequilíbrios macroeconômicos nas contas públicas.

Évora (2004, p. 99) ao analisar a reforma econômica e o processo de privatização das estatais defende que os processos de transição política, ocorridos nos finais da década de oitenta e inícios dos anos noventa, foram seguidos também por um processo de transição econômica. O objetivo era substituir os modelos de desenvolvimento baseados na centralização e em monopólios estatais para modelos baseados no livre mercado, com ênfase no setor privado. Em Cabo Verde, a política econômica foi baseada na corrida para a privatização das estatais (47 empresas) a partir de 1991. Conforme Ferreira (s/d) as denúncias de corrupção envolvem, essencialmente, a privatização de uma empresa de distribuição de combustíveis fósseis, a Enacol (Empresa nacional de combustíveis), a qual levou, alegadamente, ao desvio de aproximadamente dois milhões de dólares. O PAICV partido de oposição na altura critica o governo pela falta de transparência no processo de privatização e pelas consequências gravosas (desemprego) principalmente nas camadas sociais mais pobres da população.

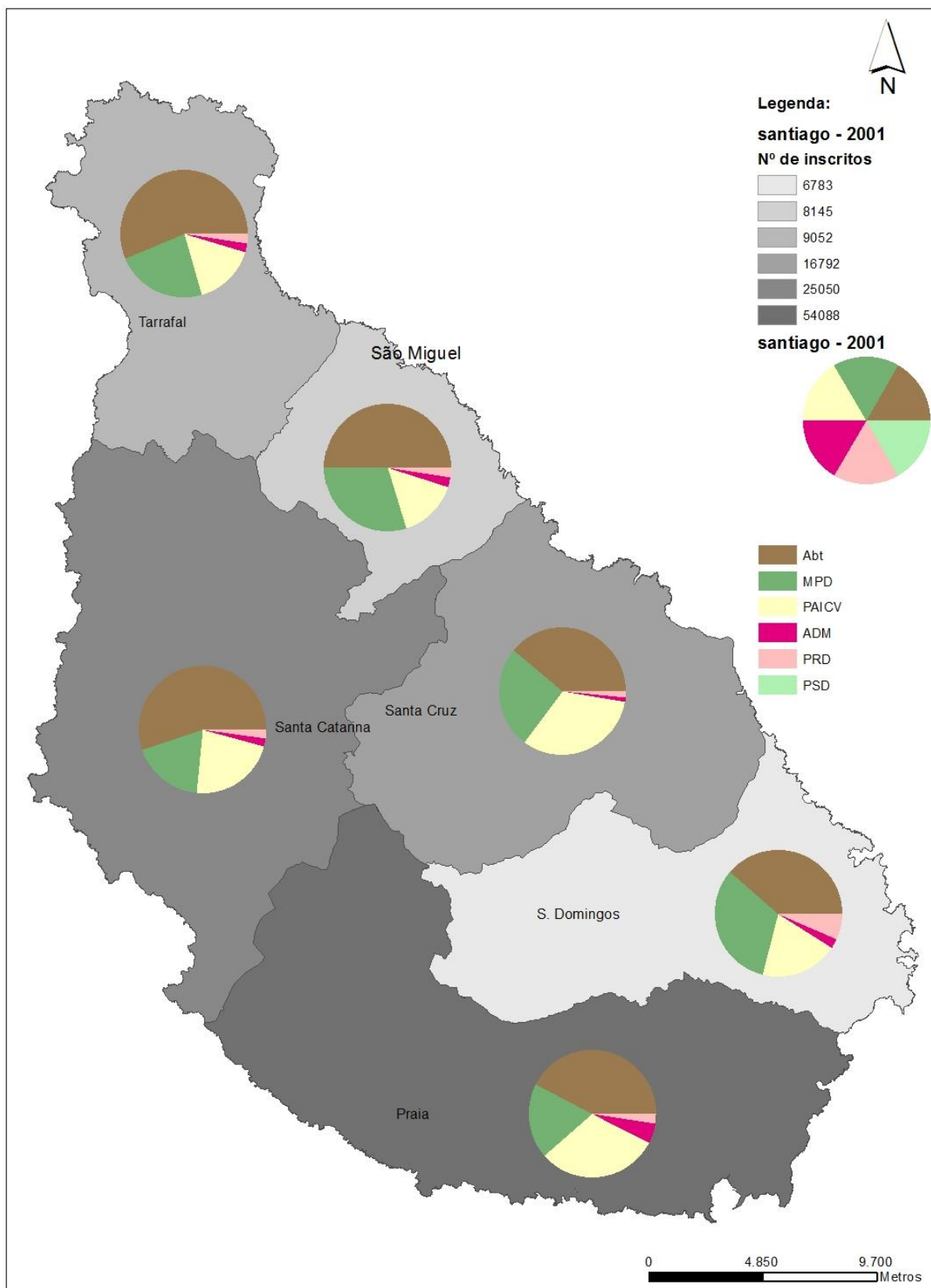
O PAICV defende que os acordos rubricados pelo governo com o BM, juntamente com o acordo de paridade da moeda cabo-verdiana atrelada ao escudo português determinado pelo FMI, impediram o governo de reajustar os salários e provocou a subida dos preços dos produtos da primeira necessidade (PAICV, 1998).

Figura 49 – Configuração territorial do voto dos partidos em Santiago, 2006.



Fonte: BO. I Série, Nº11, SUP. 14/03/2006. Processamento de CARVALHO, 2015.

Figura 50 – Configuração territorial do voto em Santiago, 2001.



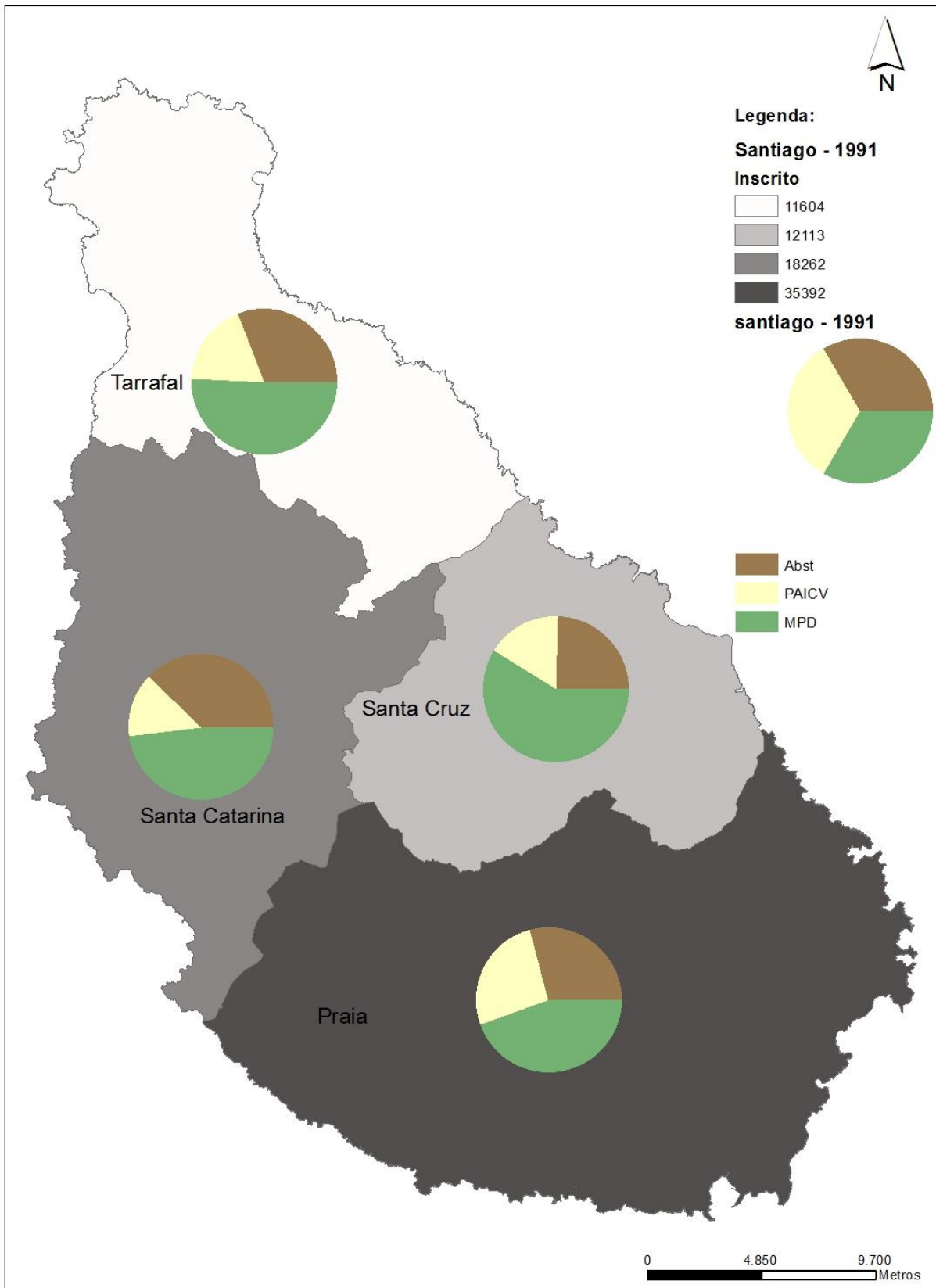
Fonte: BO. I Série, Nº 2, SUP. 22/01/2001. Processamento de CARVALHO, 2015.

Segundo o economista José Luis Neves, basicamente, e no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal e posteriormente a paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o euro. A política monetária dedica-se a salvaguardar as bases de sustentação do acordo e gerir o diferencial entre as taxas de juro do escudo e as taxas de juro do euro (A VOZ, 2015, p. 4).

Na opinião de Évora (2004, p. 111) o MpD, eleito em dois ciclos consecutivos para governar o país, através de grandes maiorias, fez poucos esforços para a institucionalização da democracia por não ter harmonizado as configurações formais com a prática habitual de valores e posturas democráticas.

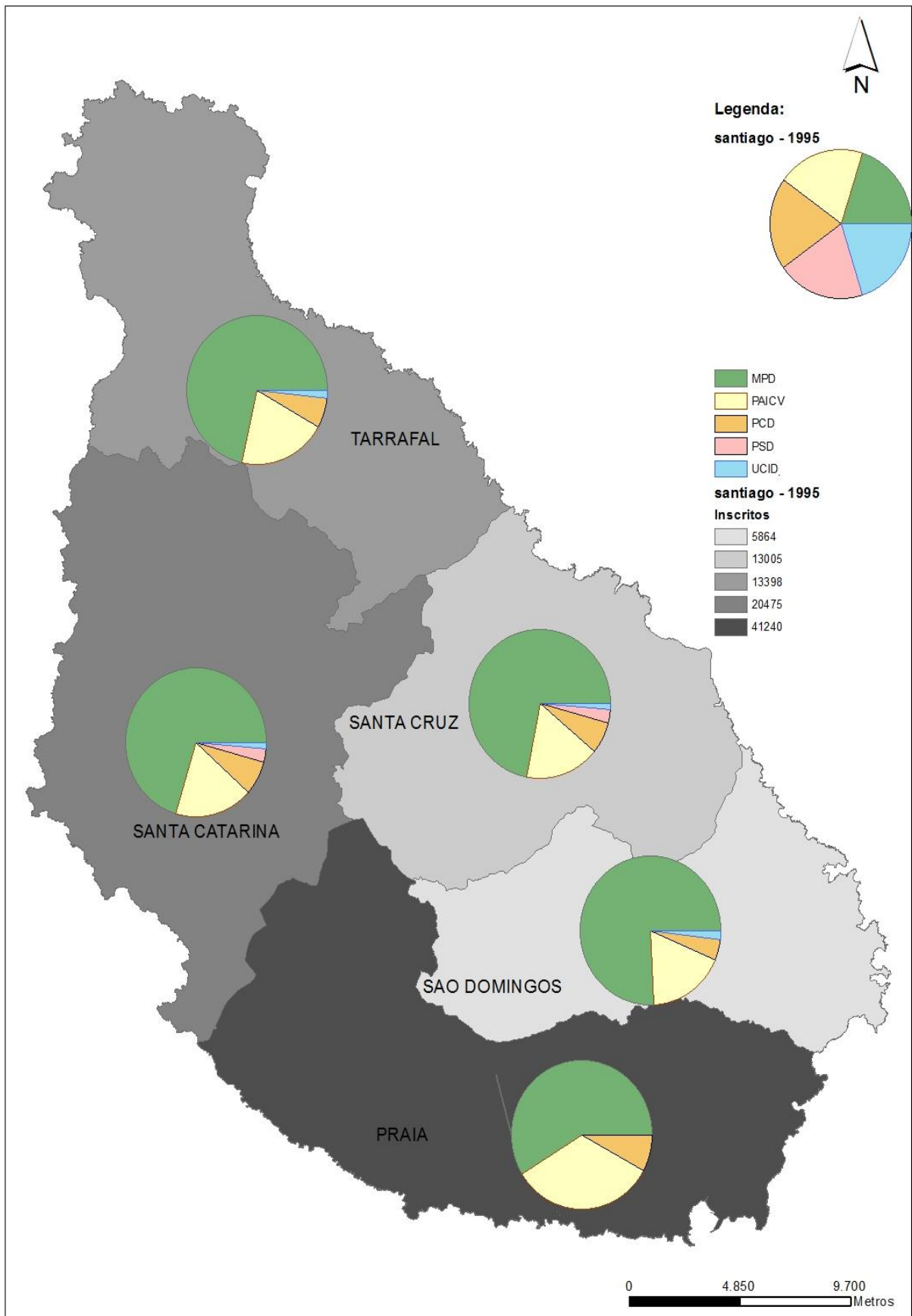
As configurações espaciais do voto dos partidos na década de noventa no espaço político da ilha de Santiago (FIGURA 51 e 52) revelam a hegemonia do MpD, apesar da forte contestação interna que originou o surgimento de várias facções no interior do MpD. O MpD foi também o grande vencedor das primeiras eleições autárquicas realizadas no mesmo ano, ao conquistar oito câmaras (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava), e em dois municípios, foram eleitas as listas independentes apoiadas pelo MpD (Maio e Sal), das catorze em disputas, as restantes, o PAICV conquistou apenas duas (Boa Vista e Fogo) e apoiou a lista independente no Paúl. A mudança nas configurações do espaço político, não se restringiu apenas no domínio Legislativo e no governo local. Registou-se também mudanças nas disputas presidenciais. Na opinião de Évora (2004, p. 93) percebe-se que, quer nas legislativas e autárquicas, quer nas presidenciais, a maioria esmagadora dos eleitores votou pela mudança, e por isso optaram pelos candidatos que faziam oposição ao PAICV. O PCD foi liderado por Eurico Monteiro, na altura, ministro de Justiça do então primeiro-ministro Carlos Veiga, também presidente do MpD. Conforme Ramos (1999) o PCD queria a mudança da liderança do país, porque segundo os seus dirigentes, MpD estava a desviar-se dos princípios do seu programa original, isto é, privilegiar os aspetos sociais em detrimento dos económicos. Durante a III Convenção em 1994, surgem duas listas disputando a liderança do MpD: Lista 1, “Compromisso com Cabo Verde”, liderado por Carlos Veiga, tinha como objetivo dar continuidade as políticas de reformas económicas (privatização das empresas estatais); Lista 2, “Mudar para Vencer”, liderada por Eurico Monteiro, propunha um programa voltado para as questões sociais.

Figura 51 – Configuração territorial do voto dos partidos, Santiago 1991.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, SUP. 25/01/1991. Processamento de CARVALHO, 2015.

Figura 52 - Configuração territorial do voto dos partidos, Santiago 1995.



Fonte: BO. I Série, Nº 52, SUP. 27/12/1995. Processamento de CARVALHO, 2015.

Duverger (1980, p. 211-212) defende que o desenvolvimento da obediência implica, por um lado, a homogeneidade do partido, a ausência de frações e de tendências. As instituições disciplinares e o sistema dos expurgos servem para preservar a ortodoxia do partido e a manter uma rigorosa unidade entre seus membros. O desenvolvimento das “frações” manifesta divergências de opiniões no seio da classe dirigente. Cada fração apresenta ela própria uma estrutura autoritária:

agrupa, ao lado de alguns chefes, partidários que se aglutinam em torno deles e que se submetem geralmente a uma disciplina semelhante à que existe no seio do próprio partido. O fracionamento não se produz ao nível das massas, porém ao nível dos quadros: traduz ele geralmente uma tentativa de quadros subalternos para fugir aos quadros superiores, ou de certos quadros superiores para obter a maioria nos organismos coletivos de direção. Pela sua natureza, essas frações não constituem oposições que provêm da base, mas oposições que se originam na cúpula. Essa prioridade da obediência acarreta naturalmente uma decadência ideológica. (DUVERGER, 1980, p. 211-212).

Segundo Évora (2004, p. 95) a primeira cisão no seio do MpD vai além da questão da disputa da mudança da liderança do partido. Esta cisão deve-se “às divergências relativas ao programa político e também à ausência de uma definição ideológica da parte deste partido”. Os países que foram governados por regimes de partidos se caracterizam, na transição, por não terem uma organização partidária, tampouco experiência democrática, e os grupos de oposição, geralmente, se juntam com o objetivo primeiro de derrotar o regime autoritário, sem se fazer uma definição clara de ideologia e propostas políticas. Ao assumir o poder a oposição começa a dividir-se por causa da disputa na distribuição de poder no espaço político caboverdiano. O resultado da primeira crise foi a transformação da Lista 2, “Mudar para Vencer”, em partido político, o PCD. Em 1999 nasce o PRD na sequência de uma nova crise interna, que resultou no afastamento de dois ministros e dois secretários de Estado⁶¹. Apesar de conseguir o segundo mandato em 1995, o movimento, rapidamente entra em crise, divisões internas, criam dois novos Partidos políticos, nomeadamente, o PCD e o PRD. No primeiro mandato do MpD, nos finais de 1993,

⁶¹ “Do Governo intercalar ao atual, oito dirigentes já deixaram o executivo. Gustavo Araújo, Ministério da Indústria, comércio e Turismo, do governo intercalar da II República, foi substituído três meses depois, segundo o quinzenário *Notícias*, Araújo pertencia a um grupo de empresários portugueses acusados da criação de empresas mais ou menos fictícias para onde eram destinadas verbas do Fundo Social Europeu. José Manuel Pinto Monteiro, Secretário de Estado da Emigração e Comunidades; Arnaldo Silva, Ex-Secretário de Estado Adjunto para a Comunicação Social e Assuntos Parlamentares; Luis Leite, Ministro da Saúde; Gualberto de Rosário, Ministro da Agricultura; Jorge Carlos Fonseca, Ministro dos Negócios Estrangeiros; Leão Lopes, Ministro da Cultura e Comunicação; António Maurício dos Santos, Secretário de Estados dos Transportes e depois Secretário de Estado da Marinha e Portos”. (A SEMANA, 1993, p. 3).

registam-se os sinais da primeira crise interna que esse partido veio a sofrer, com o surgimento de um novo partido, o PCD, facção do MpD, a qual, em 1995, concorre nas eleições legislativas, com resultados estimulantes, principalmente na ilha de Santiago, no círculo da Praia.

4.3 Territórios Eleitorais dos Partidos

Turovskii (1999, p. 371-374) ampara que um importante resultado das investigações em Geografia Eleitoral é a regionalização eleitoral do território. Um dos conceitos chaves da Geografia Eleitoral é a estrutura eleitoral, isto é, a divisão do território em regiões com o apoio fundamental dos diferentes partidos e movimentos políticos. Desse modo, existem territórios no qual um determinado partido têm um predomínio relativo muito pequeno, e há regiões nos quais se manifesta com clareza a influência de dois ou mais partidos, que não têm uma preponderância clara. A estrutura eleitoral simples se vê nos grupos de regiões onde predominam os partidos diferentes, e cada partido têm seu núcleo geográfico eleitoral, que é o território com o apoio mais alto e garantido. Os partidos enquanto atores políticos desenvolvem suas atividades dentro de uma conjuntura. Referindo-se à geografia eleitoral, Turovskii, testemunha de forma positiva sobre este campo da geografia política, ao afirmar que “se o poder político se expressa e se exerce ao longo do território, o campo de estudos associados à geografia eleitoral deve constituir a área de primeira relevância no campo da ciência política”, por outro lado aponta que cada partido, cada candidato tem seu “retrato geográfico – eleitoral”.

Portanto, há tipos de regiões, nos quais alguns têm um apoio estável, e há tipos de regiões nos quais alguns sempre perdem, e há territórios, que as vezes são favoráveis e outras desfavoráveis. Para Haesbaert (2010) nenhum conceito é independente, e qualquer invenção de “região”, mesmo que não tenha uma evidência empírica no espaço vivido e que esteja ligada mais diretamente a problemas de ordem especulativa, não é simples reprodução/disseminação enquanto instrumento (necessário) para a compreensão do mundo, e também “criação” de realidades e instrumento de poder, pois os conceitos também carregam sempre, a forma de produzir “outras verdades”. O Estado, conjugado ou não com instituições da sociedade civil, continua sendo um dos principais criadores de recortes regionais.

A região é um espaço-momento articulado, em processo intenso (“desterritorialização”), se enfatizamos as relações de poder, envolvendo múltiplas dimensões e escalas, possui ênfases dimensionais e escalares distintas conforme os sujeitos sociais e o contexto histórico, social e político em que se dê essa articulação, dependendo dos vínculos estabelecidos entre os principais grupos/sujeitos envolvidos. A região pode ser vista como um “espaço-momento” cuja diferenciação resulta muito mais de efetiva articulação espacial em rede, complexa, amplamente aberta a transformação, cuja dominância em termos de densidade, disposição e dimensão espacial (econômica, política, cultural ou natural) dependerá dos grupos sociais e dos contextos geo-históricos. (HAESBAERT 2010, p. 196).

Santos (2006) ao examinar a universalidade atual do fenômeno de região defende que na mesma perspectiva pós-moderna que fala de “fim do território” e de “não-lugar”, abarcou, juntamente, a negação da “ideia de região”, quando, precisamente, nenhum subespaço do globo pode escapar ao processo de globalização e fragmentação, ou seja, particularização e regionalização.

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. A solidariedade ocorria em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste século, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse. O tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. O que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, a que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. (SANTOS, 2006, p. 165-166).

Becker (2009, p. 153) defende que o território é um dos conceitos-chave da geografia política justamente pela relação atávica com a figura do Estado. Segundo Santos (2003) o território não é apenas o produto da superposição de um combinado de sistemas naturais e um agrupado de entes concebidas pelo homem.

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro. A idéia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda. (SANTOS, 2003, P. 96-97).

Para Zanfolin (2006, p. 12) os Partidos políticos também disputam pelo uso de forças que se estabelecem no território, pesando seus diferentes tamanhos e forças (política, financeira e informacional). Assegura que não podemos nos contentar apenas em analisar os resultados eleitorais, é preciso examinar igualmente as estruturas sociais correspondente,

porque os sistemas políticos eleitorais enquanto estrutura de poder proporcionam determinadas possibilidades de uso do território. Isso ocorre,

porque, o território é constituído pelos agentes sociais com interesses diversos com projetos de sociedades antagónicas, as diferentes intencionalidades implicam em construções de modelos de mundo distintos e distintas formações socioespaciais. (ZANFOLIN, 2006, p. 12).

Santos (2006) ao discutir o problema da Divisão do trabalho e repartição dos recursos defende que fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais reais que aparentem, são abstrações. Ao discutir a categoria de formação socioespacial, Santos (1978) defende que a forma é o aspeto visível, exterior de um conjunto de objetos: as formas espaciais; função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente, onde, formas e funções são concebidas e estabelecidas. As formas e as funções variam no tempo e assumem os atributos de cada conjunto social.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978, p. 122).

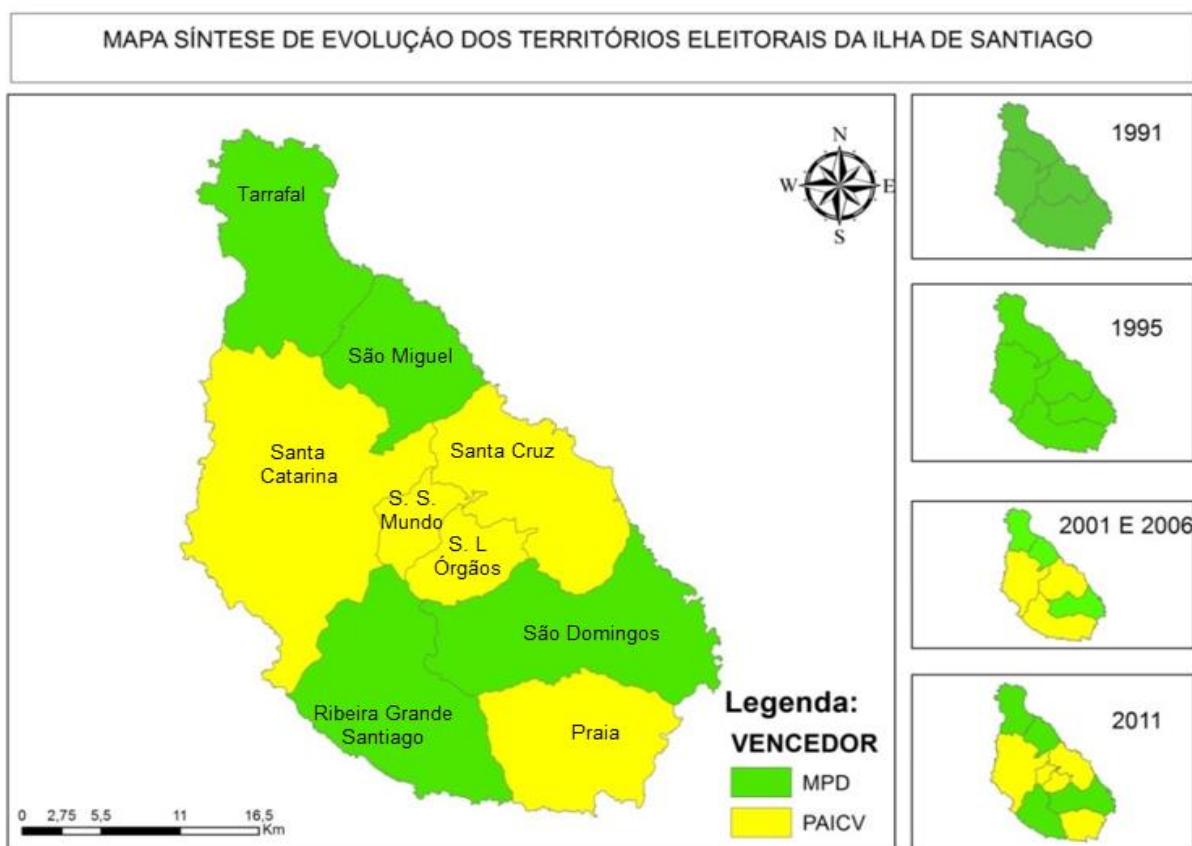
O estudo da diferenciação geográfica de votos é importante elemento não somente para conhecer a diferenciação sócio espacial mas também para o entendimento das correlações de poder nas diversas partes dos territórios do país. Segundo Moreira (2013) é fácil perceber-se através de elementos de arranjo espacial (objetos espaciais), a fusão do espaço com as relações que compõem a estrutura da formação económico-social, como a fábrica (relação económica), o tribunal (relação jurídico-política) e a Igreja (relação ideológica).

Fica evidente, portanto, que tais elementos do arranjo espacial não se encontram soltos no espaço, pois se inserem numa lógica de arranjo espacial que reproduz a própria lógica do modo de produção a que pertencem. Qualquer objeto espacial, a exemplo da fábrica, só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social de que faz parte". (MOREIRA, 2013, p.62).

Gaspar e Vitorino (1976, p. 79) aludindo ao comportamento global dos partidos políticos, sustentam que na geografia eleitoral pode afirmar-se que existem “determinantes geográficos” quando se formam “manchas contínuas” de domínio de um ou de outro partido, pois isso significa que os mecanismos geográficos correm paralelamente com o comportamento político. Terron (2009, p. 113-153) considera que “os territórios eleitorais parecem funcionar como um anteparo geográfico que detém o avanço do adversário na eleição seguinte relacionada a um efeito de

contexto geográfico”. De acordo com o autor, os territórios eleitorais mostram comportamentos distintos no que se refere a extensão territorial. Os territórios diferem em localização geográfica, dimensão do eleitorado, percentual dos votos que contribuem para a representação dos partidos políticos, dentre outras características. Assim, é possível classificar o comportamento espacial de votação dos partidos políticos através do desempenho na competição eleitoral. A noção de limite como elemento basilar para a construção de territórios (FIGURA 53 e 54).

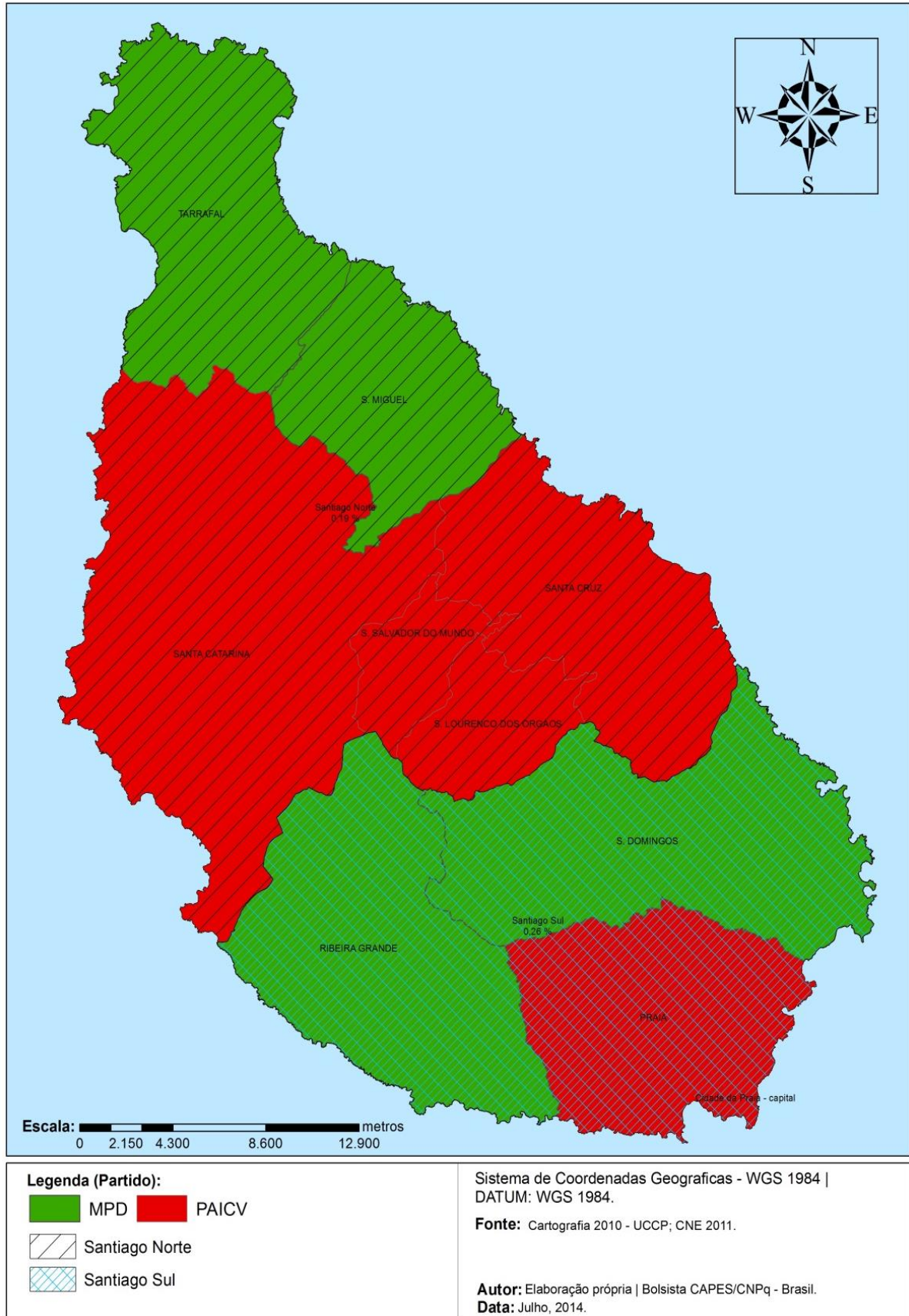
Figura 53 – O desenvolvimento dos Territórios eleitorais em Santiago.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Assim, caraterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implica a noção de limite, isto é, é preciso delimitar, isolar ou subtrair momentaneamente ou ainda, manifestar o poder numa área precisa. Relativo à ilha de Santiago e no período observa-se que na década de noventa, todos os territórios eleitorais na ilha, Praia, São Domingos, St^a Catarina, St^a Cruz e Tarrafal encontravam-se sobre o domínio do partido da oposição, o MpD. Na legislatura de 2011. O MpD venceu na Ribeira Grande de Santiago, e São Domingos, forte reduto eleitoral do MpD.

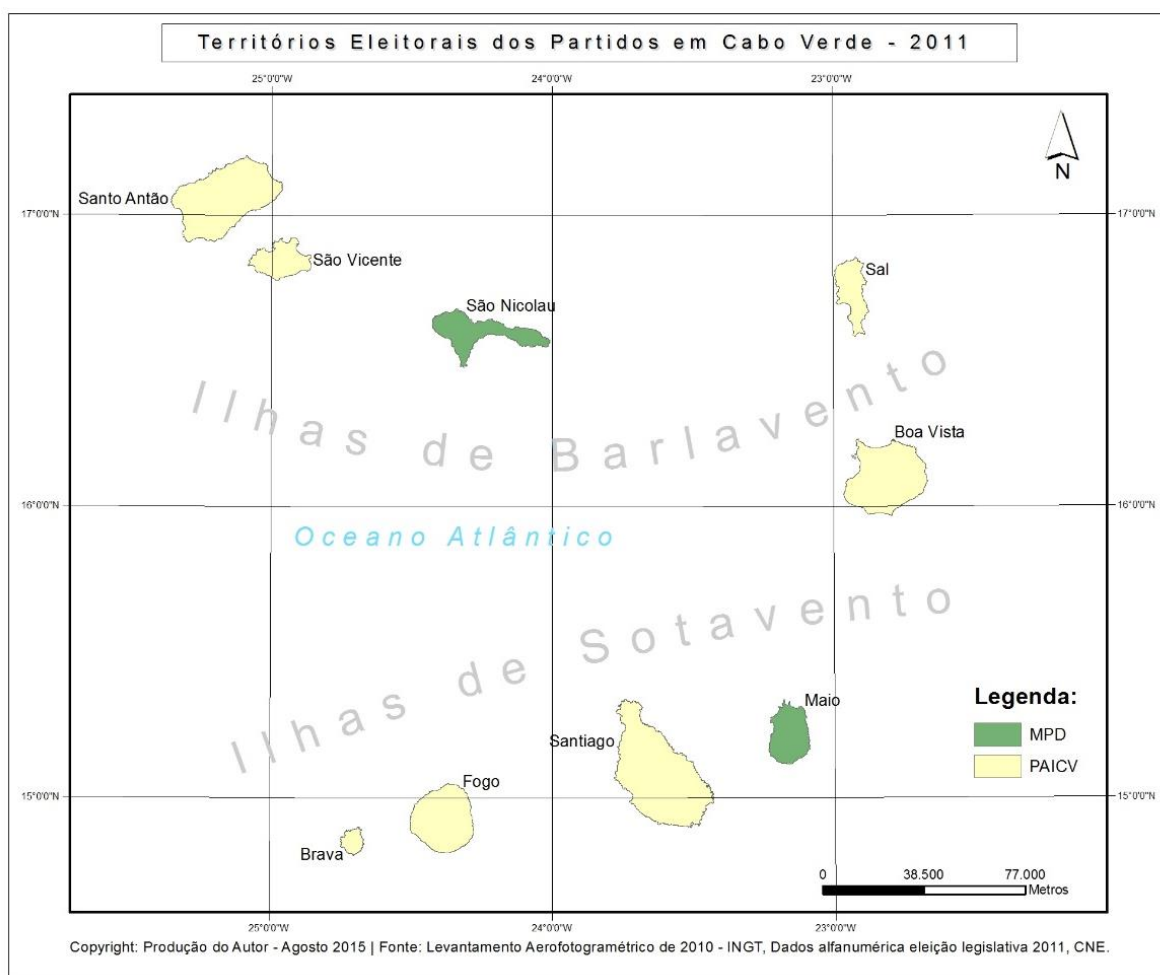
Figura 54 – Territórios eleitorais em Santiago, 2011.



Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUPLEMENTO, 19/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

O PAICV venceu no interior da ilha possibilitando assim uma continuidade territorial leste/oeste, através da integração dos territórios eleitorais de Santa Catarina, no flanco Ocidental prolongando-se para o planalto central; Picos e Órgãos na região central e Santa Cruz, no flanco Oriental. Em 2011 no desenvolvimento dos territórios eleitorais em Cabo Verde observa-se claramente a hegemonia do PAICV (FIGURA 55).

Figura 55 - Territórios Eleitorais dos Partidos, Cabo Verde 2011.



Fonte: BO. I Série, Nº 7, SUPLEMENTO, 19/2/2011.

O PAICV conquistou sete dos nove círculos eleitorais do território nacional, com exceção de São Nicolau, no Barlavento e Maio, no Sotavento, redutos eleitorais do partido da oposição, o MpD, onde tem dominado o espaço político, graças ao controle da Câmara Municipal, representante do poder local.

O MpD dominava na década de noventa, todos os territórios eleitorais em Cabo Verde, do Barlavento ao Sotavento. Depois da grande hegemonia do MpD na

década de 90, em 2001, o PAICV, depois de dez anos na oposição, apeia o MpD do poder, ao conquistar mais votos nos territórios da Praia, Santa Cruz e Santa Catarina, enquanto o MpD, manteve os territórios de São Domingos, São Miguel e Tarrafal, bastiões eleitorais do MpD na ilha de Santiago. Nas disputas eleitorais de 2006 o PAICV repete a vitória, mas o MpD consegue segurar os territórios eleitorais de São Domingos, São Miguel e Tarrafal sobre a sua hegemonia, apesar do crescimento dos votos do PAICV. Na legislatura de 2011, Santiago passa a totalizar nove territórios eleitorais, considerando, que foram criados três novos círculos na ilha de Santiago, nomeadamente, Ribeira Grande Santiago, desagregado da Praia; S. Lourenço dos Órgãos, desagregado de Santa Cruz; e São Salvador do Mundo, desagregado de Santa Catarina, no planalto central. Nessas eleições, o PAICV consolida a sua hegemonia nas configurações dos territórios eleitorais obtendo mais votos nos círculos da parte central da ilha: Santa Catarina, S. Salvador do Mundo e S. Lourenço dos Órgãos; na região meridional, manteve Praia e no flanco oriental, Santa Cruz, celeiro da ilha. O MpD apesar de ter vencido no território da Ribeira Grande Santiago, São Domingos na região austral, São Miguel e Tarrafal na região setentrional, perdeu a forte hegemonia, marca do Partido na década de 1990.

O comportamento dos partidos revela que o PAICV obteve uma diferença de 2% no percentual do voto enquanto o MpD manteve o seu percentual de voto. Santa Catarina perdeu 27 Km² (10% da área) registando um aumento do número de inscritos na ordem de 21%, apesar da retração da superfície do seu território.

Pode-se afirmar que os resultados das eleições legislativas de 2011, na República de Cabo Verde e na ilha Santiago, revelam que nas configurações espaciais do voto dos Partidos Políticos, assumem uma nítida dimensão geográfica. Observa-se que o PAICV domina sobre extensas manchas contínuas na ilha de Santiago, nomeadamente, na região meridional, na Praia, Cidade, Capital da República; na região central, os territórios de S. Lourenço dos Órgãos e S. Salvador do Mundo. Por outro lado, no conjunto do território nacional, o PAICV domina em todas as ilhas, com exceção de Maio e São Nicolau. Além disso, a análise da diferença entre pares de eleição e superfície dos territórios eleitorais revela que no período de 1995-1991, Praia foi o único território que registou mudança na sua superfície, uma perda de 38%, todavia aumentou o número de inscritos e de votos em todos os territórios eleitorais da ilha de Santiago.

Concernente ao comportamento dos partidos verificou-se que o PAICV no referido período obteve um saldo de voto positivo apenas na cidade da Praia, por outro lado o MpD alcançou um saldo de voto positivo em todos os territórios eleitorais da ilha de Santiago. A dinâmica dos territórios eleitorais na ilha de Santiago revela que dos quatro territórios eleitorais existentes em 1991, a superfície da Praia que era maior, em 2011, regista uma área de 103 Km², com o total da perda de 285 Km² (73%), com uma população de 82802 habitantes, em 1991, passa para uma população 131.819.

Para o período compreendido entre 2006 - 2011 registou-se mudanças a fragmentação de 3 territórios, nomeadamente, Praia, Santa Cruz e Santa Catarina. Praia perdeu 137 Km² (43% da superfície) a favor da criação do território de Ribeira Grande Santiago, todavia, aumentou o número de inscrito em 178%. Concernente ao comportamento dos partidos, o PAICV obteve uma diferença de 4% no percentual de votos, por outro lado o MPD teve uma diferença de -3%. Santa Cruz perdeu 38 Km² (26% da área) a favor da criação do território de São Lourenço dos Órgãos, tendo registado uma diminuição do número de inscritos.

O PAICV obteve uma diferença de 2% no percentual do voto enquanto o MpD manteve o seu percentual de voto. Santa Catarina perdeu 27 Km² (10% da área) registando um aumento do número de inscritos na ordem de 21%, apesar da retração da superfície do seu território. O PAICV obteve uma diferença de 2% no seu percentual de voto, enquanto o MpD manteve o seu percentual do voto.

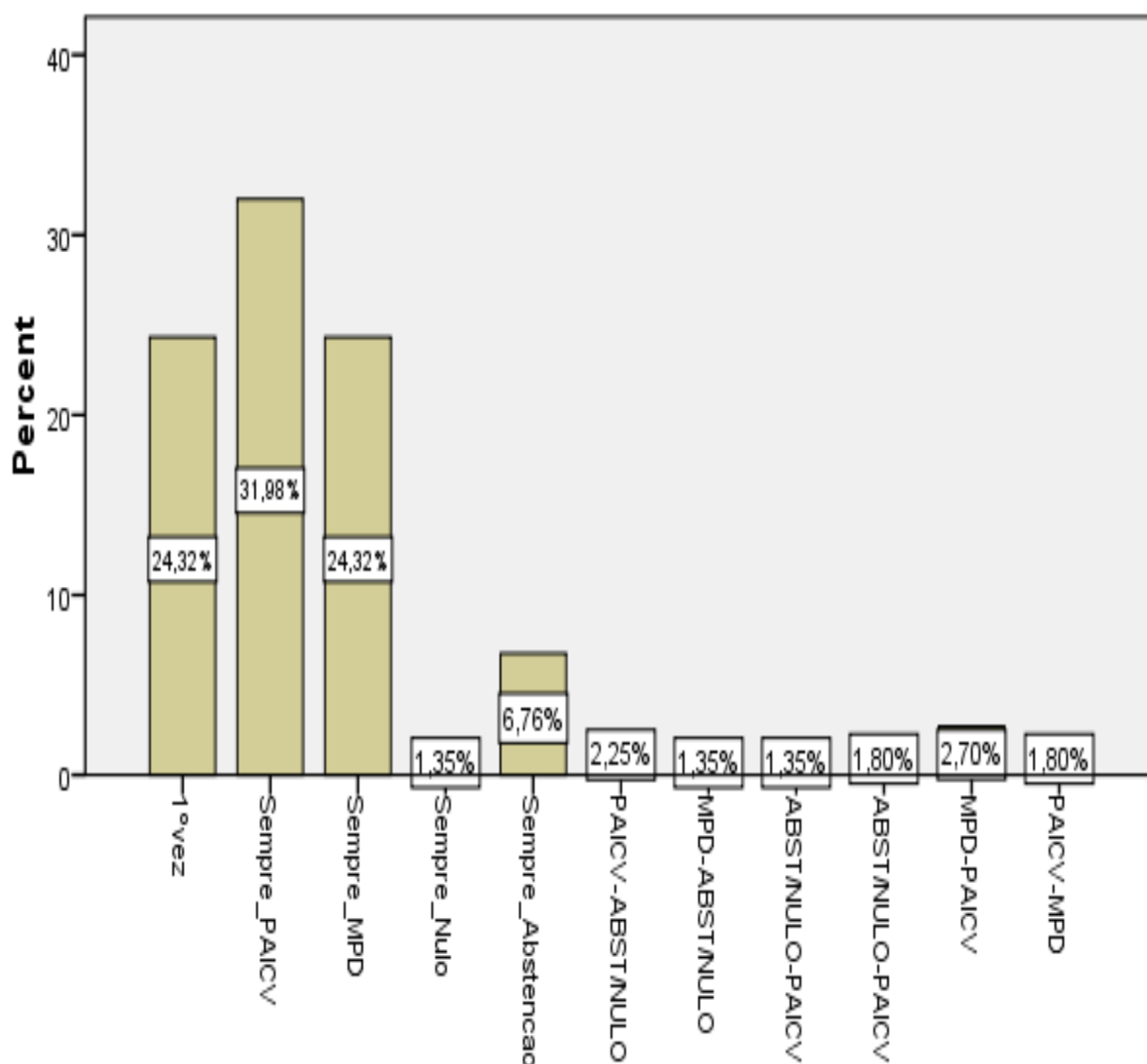
Pode-se perceber que os territórios eleitorais são construídos e desconstruídos continuamente pela ação de indivíduos ou grupos que exercem algum tipo de domínio ou poder em determinada área. O conceito “base eleitoral” é frequentemente usado como menção a grupos de eleitores que apoiam, regularmente, determinado partido ou candidato, e que são identificados pelo local onde vivem, por atributos socioeconômicas análogos, ou por ambos.

Observando as configurações territoriais do voto dos partidos políticos na ilha de Santiago em 2011, considerando os ciclos eleitorais das eleições legislativas e a opiniões dos eleitores, os dados trabalhados permitem afirmar que entre os eleitores que participaram na legislativa de 2011, a maioria são eleitores que “sempre votam no PAICV” (31,98%), seguido pelos que “sempre votam no MpD”

(24,32%) e os que “votam pela primeira vez” (24,32%). Ainda é de realçar que 6,76% nunca participaram nas legislativas.

Referente a mudanças nas eleições de 2006 para 2011, o PAICV perdeu votos para o partido da oposição, o MpD (1,8%), mas ganhou do mesmo 2,70% e perdeu para Abstenção 2,25%. Dentre os que tinham a oportunidade de votar pela primeira vez nas legislativas em 2011, 71,2%, participaram e 28,8% abstiveram. Os principais fatores citados pelos jovens eleitores, a não votar foram: “Falta de Interesse” (50%), “Forma de protesto” (20%), “Ausência do círculo eleitoral de origem, sua região Política” (20%) e “Falta de Confiança” (10%) (GRÁFICO 19).

Gráfico 19 – Continuidade e mudança no voto dos partidos.



Fonte: CARVALHO, 2015.

A distribuição percentual do voto entre os que votam pela primeira vez, mostra que o MpD é o mais destacado com 48,6%, seguido pelo PAICV com 43,2% e 8,1% votaram em branco. Os principais fatores citados pelos eleitores que votaram pela primeira vez nas eleições legislativas, na ilha de Santiago, apontaram com fator principal na decisão de decisão de voto, tem a ver com “falta de interesse”.

No interior do eleitorado que vota no PAICV há um equilíbrio de fatores como “Ideias mais próximas da minha maneira de pensar”, “Simpatizantes e Militantes”, “Recebeu recursos materiais ou financeiros desse partido” (Bolsa de estudos, emprego, etc.) e “Avaliação positiva do Governo”.

Dos que votaram no MpD destaca-se claramente os que são “Simpatizantes ou Militantes”, seguido por “Representa maior confiança” e “Ideias mais próximas da minha maneira de pensar”. A única razão citada por esses eleitores a votar em Branco foi “Forma de protesto”. Dentre os que tinham a oportunidade de votar pela primeira vez nas legislativas em 2011, 71,2%, participaram e 28,8% abstiveram.

5 O VOTO DOS PARTIDOS E SEUS CONDICIONANTES SOCIAIS

5.1 Voto e variáveis socioeconômicas

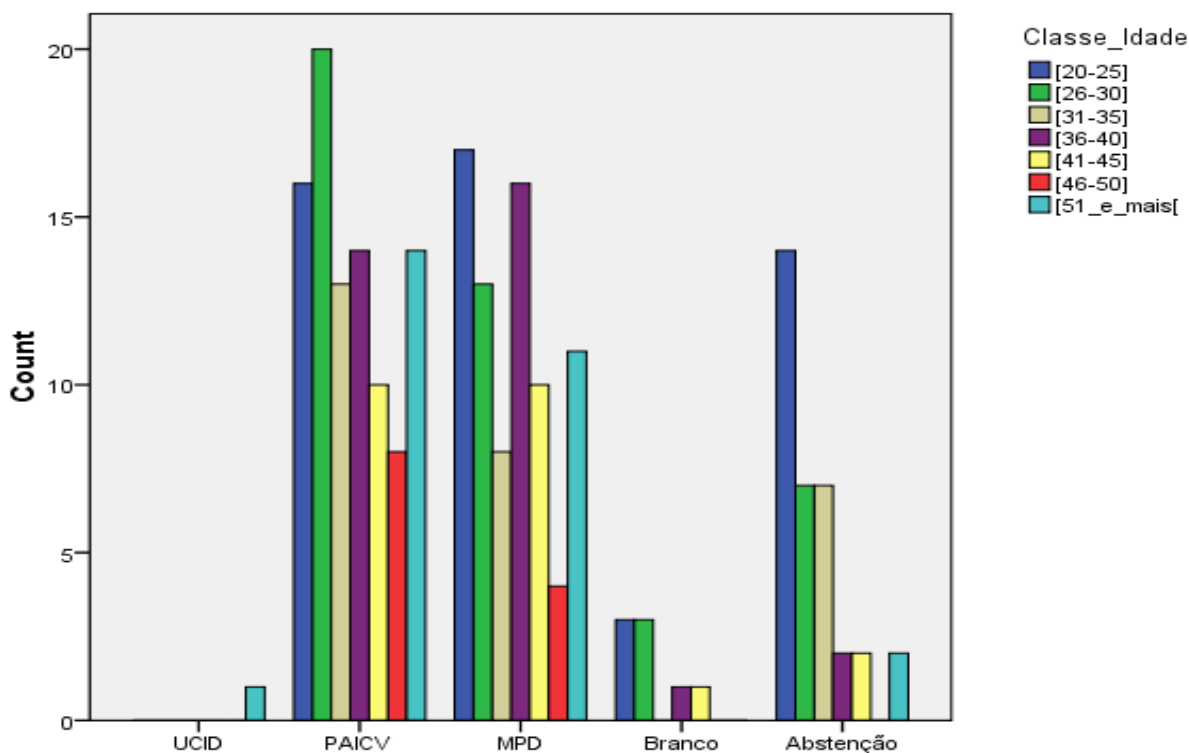
Os resultados encontrados na literatura sobre a relação entre esta característica do votante e a participação eleitoral apontam, para um aumento da propensão a votar à medida que se avança na idade. No interior do espaço político, a dinâmica do comportamento eleitoral dos agentes, nomeadamente, o eleitorado e os partidos políticos, desempenha um papel importante na formação do corpo eleitoral, que conduz a formação e desenvolvimento dos territórios eleitorais. O comportamento eleitoral é o processo de constituição e de manifestação das escolhas individuais em ordem às alternativas políticas sujeitas à crítica do voto. O estudo do comportamento eleitoral se fortaleceu em duas direções importantes: o da análise de votos e do indivíduo. De acordo com Bobbio (1998) a análise do comportamento eleitoral baseada no voto recorre a métodos e instrumentos, nomeadamente, estatístico-demográfico, histórico e geográfico-cartográfico. O procedimento de investigação consiste em relacionar os votos dos vários partidos numa determinada área, com algumas das características demográficas, históricas, económicas e sociais da mesma. Segundo o autor,

O voto é momento indispensável no seguimento democrático das resoluções políticas. A importância específica desse momento pode variar de acordo com o quadro institucional em que o voto se engloba e com a diversidade do sistema eleitoral adotado. A análise do comportamento eleitoral abrange duas imensas áreas de estudo: a da expressão do voto e a da abstenção. Desse modo, o problema principal referente à expressão do voto está no reconhecimento dos fatores, motivações ou causas que movem o eleitor a optar por uma determinada alternativa político-partidária. (BOBBIO, 1998, p. 199).

Segundo Martins (2010) a variável institucional e eleitoral, considera que as particularidades dos sistemas eleitorais ajudam a explicar as diferenças de participação que se verificam entre países. No que concerne a distribuição percentual por região de origem dos militantes e simpatizantes do MpD os dados da pesquisa (2013) apontam que a maioria absoluta está localizada nos espaços urbanos (83,75%), enquanto 16,25% reside nos espaços rurais. Da parte do PAICV a maioria do eleitorado tem sua residência nos espaços urbanos (68,42%), e uma minoria (31,58%) no meio rural. Concernente às relações entre a votação dos partidos e os indicadores sociodemográficos, a educação tem sido considerada

como o indicador mais importante na explicação do comportamento eleitoral ao nível individual sobre a idade. Dos fatores individuais explicativos da abstenção em 1991 e 2011, destaca-se a idade, no sentido em que quanto maior a idade do eleitor, menor a probabilidade de abstenção, segundo dados da pesquisa. Os resultados mostram que do grupo de eleitores que votaram no PAICV destaca a classe compreendida entre 26-30 anos (GRÁFICO 20).

Gráfico 20 – Voto e faixa etária do eleitor.

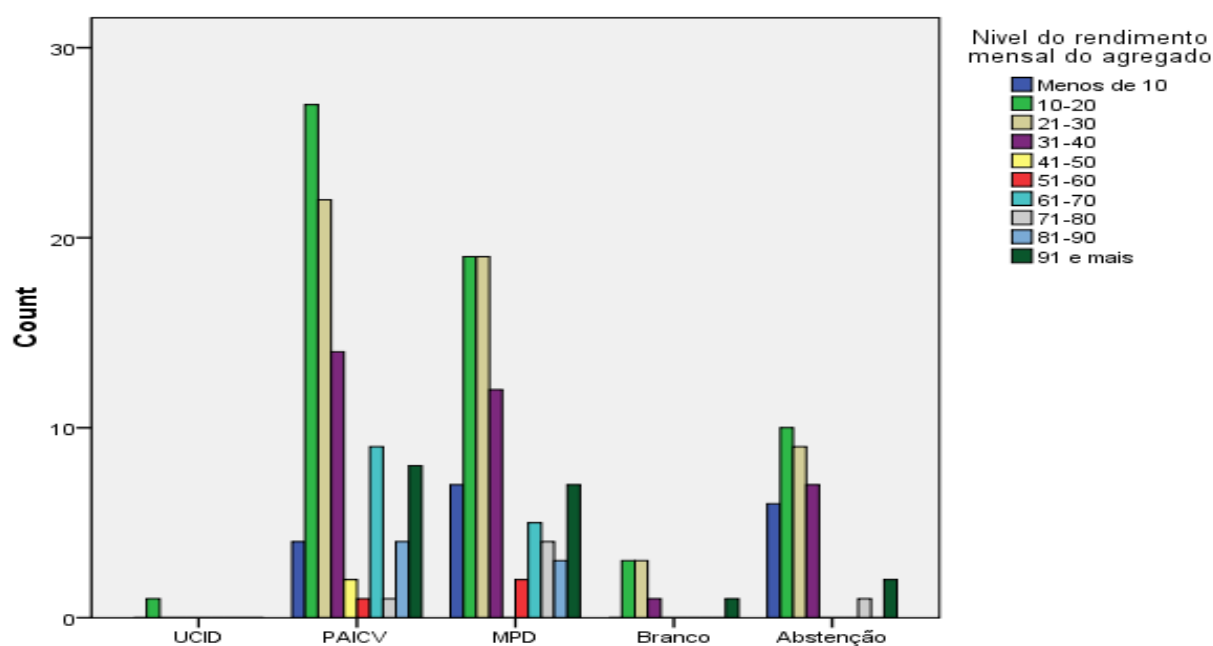


Fonte: CARVALHO, 2015.

Angelopoulos (1973, p.199) defende que a juventude terá um papel determinante na transformação profunda das instituições estabelecidas e das estruturas dos países pouco desenvolvido. Assim o papel dos jovens no desenvolvimento dos países africanos, no qual Cabo Verde esta inserido, será tanto mais considerável quanto é certo que se preparem, se instruem, e tomam parte cada vez mais ativa na vida política, econômica e cultural. Atinente ao comportamento do voto e grau de escolaridade do eleitor pode-se verificar que o eleitorado com grau de escolaridade do ensino secundário destaca-se em todas as opções de voto dos partidos. Todavia, dentro do grupo de eleitorado com grau de ensino superior, o PAICV tem a primazia. Conexa à distribuição percentual do eleitorado MpD, a

maioria dos seus adeptos tem no Secundário o grau mais exemplar, totalizando 48,75% do eleitorado, seguido de longe pelo EBI (18,78%) e Superior (16,25%). Os adeptos com Curso Médio totalizam apenas 10%, enquanto os analfabetos, sem nenhum grau de escolaridade, somam 6,25%. Os dados mostram que entre os eleitores do PAICV, MpD e abstencionistas, destacam-se os grupos com rendimento médio entre 10-20 mil e 21-30 mil ECV. O grupo de 41-50 mil, 61-70 mil ECV destaca-se o eleitorado do PAICV. No grupo de Menos de 10 mil ECV destaca-se o eleitorado abstencionista e do MpD (GRÁFICO 21).

Gráfico 21 - Rendimento do agregado familiar e voto



Fonte: CARVALHO, 2015.

Segundo Santos (2008, p. 49-53) as características da formação da população urbana (migrações e crescimento natural) que nos ajudam a entender a estrutura demográfica permite-nos também explicar sua estrutura econômica. A grande maioria da população urbana tem o mais baixo nível de vida, enquanto um número reduzido de pessoas tem altas rendas. Em muitos países as camadas mais baixas correspondem à população formada de todos os migrantes vindos do campo e sem nenhuma qualificação para trabalhos na cidade. A maior parte dos pobres não recebe remuneração segura, (sobre) vivendo de atividades precárias, ocasionais, transitórias, mal pagas. O desemprego é um constante. Em toda parte, nos países subdesenvolvidos capitalistas, as disparidades de renda entre esses dois níveis de

população são enormes. No que se refere a repartição socioprofissional, segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 19) a economia oeste-africana repousa, de forma importante, sobre o dinamismo da economia informal ou economia popular. As dinâmicas de produção e de trocas informais são um motor importante da integração regional. Investigando a repartição socioprofissional da população eleitoral da ilha de Santiago, a partir da relação entre o voto e o Vínculo laboral do eleitorado com a entidade empregadora, observa-se que dentre o eleitorado do PAICV ganha destaque o grupo com “contrato definitivo”. Santos (2008) defende que o estudo da repartição socioprofissional da população urbana nos países subdesenvolvidos choca-se com vários obstáculos; alguns ocasionais outros de problemas de base

Estas explicações metodológicas levam a três problemáticas do assunto: a) é necessário separar as características específicas dessa estrutura socioprofissional daquelas dos países industriais da zona temperada, b) será que existe uma integração ou uma ruptura de equilíbrio, visto que as estruturas do tipo ocidental são justapostas ou sobrepostas às estruturas tradicionais? c) aquela relativa à função urbana; será que esse conceito é aplicável às cidades dos países subdesenvolvidos, haverá aí uma especialização funcional? (SANTOS, 2008, p. 57-59).

No caso do MpD e abstencionistas destaca o vínculo “sem contrato”. No grupo com “Contrato a prazo” e “quadro” destaca o eleitorado do PAICV. Referente ao setor de trabalho e voto o PAICV domina o setor “público” e “empresarial privado”, por outro lado o MpD domina no eleitorado que trabalha por “conta própria”, todavia seguida de perto pelo PAICV. A situação perante o emprego, 67,6 % dos eleitores está “empregada”, 21% está “desempregado” e apenas 11,3 % declaram ser “inativo”. Analisando a profissão do eleitor e voto revela que o PAICV está mais bem representado no grupo de técnico profissional e superior, auxiliar e segurança.

O MpD está mais bem representado na profissão de professor, vendedeira, serviços gerais e no grupo dos estudantes. O eleitorado abstencionista está mais bem representado no grupo de Serviços gerais, vendedeira e auxiliar. Referentes ao setor de trabalho, os dados apontam que a maioria do eleitorado do PAICV e do MpD têm como setor de trabalho preferencial, o setor público. No grupo abstencionista, destaque para os eleitores que trabalham por conta própria na economia informal. Segundo Verdière, Perret e Weber (2009, p. 70) o informal não é uma especificidade das economias oeste-africanas. As suas características e a sua importância fazem com que ele possa ser considerado como um verdadeiro recurso para a região. A economia informal tem sido o principal motor da construção e da

animação das cidades: ela constrói casas, fábrica móveis, produz e transforma bens alimentares, repara automóveis, anima mercados, organiza a poupança, cultiva e distrai (restaurantes, grupos teatrais e musicais) e até cura (curandeiros). As unidades informais favorecem a partilha do trabalho. Elas contribuem, desta forma, para a segurança econômica das populações, em particular nas zonas fronteiriças. Outra questão a realçar de acordo com Gaspar e Vitorino (1976) é a atitude de simpatia do eleitor por um partido, que obsta a que este opte por não votar.

O grau de confiança depositado nas instituições democráticas releva que, quanto maior essa participação, maior a participação eleitoral, sendo também este um aspeto explicativo da participação eleitoral, de acordo com esta análise. A participação ou não no ato eleitoral depende da avaliação do comportamento dos partidos. A análise correspondência em uma dimensão explica 100% da variabilidade total dos dados. Existe correspondência entre os que avaliam o comportamento dos Partidos Políticos como sendo “Muito má” ou “Má” e os que decidem por não votar. Segundo o Garcia (2016. p. 13) o que atualmente desacredita a política não é uma atitude autoritária, mas distância que separa do que se faz e daquilo que se devia fazer, a discrepância das palavras e dos atos.

Outros indicadores que atestam um certo retraimento dos jovens em relação à política são a crescente desconfiança face às instituições políticas, os crescentes sentimentos antipartidos e o aumento da insatisfação das democracias, já para não falar da chamada *espiral do cinismo político*. Esta *espiral do cinismo político* passa por ideias com a de que os políticos são todos iguais e estão lá para tratar dos seus interesses e não dos interesses dos cidadãos. (GARCIA, 2016. p. 13).

Registou-se que existe correspondência entre os que avaliam o comportamento dos Partidos Políticos, como sendo “Razoável” ou “Bom” e os que decidem por votar. Segundo Monteiro (1993) face a progressiva perda de credibilidade da classe política, preocupada não raras vezes com interesses outros que nada têm a ver com os anseios e preocupações reais e concretas das populações, regista-se uma tendência para subestimar e minimizar a importância e a função dos partidos políticos. Outra forma de medir a regularidade do voto é verificar se os eleitores apoiam o mesmo partido de uma eleição para outra, ou se, pelo contrário, existem eleitores flutuantes. A distribuição percentual da continuidade e mudança no voto revela que a maioria dos eleitores sempre votou no PAICV (32%) e que sempre votaram no MpD (24%). Desse modo, verifica-se que registaram-se poucas mudanças na decisão de voto do eleitorado no período em estudo.

5.2 Círculos de participação

Segundo Duverger (1980, p. 126) nos partidos que não conhecem adesão formal, pode-se distinguir três círculos de participação: “os eleitores”; “simpatizantes” e os “militantes”. O maior engloba os “eleitores⁶²”, que votam nos candidatos propostos pelo partido quando dos escrutínios nacionais ou locais.

Os “simpatizantes”, reconhecem sua inclinação para com o partido; ele o auxilia financeiramente; entra mesmo nas instituições anexas do partido.

O círculo interno reúne os militantes: membros do partido, elementos da sua comunidade; garantem sua organização e seu financiamento; desenvolvem a sua propaganda fortalecendo a sua atividade geral.

O problema fundamental consiste em determinar as relações entre os diferentes círculos. Põe em causa a natureza dos partidos políticos e o caráter democrático das suas estruturas. Pois os círculos internos animam e conduzem os círculos externos: na medida em que os primeiros representam os segundos – isto é, em que a sua orientação geral coincide – o sistema pode ser qualificado de democrático; senão essa série de círculos concêntricos definem uma oligarquia. (DUVERGER, 1980, p. 127).

“Por que votou neste Partido”? Foi a pergunta de base que construiu a tessitura deste item da investigação sobre os territórios eleitorais dos partidos.

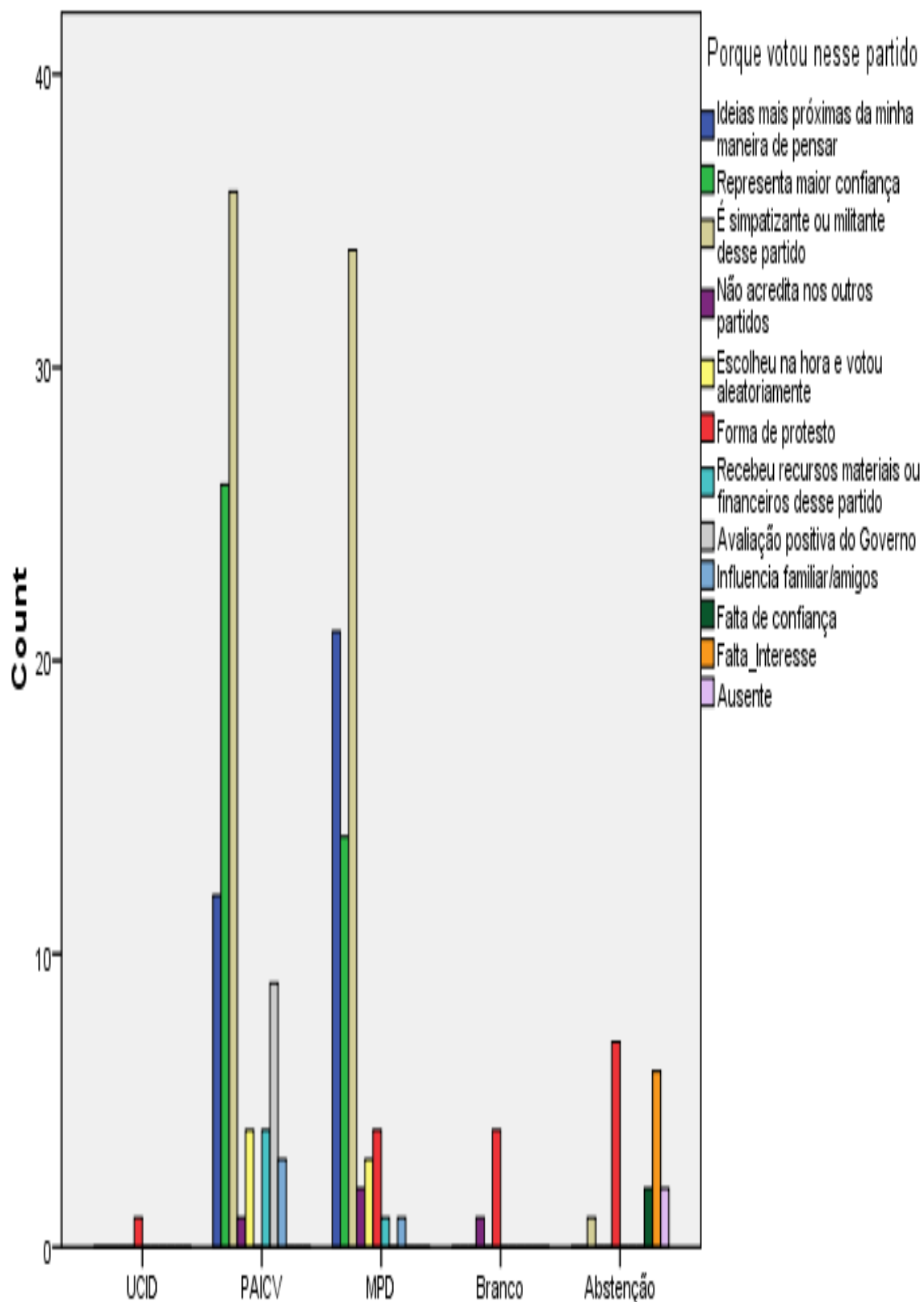
Os dados da pesquisa mostram que o eleitorado Santiaguense geralmente não tem dúvidas nas suas escolhas na decisão de voto (86%).

Concernente a decisão de voto do eleitorado santiaguense são vários os fatores levado em conta pelo eleitorado na escolha do voto nos partidos políticos (GRÁFICO 22 e FIGURA 56).

A maioria dos eleitores entrevistados aponta como a principal motivação na decisão de voto nos partidos, nomeadamente, serem “simpatizante” ou “militante” do Partido (28%); o partido escolhido “representar ideias mais próximos da sua forma de pensar” (17%); outros eleitores apontam o fator “confiança” (14%).

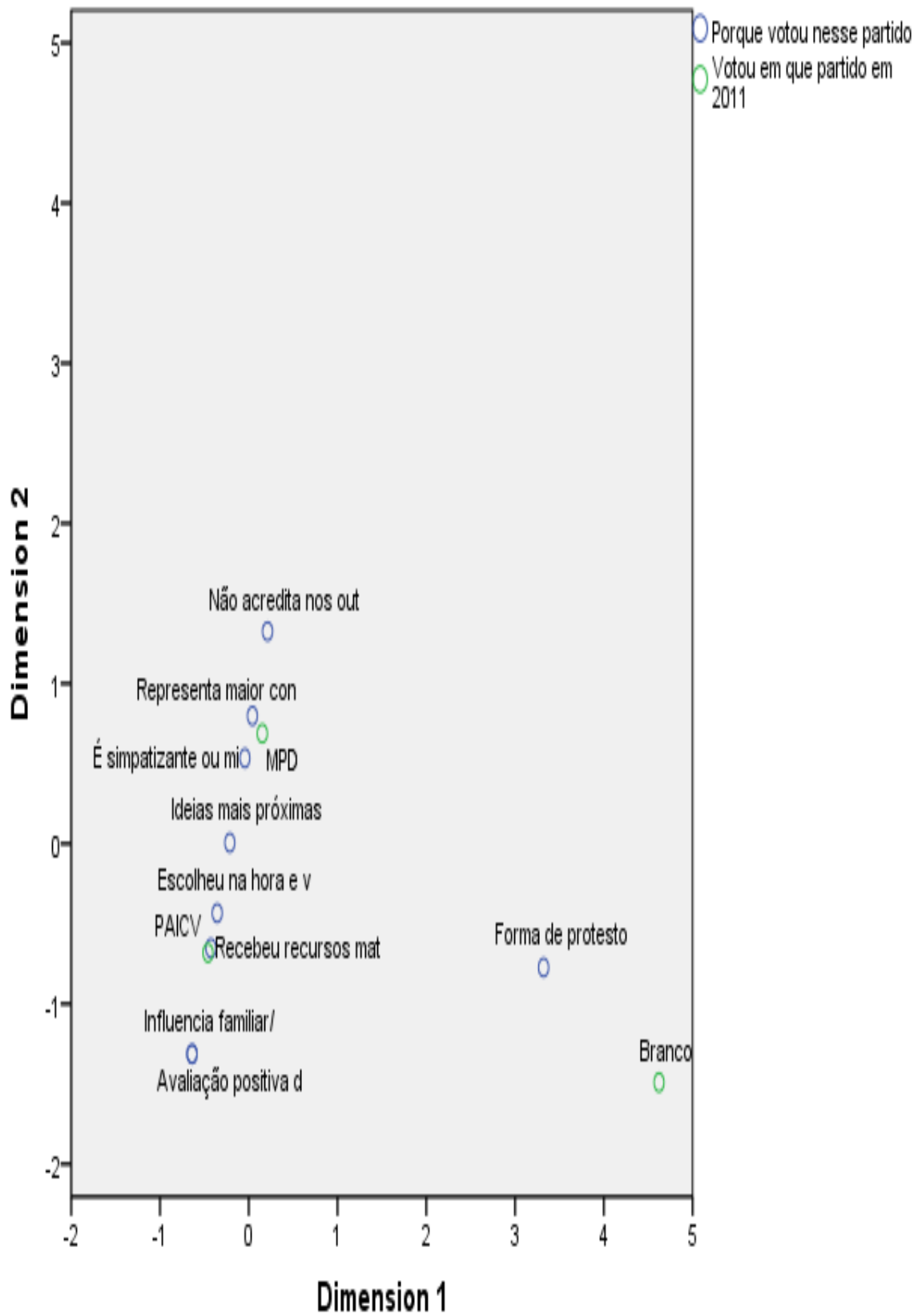
⁶² “A categoria de eleitores apresenta uma vantagem muito grande em relação a todas as outras, do ponto de vista da ciência política: é facilmente mensurável. (...) Ainda que nem sempre indiquem claramente a ligação dos candidatos, porque as questões de pessoas e interesses particulares modificam nas eleições gerais em relação ao apego aos partidos”. (DUVERGER, 1980, p. 127).

Gráfico 22 – Distribuição dos factores condicionantes do voto



Fonte: CARVALHO, 2015.

Figura 56 - A análise correspondência das motivações do voto



Fonte: CARVALHO, 2015.

Outros eleitores ainda por receberem recursos materiais ou financeiros (11%); por terem avaliado positivamente o desempenho do Governo (9%) do PAICV; outros eleitores escolheram na hora e votaram aleatoriamente (9%), outros eleitores votaram como forma de protesto (6%); registou-se também eleitores que foram influenciados por familiares ou amigos (3%) e por fim, aqueles eleitores que votam no seu partido preferido por não acreditarem nos outros Partidos políticos (3%).

Os dados da pesquisa mostra que o eleitorado santiaguense não tem muitas dúvidas na sua decisão de voto, assim, pode-se constatar que a participação no ato eleitoral depende da “avaliação do comportamento dos partidos políticos”, sendo os que avaliam o comportamento dos partidos de “muito má” ou “má” geralmente tendem a não participar no ato eleitoral, enquanto, os avaliam o comportamento dos partidos de “razoável” ou “bom” tendem a participar no ato eleitoral. Dentre os eleitores que escolheram votar no PAICV e MpD destacam-se os “Simpatizantes⁶³ e Militantes⁶⁴”, enquanto, para as outras opções de voto, nomeadamente voto em branco e abstenção, destaca-se o fator “Forma de protesto”. Muitos também optam pelo PAICV por “representar maior confiança” e dentre os que preferem MpD, também destaca-se entre as motivações, “ideia mais próxima da sua maneira de pensar”. No grupo dos eleitores abstencionistas, digno de realce, foi destacada “falta de interesse”. Em relação ao processo eleitoral de 2006 para 2011, a maioria dos adeptos⁶⁵ que votaram em 2006 no PAICV, mantiveram a sua preferência político-partidária. No interior do conjunto dos eleitores que votaram pela primeira vez nas eleições legislativas na ilha de Santiago, destaca-se a preferência pelo partido MpD. Referente à identificação partidária, em 2013, num período pós-

⁶³ Segundo Duverger (1980, p. 137) o simpatizante é mais que um eleitor e menos que um adepto. “Como o eleitor, ele contribui com o seu voto para o partido; confirma a sua preferência política. Um eleitor que declare seu voto não é mais um simples eleitor: começa a torna-se um simpatizante, desencadeia fenômenos de contágio social; ele aproxima de outros simpatizantes e cria os laços de uma comunidade. Não existe uma verdadeira comunidade de eleitores, pois estes não se conhecem de modo algum, porém apenas um grupo determinável globalmente e susceptível de medidas estatísticas. Há uma comunidade de simpatizantes, muitas vezes embrionária e distendida, mas real”.

⁶⁴ Para definir o simpatizante é preciso recordar a distinção entre partidos de quadro e partidos de massa segundo Duverger (1980, p. 145-146). Nestes últimos, o termo militante designa uma categoria particular de adeptos. “O militante é adepto ativo, nitidamente distintos da massa, participam da difusão das palavras de ordem, apoiam a organização da propaganda, preparam as campanhas eleitorais. Esses militantes formam uma espécie de comité no interior da seção. Nos partidos de quadros, a noção de militante confunde-se com a de membro do partido”.

⁶⁵ “Os recenseamentos de adeptos podem servir a duas categorias de estudo conforme Duverger, 1980, p. 114), “uma sobre a evolução dos partidos, outras sobre a sua composição. As primeiras permitem medir inicialmente a ligação entre os eventos políticos e econômicos e a dimensão das comunidades partidárias, insensíveis às variações da conjuntura”.

eleitoral, a maioria dos eleitores entrevistados prefere MpD e “nenhuma preferência ou identificação partidária”. No que se refere ao papel da campanha política e eleitoral no espaço político da ilha de Santiago de Cabo Verde, a pesquisa mostra com clareza que a grande maioria do eleitorado não sofre nenhuma influência na decisão de voto. A pequena minoria que sofreu influência da campanha política na decisão de voto “aumentaram a sua certeza” e “não votar”.

5.3 A reinvenção do político e a Sociedade Civil

Segundo Pedona (2009, p. 67) o espaço vem ganhando relevância no conjunto dos estudos das ciências sociais. Isso não ocorre somente porque ele emerge como uma categoria analítica importante, mas, sobretudo, porque vem se tornando uma referência para a ação dos sujeitos sociais, do Estado e suas instituições, e dos agentes hegemônicos da economia capitalista.

A crescente importância analítica dos conceitos de referência espacial vem acompanhando as mudanças ocorridas na realidade. A Geografia torna-se, então, uma ciência privilegiada. O espaço tomado como objeto de reflexão do pensamento geográfico, constitui um importante instrumento analítico da dinâmica e dos processos sociais. Entendido como espaço da ação humana, é nele que os conflitos entre os homens se condensam dando forma e conteúdo ao território. (PEDONA, 2009, p. 67).

Santos (2000) mostra que cidadania evolui através de um processo de lutas desenvolvidas paralelamente em diversos países, que leva da condição de “membro da sociedade nacional” no século XVIII, ao “direito de associação” no século XIX, até ser alcançada os “direitos sociais” em pleno século XX. A própria palavra cidadão vai se impor com a grande mutação histórica marcada na Europa com a abolição do feudalismo e o início do capitalismo.

Com relação ao conceito de cidadania no século XIX, com a emergência do Estado-nação em toda a Europa, este conceito adquiriu a qualidade de membro. Pelo simples fato de ser membro de um Estado-nação, todos os habitantes ascendiam ao *estatus* de cidadão, apesar de o direito político de participar da construção da sociedade, se efetivaria somente através do voto. No século XIX, o direito de associação foi incorporado ao *estatus* da cidadania, proporcionando as bases para a classe trabalhadora adquirir direito político. Finalmente, no século XX, um conjunto de direitos sociais garantia ao indivíduo um padrão de vida decente, assim como uma participação na herança social, privilégio dos países integrados ao sistema do *welfare state*. (T. HAGUETTE, 1982 *apud* SANTOS, 2003, p. 8-9).

Ki-Zerbo (2006) ao interrogar-se sobre reinvenção do político através da sociedade civil e o futuro dos partidos nestas condições, sustenta que o problema

dos partidos políticos em África é porventura mais complexo do que nos países onde os partidos políticos foram formados com base na luta de classes.

Na Europa, as corporações da Idade Média tinham sido substituídas pouco a pouco por partidos que datam em grande parte da Revolução francesa. A Revolução suprimia as corporações de tipo feudal para as substituir por grupos de ideias e associações de cidadãos. Depois, estes grupos cristalizaram-se em partidos que optavam por interesses sociais diferentes. No século XIX, os partidos operários procuraram organizar-se na base dos interesses dos operários e do marxismo. O pensamento marxista insistiu na necessidade de que cada classe social podia e devia estar representada na luta política por partidos diferentes. Ora em África não existem clivagens sociais do mesmo género das que existiam e existem nos países europeus. Na medida em que não há verdadeiras indústrias, a classe operária é fraca. Os partidos políticos em África em geral organizam-se em bases ideológicas que prevaleceram na Europa durante a Guerra Fria. Havia na época um antagonismo entre os partidos de obediência marxista por um lado, e, por outro, os que optavam pela via capitalista. (KI-ZERBO, 2006, p. 125).

Ki-Zerbo constata uma baixa crescente do interesse pela política partidária, enquanto parece reforçar-se a disposição para a mobilização pela defesa dos direitos fundamentais e da pessoa humana.

Há um duplo embuste por parte dos partidos no poder. Por um lado, houve uma tentativa de apoderar-se de tudo, de pôr tudo ao serviço de um partido esmagador. Por outro lado, a oposição desempenhou mal o seu papel em muitos países africanos. Apresenta-se como um conglomerado de interesses variados, por vezes, puramente individuais, para defender causas que não têm nada ver com as da maioria da população. No entanto, os partidos políticos têm um papel a desempenhar. Os partidos políticos cristalizam os interesses e a luta dos diferentes grupos interessados. É através dos partidos políticos que este debate sobre a partilha do poder, do ter e do saber, que é o próprio centro do político, pode organizar-se. (KI-ZERBO, 2006, p. 127).

Questionado sobre a possibilidade de os movimentos sociais reencontrar uma capacidade de mobilização análoga à dos anos 1950-1982, Ki-Zerbo, afirma,

Cada geração deve fixar os seus objetivos. Considero que vale a pena lutar pelo objetivo da integração africana. A integração africana não se reduz a um simples objetivo económico. Os países africanos devem reconstituir-se como entidade, com identidade, com personalidade. Há as línguas africanas a promover, a história a recuperar, o ambiente a salvaguardar, a nossa imagem no mundo a cuidar e a restaurar. (Idem, p. 128).

Como se pode ver em Bussi (2011, p. 13) o cidadão não é apenas um eleitor racional liberado de qualquer pressão coletiva, é acima de tudo a vida relacional, que escolhe deliberadamente suas proximidades de acordo com suas convicções políticas. Ki-Zerbo (2006) ao debruçar-se sobre o significado específico do conceito da sociedade civil defende

é um conceito relacional face ao Estado e designa o que não é do Estado, o que é um contrapoder ao Estado sem no entanto ser

sistemática e estruturalmente oposta ao Estado ou confundir-se com um partido político do poder ou oposição. A sociedade civil é a organização e a consciencialização cidadã. A partir do momento em que diz “cidadão” há uma referência a um bem público. O fato de ter objetivo relacionado com o bem comum parece-me constitutivo da sociedade civil. (KI-ZERBO, 2006, p. 123).

De acordo com Bonavides (1976, p. 311) a boa inteligência das instituições democráticas impõe o estudo não somente das organizações partidárias, senão também daqueles grupos que, sem qualquer título político definido, atuam, no interior dos partidos ou fora destes, não raro de forma decisiva. Como se pode ver em Lopes (2012, p. 343) a questão da “sociedade civil” surgiu no espaço político cabo-verdiano, durante o III Congresso do PAICV, realizado em 1988, nas vésperas da abertura política, realizada em 1990 (FIGURA 57).

Figura 57 – Linha da frente do III Congresso do PAICV, 1988.



Fonte: LOPES (2013, p. 625).

Foi um congresso que criou certa exaltação porque a necessidade de abertura política e econômica era latente, todavia, resistências internas muito grandes, a tese inicial, a questão da “sociedade civil” não passou. De modo que, “só a ideia de sociedade civil já assustava as pessoas”. Ao debruçar-se sobre as relações entre o MpD e a sociedade civil, em Cabo Verde, Lopes (1993, p. 7) admite que embora tenha surgido como expressão da sociedade civil, ao ascender ao poder, o MpD, cedo manifestou uma conduta hostil a determinados setores fora da sua esfera. Por causa disso, o MpD tem procurado estigmatizar os segmentos

sociais ou políticos que não conseguem domesticar a partir da “lógica de exclusão”. Sempre viciado pelo princípio da marginalização, o MpD tem igualmente uma visão curiosa de concertação social, uma vez que nela apenas envolve, via Governo e suas câmaras municipais, “os sindicatos livres e democráticos e as associações empresariais ativas. Segundo o autor de uma maneira geral, quase todos já deram conta do déficit⁶⁶ de cultura democrática existente na sociedade cabo-verdiana. Esse déficit faz-se sentir, em primeiro de tudo, junto dos próprios partidos. Tal fato é extremamente perigoso para o processo de democratização e modernização de Cabo Verde que não se deve resumir apenas às eleições. Logo, um dos desafios que se colocam à democratização em África é precisamente como ultrapassar a artificialidade desse processo. No caso cabo-verdiano, existe um Parlamento resultante de eleições livres e pluralistas, uma nova Constituição, para além de instituições mais ou menos operacionais, restando contudo, “uma sociedade civil ainda psicologicamente bloqueada, submetida aos mecanismos de coerção de um Estado *Leviathan*, por natureza e contingência”.

A sociedade civil é fraca e apática, pois herdou um modelo arcaico e autoritário do colonialismo português que se perpetuou com o regime monopartidário. Logo, a cultura do atraso político no campo da sociedade civil pouco mudou com a abertura, pois mesmo com a formalização, por via constitucional, de regras e valores democráticos, a sociedade civil encontra empecilhos para se desenvolver, porque o próprio governo não estimula o pluralismo de ideias e têm agido para neutralizar os seus concorrentes. (FONSECA, 1997, p. 4-9).

Na opinião de Santos (2000, p. 5-42) deve-se tratar a questão da cidadania pelo ângulo geográfico, pois, numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Logo, deve-se partir do cidadão para a economia e não da economia para a sociedade. Segundo o autor, o elemento cívico presume a definição antecipada de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se pretende para todos, uma visão partilhada do mundo e da sociedade. O constituinte territorial supõe, de um lado, uma orquestração do território capaz de conceder a todos os habitantes aqueles bens e serviços, independente da sua localização geográfica seja garantida. Desse modo, a

⁶⁶ Ki-Zerbo (2006, p. 63-64) não crê que o continente negro sofre de um déficit de cultura política. “O verdadeiro problema consiste na maneira de conceber o político em África. O período colonial não foi uma boa preparação para a democracia. O regime colonial era paternalista e autoritário ou mesmo totalitário. E todos aqueles que gravitavam em torno do poder colonial – intérpretes, guardas, funcionários subalternos africanos – tinham apreendido a comportar-se não como representantes democraticamente eleitos mas como homens do poder”.

cidadania é hoje, “incompleta”. Nessa linha de ideias, “a cidadania, é um aprendizado vigoroso, para isso, deve poder ser requeridos, pois, os interesses dos Estados nem sempre coincidem com a agenda da sociedade civil, todavia, geralmente menosprezam as pessoas”.

Segundo Santos no Brasil em lugar do “cidadão” formou-se um “consumidor”, denominado “usuário”, de modo que o “consumidor insatisfeito” substituiu o cidadão. Além disso, o eleitor também não é necessariamente o cidadão, pois, o eleitor pode existir sem que o indivíduo concretize suas capacidades como interveniente de uma comunidade. Por tudo isto, o papel desse eleitor não-cidadão se esvazia no momento do voto; logo, sua dimensão é particular, enquanto o cidadão é “multidimensional”. No mesmo trilha Castro (2011) defende que a cidadania tem uma forte dimensão espacial.

Tanto os direitos, inscritos no conceito como o acesso a eles emergem da relação entre o território e as instituições sociais e políticas que mediatizam as lógicas que presidem a diferenciação da distribuição espacial da produção de riquezas e a repartição de benefícios. (...). É a rede institucional no território nacional que concretiza o exercício da cidadania assegurado pela lei. Portanto, enquanto o exercício de direitos civis e políticos requer fundamentalmente um aparato judiciário adequado, o exercício de direitos sociais requer uma base infra-estrutural muito mais ampla e onerosa, apoiadas nas instituições públicas – escolas, hospitais, polícia, etc. – que condicionam a oferta e o acesso aos serviços onde o cidadão está. (Mann, 1992 *apud* CASTRO, 2011, p. 204).

Na opinião de Lima (2015, p. 12) para que um país se desenvolva, é preciso que alguns abdicuem de privilégios em favor dos seus conterrâneos que precisam ser desenvolvidos. “A sociedade democrática moderna assenta num ideal, o da progressiva consciência e práticas cidadãs (cidadania pelo povo, não mais plebe perante privilegiados)”. Segundo Mattos (2012, p. 3) o espantoso, para uma sociedade que tanto tem celebrado a cidadania e a prática da liberdade, continua a ter, “nas campanhas eleitorais a predominância de uma comunicação vertical, centralizada e centralizadora, descendente, protagonizada apenas e tão-somente pelas candidaturas dos Partidos em disputa”.

Os processos eleitorais ganharão uma amplitude e profundidade tamanha, com repercussões extraordinárias na gestão da coisa pública e na geração de soluções efetivas para os problemas da população, quando a cidadania “ousar” assumir um papel ativo. Conforme Amado (2015, p. 16), num país cujo salário mínimo oficial é de 11.000 ECV (USD 107) (“vergonha nacional”) temos elites que gravitam à volta do poder, outros clãs que constituem “poderes na sombra” com

salários agregados acima dos 500.000 ECV/mês (USD 4855), sem contar com outras regalias. Segundo Pereira (2015) Cabo Verde precisa dum Estado potenciador de outras ideias e iniciativas a partir duma organização e funcionalidade diferentes. Segundo o autor,

o problema é sociopolítico, pois, o Estado está esgotado no seu conceito, nas suas funções, nos seus meios/aparelhos e, sobretudo, na superficial e escassa ideologia. As exigências se fundam, de outro passo, numa tese-tipo da doutrina da Razão do Estado para se lançar um processo de profunda mudança de sentido histórico da sociedade cabo-verdiana, a partir do centro do Estado, e com a envolvimento total da sociedade civil e não um contra o outro. (PEREIRA, 2015, p. 9).

Na sequência da aprovação do polémico Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (ETCP) a Assembleia Nacional, através os Deputados nacionais decidiram aprovar em benefício próprio, aumentar o salário em 65%, o que originou uma onda de protestos e manifestações em todas as camadas sociais, exigindo ao Presidente da República, o veto do famigerado ETCP. Neste contexto, surge na cidade da Praia, capital da República, o Movimento de Ação Cívica (MAC 114). Conforme Moreira (2015, p. 3) antigo militante do PAICV, o Movimento foi fundado a 13 de Janeiro, dia da Liberdade e da Democracia, surgiu nas redes sociais como um grupo de jovens insatisfeitos com o rumo que o país está a tomar.

Cabo Verde está a ser controlado por uma pequena classe política que é detentora de recursos financeiros, absorve quase tudo e deixa poucas oportunidades para os outros. A ascensão social está relacionada com o poder que as pessoas têm, e a função pública em Cabo Verde é controlada pelos dois maiores Partidos, PAICV e MpD que defendem o *estatus quo*. (MOREIRA, 2015, p. 3).

Trata-se de um grupo de pressão, apartidário, agrega pessoas de várias sensibilidades políticas, credos, dos mais estratos sociais, busca ajudar a elevar a democracia cabo-verdiana, tornando-a mais participativa em prol de uma mudança capaz de trazer mais equilíbrio social, econômico e político para Cabo Verde. O Movimento conseguiu mobilizar as pessoas nas principais cidades do país: Praia e Assomada (Santiago), Espargos (Sal), Mindelo (S. Vicente), e São Filipe (Fogo) para lutar pelo veto do ETCP. Os jovens ansiavam por uma oportunidade de sair à rua e tornar público um descontentamento que está a aumentar a cada dia que passa por causa do desemprego, da fragilidade econômica e social, da desigualdade de oportunidades, do poder concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Foi uma forma de mostrar a nossa revolta e o descrédito nos Partidos políticos, pois, não estão a acreditar na capacidade do homem comum.

O que desagradava o Movimento no novo ETCP são alguns pontos exagerados, por exemplo, aumentar o salário em 65%, num momento onde há chefes de famílias que com um agregado elevado que recebem um salário de 11.000 ECV a 18.000 ECV (USD 107 a USD 175) e passam por grandes dificuldades para satisfazer as necessidades básicas. “O MAC vai continuar porque há problemas sociais em Cabo Verde que não são resolvidos porque não há vontade política”, sentenciou Rony Moreira.

O espaço político da ilha de Santiago é marcado por fortes assimetrias regionais que rebatem nas formas do povoamento, nos circuitos produtivos, de distribuição de riqueza, de educação, de equipamentos sociais, etc., que influenciam as condições essenciais para o exercício da cidadania. Nessa perspetiva, para Castro (2011) é tarefa da geografia política investigar de que forma o território expressa a prática verdadeira da cidadania.

A geografia tem diante de si a tarefa de reincorporar o papel dos atores sociais e das instituições políticas e o modo como estes plasman territórios, produzem e reproduzem desigualdades, ou, ao contrário, em que circunstâncias e em que espaços são capazes de atuar para reduzi-las. É importante demonstrar que o mundo da política é o mundo da ação e que o espaço é uma construção deliberada da cidadania. Ao geógrafo cabe, como cientista social, indagar sobre os atores e as condições em que estes espaços são construídos; como cidadãos cabe defender a liberdade de criação desses espaços e atuar sobre eles, livremente, ao lado dos diferentes. (CASTRO, 2011, p. 214).

Santos (2003) nos mostra nas circunstâncias atuais, o cidadão do lugar deseja acomodar-se também como cidadão do mundo. A realidade, contudo, é que o “mundo” não tem como regular os lugares. Em conclusão, a expressão “cidadão do mundo” torna-se um juramento, uma promessa, uma hipótese longínqua. Porque os atores globais eficientes são, “anti-homem” e “anticidadãos”, a eventualidade de presença de um “cidadão do mundo” é subordinado pelas realidades nacionais.

O cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país. A possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países. Trata-se de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de existência plena. (SANTOS, 2003, p. 113-114).

Sampaio (2012) defende que nos processos de inserção da nação cabo-verdiana, verifica-se o quanto já existe de forças organizadas que atuam

internamente junto à população do país. Mobilizar a sociedade civil é tarefa para qual se requer paciência, persistência, compromisso político, competência e capacidade para gerir recursos provenientes de convênios nacionais, internacionais e da solidariedade local. Esses elementos devem estar associados a processos teleológicos definidores das acções e que proporcionam avanços técnicos, científicos, progresso, paz e justiça para todos.

Evidentemente, tais organizações nem sempre possuem autonomia diante do poder público, porque estão encabrestadas pelas interações com as agremiações políticas componentes do caleidoscópio partidário que dá sustentação aos governistas e aos oposicionistas. Os movimentos sociais têm discutido, sugerindo alterações nas políticas públicas, sobretudo as que alteram as estruturas agrárias, creditícias, associativas, com vistas a garantir melhorias das águas para os diversos consumos, alimentos de qualidade, eliminação do avanço das drogas, prostituição e outras. Os movimentos sociambientais que atuam tanto no espaço agrário como no espaço urbano são responsáveis por profundas modificações nas estruturas da nação. (SAMPAIO, 2012, p. 137).

Santos (2003) defende que os movimentos de massa nem sempre resultam de discursos claros e bem articulados, de organizações conseqüentes e estruturadas. O entendimento sistemático das situações e a correspondente sistematicidade das manifestações de inconformidade constituem um processo lento. Mas isso não impossibilita que no íntimo da sociedade já se estejam erguendo “vulcões”, mudos e sonolentos.

Uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas, o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade. (SANTOS, 2003, 132).

Segundo Bourdieu (1998) os movimentos sociais estão com várias revoluções simbólicas de atraso por comparação com os seus adversários, que utilizam conselheiro de comunicação, de televisão, etc. A revolução conservadora reclama-se do neoliberalismo, que se arma com teorias, pelo que é preciso, opor-lhes armas intelectuais e culturais, é importante opor razões, argumentos, refutações, demonstrações e, para isso, fazer portanto trabalho científico.

O que podemos fazer é criar não um contraprograma, mas um dispositivo coletivo de investigação, interdisciplinar e internacional, associando

investigadores, militantes, etc., onde os investigadores podem participar em grupos de trabalho e de reflexão. É preciso inventarmos uma nova divisão do trabalho; o internacionalismo, formas de pensamento teórico e de ação prática capazes de se situarem ao nível em que o combate deverá acontecer. A maior parte das forças econômicas dominantes agem ao nível mundial, transnacional, todavia, há um lugar vazio, o das lutas transnacionais. Vazio teoricamente, porque não é pensado, à falta de uma verdadeira organização internacional das forças capazes de contrariarem a nova revolução conservadora. (BOURDIEU, 1998, p. 66-73).

6 CONCLUSÃO

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectivas provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. (SANTOS, 2003, p. 14).

O exercício do pluralismo intelectual alimentou procedimentos teórico-metodológicos, partindo do princípio que o “método veste a roupa que lhe dá a teoria” (MOREIRA, 2009) que sustentaram a realização desta tese, fundada no diálogo com a problemática relacional, o estado da arte, as preposições e os objetivos preconizados. Vale destacar que a abordagem abrangente aqui desenvolvida pretende ser a contribuição original do autor, em termos da elaboração de um quadro teórico alternativo àqueles encontrados na literatura moderna sobre o tema. Ao leitor cabe avaliar o desenvolvimento deste exercício. Ao autor resta a satisfação da atividade intelectual, como resultado de um trabalho árduo, dialogando com diferentes paradigmas, a partir do ponto de vista do espaço político africano, República de Cabo Verde. O estudo realizado possibilitou compreender a geografia do espaço político na ilha de Santiago, República de Cabo Verde, através das configurações espaciais do voto dos partidos políticos, sem descuidar o papel da sociedade civil, ingrediente importante para a consolidação da democracia e da ampliação da participação política e econômica dos cidadãos.

Santos (2006, p. 225) nos mostra que agora vivenciamos um novo estágio da racionalização do espaço geográfico, devido ao surgimento do meio técnico-científico-informacional, produzindo os espaços da racionalidade, sustentáculo das ações globalizadoras. Como em todo período histórico, conforme Santos (2003) a partir de certo momento há variáveis que perdem vigor, “variáveis descendentes” e outras que passam a se impor, “variáveis ascendentes”, o trabalho de pesquisa permitiu identificar, um conjunto de fenômenos característicos das mudanças em curso. Um deles é a forte redução da desproporcionalidade das eleições legislativas (1991-2011) nas configurações espaciais do voto dos principais partidos, PAICV e MpD, consolidando o sistema bipartidário, onde quem ganha, leva tudo.

Verifica-se uma forte tendência para a diminuição da desproporcionalidade ao longo do período de estudo, tendendo para valores próximos de zero em 2011 (1,5%), contrariando a forte desproporcionalidade na

década de noventa (6,2% em 1991; 6,9% em 1995), onde a oposição conquistou duas maiorias qualificadas (62,5% e 61,3%), para uma redução nos anos 2001 (6,1%), 2006 (4,7%) e estabilização no período de 2011. Tendo em vista os aspetos observados, os dados apontam para solidificação do sistema bipartidário no período em estudo, sendo assim, o número de partidos (N), que na década de noventa registava valores de 1,7 e 1,8, em 2011, o N atinge 2,1, valor que quantifica o sistema bipartidário, considerando o tamanho relativo. Outro dado significativo, para avaliar o padrão de voto dos partidos, considerando que os partidos registam valores de voto diferenciado pelos círculos do território nacional, os valores obtidos através do índice de desigualdade regional, em virtude do que foi mencionado, indicam que os partidos do arco do poder, o PAICV (5,8) e o MpD (4,6), apresentam um padrão de votação concentrado. O voto do PAICV, está mais concentrado nos círculos de Santo Antão (0,41); Boa Vista (0,51) e Fogo (0,56). Por outro lado, a configuração espacial do voto do MpD está concentrada nos círculos de Sal (0,42); São Nicolau (0,48) e Maio (0,58). Relativo aos pequenos partidos, a UCID, PTS e PSD apresentam uma forte dispersão dos votos, refletindo indícios de regionalização nas configurações espaciais desses pequenos partidos. Na ilha de Santiago bastião eleitoral de Cabo Verde, o PAICV alcançou melhor desempenho eleitoral nos círculos eleitorais dos Órgãos (64,4%), São Salvador do Mundo (61,7%) e Santa Cruz (59,8%). Na Praia, obteve 55,9% dos votos, 68% da população eleitoral da ilha.

Outra forma de medir a regularidade do voto dos partidos é verificar se os eleitores votam no mesmo partido de uma eleição para outra, ou se pelo contrário, existem eleitores flutuantes. Os dados da distribuição percentual da continuidade e mudança no voto revela que a maioria dos eleitores sempre votou PAICV, em seguida os que votaram pela primeira vez, a maioria escolheu MpD, desse modo, registaram poucas mudanças nas transferências de voto do eleitorado da ilha de Santiago. Junta-se a esse dados, um certo desencanto com o desempenho dos partidos políticos, cada vez mais eleitoralistas, enquanto a sociedade civil, parece desejar ocupar seu espaço próprio, forçando os partidos políticos, a dialogar e a repensar a agenda da governação do país.

Retomando as questões iniciais da tese, tendo em vista os aspetos observados referente à primeira questão, “Que variáveis importantes concorreram para a eclosão dos espaços políticos na ilha de Santiago, República de Cabo

Verde?”, a tese mostrou que na história da sociedade e da produção do espaço na ilha de Santiago, desde muito cedo, os habitantes organizaram-se e lutaram em prol de uma maior liberdade de organização e representação política. Entre as classes sociais, os camponeses tem-se destacado na luta através das revoltas e manifestações pela justiça social e política no campo, com fortes implicações na cidade. É digno de realce, o papel que tem vindo a ser desenvolvido através da sociedade civil, que tem despertado os cidadãos para a necessidade de fiscalizar e acompanhar o trabalho dos partidos políticos no exercício do poder de representação.

Referente à segunda questão da tese, “Avaliar qual tem sido o desempenho eleitoral dos Partidos Políticos no ciclo eleitoral 1991-2011, nas configurações espaciais do voto na ilha de Santiago”, observa-se quanto aos níveis de implantação dos pequenos Partidos políticos em 2011, fica evidente, apesar do dinamismo, não tem contrariado a bipolarização, vigente desde 1991, com a realização das eleições multipartidárias.

Concernente à dinâmica das configurações espaciais da votação dos partidos na ilha de Santiago, defende que o PAICV regista maior variação nos diferentes territórios eleitorais da ilha, que o MpD, todavia, este último, não varia muito o número de votos nos territórios eleitorais sob seu domínio.

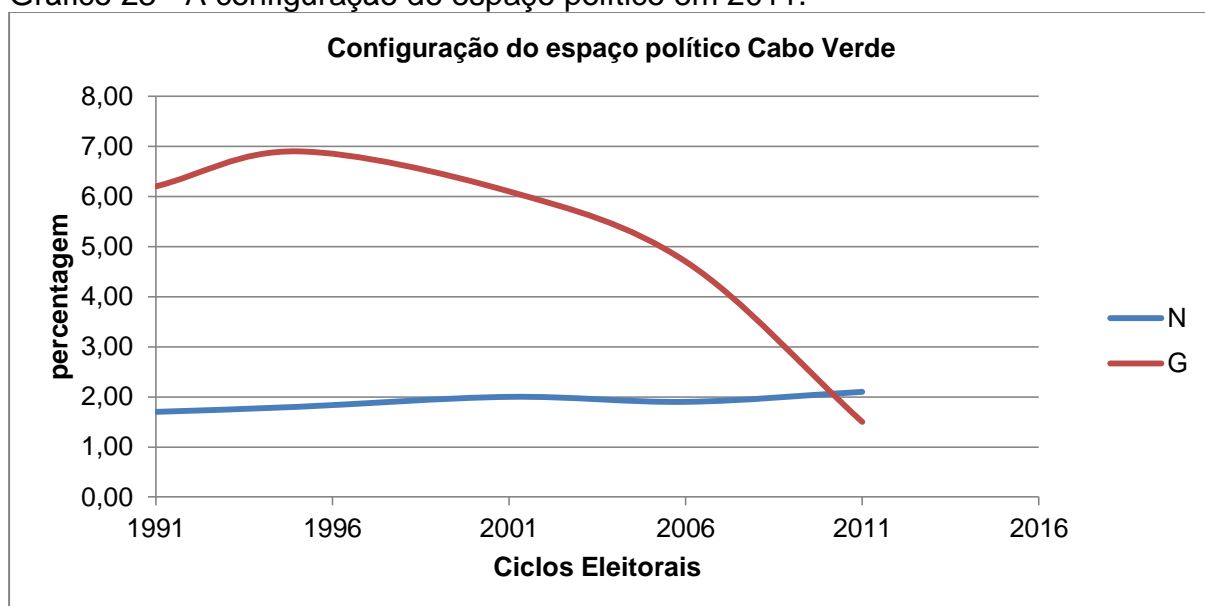
Relativo à distribuição percentual do voto por região de origem, os dados apontam que a origem dos militantes e simpatizantes do MpD (83,75%) estão nas cidades, enquanto 16,2% residem no meio rural. Do PAICV a maioria do eleitorado tem sua residência nos espaços urbanos 68,4% e 31,5% no meio rural. Tocante à terceira questão, “Identificar quais são os principais fatores condicionantes do voto”, em virtude do que foi mencionado na pesquisa, apoiados no trabalho de campo, indicam que o eleitorado Santiaguense, geralmente, não tem dúvidas na decisão de voto (85,8%). Entre os eleitores do PAICV e MpD, destaca-se o fator “simpatizante e militante do partido”; “representa maior confiança”; seguindo de “ideias mais próximas da minha forma de pensar”, enquanto outras opções de voto (voto em branco), destaca-se como fator condicionante do voto, “forma de protesto”. Atinente ao “vínculo laboral e voto”, no seio dos eleitores do PAICV, destaca-se o eleitorado com vínculo laboral “contrato definitivo”, por outro lado, da parte do eleitorado do MpD, destaca-se o vínculo laboral “sem contrato”; o eleitorado com vínculo mais

precário (“sem contrato”) domina os abstencionistas. Referente ao setor de trabalho e voto, no PAICV domina o voto do setor “público”; enquanto no MpD, domina o eleitor que trabalha por “conta própria”.

Respeitantes ao “comportamento dos partidos”, os resultados da pesquisa indicam que o eleitorado do PAICV avalia melhor o comportamento dos partidos que o eleitorado do MpD que na sua maioria avaliam-no de “razoável”, por outro lado, os eleitores abstencionistas avaliam-no na sua maioria de “fraca”. Relativo a “Idade do eleitor e voto”, os dados apontam que os votaram no MpD, destaca-se a classe de idade entre 20-25 anos, por outro lado, os resultados da distribuição do voto e faixa etária mostra que dentre o que votaram PAICV destaca-se a classe 26-30 anos.

Ficou demonstrado que existe associação positiva entre a distribuição espacial do voto e fatores socioeconômicos. A pesquisa demonstra que se verifica a disputa interpartidária pelo território eleitoral para a hegemonia do espaço político. Por outro lado, fica manifesta que, nas cinco eleições, correspondente as cinco legislaturas do período democrático, o MpD e o PAICV, conseguiram uma esmagadora maioria dos votos em todos os círculos nacionais, dominando totalmente o espaço político em Cabo Verde (GRÁFICO 23).

Gráfico 23 - A configuração do espaço político em 2011.



Fonte: BO. I Série, Nº 3, 25/01/1991; Nº 52, 27/12/1995; Nº 2, 22/01/2001; Nº 11, 14/03/2006; Nº 7, 9/2/2011. Processamento de CARVALHO, 2015.

Os pequenos partidos, nomeadamente, a UCID, o PCD, o PRD, o PSD e a coligação ADM, pouco tem interferindo na dinâmica da configuração espacial do voto e para o aprofundamento da democracia no espaço político cabo-verdiano.

A investigação dos processos de formação dos territórios eleitorais dos partidos, baseada nos padrões de voto na ilha de Santiago, indica que na década de noventa, todos os territórios eleitorais estavam sob o domínio do partido da oposição, o MPD. A partir de 2001, o PAICV conquista os círculos da Praia, Santa Catarina, Santa Cruz, enquanto Tarrafal, São Domingos e São Miguel, permaneceram sob a hegemonia do MpD. Em 2011 o PAICV torna-se o partido hegemónico na ilha Santiago, ao conquistar cinco territórios eleitorais (Praia, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos e São Salvador do Mundo), enquanto o MpD conquista Ribeira Grande de Santiago e conserva os territórios na região setentrional (Tarrafal e São Miguel) e na região meridional (São domingos e Ribeira Grande de Santiago) dos nove territórios em competição. O padrão de voto registado pelos pequenos partidos tem-se revelado insuficiente para alterar as configurações espaciais do voto dos partidos na ilha de Santiago, ficou evidente a bipartidarização do espaço político. Deve-se realçar que parece existir uma “reserva eleitoral” considerável, formada, sobretudo por eleitores abstencionistas e os que votam em branco, capaz de incomodar os partidos hegemónicos no espaço político.

Retomando as hipóteses iniciais da tese, relativo a primeira, “A formação dos espaços políticos no continente africano tira suas principais referências no modelo do Estado colonial”, ela foi confirmada, sendo assim, o estudo permite perceber que a “descolonização política” e a “independência da África” não implicam o fim do imperialismo. Logo, a descolonização política não se ligou a descolonização económica. Referente à segunda hipótese, “A orientação do voto do eleitor na ilha de Santiago depende da confiança que os eleitores depositam nos partidos”, ela confirmou-se, tendo em vista os aspetos observados, a decisão de voto está associada as razões que influenciam o eleitor. A análise correspondência em duas dimensões explica 100% da variabilidade total dos dados. Existe correspondência entre os que não acreditam nos outros partidos, simpatizante ou militante, representar maior confiança e os que votam no MpD. Há correspondência entre os que foram influenciados por amigos ou familiares, decidem aleatoriamente, receberam recursos materiais, e os que votam no PAICV.

Atinente à terceira hipótese, “A tese de existência de um partido regional/nacional pode ser melhor compreendida através da utilização de índices matemáticos e/ou estatísticos”, foi comprovada com recursos aos índices de nacionalização e de regionalização, que nos sinalizam numericamente, que a UCID, é o partido mais regionalista, concentrada no círculo eleitoral de São Vicente, onde desde 2006, conseguiu eleger quatro deputados, dois em 2006 e dois em 2011, ainda suporta a liderança municipal do MpD no governo local.

Concernente à última hipótese, “considerando que todo sistema político é caracterizado por um certo número de conflitos, no caso de Cabo Verde, parece que os conflitos são de natureza assimilacionista”, em virtude do que foi mencionado, constatou-se que a assimilação tinha um significado negativo, na medida que fazia tábua rasa das organizações políticas e das culturas africanas, negando-os qualquer sentido histórico e civilizacional. A herança do colonialismo deixou fragmentação de interesses internos, a base para lutas internas. O colonialismo formou grupos internos autóctones para manter os interesses dos imperialistas e neocolonialistas. Explorando o modo de participação e abstenção dos eleitores, pode-se concluir que a porção de insatisfeitos com os Partidos tendem a crescer. Tal insatisfação somente obterá um efeito motor quando, reunida a outras insatisfações, desemboca em algo concreto, como a formulação de uma ideia, a elaboração de uma proposta, a difusão de uma crítica.

Quanto aos pequenos partidos políticos existe ainda uma “reserva eleitoral” considerável, formada essencialmente por eleitores que votam “abstenção” e os que votam em “branco” que poderão nas próximas eleições que se avizinham contribuir para uma nova configuração espacial do voto dos partidos que vá ao encontro as necessidades e os anseios de uma sociedade civil com fome de tudo. Nesse sentido, segundo a autora a democracia como problema para a pesquisa na geografia não se esgota na geografia eleitoral.

Mas deve ir além, abrindo-se para as possibilidades dos ordenamentos espaciais em diferentes escalas que emergem dos arranjos institucionais da democracia, adotados por diferentes sociedades nacionais. O território faz diferença como componente do modelo político capaz de expressar a liberdade das aspirações individuais e coletivas. Por outro lado, a questão da distribuição territorial do poder político constitui na atualidade um dos principais temas da ciência política e da teoria democrática, o que certamente favorece o diálogo da geografia com estas áreas de conhecimento. Neste sentido, a nossa democracia deve ser compreendida a partir dos seus contextos institucionais, histórico e sociais que adquirem plenitude e visibilidade no território. (CASTRO, 2011, p. 305).

REFERÊNCIAS

A SEMANA. **“Isto não pode ser o MpD com que sonhámos”**- Germano Almeida em Entrevista à Rádio Nova. Segunda-feira, 11 de Outubro de 1993.

A SEMANA. **A derrota de Carlos Veiga**. Praia, p. 10, sexta-feira, 18 de Outubro de, 1995.

A SEMANA. **Bancada do MpD divide-se no Parlamento**. Praia, p. 8, sexta-feira, 18 de Outubro, 1993.

A SEMANA. **Congresso Constitutivo do PCD. A terceira força?** Praia, p. 10, sexta-feira, 20 de Fevereiro, 1995.

A SEMANA. **Cronologia do MpD**. p. 2-3, 27 dez., 1993.

A SEMANA. **Há dois MpD**. Praia, p. 3, Segunda-feira, 20 de Dezembro de 1993.

A SEMANA. **Quem será o Primeiro-ministro?** Praia, p. 3, Segunda-feira, 20 de Dezembro de 1993.

A SEMANA. **Veiga acusado de manipular Inquérito Parlamentar**. Praia, p. 2, Segunda-feira, 20 de Dezembro de 1993.

A VOZ. **“Política monetária do BCV é ineficaz”**. p. 4, 2 out., 2015.

ABDELMADJID, Salim. Joseph Ki-Zerbo: o intelectual, a política e a África. **CODESRIA Boletim**, N. 3 & 4, 2007, p. 38-39.

ADEDEJI, A. Estratégias comparadas da descolonização econômica. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

AGÊNCIA PORTUGUESA DE INFORMAÇÃO (LUSA). **Purgueira: a planta maravilha**. Disponível em: <http://www.arcadedarwin.com/2012/12/03/purgueira-a-planta-maravilha/> Acesso em 16 de dez. 2015.

AKPAN, M. B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

ALMEIDA, Daniel. PSD e PTS à beira de extinção. *In: A NAÇÃO*, Nº 442. De 18 a 24 de Fevereiro de 2016. p. 2-3.

ALVES, F; FERREIRA, E. Panorama dos métodos e técnicas em Geografia Humana: retrospectiva e tendências. *Diálogos*, Ribeirão Preto, v. 4, 2008.

AMADO, Alcindo. O novo Estatuto Cargos Políticos (TCP), o Barril de Pólvora! *In: A Semana*, p. 16, 3 de abr., 2015.

AMARAL, Ilídio. Cabo Verde: Introdução Geográfica. *In: HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE: volume I*. Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

AMARAL, Ilídio. **Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens**. Lisboa: Memória da Juntas de Investigação de Ultramar, 2007.

AMARO, Diogo. A encruzilhada do MpD. *In: A SEMANA*, Segunda-feira, 6 de Setembro de 1993. p. 9.

AMIN, Samir. **O Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. Tradução de Anas Barradas. Lisboa: Dinossauro, 1999.

ANDRADE, Mário. **Antologia Temática de Poesia Africana**. Na Noite Grávida de Punhais, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 3 ed., 1980.

ANGELOPOULOS, A. **O terceiro mundo frente aos países ricos**. Lisboa, 1973.

ANJOS, José Carlos Gomes. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, Praia: INPC, 2002.

ANJOS, José Carlos. O nascimento da tradição cabo-verdiana e de sua cultura política sob enfoque sociológico. **ReVista Científica**. Revista de Estudos Cabo-verdianos. Publicação Trimestral, Nº 0, março de 2005, p. 17-32.

ARAÚJO, R. C. P.; MOURA, Miguel Ângelo B. Análise da Dimensão Socioeconômica do Desenvolvimento sustentável do Arquipélago de Cabo verde, África Ocidental. Org: Vlândia Pinto Vidal de Oliveira. *In: CABO VERDE: Análise Socioambiental e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável em Áreas Semiáridas*. Fortaleza: UFC, 2012.

ASANTE, S. K. B. O Pan-africanismo e a Integração Regional. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

BANCO DE CABO VERDE. **Principais Indicadores Econômicos e Financeiros da República de Cabo Verde**. Praia, 2015. Disponível em: < <http://www.bcv.cv>. Acesso em 12/08/2015.

BARCELLOS, C. J. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**. 2. ed., vol. II, parte III. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARROS, Arminda. A remodelação governamental constitui um esforço de racionalização e de um melhor desempenho do Governo. *In: VOZPIPOVO*, 23 de Janeiro de 1992.

BARROS, O. Eleições Majoritárias no Paraná: Período 1998-2008. “**Simpósio sobre pequenas e médias cidades**”. XXVI Semana de Geografia. Londrina, 2010.

BATHILY, A. As relações entre as diferentes regiões da África *In: História geral da África, III: África do século VII ao XI* / editado por Mohammed El Fasi. Brasília: UNESCO, 2011.

BEBIANO, J. B. **A Geologia do Arquipélago de Cabo Verde**. Lisboa, 1932.

BECKER, Bertha K. **Manual do candidato: geografia**. Brasília, 2009.

BENOT, Yves. **Ideologias das Independências Africanas**. Lisboa, 1981.

BETTS, R. F. A dominação europeia: métodos e instituições. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2011.

BOAHEN, A. A. A África diante do desafio colonial. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

BOAHEN, A. A. O colonialismo na África: impacto e significação. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

BOBBIO, N. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília, 1999.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. (Título original: *Contre-feux*). Tradução de Miguel Serras Perreira. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BUSSE, Michel. La nouvelle carte électorale. Vingt-cinq ans après. Géographie et sociologie électorales: duel ou duo?. *In: Congrès AFSP* Strasbourg. Université de Rouen, 2011. Disponível em: <http://www.afsp.info/congres2011/.../st34/st34.html>. Acesso em 09 de jan. 2015.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. Declaração da Independência 05/06/1975.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. I Série, Nº 2, Suplemento, 22/01/2001.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. I Série, Nº 3, Suplemento, 25/01/1991.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. I Série, Nº 52, Suplemento, 27/12/1995.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. I Série, Nº 7, Suplemento 19/2/2011.

CABO VERDE. **Boletim Oficial**. I Série, Nº11, 14 de mar., 2006.

CABO VERDE. **CÓDIGO ELEITORAL**. Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral. Ministério da Administrações Interna DGAP, INCV, 2010.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde, 1980**: Publicada no suplemento ao B.O. nº 41 de 13 de out., 1980.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde**. 2ª Revisão Ordinária, 4. ed. Praia: Assembleia Nacional, 2010.

CABO VERDE. **Decreto nº 108/71, de 30 de Março**. Cria na ilha de Santiago o concelho de Santa Cruz. B.O. nº 15 de 12 de abr., 1971.

CABO VERDE. **Decreto nº 25 205, de 01 de Abril**. Estabelece a divisão administrativa desta colónia, B.O. nº 16 de 20 de abr., 1935.

CABO VERDE. **Decreto-lei nº 93/82**. Nova divisão Administrativa do Pais, B.O. nº 45 de 06 de nov., 1982.

CABO VERDE. **Diploma legislativo nº 1750**. Revê a divisão administrativa de algumas freguesias na ilha de Santiago, criado pelo Decreto nº 108/71, de 30 de mar., B.O. nº 15 de 12 de abr., 1971.

CABO VERDE. **Lei nº 86/III/90**. Regime Jurídico dos Partidos Políticos, 1990.

CABO VERDE. **Lei nº 77/VII/2010**. Regime da divisão, designação e determinação das categorias administrativas das povoações, BOCV nº 32 I Série, 23/08 2010.

CABO VERDE. **Lei nº 11/V/96**. Cria na ilha de Santiago, Município de São Miguel, BOCV nº 38 I Série de 11 de nov., 1996.

CABO VERDE. **Lei nº 13/74**: Estatuto orgânico Cabo Verde, BOCV nº 2, 1975.

CABO VERDE. **Lei nº 63/VI/2005**. Cria o Município da Ribeira Grande de Santiago, BOCV nº 19 I Série de 09 de mai., 2005.

CABO VERDE. **Lei nº 64/VI/2005**. Cria o Município de São Lourenço dos Órgãos, BOCV nº 19 I Série de 09 de mai., 2005.

CABO VERDE. **Lei nº 65/VI/2005**. Cria o Município de São Salvador do Mundo, BOCV nº 19 I Série de 09 de mai., 2005.

CABO VERDE. **Lei nº 93/IV/93**. Cria do Município de São Domingos, 1993.

Cabo Verde. **Programa do Governo para a Legislatura 2006/2012**.

- CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta**. 2ª Edição, Lisboa: Seara Nova, 1978.
- CARDOSO, Humberto. Dissimulação e truculência. *In: EXPRESSO DA ILHAS*. Nº 742, 17 de Fevereiro de 2016. p. 14.
- CARREIRA, António. **Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia, 2000.
- CARREIRA, António. **PANARIA Cabo-verdiana-Guineense (Aspetos históricos e socioeconômicos)**. 2ª Edição, Lisboa, 1983.
- CARRILHO, Maria Manuel. **A Filosofia das Ciências**. Lisboa: Presença, 1994.
- CARVALHO, J. N. V. Continuidade e mudanças no voto dos partidos cabo-verdianos em 2011. União Geográfica Internacional (UGI). *In: Simpósio Internacional História da Geografia e Colonialismo*. Praia, Cabo Verde, 15-17 jul. de 2011.
- CARVALHO, J. N. V. Evolução da votação dos partidos na 2ª República em Cabo Verde. **Revista de Geopolítica** (João Pessoa), v. 6, nº 1, p. 158-168, 2015.
- CARVALHO, J. N. V. Geografia política eleitoral cabo-verdiana: mudança e continuidade (1991-2011). **Revista de Geografia** (UFPE) V. 29, Nº. 3, 2012.
- CARVALHO, J. N. V. **O Sonho de Emigrar para o Brasil: Territórios de diáspora Cabo-verdiana no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado no curso de Geografia e Ordenamento do Território, Depto da Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.
- CARVALHO, J. N. V. Redes de Diásporas: a experiência dos cabo-verdianos em Santo André (São Paulo). **10º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia**. Niterói, 06 a 10 de nov. de 2000.
- CARVALHO, J. N. V. Territórios eleitorais dos partidos na ilha de Santiago: **Revista de Geografia** (Recife), Vol. 31, Nº 2, 2014.
- CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, Iná Elias. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. **ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 291-305, out. 2011.

CERRONE, Frederico. **História da Igreja de Cabo Verde**. (Subsídios). Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1983.

CHANAIWA, D. A África Austral - Estratégia mundial e geopolítica regional. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://SABOTAGEM.REVOLT.ORG>>. Acesso em 12/08/2015.

CHELMICK, J. C. **Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné**. Lisboa: Tipografia Cunha, 1841.

CHENNTOUF, T. O chifre da África e a África setentrional. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

CHINUA, Achebe. **O mundo se despedaça**. Romance. Tradução de Vera Queiroz da Costa e Silva. São Paulo: Ática, 1993.

CHINWEIZU, D. A África e os países capitalistas. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. (Título original: *Espace et pouvoir*). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CODATO, A. O espaço político segundo Marx. **Revista Crítica Marxista**, n. 32, São Paulo). (2011):33-56. Available at: <<http://works.bepress.com/adrianocodato/9>> Acesso em 09 jan. 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE). **Código Eleitoral**. Revisão 2010. Cabo Verde: Ministério da Administração Interna. Direcção-geral de Apoio ao Processo eleitoral (DGAP), 2010.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE). Praia: **DELIBERAÇÃO Nº 35/CNE/ LEGISLATIVA**, 2011.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE); COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA (CNDHC). **Guia do Cidadão Eleitor**. Praia, 2015.

COQUERY-VIDROVITCH, C. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935). *In: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3. ed. (Coleção história geral da África; Vol. 7) São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

COQUERY-VIDROVITCH, C. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2011.

COQUERY-VIDROVITCH, C. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial 1935-1980). *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

CORREIA, A. L. Matemática Eleitoral. *In: A Semana*, p. 8, 13 de jan., 2010.

COSTA, Daniel. “Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdiano (1991-2001): Com um olhar sobre o mundo”. *In: Direito e Cidadania*. Praia nº 16 e 17, 2003.

COSTA, Vanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CRAWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, editor assistente Christophe Wondji. 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8) São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

CROWDER, Michael. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

CUNHA, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: EDICON, 1992.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEVISSE, Jean. A África nas relações intercontinentais. *In: História geral da África, IV: África do século XII ao XVI* / editado por Djibril Tamsir Niane. 3. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

DIAGNE, Paul. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. *In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

DIOP Cheikh Anta. **Antériorité des Civilizations Nègres: Mythe ou vérité historique?** Paris: Présence Africaine, 1967.

DIOP, M. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. 2. ed. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: Teoria e Método**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

ESRI. *ArcGIS for Desktop 10.2.2.: software do tipo Geographic Information System*. Environmental Systems Research Institute, 2011.

ESTATUDOS DO PAICV. Aprovados no XII Congresso Praia, 22-24 jan., 2010.

ESTATUTOS DA UCID. União Cabo-verdiana Independente Democrática, 2009.

ESTATUTOS DO MpD. Aprovados na X Convenção. 12 a 14 de jul., 2013.

ÉVORA, Rosângela. **Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.** Praia: Spleen Edições, 2004.

EXPRESSO DA ILHAS. Fitch coloca dívida pública nos 120%. Nº 742, 17 de Fevereiro de 2016. p. 16.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Prefácio de Jean-Paul Sartre. (Título original: *Peau noire, masques blancs.*) Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1968.

FAUSTINO, Manuel. Renato Cardoso. *In: Artiletra.* Ano XXIV, Nº 124/125. Mindelo: nov./dez., 2014.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo.** Florianópolis: Ed. Da UFCS, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERNANDES, Joel Aló. **A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano: proposta de fusão entre a CEDEAO e a UEMOA.** Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2007.

FERREIRA, Armindo. **A Cortina dos Milhões: O Caso Enacol.** Ed. do Autor, s/d.

FONSECA, Jorge. Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo Verde. *In: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia.* Praia, nov. 1997.

Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). **10 Anos na Defesa da Nação.** Edição da Direção Política das FARP e Milícias. Mindelo: Gráfica do Mindelo, 1985.

FUNDAÇÃO DIREITO E JUSTIÇA. **Konstituison de República di Kabo Verdi.** Versão em Língua Cabo-verdiana. Coord. Frutuoso Carvalho; Bernardo Carvalho e Raimundo Tavares. Praia: INCV, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. Acesso em 09 de jan., 2015.

FURTADO, Cláudio, A. **Gênese e (Re) Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Tese de mestrado. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1997.

GARCIA, Clemente. O meu candidato. *In: EXPRESSO DA ILHAS*. Nº 742, 17 de Fevereiro de 2016. p. 13.

GASPAR, Jorge; VITORINO, Nuno. **As eleições de 25 de Abril: Geografia e Imagem dos Partidos**. Lisboa, 1976.

GEOFF, Eley. **Forjando a Democracia**. A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000. Tradução de Paulo César Castanheira – 1ª ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

GOMES, S. C. **Uma recuperação da raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe Mindelo**. Praia: Instituto Cabo-verdiano do livro e do Disco, 1993.

GONÇALVES, Reinaldo. **Empresas Transnacionais e Internacionalização da Produção**. Petrópolis: VOZES, 1992.

GRAMSCI, A. **Poder, Política e Partidos**. São Paulo: Editora brasiliense, 1992.

GUISSOU, Basile L. Joseph Ki-Zerbo: um cérebro rebelde! *In: CODESRIA Boletim*, N 3 & 4, 2007, p. 22.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e Mudança social. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **REGIONAL-GLOBAL: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARRIS, J. E. O pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

HISTÓRIA CONCISA DE CABO VERDE. Instituto de Investigação Científica Tropical Portugal – Lisboa, Instituto de Investigação e do Património Cultural de Cabo Verde – Praia, 2007.

HOBBSAWM, Eric, J. **A era do capital: 1848-1875.** Tradução de Luciano Costa Neto, 1977.

HOBBSAWM, Eric, J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric, J. **A era dos impérios.** Tradução de Sieni Maria Campos e Tolanda Steidel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUGON, Fillipe. **Economia de África.** Lisboa: Vulgata, Lda, 2000.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. *In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **2º Recenseamento Geral da População e Habitação** (Censo, 1990). Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **3º Recenseamento Geral da População e Habitação** (Censo, 2000). Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **4º Recenseamento Geral da População e Habitação** (Censo, 2010). Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **O perfil da pobreza em Cabo Verde.** IDRF 2001/2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Principais Resultados do Produto Interno Bruto por ilha série 2007 – 2012.** Praia, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Produto Interno Bruto (PIB) por ilha** (Série 2002-2012). Praia, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **QUIBB – CV, 2007**. Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar. Praia, jun., 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE (INE). **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Censo, 2010.

JÚNIOR, Paulo Monteiro. Cabo Verde precisa de um Governo com a exportação no seu ADN. *In: EXPRESSO DA ILHAS*. Nº 742, 17 de Fevereiro de 2016. p. 13.

KANIKI, M. H. Y. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. *In: África sob dominação colonial, 1880-1935*. (Coleção história geral da África; v. 7) 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

KIPRÉ, Pierre. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

KI-ZERBO, Françoise. O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África. **CODESRIA Boletim**, N. 3 & 4, p. 10, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. *In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. MAZRUI A. A. Construção da nação e evolução dos valores políticos. 2ª ed. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares. *In: História geral da África, I*. Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. Para onde vai a África? **CODESRIA Boletim**, Nº 3 & 4, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista de René Holenstein. Porto, 2006.

KI-ZERBO, Lazare. Joseph Ki-Zerbo: uma personalidade africana em ação. **CODESRIA Boletim**, N. 3 & 4, p. 51-58, 2007.

KOUDAWO, F. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal**. Kacu Martel, Série Ciências Sociais, nº 14. Bissau: Instituto Nacional de estudos e Pesquisa (INEP), 2001.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Sabotagem – contracultura, 1988.

LEAL, Víctor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Editions Anthropos), 2000.

LESOURD, Michel. **Le Cap-Vert Aujourd'hui**. Paris: JAGUAR, 2006.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIMA, Maria Lourdes. VIP: Versus Indignados, o Príncipe e Privilégios. *In: A Semana*, p. 12, 3 de abr., 2015.

LOPES, José Vicente Uma estratégia para durar. *In: A Semana*, p. 7, sexta-feira, 15 de fev., 1993.

LOPES, José Vicente. “Fomos arrogantes e intolerantes”. *In: A Semana*, 06 de out., 2006.

LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: Minha vida Nossa História**. Praia, 2012.

LOPES, José Vicente. **CABO VERDE: as causas da independência** (e o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona), Praia: Tipografia Santos, 2003.

LOPES, José Vicente. **Cabo Verde: Os Bastidores da Independência**. Praia, 2013.

LOPES, José Vicente. Uma estratégia para durar. *In: A SEMANA*, Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 1993. p. 7.

MABOGUNJE, A. Geografia histórica: aspetos económicos. *In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2011.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. *In: História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2011.

MARTINS, A. (2010): **Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal**. Lisboa, 2010.

MATTOS, M. Politicamente incorreto. *In: A Semana*, p. 6, 15 de jun., 2012.

MAZRUI, Ali. A. O horizonte 2000. *In: história geral da África. In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

MAZRUI, A. A. Introdução. 2. ed. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2010.

MAZRUI, Ali A.; AJAYI, J. F. Ade. Tendências da filosofia e da ciência na África. *In: África desde 1935* / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

MAZRUI, Ali. A. “Procurai primeiramente o reino político...”. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

MBOW, Penda. Joseph Ki-Zerbo: a seiva alimentadora da identidade africana! *In: CODESRIA Boletim*, N 3 & 4, 2007, p. 16.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde**, 2010/2013. Praia, 2014.

MONTEIRO Eurídice Furtado. **Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais: Uma análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde**. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV), 2009.

MONTEIRO, Eurico. O autoritarismo enfraquece os partidos. *In: A SEMANA*, 13 de Dezembro de 1993.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Género na estruturação do Campo político em Campo Político em Cabo Verde**. Praia: Edições Uni-CV, 2015.

MONTEIRO, M. L. Quando a realidade desafia a teoria: a crise do movimento trotskista à luz de suas análises acerca do pós-guerra (1944-1963). *In: XXVIII Sipiósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, SC. 27 a 31 de jul. de 2015.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

MOREIRA, Rony. MAC 114, o movimento que fez “tremar” a classe política cabo-verdiana. *In: A Semana*, 3 abr., 2015.

MOREIRA, Rui. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo, Contexto, 2012.

MOREIRA, Rui. **O que é a Geografia**., 2ª ed. Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, Rui. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. – 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2013.

Movimento para a Democracia (MpD). **15 Propostas para mudar Cabo Verde**, s/d.

Movimento para a Democracia (MpD). **Conferência de Imprensa. Comunicação**. Cidade da Praia, 03/05 de 1990.

Movimento para a Democracia (MpD). **O legado dos anos noventa**, s/d.

Movimento para a Democracia (MpD). **Moção de Estratégia. “Com Cabo Verde, Sempre”**. jul., 2013.

Movimento para a Democracia (MpD). **Programa Eleitoral, Legislativas**, 2011. Disponível em:< <http://www.MpD/>> Acesso em 26 Jan. 2014.

Movimento para a Democracia (MpD). **Regulamento de Quotas e outras contribuições financeiras**. Aprovado pela Comissão Política Nacional. Cidade da Praia, Janeiro de 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. 2ª ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares /OR Editor Produtor Editor, 2002.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: Uma Réplica Metodológica. Rio de Janeiro: *In: DADOS*, Vol. 48, nº3, p. 589 a 609, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a05v48n3.pdf> acesso em 02/05/2014.

NKRUMAH, Kwame. **A Luta de Classes em África**. Lisboa: Sá da Costa Lda, 1977.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo – último estágio do imperialismo**. Tradução de Maurício C. Pedreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1967.

OLIVEIRA, Z. B. Cabo Verde e Brasil: Semelhanças e dissemelhanças com o Semiárido Nordeste. *In: OLIVEIRA, V. (Org.). Cabo Verde: Análise Socioambiental e Perspectivas para o desenvolvimento Sustentável em Áreas Semiáridas*. Fortaleza: ed. UFC, 2012.

OSÓRIO, Oswaldo. **Cantigas de trabalho: Tradições orais de Cabo Verde**. Recolha/transcrição/tradução/introdução/comentários/notas. Nota preliminar Manuel Veiga. Praia: Comissão Nacional para as Comemorações do 5º. Aniversário da Independência de Cabo Verde – Subcomissão para a Cultura, 1980.

OWUSU, M. Agropecuária e o desenvolvimento rural. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2011.

PAICV. **Do PAIGC ao PAICV. Documentos**. Mira-Sintra Portugal. Abr., 1981. Disponível em:< <http://www.PAICV/>> Acesso em 26 Jan. 2014.

PAICV. **Grupo Parlamentar do PAICV**. Praia, nº 0 de 20 de out., 1998.

PARRACHO, Rui. Pedro Pires considera desejável a criação de uma terceira força política em Cabo Verde. *In: VOZDIPOVO*, 6 de Fevereiro de 1992.

PDM - **Plano Diretor do Municipal do Município da Praia**. Versão mar. 2011.

PEDONA, Nelson Rodrigo. Pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: balanço e perspectivas. **TERRA LIVRE**. Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano 25 – Vol. 2, n. 33, São Paulo, Jul-Dez/2009.

PEDONA, Nelson Rodrigo. Pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: balanço e perspectivas. **TERRA LIVRE**. Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano 25 – Vol. 2, n. 33, São Paulo, Jul-Dez/2009.

PEREIRA, Daniel. **A situação de Santiago no 1º quartel do século XVIII**. Praia: Alfa-Comunicações, 2004.

PEREIRA, E. C. **Política e Cultura: As revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)**. 2. ed. Praia: Imprensa Nacional, 2014.

PEREIRA, R. “Porque perdeu o MpD?” *In: A Semana*, p. 9, 27 de jan., 2006.

PEREIRA, R. Cabo Verde: Crise e Mudança ou Doutrina da Razão de Estado. *In: A Semana*, 10 de abr., 2015.

PINA, D. O Desemprego na cidade da Praia. *In: A Semana*, 21 de fev., 2014.

PIRES, Pedro. Uma leitura do Orçamento de funcionamento para 1997. Praia, *In: A SEMANA*, 9 de Fevereiro de 1995, p. 14

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, 1977.

PROGRAMA DO GOVERNO VIII LEGISLATURA 2011 – 2016. Publicado no Boletim Oficial nº 20, I Série, Suplemento, República de Cabo Verde, 14 de jun., 2011. Disponível em: <<http://www.governo.cv/>> Acesso em 02 jan. 2013.

Programa político da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID). Aprovado no 1º Congresso Nacional em 24/07/1991.

QUERIDO, Jorge. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde: o País, sua Génese, seu Percurso, suas Certezas e Ambiguidades**. Praia, 2011.

QUINTINO, F. R. O problema da origem dos termos “Guiné” e “Guinéus”. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. XX, nº 78. Porto: Imprensa Portuguesa, 1965.

RAFFESTAN, Claude. **Por uma geografia de poder**, São Paulo, Tradução de Maria Cecília França, Editora Ática, 1993.

RALSTON, Richard David. A Africa e o Novo Mundo. *In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2011.

RAMOS, A. M. **Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011)**. Mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV. Praia, 2012.

REBELO, José. No dia em que o sul resolver entrar em greve. *In: A Nação*, Nº 442. De 18 a 24 de Fevereiro de 2016. p. 13.

RIBEIRO, Orlando. **A Ilha do Fogo e as suas erupções**. Lisboa, 1998.

ROCHA, Carlos. **Estabilização macroeconômica e política monetária em Cabo Verde**. Tese de doutoramento. ISEG. Universidade Técnica de Lisboa: 2008.

RODNEY, Walter. A economia colonial. *In: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Coleção de leste a oeste. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Lisboa: Seara Nova, 1975.

RUFIN, J. **A ditadura liberal**. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda, 1994.

SAMPAIO, José Levi Furtado. Cabo Verde: da ordem Natural a Organizações Sociais. Org: Vlândia Pinto Vidal de Oliveira. *In: CABO VERDE: Análise Socioambiental e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável em Áreas Semiáridas*. Fortaleza: UFC, 2012.

SANCHES, Edalina. “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano”, **Cadernos de Estudos Africanos**, 2012. Disponível em: < <http://cea.revues.org/161/>> Acesso em 15 ago. 2014.

SANTOS Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade o início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: RECORD, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. MOREIRA, Rui.; OLIVEIRA, A. U. Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico. **VOZES**, ano 74, vol. LXIV, nº 4, 1980.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 5. ed. São Paulo: Estúdio Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro. 10. ed. São Paulo: Editora Record, 2003.

SAUGO, J. F. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006. 2007**. Tese (Mestrado em Ciência Política) programa de Pós-Graduação em Ciência Política /URGS, Porto Alegre, 2007.

SERRALHEIRO, António. **A geologia da ilha de Santiago**. Lisboa, 1976.

SILVA, António Correia. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. *In*: **HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE: volume II**. Praia: INIC, 2001.

SILVA, António Correia. Espaço, Ecologia e Economia Interna. *In*: **HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE: volume I**. Lisboa: IICT. CEHCA; Praia: INIC, 2001.

SILVA, Arnaldo. Um Partido da Indignação geral precisa-se!... *In*: **A SEMANA**, p. 17, Segunda-feira, 30 de Janeiro de 1995.

SILVA, Mário Ramos Pereira. **As Constituições de Cabo Verde e textos históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano**. 2ª Edição Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV), 2010.

SILVEIRA, Onésimo. **A Democracia em Cabo Verde**. Lisboa: Fernando Mão de Ferro, 2005.

SILVEIRA, Onésimo. **África ao Sul do Sahara: Sistemas de Partidos e Ideologias do Socialismo**. Tese de Doutoramento em Ciências Políticas, Universidade de Uppsala, Suécia, 1976.

SILVEIRA, Onésimo. Fazer Política e Pensar Política. *In: A SEMANA*, sexta-feira, 15 de Junho de 2012.

SMALL, J.; WITHERICK M. **Dicionário de Geografia**. Lisboa, 1992.

SOARES, Jorge. PAICV: a unidade deformada. *In: A SEMANA*, 6 de Setembro de 1993, p. 6.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (19924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano**. Praia: Spleen Edições, 2013.

SOW, A; ABDULAZIZ, M. Língua e evolução social. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2011.

SURET-CANALE, J; BOAHEN, A. A. A África ocidental. *In: História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2011.

TEIXEIRA A. J. T. BARBOSA, L. A. G. **A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde**. Cartas Agrícolas. Problemas Agrários. Lisboa, 1958.

TERRON, L. (2009): **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989-2006)**. Rio de Janeiro, II/2. Tese doutoramento. Disponível em: http://www./STerronIUPERJ_Vol2/ Acesso em 19 jan. 2011.

TERRON, Sonia. “Cartografia e análise política: mapas políticos ou a política em mapas?” **Consciência**. 22 jun. 2011.

TERRON, Sonia. Geografia eleitoral em foco. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.8-18, mai. 2012.

TERRON, Sonia. Há padrões espaciais de representatividade na câmara municipal do Rio de Janeiro?. **Teoria & pesquisa** vol. 21, n. 1, p. 28-47, jan./jun. 2012.

TOLEDO Rubens. O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil. **GEOTEXTOS**. vol. 3, nº 1 e 2. 2007.

TOLENTINO, Corsino. Não é preciso forçar as portas da História, entra-se nela por mérito. *In*: **EXPRESSO DA ILHAS**. Nº 742, 17 de Fevereiro de 2016. p. 23.

TOMÁS, A. **O Fazedor de Utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Praia: Spleen Edições, 2008.

TUROVSKII, R. **Geografia Política**. Moscovo: Moscú-Smolensk, 1999.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE CADASTRO PREDIAL (UCCP). Ministério de Ambiente e Ordenamento do Território da República de Cabo Verde, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO. **Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <www.ufc.br> Acesso em 02 set., 2013.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935/** editado por Albert Adu Boahen. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2011.

VERDIÈRE, Michel C.; PERRET, Christophe; WEBER, Raymond. **Perspetivas oeste Africanas**. Recursos para o Desenvolvimento. OCDE, 2009.

VESENTINI, José William. **Geografia Política e Geopolítica: determinismo e possibilismo?** São Paulo. Concurso para Professor Livre-Docente no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 2003.

VESENTINI, José William. O que é crítica. Ou: qual é a crítica da geografia crítica? **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 26, pp. 29 - 43, 2009.

VIEIRA, Artur. **Os pupilos de Carlos Veiga**. In: **A SEMANA**, p. 3, Segunda-feira, 20 de Dezembro de 1993.

VIGNERON, David. **L'expression territoriale des comportements _electoraux au Mali**. **THÈSE** pour l'obtention du grade de: DOCTEUR 'UNIVERSITÉG_Geographie. Université de Rouen, 2013. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00932354>. Acesso em 04 de jan. 2016.

VOZDIPOVO. **A UCID tem postura própria**. Lídio Silva, 12 de Junho de 1990, p. 9.

VOZDIPOVO. **Comunicado do Conselho Nacional**. Praia, 19 de Fev. de 1990.

VOZDIPOVO. **MpD quer negociar com o PAICV**. Entrevista com Carlos Veiga, coordenador do MpD. 12 de Junho, 1990.

VOZDIPOVO. **O subsídio é indispensável a qualquer organização**. Entrevista com José Leitão da Graça. p. 2, 21 de Junho, 1990.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Tradução C. Sérgio Duarte (2a. edição) Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WONDJI, C. Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990. In: **África desde 1935** / editor Ali A. Mazrui, 2. ed. (Coleção história geral da África; vol. 8). São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

ZANFOLIN, Doraci Elias. **Geografia eleitoral: reforma política e uso do território brasileiro**. Tese (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>>. Acesso em 02 jan. 2010.

ANEXO

ANEXO 1 – Roteiro do Questionário utilizado no trabalho



AVALIAÇÃO DA PERCEÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ILHA DE SANTIAGO, REPÚBLICA DE CABO VERDE.

AVALIAÇÃO DA PERCEÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ILHA DE SANTIAGO, REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Abril/Maio de 2013**

BLOCO A – DADOS GERAIS

- A1. SEXO (1-Masculino, 2-Feminino):
- A2. ESTADO CIVIL: (1-Solteiro, 2-Casado/União de facto, 3 Outros)**
- A3. IDADE EM ANOS COMPLETOS**
- A4. ILHA ONDE NASCEU _____
- A5. CONCELHO ONDE NASCEU _____
- A6. RESIDENCIA ATUAL _____
- (1. Urbano, 2. Rural)
- A7. ESCOLARIDADE DO ELEITOR**
- | | | | |
|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| NENHUMA | <input type="checkbox"/> | CURSO MÉDIO (1-3) | <input type="checkbox"/> |
| EBI (1-6) | <input type="checkbox"/> | SUPERIOR (1-5+) | <input type="checkbox"/> |
| SECUNDÁRIO (7-12) | <input type="checkbox"/> | | |
- A8. ESCOLARIDADE DA MÃE**
- | | | | |
|-----------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| NENHUMA | <input type="checkbox"/> | CURSO MÉDIO (1-3) | <input type="checkbox"/> |
| EBI (1-6) | <input type="checkbox"/> | SUPERIOR (1-5+) | <input type="checkbox"/> |
| | | SECUNDÁRIO (7-12) | <input type="checkbox"/> |
- A9. ESCOLARIDADE DO PAI**
- | | | | |
|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| NENHUMA | <input type="checkbox"/> | CURSO MÉDIO (1-3) | <input type="checkbox"/> |
| EBI (1-6) | <input type="checkbox"/> | SUPERIOR (1-5+) | <input type="checkbox"/> |
| SECUNDÁRIO (7-12) | <input type="checkbox"/> | | |
- A10. NIVEL DE RENDIMENTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR (em contos)**
- | | | | | | | | |
|----------|--------------------------|---------|--------------------------|---------|--------------------------|-----------|--------------------------|
| Menos 10 | <input type="checkbox"/> | 31 – 40 | <input type="checkbox"/> | 61 – 70 | <input type="checkbox"/> | 91 e mais | <input type="checkbox"/> |
| 10 – 20 | <input type="checkbox"/> | 41 – 50 | <input type="checkbox"/> | 71 – 80 | <input type="checkbox"/> | | |
| 21 – 30 | <input type="checkbox"/> | 51 – 60 | <input type="checkbox"/> | 81 – 90 | <input type="checkbox"/> | | |

BLOCO B - PROFISSÃO E SITUAÇÃO LABORAL

B1. Está empregado? (1-Sim, 2-Não): Se não ==> B5

B2. Vínculo laboral com a entidade Empregadora?

Contrato a prazo

Quadro

Sem Contrato

Contrato definitivo

Outro

Qual? _____

B3. Setor de trabalho?

1. Empresarial Privado

2. Público

3. Público/Privado

4. Conta Própria

5. Outro

Qual? ____

6. NS/NR

B4. Tempo de serviço? [__ __] (em meses) ==> B6

B5. Tempo desempregado? [__ __] (em meses)

B6. Qual é a sua profissão? _____

BLOCO C – PROCESSO DE VOTAÇÃO

C1. Votou na eleição Legislativa de 2011? (1-Sim, 2-Não) Se não ==> D1

C2. Tinha alguma dúvida em quem votar? (1-Sim, 2-Não)

C3. Votou em que partido em 2011?

(1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5. PTS, 6. Branco)

C4. Porquê votou nesse partido?

1. Ideias mais próximas da minha maneira de pensar

2. Representa maior confiança

3. É simpatizante ou militante desse partido

4. Não acredita nos outros partidos

5. Escolheu na hora e votou aleatoriamente

6. Forma de protesto

7. Pressão pela entidade empregadora

8. Recebeu recursos materiais ou financeiros desse partido

9. Avaliação positiva do Governo

10. Outro

Qual?

—

C5. Com qual o partido que mais se identifica?

[] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5. PTS,
6 - Nenhum) e qual é a escala? [] (0-10)

C6. As campanhas políticas influenciaram-no na sua decisão no voto?

[] (1-Sim, 2-Não) Se não ==> C7

Como?

1. Mudei de um partido para o outro [], de [] para []. (1. UCID, 2.
PAICV, 3. MpD, 4. PSD,
5. PTS, 6 - Nenhum)

2. Decidi votar em branco []

3. Decidi não ir votar []

4. Aumentei a certeza em votar na opção inicial []

5. Outro []

Qual?

C7. Em que partido votou nas ultimas eleições? (0 se não recorda)

1. 2011 [] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5. PTS, 6.Branco, 7.Nenhum,
8.NS/NR)

2. 2006 [] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5. PTS, 6.Branco, 7.Nenhum,
8.NS/NR)) Idade > = 26

3. 2001[] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5.Branco, 6.Nenhum, 7.NS/NR))
Idade > = 31

4. 1996[] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PCD, 5.Branco, 6.Nenhum, 7.NS/NR)
Idade > = 36

5. 1991[] (1. PAICV, 2. MpD, 3.Branco, 4.Nenhum, 5.NS/NR) Idade> = 41

D1. Você confia nos Partidos cabo-verdianos?] (1-Sim, 2-Não)

D2. Qual é seu nível de confiança nas instituições (0-10):

1. Igreja [] 2. Ong's []

3. Comucação social [] 4. Camara Municipal []

5. Assembleia Nacional [] 6. Partidos []

7 – Justiça [] 8 – Policia []

9 – Presidente da República [] 10 – Assembleia Municipal []

11 – Governo [] 12 – Universidade Pública []

13 – Universidade Privado []

D3. Análise de satisfação individual e avaliação económica do país:

D3.1 Grau de satisfação com a própria vida. [] : (1. Nada Satisfeito, 2. Pouco Satisfeito, 3. Mais ou menos Satisfeito, 4. Satisfeito, 5. Muito Satisfeito)

D3.2. Avaliação da situação económica actual do país. [] (1. Muito má, 2. Má, 3. Razoável, 4. Bom, 5. Muito Bom)

D4. Como analisa o comportamento dos Partidos? [] [] (1. Muito má, 2. Má, 3. Razoável, 4. Bom, 5. Muito Bom)

D5. Numa escala de 0 a 10, que valor atribui aos Partidos? Nota []

D6. Algum partido político representa sua maneira de pensar? [] (1-Sim, 2-Não)
Se sim, Qual? [] (1. UCID, 2. PAICV, 3. MpD, 4. PSD, 5. PTS)